

Tese de doutorado

Programa de Pós Graduação em Sociologia

FCL UNESP Araraquara

O Estado Beligerante

**Um estudo da formação do conceito na obra de
Fred J. Cook e de Herbert Marcuse.**

Débora Cristina de Carvalho

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da
Faculdade de Ciências e Letras, UNESP - Araraquara, sob orientação do
Prof. Dr. Milton Lahuerta, para obtenção do título de doutor.

2010

Tese de Doutorado

O Estado Beligerante

**Um estudo da formação do conceito na
obra de Fred J. Cook e de Herbert
Marcuse.**

Autora: Débora Cristina de Carvalho
Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta
FCL-UNESP-AR

Resumo

Este trabalho pretende investigar a formação do conceito de Warfare State, traduzido para o português como Estado Militarista (no livro de F.J.Cook) e como "Estado beligerante" (no livro *A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional* de Herbert Marcuse.) A pesquisa tenta mostrar como Cook formulou originalmente tal conceito e como ele foi configurado em sua obra, a fim de mostrar, em seguida, como H Marcuse se apropriou dele em sua obra para conceber uma das dimensões da sociedade unidimensional. Após a análise comparativa das duas obras e do confronto entre elas, que as esclarece mutuamente, a pesquisa tentará ainda mostrar tanto como deve ser entendido o conceito de sociedade unidimensional quanto à atualidade do conceito de Estado Beligerante.

Palavras-chave: Warfare State, Estado Beligerante, Complexo Industrial-Militar, Indústria Bélica, Sociedade Unidimensional,

Militarismo, Estado de Bem Estar Social, Guerra Fria, Imperialismo Estadunidense, Fred J.Cook, Herbert Marcuse.

Abstract

This research studies the nature and the history of the concept The Warfare State in the book The Warfare State, writing by Fred J.Cook in 1962 and in the book of Herbert Marcuse One dimensional-man, writing in 1964.

Key-words: Warfare State, Fred J Cook, Herbert Marcuse, One dimensional-man.

Agradecimento Especial

Agradeço especialmente a meu companheiro Renato B. Franco, professor livre docente da FCL Unesp Araraquara, pela solidariedade e presença permanente, pelas tantas horas dedicadas à discussão e acompanhamento desse trabalho em todas as suas etapas, assim como pelas valiosas sugestões. Sem sua participação e apoio esse trabalho seguramente não teria sido concretizado.

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Milton Lahuerta pela orientação, pela liberdade concedida e confiança depositada no meu trabalho.

Agradeço ao Professor Livre Docente Luís Fernando Ayerbe pelas observações feitas no exame de qualificação, as quais me encorajaram a retomar um percurso anteriormente abandonado.

Agradeço a Capes pela bolsa de auxílio à pesquisa concedida.

Agradeço a todos os amigos e familiares que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	pag.9
 PARTE 1. O conceito de Estado Beligerante nas obras de F.J.Cook e H.Marcuse.....	17
Capítulo I. A sociedade Unidimensional e a atualidade.....	18
Capítulo II. O Estado Beligerante segundo F.J.Cook.....	62
Anexo 1.....	165
 PARTE 2. O Estado Beligerante após a Guerra Fria	168
Capítulo I. O navio e o rochedo: a imagem atual dos Estados Unidos da América na bibliografia acadêmica.....	169

Um pouco de história:isolacionismo e/ou expansionismo?.....171

A imagem dos EUA na bibliografia acadêmica:.....178

Capítulo II. O Estado Beligerante após a Guerra Fria: últimas considerações.....251

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL.....272

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....273

APRESENTAÇÃO

A Pesquisa: objeto de estudo. Delimitação. Hipótese e metodologia.

Em minha dissertação de mestrado intitulada "*Transformações no processo de trabalho na sociedade unidimensional*" (2005) investiguei não apenas a natureza desse fenômeno, mas também como Herbert Marcuse, autor de *A Ideologia da Sociedade Industrial. O homem unidimensional* concebe a sociedade do pós- guerra nos países capitalistas mais desenvolvidos, a qual ele denomina de "unidimensional". Meu trabalho, em seus aspectos fundamentais, contraria frontalmente alguns dos intérpretes de sua obra, como é o caso das análises propostas por G Lebrun¹ retomada por Isabel Loureiro em *Breves notas sobre a crítica de Herbert Marcuse à tecnologia* (2003) ou a de Anthony

¹ G. Lebrun em sua crítica a Marcuse não identificou a distinção feita por este último à noção de técnica e tecnologia terminando por afirmar: "Mas o marxismo de Marcuse era muito pouco marxista. Como ser marxista condenando a razão técnica? (...) A condenação marcuseana do maquinismo, da razão técnica vai muito longe. Loureiro, I. Breves notas sobre a crítica de Herbert Marcuse à tecnologia. In: Pucci, B. ET ali (Org.). Tecnologia, Cultura e Formação:... ainda Auschwitz? São Paulo: Cortez, 2003.

Giddens em *O guru improvável: relendo Marcuse*², além de todas as que insistem em destacar, como sua principal contribuição, a união entre Marx e Freud levada a cabo em *Eros e Civilização*, ou que valorizam sua obra apenas enquanto ligada à Nova Esquerda. Se o primeiro vê na obra do autor uma recaída no determinismo, não mais de caráter econômico, histórico ou psicológico, mas técnico, e se ele não leva em consideração a fundamental distinção marcuseana entre técnica e tecnologia, Giddens, por seu turno, elabora um ensaio no qual se propõe a salientar a atualidade da obra do pensador alemão, que após o final dos anos trinta viveu o resto da vida nos EUA. Ele destaca, com argúcia e senso crítico, vários aspectos da obra de Marcuse, inclusive a análise da sexualidade na era do capitalismo tardio e as conseqüências potencialmente liberadoras dela, o que não é pouco. Porém, o sociólogo inglês simplesmente não reconhece uma das dimensões mais importantes e decisivas da obra do filósofo, ou seja, não valoriza em nenhum momento e em nenhum aspecto sua análise da sociedade capitalista desenvolvida. Nesse sentido, parece também conferir pouca importância ao conceito de "Sociedade Unidimensional".

Entretanto, ao contrário dos críticos citados, procurei esclarecer e valorizar em minha dissertação justamente a análise do autor sobre a "sociedade unidimensional". Dessa forma, destaquei as linhas de força de sua interpretação a fim de poder apontar e delimitar, num movimento que se pretende ao mesmo tempo analítico, o potencial crítico de conceitos fundamentais da obra, tais como o de técnica e o de tecnologia, automação, absorção da ideologia pelas relações de produção, sociedade do bem estar e sociedade beligerante, comportamento mimético, alteração das estruturas de

² Giddens, Antony. Política, sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo. Editora da UNESP, 1998.

classes, despotencialização da negação determinada no capitalismo tardio - que constata o enfraquecimento do potencial revolucionário da classe operária - e, por fim, o de sociedade unidimensional. Ao contrário de Giddens, penso que uma das heranças fundamentais legada pela obra do autor é justamente a análise, por ele proposta, da dinâmica da sociedade capitalista desenvolvida, particularmente nos Estados Unidos da América, no período do pós- guerra, no contexto de coexistência entre as duas superpotências, também conhecido como época da "Guerra Fria".

Nessa perspectiva, encerrei a conclusão de minha dissertação sugerindo que Marcuse apontou a intensificação de um processo que resultou na construção e consolidação da hegemonia global dos EUA, que seria posteriormente conhecido como "globalização". Poucos estudiosos lograram efetuar diagnóstico semelhante ao elaborado por ele no mesmo período. Sua interpretação não se fechava às possibilidades históricas concretas, ainda que tênues, da época. Embora, por exemplo, ele percebesse nesse contexto a quase impossibilidade de um desenvolvimento autônomo para os países subdesenvolvidos, concebia, em crispado movimento crítico, a possibilidade histórica de alguns países poderem, em certos casos especiais, ainda desenvolver uma industrialização autóctone, desde que soubessem elaborar uma política capaz de eliminar "as forças opressivas e exploradoras, fato que parecia implicar também a revolução social, a reforma agrária e a redução do superpovoamento". Em linhas gerais, contudo, apontava para o fato dessa possibilidade estar quase vedada porque o processo tecnológico - que ocupa posição central em sua análise e parece constituir o núcleo duro da atual lógica do capital que, por vezes, pode exigir a expansão da lógica territorial, para

usar o conceito de G. Arrighi³ -, se disseminava com grande velocidade para todos os recantos do mundo capitalista sem, porém, que isso atenuasse as enormes diferenças entre os países ricos e os pobres: ao contrário, intensificava ainda mais as diferenças. Sugeri então que, se considerarmos os acontecimentos históricos e econômicos na perspectiva proposta por Marcuse, a paisagem social de então em tudo parecia criar as condições favoráveis ao aparecimento de um novo tipo de imperialismo⁴, concluindo que

“A análise marcuseana da natureza beligerante da sociedade unidimensional - principalmente nos EUA - ganha importância nesse contexto. De fato, se tal tipo de sociedade necessita permanentemente da mobilização total com vistas a conter um suposto inimigo externo, que também se dissemina internamente, então sua ação poderá sempre buscar destruir para permitir a reconstrução da área atingida - fato decisivo para a determinação do grau de dinamismo econômico da sociedade agressora”.(Carvalho, D. *Transformações no processo de trabalho na sociedade unidimensional*⁵, p.120).

³ Em *O longo século XX. Dinheiro poder e as origens de nosso tempo* (1996) Giovanni Arrighi identificou duas lógicas que caracterizam o processo de competição interestatal e inter-empresarial. O autor as define como lógica territorial e lógica capitalista; na primeira o poder de uma nação seria proporcional à extensão de seus domínios, nela o capital seria apenas um meio para efetivação do controle territorial sobre vastas áreas. Na segunda o poder seria proporcional ao controle estabelecido sobre recursos escassos, de modo que o território seria o meio para a acumulação de capital.

⁴ “A realidade do imperialismo vai além do interesse imediato deste ou daquele investidor: o propósito subjacente é nada menos que manter, na maior extensão do mundo, abertura para o comércio e investimento das gigantescas corporações multinacionais (...) a meta será continuar estendendo sua influência externa. A diferença estrutural que distingue o novo do velho imperialismo é a substituição de uma economia, na qual muitas firmas competiam, por outra na qual compete um número reduzido de corporações gigantescas”. Magdoff, Harry. *A era do imperialismo*. São Paulo, Hucitec, 1978, p 9-10.

⁵ Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Sociologia junto a UNESP FCL/AR- (2005).

Tal conclusão, porém, exige o desdobramento da análise, o que era impossível de ser efetuado na dissertação. Desse modo, a conclusão do mestrado pode agora tornar-se o ponto de partida adequado da pesquisa de doutorado. Nessa, inicialmente concebi analisar como os Estados Unidos da América se tornaram uma potência global a partir do final do contexto da Guerra Fria, de fato encerrada em 1991, com o fim da então URSS. Logo, porém, percebi ser mais frutífero estabelecer uma discussão cujo objetivo fundamental seria o de ajudar a criar condições intelectuais e críticas que favorecessem o amplo esclarecimento dessa situação aparentemente esdrúxula, a saber: por que razão os Estados Unidos da América, depois do fim da época da Guerra Fria, intensificaram a edificação do "Estado Beligerante" ("Estado de Guerra") se todos os prognósticos apontavam justamente para a possibilidade histórica de uma atenuação da atitude beligerante? Enfim, por que os EUA passaram, em curto período histórico, de um estado virtualmente imperialista para a condição de um estado efetivamente imperial?

O início da pesquisa demonstrou efetivamente não ser adequado outro caminho: a questão que se impôs, inclusive como decorrência direta da concepção de Marcuse, apontava a necessidade de um esclarecimento preciso de um dos conceitos fundamentais de sua obra: justamente o de "Estado Beligerante". Dessa maneira, a questão que passou para o primeiro plano logo no início da pesquisa foi exatamente essa.

Uma das razões que tornaram essa questão fundamental deriva da própria análise efetuada por Marcuse. De fato, em sua obra, mas principalmente em *Ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional* ele afirma ser a sociedade unidimensional "uma combinação produtiva entre o

Estado de Bem Estar Social e o Estado Beligerante" (pag.38). Sua análise enquadra criticamente e de modo direto a sociedade estadunidense, assim como enquadra indiretamente as sociedades dos países capitalistas então mais desenvolvidos, revelando as tendências sociais nelas contidas. Nesse movimento, empreende uma análise crítica - ou dialética - do Estado de Bem Estar Social, mostrando enfaticamente suas relações tanto com o desenvolvimento do capitalismo estadunidense quanto com o contexto da Guerra Fria, que o tornou possível.

Entretanto, não desenvolve explicitamente uma análise ou uma concepção acerca do Estado Beligerante ou de Guerra (Warfare State). Isso, a meu ver, causa certo desequilíbrio na análise e torna tal conceito quase opaco - observação que não deixa de ser uma hipótese de trabalho. Assim, percebi ser fundamentalmente necessário um exame crítico de tal conceito, o que implica em investigar sua origem, seu significado e sua validade. A análise de tal conceito torna-se assim o objeto preferencial dessa pesquisa.

Minha hipótese é a de que Marcuse utilizou esse conceito apoiando-se na obra de um autor do período, a quem cita explicitamente nas páginas iniciais do livro (pag.20), afirmando ser tal autor uma de suas fontes: Fred J. Cook, autor de várias obras sobre os Estados Unidos na era da Guerra Fria, entre elas *The Warfare State*, que foi inapropriadamente traduzida para o português com o título de *O Estado Militarista*. Desse modo, a pesquisa deve se concentrar fundamentalmente na análise de tal conceito, investigando em detalhes sua configuração na obra mencionada.

Além disso, penso também que tal obra pode ser lida em contraposição à obra de Marcuse, de tal modo que esse movimento de dupla mão da leitura pode ajudar a iluminar tanto uma obra quanto outra. Mais precisamente, penso

que as deficiências do texto de Marcuse podem aparecer se sua obra for lida em contraposição ao livro de Cook. Do mesmo modo, esse livro também pode ser esclarecido em suas nuances diversas se confrontado com o do autor alemão.

Esse movimento de dupla mão da leitura pode ajudar sobremaneira a esclarecer não apenas o significado, a natureza e o alcance do conceito de Estado Beligerante em sua obra, mas também o de Estado de Bem Estar Social, já que Cook também utiliza esse conceito, embora muito provavelmente em um sentido bem distinto do de Marcuse: enquanto na obra deste pensador Estado de Bem Estar Social é tanto a sociedade opulenta quanto a sociedade administrada, em Cook o conceito parece indicar as políticas sociais e previdenciárias adotadas pelo Estado.

Tal movimento deve redundar, fundamentalmente, em um entendimento adequado do conceito de *Sociedade Unidimensional*. Minha hipótese, nesse quesito, implica a necessidade de se repensar criticamente tal conceito para que ele possa ainda ter algum valor na atualidade. De fato, não parece ser adequado pensar essa sociedade como uma combinação produtiva do Estado de Bem Estar Social e do Estado Beligerante se tal combinação for considerada como estável: ao contrário, tal combinação e mesmo tal conceito devem ser considerados como dinâmicos. Em outras palavras: minha hipótese é de que conferindo dinamismo a tal combinação pode-se pensar que um desses pólos sofra uma atenuação ou uma atrofia na mesma medida em que o outro pólo passa a ser predominante. Somente desse modo podemos ainda pensar na validade do conceito de Sociedade Unidimensional, no qual o conceito de Estado Beligerante parece ter adquirido grande preponderância.

Porém, isso pode não ser suficiente. Desta maneira, a análise deve ser concretizada com o exame da validade do conceito. Para tanto, a pesquisa deve ser encerrada com uma breve análise dos rumos do Estado Beligerante após o fim da Guerra Fria. Por esse motivo, o foco estará centrado nas atividades militares dos EUA e em sua indústria bélica.

Parte I

**O conceito de Estado beligerante na obra de
Herbert Marcuse e de F.J.Cook**

CAPÍTULO I

A SOCIEDADE UNIDIMENSIONAL E A ATUALIDADE

I

RELENDO MARCUSE: O LEGADO DE ONE-DIMENSIONAL MAN

One-Dimensional Man foi originalmente publicado em inglês em 1964 e traduzido para o português com o título "A Ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional". É talvez o principal livro de Marcuse, juntamente com "Eros e civilização." Em todo caso, é o livro que nos interessa aqui diretamente. Anthony Giddens atestou muito bem a importância do livro em um ensaio intitulado "O guru improvável: relendo Marcuse", publicado no livro "Política, Sociologia e Teoria Social", ensaio com o qual tentarei estabelecer um diálogo ao efetuar minha própria análise do livro. O trabalho de Giddens, afinal, é bastante lúcido e aponta tanto os aspectos mais relevantes da concepção elaborada por Marcuse quanto os eventuais defeitos dela. O crítico postula bastante bem a questão do valor atual do livro, ao indagar:

"O que uma leitura ou releitura do livro pode oferecer? O livro expressou uma fase transitória da vida política do Ocidente ou contém uma análise da sociedade contemporânea de importância duradoura?" (Giddens, A. 1998, p. 21)

A resposta que o autor apresenta a essa questão não coincide com a que procurei esboçar em minha referida dissertação de mestrado, embora apresente muitos pontos de contatos com ela. A diferença fundamental entre

a visão do autor inglês e a minha própria está no fato de que discordo fundamentalmente da afirmação, por ele sustentada, de que:

"...parece-me que vale a pena reconhecer dois níveis distintos de leitura em One-Dimensional Man. O livro pode ser visto como um texto "substantivo" que desenvolve algumas teses sobre a natureza das sociedades contemporâneas. Nesse nível, muito do que Marcuse tinha para dizer é quase ingenuamente inadequado. Mas o trabalho também pode ser interpretado, como se presume que Marcuse pretendia que fosse interpretado, como um estudo "sintomático": isto é, como uma defesa da teoria crítica da sociedade em uma era na qual o marxismo ortodoxo parecia ostentar sérias deficiências. Lendo o trabalho desse segundo ponto de vista, as concepções de Marcuse conservam seu interesse." (Giddens, 1997, p.271).

Ao efetuar a distinção entre as duas leituras possíveis, a "substantiva" e a "sintomática", o autor parece sustentar que o interesse do livro hoje reside muito mais no fato de ele representar um momento ou uma tentativa mais ou menos bem sucedida de revigorar o marxismo, recuperando sua musculatura, então debilitada pela situação asfixiante experimentada pela teoria, congelada ou paralisada por aquilo que se convencionou chamar de marxismo ortodoxo. Essa perspectiva, evidentemente, confina o interesse do livro à história do desenvolvimento do marxismo e a do destino da teoria crítica após tanto a Segunda Guerra Mundial quanto do processo soviético, tutelado pelo estalinismo. Entretanto, em oposição ao autor inglês, penso que a leitura "substantiva" pode efetivamente ser concretizada especialmente pelo fato de o livro se concentrar não exatamente sobre a natureza das sociedades contemporâneas, como quer Giddens, mas antes sobre os Estados Unidos da América, como, em outra passagem, o próprio autor inglês reconhece. É

correto afirmar que, enquanto visão global sobre as sociedades contemporâneas, o livro apresenta tanto uma versão esquemática das relações entre os países capitalistas avançados - que é de fato mais complexa e certamente mais nuançada - quanto tende a minimizar as diferenças entre eles.

Esse aspecto é considerado pelo crítico como uma das razões para recusar a leitura "substantiva", mas é preciso, em contrapartida, se ater à explícita pretensão de Marcuse, que é sem dúvida a de focar a sociedade estadunidense e de interpretá-la, apontando ao menos suas principais linhas de força e suas tendências internas, algumas potencialmente explosivas. Visto desse ângulo, a leitura pode se tornar bastante produtiva, especialmente porque a análise, ao focar os EUA, aponta para a possibilidade de que o ocorrido nesse país pudesse logo se espalhar e contaminar todo o mundo capitalista mais desenvolvido. Essa possibilidade é simplesmente descartada por Giddens, que a desconsidera completamente, mas, com esta atitude, ele também perde a oportunidade de considerar ou realçar a construção da hegemonia dos Estados Unidos da América, que, se ainda era parcial ou relativa ao mundo ocidental, logo se tornaria global. Faz parte da hegemonia o fato de o país hegemônico apresentar soluções econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas, que possam servir de modelo aos outros países. Giddens, contudo, não parece considerar os EUA como um país de fato hegemônico, o que não deixa de constituir um aspecto polêmico de sua interpretação. Essa passagem ilustra bastante bem a posição do sociólogo britânico:

"A discussão de Marcuse em One-Dimensional Man baseava-se explicitamente nos Estados Unidos. Como diagnóstico das tendências de desenvolvimento daquela sociedade, pelas razões que indiquei, o livro

era, no melhor dos casos, de uma plausibilidade limitada. Mas a suposição de que os Estados Unidos, como a sociedade capitalista mais avançada tecnologicamente, deixam uma trilha que os outros estarão destinados a seguir, deve ser tratada com algum ceticismo. Nós não podemos imaginar que exista apenas "um modelo de capitalismo avançado" e que outras sociedades simplesmente fiquem para trás no que se refere ao movimento em direção a esse modelo" (Giddens, p.274, 1997).

Giddens, porém, tem muita razão ao apontar certas imprecisões conceituais ou até mesmo algum descuido no rigor da argumentação geral. Em minha dissertação de mestrado, destaquei algumas dessas fraquezas da obra em questão. Algumas dessas imprecisões geram muita confusão e prejudicam o entendimento das teses principais de Marcuse. O conceito de "capitalismo avançado", por exemplo, não é esclarecedor, o mesmo ocorrendo com o conceito de "sociedade industrial avançada", que, aponta Giddens, mantém algum tipo de vínculo justamente com os conceitos utilizados por teóricos que Marcuse, em última análise, pretende refutar ou combater, como Daniel Bell. Além disso, frequentemente ele utiliza esses conceitos como equivalentes, quase como sinônimos, o que torna ainda mais complicado o entendimento de sua obra. O sociólogo logra, porém, resumir muito bem o livro, como se pode conferir nessa passagem, citada justamente por seu poder de síntese e esclarecimento, a qual servirá também, de forma muito apropriada, para iniciarmos a apresentação e discussão dos principais aspectos da obra:

"One-Dimensional Man foi organizado em três seções principais.

Nos primeiros capítulos do livro, Marcuse retratou o que chamou de "sociedade unidimensional" ou aquilo a que muitas vezes chamou de "sociedade industrial avançada". A segunda parte se preocupava com o

"pensamento unidimensional" - aquilo que Marcuse denominou de "derrota da lógica de protesto", que era resultado específico de um modo de desenvolvimento da ordem industrial avançada. Como conclusão, o autor colocou a questão "Quais alternativas existem? "Quais as possibilidades que se ofereciam para transcender uma forma de sociedade que Marcuse via fundamentalmente como repressiva, na qual as formas potenciais de protesto tinham sido aparentemente solapadas?"(Giddens, 1999, p.264)

II

TECNOLOGIA COMO PROJETO HISTÓRICO

Para iniciar a discussão da caracterização marcuseana do que ele denomina de "sociedade unidimensional", nada mais adequado do que começarmos pela constatação de que Giddens - assim como muitos outros estudiosos, sejam eles sociólogos ou não - costuma com muita frequência se referir ao conceito de "tecnologia", como se estivesse se referindo a uma realidade muito nítida e inquestionável. Uma afirmação comum entre teóricos sociais é a que atesta uma "liderança mundial dos EUA no setor tecnológico" ou "em tecnologia". A afirmação, contudo, carece de significado preciso e o termo não apresenta uma dimensão nítida, estando sujeito, portanto, à confusões de toda ordem. Penso que o conceito de tecnologia só pode adquirir sentido preciso e ser de alguma utilidade na teoria social crítica se previamente delimitado e, mais do que isso, amparado no interior de um corpo teórico que permita conferir-lhe certa dimensão e valor explicativo. Somente assim ele

poderá ter uso conseqüente e ser de enorme valia na análise das complexas questões suscitadas pelo moderno aparato técnico de produção da sociedade contemporânea.

Consciente dessa dificuldade, Marcuse parece constituí-la em uma de suas primeiras preocupações teóricas. De fato, essa questão aparece elaborada em um de seus ensaios dos anos 1940, intitulado "*Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*". O ensaio começa por uma caracterização original e precisa do que possa ser a "tecnologia", que o autor define nos seguintes moldes:

"A tecnologia é vista como um processo social na qual a técnica propriamente dita (isto é, o aparato técnico da indústria, transportes, comunicação) não passa de um fator parcial. A tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dos dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e de dominação" (Marcuse, 1998, p.74).

Marcuse não estava solitário nessa discussão. O tema da tecnologia havia sido objeto de discussão recente na cultura política ou filosófica européia, tendo mesmo, por volta de 1930, sido então alçado ao primeiro plano por vários teóricos dos mais diferentes matizes ideológicos. Muitos desses teóricos tinham enorme afinidade com o fascismo ou mesmo com o nacional-socialismo alemão, como parece ser o caso de Ernst Junger, O. Spengler, M. Heidegger, entre outros, conforme assinalou Jeffrey Herff em "*O modernismo reacionário*". Segundo esse autor, muitos desses teóricos estavam preocupados em fomentar a nação alemã a retomar o rumo de sua ambição imperial, então

parcialmente soterrado como resultado da derrota da Alemanha na primeira guerra mundial. Nessa medida, a ambição de tais autores era a de conciliar a cultura alemã, de caráter fortemente nacionalista, com o modernismo tecnológico dos países ocidentais, porque até então os objetos tecnológicos ou a técnica moderna era identificada como algo tipicamente não-alemão, isto é, como parte da "civilização", que caracterizaria países como a Inglaterra ou a França. Diante desse cenário, Marcuse parece se dedicar a refletir sobre a tecnologia a fim de oferecer uma visão materialista desse fenômeno e, dessa maneira, se contrapor a tais concepções conservadoras.

O filósofo alemão começa por introduzir uma distinção de longo alcance e inovadora entre "Técnica" e "Tecnologia". Este último conceito adquire uma fisionomia precisa, bastante diversa do de "técnica". Esta passa a ser concebida apenas como um "fator parcial" daquela. Como se pode observar na passagem acima citada, ela se refere aos equipamentos ou máquinas que compõem o universo produtivo, ou de transportes e comunicação. Nessa concepção, a técnica ganha uma significação clara: Marcuse a concebe apenas como referida a equipamentos ou máquinas tomadas isoladamente, ou seja, como uma máquina específica, mesmo se destinada a produzir outras máquinas, navios, trens, etc. Em contraposição à técnica, a tecnologia é entendida como um processo social de vasta amplitude, dotado de uma lógica própria, de um movimento específico no qual são gerados ou destruídos incontáveis fatos singulares. O autor parece até, em certa medida, se quisermos cometer um exagero que pode ser esclarecedor, identificar o processo tecnológico com a totalidade do capitalismo, ou, dito de outro modo, com o processo típico da dinâmica do capitalismo. De qualquer modo, o fundamental é assinalar que a tecnologia é entendida como algo que ultrapassa completamente a máquina singular: "é a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que

caracterizam a era da máquina".Tecnologia , assim concebida, só adquire sentido na formação capitalista.

Essa diferença aponta para muitas consequências. Uma delas é a de que ambos os conceitos são referidos a diferentes temporalidades históricas. Técnica é, por exemplo, aplicável a diferentes tipos de sociedades, quer elas se localizem no presente histórico, no passado recente ou no passado remoto. Para usar a terminologia marxista: técnica é encontrável nos diferentes modos de produção, enquanto que o conceito de tecnologia só pode ser referido ao modo de produção capitalista.O conceito também designa, enquanto um "modo de produção", a totalidade dos equipamentos técnicos existentes destinados aos mais variados fins e, nessa medida, é também uma forma de organizar e perpetuar as relações sociais. A natureza e alcance da tecnologia são, portanto, muito diversas das apresentadas pela técnica. Esta pode ser concebida, em certos casos, como neutra. A enxada, por exemplo, é um objeto técnico e pode ser considerado neutro, isto é, pode servir igualmente ao camponês, ao servo e ao burguês. A tecnologia jamais será neutra. A sua existência está completamente associada à existência e ao modo de ser de uma classe social determinada, vale dizer, a classe proprietária dos instrumentos de produção. Nessa perspectiva, Marcuse, dando um passo a frente e extraindo consequência radical da distinção apontada,sugere que a tecnologia é a expressão de um grande projeto histórico específico, o da burguesia, fato que será examinado com detalhes em uma das partes de One-Dimensional Man. Para esclarecer o pensamento do autor, esta passagem é notável:

"A maneira pela qual a sociedade organiza a vida de seus membros compreende uma escolha inicial entre alternativas históricas que são determinadas pelo nível de cultura material e

intelectual herdado .A própria escolha resulta do jogo dos interesses dominantes. Ela antevê maneiras específicas de utilizar o homem e a natureza e rejeita outras maneiras. É um "projeto" de realização entre outros. Mas assim que o projeto se torna operante nas instituições e relações básicas, tende a se tornar exclusivo e a determinar o desenvolvimento da sociedade em seu todo. Como um universo tecnológico, a sociedade industrial desenvolvida é um universo político, a fase mais atual da realização de um projeto histórico específico -a saber,a experiência, a transformação e a organização da natureza como mero material de dominação".
(Marcuse, 1973, p.19)

Ainda segundo o autor, o processo tecnológico, que às vezes é nomeado como "poder tecnológico", favorece o aparecimento de enormes empresas associadas, produtoras de enorme quantidade - e impressionante variedade - de mercadorias, reforçando assim a tendência social rumo à formação de verdadeiros impérios industriais, os quais possuem e controlam tanto os equipamentos e máquinas quanto os processos industriais, dentre os quais se incluem os modos organizacionais da produção. Ainda segundo esse raciocínio, o autor conclui também que o "processo tecnológico dita, em larga escala e quantidade, a forma e o tipo de mercadoria a serem produzidas" (Marcuse, 1973, p.77).

Esse aspecto da sociedade unidimensional acabaria por caracterizar ainda outro de seu traço fundamental, a saber, que o aparato total de produção funcionaria de modo diverso do das instituições políticas ou dos organismos estatais. Isso é claramente formulado numa passagem de "*A ideologia da sociedade industrial*:"

"... o aparato produtivo tende a se tornar totalitário no quanto determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais." (Marcuse, 1973, p18).

O processo tecnológico teria, portanto, vasta amplitude e seria fortemente totalitário porque atenuaria consideravelmente o grau de democratização de uma sociedade, mesmo no caso da sociedade estadunidense. Isso ocorreria porque sobre ele a sociedade, mesmo se considerarmos o conjunto das instituições democráticas nela vigentes, não disporia de meio algum de controle adequado ou eficaz. Esse fenômeno seria, anos mais tarde, bem caracterizado pelo historiador E.Hobsbawn, que, num dos ensaios do livro *"Globalização, Democracia e Terrorismo,"* afirma ser típico das sociedades capitalistas contemporâneas, tidas como democráticas - como é o caso da dos Estados Unidos, - um nítido enfraquecimento da democracia, visto que há nelas, por força dos acontecimentos e da lógica capitalista, um distanciamento cada vez maior entre as instituições democráticas e o centro decisório do poder. Esse aspecto do pensamento de Marcuse será ainda posteriormente reforçado, conforme veremos. De qualquer modo, esse aspecto suscita em Anthony Giddens uma recusa da análise marcuseana. Ele, de maneira alguma concebe haver uma tendência autoritária e não democrática nas sociedades capitalistas desenvolvidas. (Mais adiante, voltarei a esse assunto)

A distinção original elaborada por Marcuse a fim de permitir o reconhecimento das diferenças entre a técnica e a tecnologia adquire agora conseqüências radicais e ampla utilização no seio de uma teoria crítica da sociedade. De fato, a tecnologia, enquanto universo político e lógica da dominação organiza o funcionamento da totalidade das máquinas e

equipamentos que constituem o aparato produtivo. Este não funciona como seria de se esperar, segundo as potencialidades a ele inerentes porque a tecnologia conteria dentro de seu campo de interesses a potencialidade da técnica. Nesse sentido, pode-se perfeitamente concluir que ela materializa os interesses reais da classe dominante e de maneira alguma pode ser posta a serviço da eliminação da miséria ou da escassez: ao contrário, ela seria uma espécie de planejamento político da escassez. Para dizer de outro modo: se a técnica pode, no atual momento do desenvolvimento das forças produtivas, aspirar a dominar a natureza e, por esse meio, a produzir abundantemente de modo a minorar ou mesmo eliminar a escassez, a miséria e a submissão do homem a formas de trabalho árduas e penosas, a tecnologia, enquanto fonte do ordenamento e do estabelecimento das diretrizes produtivas do aparato material de produção, determina que tipos de produtos e em que quantidade o aparato pode produzir. Com isso, porém, o processo tecnológico determina também a promoção necessária, para sua própria sobrevivência e perpetuação, da escassez e da submissão do homem ao universo do trabalho.

Se até agora a análise da concepção sobre o que seja a tecnologia para Marcuse está referida principalmente ao ensaio de 1941, acima citado, podemos agora verificar como tal concepção desponta fortalecida no livro de 1964, *"A Ideologia da Sociedade Industrial. O homem unidimensional"*. Após tornar claro que sua análise pretende esclarecer as tendências futuras da sociedade industrial desenvolvida, Marcuse afirma:

"(Em tal sociedade) o aparato técnico de produção e distribuição (com um crescente setor de automatização) não funciona como a soma total de meros instrumentos que possam ser isolados de seus efeitos sociais e políticos, mas, antes, como um sistema que

determina a priori tanto o produto do aparato como as operações de sua manutenção e ampliação...” (Marcuse, 1973, p.18).

Essa concepção , ao contrário do que supõe Giddens no ensaio citado, parece ter amplas conseqüências e ser imprescindível para o esclarecimento, por parte da teoria crítica da sociedade, do itinerário político dos EUA após a segunda guerra mundial. De fato, ela permite entender o que Giddens não considera relevante, ou seja, a consolidação - não sem solavancos - da posição hegemônica dos EUA no período. Isso ocorre porque essa concepção tem a enorme vantagem de oferecer uma explicação plenamente aceitável da expansão do processo tecnológico para todo o mundo capitalista e, junto com ele, de toda uma gama de atitudes e estilo de vida, além de até mesmo um universo cultural por ele fortemente moldado. Essa irradiação fortalece o país da América do Norte e o torna uma espécie de líder mundial, um modelo para todos os outros que não querem ou não podem deixar de tentar de a ele se equiparar. Isso valeria também para os países não avançados, que estavam iniciando o processo de industrialização, conforme assinala Marcuse:

"Até mesmo nos EUA são inicialmente tendências,mas acredito que elas também venham a expandir-se de forma relativamente rápida nos países industriais menos desenvolvidos do mundo capitalista,já que atuam ... de maneira contagiosa fornecendo o modelo de industrialização ulterior também nos países mais atrasados.”(Marcuse,1999,p. 48)

Afinal, se extrairmos conseqüências dessa concepção de tecnologia - entendida como um processo - perceberemos que não há uma livre concorrência no campo da produção de máquinas ou equipamentos técnicos entre os países capitalistas. Explicando melhor: a tecnologia, enquanto processo, não permite a consideração de uma máquina isolada e, assim, não

permite também que um país se dedique à produção de uma máquina ou equipamento qualquer livremente concebido ou inventado. Ele só pode produzir tal coisa se previamente se adequar ao processo tecnológico, se acatar as diretrizes prévias que o regem, o qual ele não controla. Isso confere ao país capaz de orientar tal processo posição privilegiada, a qual serve de fundamento para a conquista da hegemonia mundial nesse campo.

Os países capitalistas que se adequarem ao processo tecnológico podem aspirar a conquistar uma determinada importância ou posição relevante na cadeia produtiva do processo tecnológico, o que normalmente redundará em uma forma de especialização de seu aparato produtivo, embora eles também podem diversificar sua produção, contanto que ela esteja vinculada a tal processo e a suas necessidades ou exigências globais. Esse país acaba assim por aceitar e participar da divisão internacional do trabalho, intensificando-a. Tal ordem de acontecimentos não elimina a possibilidade, ainda que remota, de abalar a hegemonia do país capaz de orientar tal processo. Ao contrário, à medida que os países capitalistas, por meio da adesão ao processo tecnológico, adquiram competência para produzirem uma maior diversidade de produtos, eles podem vir a ameaçar a posição do país líder.

Como um "a priori", o processo tecnológico orienta a produção de mercadorias, além de se constituir também, conforme Marcuse demonstra no capítulo 6 do referido livro, em sujeito do desenvolvimento científico. Assim, fica evidente que qualquer produto resultante do aparato técnico da sociedade é sempre um produto previamente destinado - ou planejado - para satisfazer determinados interesses de classe e, nessa medida, algo que está fundamentalmente orientado a certos usos, também previamente almejados. Ou, ao menos, a suscitar certos efeitos sociais e políticos

amplamente desejados. Ou seja, as aspirações individuais passam a ser mediadas fortemente pelo processo tecnológico, o qual se revela capaz de forçar a reconciliação do indivíduo com a sociedade. Dessa maneira, o vínculo entre tecnologia e dominação, estabelecido no artigo de 1941, pode agora ser reafirmado: "A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle e de coesão social." (Marcuse, 1973, p.18).

III

TECNOLOGIA E DOMINAÇÃO NA ERA DA GUERRA-FRIA

O vínculo entre tecnologia e dominação, acentuado em "One-Dimensional Man", deve ser entendido num contexto histórico e político específico, ou seja, o da época da "Guerra Fria", na qual as duas superpotências mundiais, os EUA e a URSS, lideravam os dois blocos antagônicos. É obvio que o processo tecnológico é historicamente anterior a esse período, que de fato é concebido pelo autor alemão "como a fase mais recente" de tal processo.

Nessa conjuntura histórica, a tecnologia sofre uma dupla determinação: por um lado, ela é um dos elementos vitais da competição entre os países e, de outro, é também requerida pela dinâmica interna da economia e da política nos Estados Unidos. Ou seja, o país se viu forçado a canalizar enormes energias produtivas e intelectuais para o desenvolvimento acelerado de novos equipamentos de produção destinados a produzirem toda uma gama de

produtos meticulosamente planejados, que portassem uma carga efetiva de significados políticos e que fossem também capazes de promover a sensação, para os seus consumidores, de que estes eram essenciais para a sobrevivência.

Os produtos deveriam ser percebidos como algo que correspondessem de fato ao desejo dos consumidores e, sobretudo, deveriam promover a sensação generalizada de que a sociedade capaz de oferecê-los a seus cidadãos era incontestavelmente uma boa sociedade. Em outras palavras: o sentimento advindo de tal tipo de consumo deveria reforçar a identificação do indivíduo com a sociedade que oferece a ele tal gama de satisfações. Ao lograr reforçar essa identificação, o processo tecnológico não apenas gerava uma atmosfera, na vida interna do país, de estabilidade política e de contenção da crítica e da oposição, como simultaneamente promovia uma forte coesão interna entre os cidadãos, que passavam a considerar como indesejável qualquer crítica ao país. Cada indivíduo, cada cidadão, saberia que a sociedade em que viviam deveria ser preservada e defendida, pois ela despontava a seus olhos como mais apetrechada do que qualquer outra, particularmente a do bloco soviético.

Esse aspecto suscitado pelo processo tecnológico possibilitou também o aparecimento de uma dimensão fortemente coercitiva na sociedade estadunidense. Esta disseminou em pouquíssimo tempo uma percepção baseada no pânico, fundamentada pelo terror de que o país pudesse estar permanentemente submetido a uma ameaça política oriunda do "inimigo externo", que, obviamente, logo foi identificado como sendo o bloco soviético. Com isso, não só reforçou ainda mais a coesão interna, mas também a coerção, que passou a ser percebida como legítima, já que o inimigo externo deveria ser combatido radicalmente. O EUA foi, inclusive, nos momentos iniciais da

Guerra Fria, capaz de criar uma espécie de "estado de exceção"⁶ a fim de combater o inimigo que, presumivelmente, ameaçava penetrar no país e se disseminar internamente. Esse período ficou conhecido como a "era do macarthismo"⁷, que atingiu seu auge em 1952.

A intensificação e a expansão do processo tecnológico nesse período é uma das características essenciais da "sociedade unidimensional." Toda a variedade de produtos tecnológicos destinados ao ambiente doméstico, da máquina de lavar roupa à geladeira, do liquidificador ao aparelho de som, parece ter sido planejada nessa conjuntura histórica-política. Eles ajudaram sem dúvida a estabelecer um estilo de vida que logo se espalharia por todo o mundo capitalista, em menor ou maior grau. Isso não só ajudou consideravelmente a garantir a supremacia tecnológica dos Estados Unidos, mas também a consolidar sua hegemonia, que logo se tornaria global, porque a maior parte dos países capitalistas passou desde então a orientar seu próprio aparato produtivo segundo o modelo fornecido pelos EUA. Nesse sentido, pode-se afirmar que a hegemonia foi conquistada mediante a capacidade do país de orientar o processo tecnológico em todo o mundo capitalista, provocando, ao mesmo tempo, impacto na economia do bloco soviético.

⁶ As restrições começaram a surgir com a aplicação da Ordem de Lealdade de Truman de 1947:

"Ordem executiva, dada pelo presidente Truman, para investigar funcionários do ramo executivo federal com o propósito de expulsar os indivíduos cujas atividades ou associações fossem consideradas desleais para os EUA". "A Lei de McCarran (Lei da Segurança Interna de 1950) exigia o registro de organizações comunistas e da frente comunista e proibia a imigração para os EUA de quem já tivesse sido membro de alguma organização totalitária (permitiam-se exceções nas emendas de 1951)". Syrrret, H. Documentos históricos dos Estados Unidos da América, 1980, p. 321 e 324

⁷ Seguindo a política de restrições o "macarthismo" teve início também no ano de 1950 quando o senador Joseph McCarthy ressuscitou o Comitê de atividades antiamericanas. De certo modo, o "Ato Patriota" proclamado por G. W. Bush logo após o 11/09/2001 também pode ser interpretado com o estabelecimento de um "estado de exceção". Sobre essa questão consultar o livro Estado de Exceção de G. Agambem, de 2004.

Um bom exemplo da supremacia conquistada pelos EUA, que o qualificou mundialmente a fornecer as diretrizes do processo tecnológico, seria a produção planejada dos computadores pessoais, ou como se diz em alguns países, dos "ordenadores pessoais", que rapidamente, a partir dos anos 1970 e 1980, se espalharam por todo o mundo e mudaram os hábitos e a cultura de populações de inúmeros países, além de introduzir profundas modificações no processo de trabalho em todos os recantos. Outro exemplo seria o fornecido pela produção de armas, setor em que os EUA há muito tempo lidera e não admite concorrência de espécie alguma. O vínculo entre tecnologia e armamentos é antigo e conhecido, não foi inventado pelos Estados Unidos da América. G. Arrighi mostra muito bem esse fenômeno no livro *"Caos e Governabilidade"*, como podemos ver nessa passagem:

"Durante aproximadamente 60 anos após 1788, as vantagens geopolíticas e as inovações organizacionais continuaram a ser os principais determinantes do equilíbrio de poder entre as nações européias. De meados de 1840 em diante, contudo, a aplicação dos produtos e processos da Revolução industrial às atividades bélicas - "a industrialização da guerra", nas palavras de Willian McNeill (1982, capítulos sete e oito) - começou a transformar a capacidade industrial relativa no mais importante determinante isolado.

Essa mudança começou para valer no auge da hegemonia britânica, quando a marinha francesa adotou navios a vapor blindados, equipados com canhões de grosso calibre, que tornaram irremediavelmente obsoletos os navios de guerra construídos em madeira. À medida que a marinha francesa foi lançando encouraçados cada vez mais sofisticados, a partir de meados da década de 1840 até 1860, a marinha britânica não teve alternativa senão seguir o mesmo curso. "Cada inovação francesa provocava medidas contrárias imediatas

na Grã-Bretanha, acompanhadas por uma agitação popular a favor de um maior poder naval" (McNeill, 1982, p.225-7).

Quando outras nações entraram na corrida, a industrialização da guerra adquiriu um impulso próprio... "(Arrighi, G. & Silver, B. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial, 2001, p.78).

"Industrialização da guerra" pode perfeitamente ser traduzido para o âmbito da terminologia de Marcuse e ser entendida tanto como um tipo de expansão planejada do processo tecnológico quanto como uma reorientação dele. Planejar a construção tecnológica de armas e orientar o aparato produtivo para a produção delas não é, portanto, um fato recente, mas sim do século XIX. Entretanto, tal fato adquire enorme importância no século XX, não apenas porque este conheceu duas guerras mundiais, mas, sobretudo, porque a luta pela hegemonia global parece ter exigido uma corrida armamentista entre as duas superpotências. O fim da competição militar entre elas, porém, não estancou de modo algum a corrida armamentista: antes, serviu de fundamento para os EUA acumular, como nenhum outro país na história, um impressionante poder militar, que supera em muitos aspectos a soma do poder militar dos países que, em outros níveis da existência social, são seus competidores. Isso gerou um fenômeno que devemos, mais à frente, examinar detalhadamente nesse trabalho: a formação daquilo que ficou conhecido como "o complexo industrial militar", conforme a formulação de Eisenhower. Contudo, também a formação de complexos industriais que mobilizam capitais privados no setor de armamentos não foi criação dos norte-americanos: "Um segundo aspecto da reorganização da indústria européia de armamentos foi a introdução da iniciativa privada, em larga escala, na corrida armamentista."(Arrighi, G. & Silver, B. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial, 2001, p79).

A expressão "complexo industrial militar" pode ser ambígua e induzir a erros na análise da natureza das modificações ocorridas tanto no plano interno dos EUA quanto no plano externo. Entretanto, ela pode ser também uma expressão adequada e ter valor na teoria social crítica se a procurarmos entender em um sentido não tão amplo ou genérico, mas de um modo mais mediado, isto é, mais determinado. De fato, no início do século XIX, conforme ensina Arrighi, a violência e a decisão de desencadear ou gerir uma guerra pertencia estritamente ao âmbito do Estado e, nessa medida, era um ato decididamente político. É evidente que tal decisão afeta a economia do Estado-Nação, mas o importante aqui é realçar que a produção de armas, o emprego de mão de obra nessa atividade e a decisão do que - e em que quantidade - produzir é uma decisão tomada pelo Estado.

Com a conseqüente participação da indústria privada na produção de armamentos, a situação se alterou em profundidade, forçando uma modificação no papel do estado. Este já não seria uma instância isolada, que podia decidir soberanamente sobre as questões relativas à guerra ou à paz: de algum modo, ele deveria compartilhar, nesse novo contexto histórico, essas decisões com a indústria de armas e de equipamentos militares. Talvez date desse período apontado por Arrighi, que podemos entender como o da era do imperialismo - que deve, por seu turno, ser entendido não como "a última etapa do capitalismo", como pensava um dos autores mais admirados do marxismo bolchevique, mas como "a primeira etapa efetiva do poder político da burguesia", conforme concepção formulada originalmente por Hanna Arendt, - a origem remota daquilo que hoje chamamos de "complexo industrial-militar".

O fato a ser observado aqui é que, se as armas são doravante produzidas por indústrias privadas, as quais decidem sobre quando produzi-las, como, de

que tipo e em que quantidade, então elas são uma mercadoria entre outras e estão, nessa condição, sujeitas às mesmas condições materiais que qualquer outra mercadoria. Elas são feitas para serem vendidas a algum consumidor e efetivamente consumidas, a fim de que a necessidade de reproduzi-las se imponha. Nesse ciclo de produção - consumo - produção, a guerra e o ato de violência por parte do Estado aparecem agora, na nova conjuntura histórica, como uma necessidade. A guerra desponta como um tipo de imperativo econômico, uma atividade entre outras, que, em certa medida, dita o ritmo daquilo que mais tarde seria denominado, conforme a expressão original de Vance Packard, de "obsolescência planejada".

Nessa perspectiva, o Estado passa a estar sujeito a fortes pressões desse novo agente político-econômico, o "complexo industrial militar". Este, entretanto, pode não se reduzir aos fortes grupos econômicos voltados para a produção de armas - sejam elas destinadas ao consumo civil ou ao militar, ao consumidor individual ou ao Estado -, os quais são capazes de estabelecer uma forma de união quase umbilical com os aparelhos de estado, mas inclui também, já que a guerra visa a destruição da infra-estrutura produtiva de outras nações, vários setores da indústria da reconstrução dessas mesmas infra-estruturas. O interesse do complexo industrial militar, entendido desse modo, seria o de destruir para reconstruir.

Nesse sentido, a sociedade unidimensional caracterizada por Marcuse, ao se constituir como um amálgama entre o Estado de bem estar social e o estado de guerra, tanto atualiza quanto confere dinamismo inédito a este tipo de complexo industrial militar. A expressão aponta ainda para uma união entre os interesses dos empresários e dos militares. Como já foi anteriormente assinalado, o objetivo dessa pesquisa é o de tentar esclarecer os motivos que

contribuíram para o fortalecimento do estado de guerra nos EUA após o final da Guerra Fria e, dessa forma, para a consolidação da hegemonia global dos países. Nessa medida, a pesquisa envolve também um esclarecimento do que possa ser e como age o referido "complexo industrial militar".

IV

SOCIEDADE SEM OPOSIÇÃO

Outra tese fundamental apresentada no referido livro de Marcuse está relacionada à uma das teses centrais da primeira teoria crítica da sociedade capitalista. Segundo esta, o proletariado seria a "negação determinada" da sociedade burguesa. Ou seja, nesse tipo de sociedade a contradição seria constitutiva, de modo que seria no seio dela mesma, no decorrer de seu desenvolvimento histórico, que sua própria negação seria constituída. Este elemento contraditório, negativo, seria a classe dos trabalhadores industriais, ou seja, o proletariado. Tanto para Marx como para todos os demais autores vinculados a tal concepção teórica, o proletariado desponta, na sociedade burguesa, capitalista, como o portador da crítica teórica e prática dessa sociedade: ele é, desse modo, concebido como o sujeito da ação transformadora da própria sociedade. Isso decorreria de sua natureza mesma, ou seja, a de ser uma classe particular que, ao se constituir como sujeito e agente do processo histórico, torna-se a classe que pode estabelecer a supressão de todas as outras classes, visto que poderia criar uma sociedade de produtores, vale dizer, de uma única classe. Dizer isso equivale a dizer que esta classe particular tem o poder e a capacidade de

abolir a existência das classes sociais. Ele seria a classe particular portadora da classe universal. Marcuse parte dessa constatação ao afirmar:

"Uma ligeira comparação entre a fase de formação e sua situação atual poderá ajudar a mostrar como as bases da crítica foram alteradas. Em suas origens, na primeira metade do século XIX, quando elaborou os primeiros conceitos, a crítica da sociedade capitalista alcançou concreção numa mediação histórica entre teoria e prática, valores e fatos, necessidades e objetivos. Essa mediação histórica ocorreu na consciência e na ação política das duas grandes classes que se defrontavam na sociedade: a burguesia e o proletariado. No mundo capitalista, ainda são as duas classes básicas." (Marcuse, 1973, p.16).

Entretanto, ao analisar a sociedade configurada nos Estados Unidos após a segunda guerra mundial - ou até mesmo a dos países capitalistas industrialmente desenvolvidos, nos quais vigora o que ele chamou de processo tecnológico -, Marcuse identifica uma atenuação do potencial revolucionário do proletariado. Isso corresponderia a uma espécie de despotencialização da negação. A que se deveria esse fato? Segundo o autor, isso possivelmente decorreria do fato de que a classe operária estaria então objetivamente se beneficiando das condições materiais vigentes na sociedade estadunidense. Esse benefício adviria, no plano interno, do fato de os membros dessa classe usufruir, de um modo ou de outro, dos produtos do aparato produtivo. Eles, ao contrário do que ocorreu no século XIX, não estariam afastados do consumo dos bens socialmente produzidos. No plano externo, sentiam-se privilegiados por não serem super explorados, como os operários dos países subdesenvolvidos, então chamados do "terceiro mundo". Marcuse nota bem essa transformação:

"... o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função dessas duas classes de tal modo que elas não mais parecem ser agentes da transformação histórica. Um interesse predominante na preservação e no melhoramento no status quo institucional une os antigos antagonistas nos setores mais avançados da sociedade contemporânea" (Marcuse, 1973, p.16).

Este fenômeno geraria uma despotencialização da crítica, ou seja, criaria dificuldades objetivas extraordinárias para a atividade crítica que passaria a ser desqualificada como atitude típica de rebeldes ou de descontentes de todo tipo, o que equivale a dizer que ela perderia toda legitimidade, parecendo sempre arbitrária e despropositada. A crítica mudaria de natureza, pois deixaria de ser prática, sofrendo conseqüentemente significativa redução de seu papel: ela passaria a ser destinada à identificação dos pontos falhos da vida unidimensional a fim de aprimorá-la, mas sem a idéia de transcender praticamente a sociedade estabelecida. Nas palavras de Marcuse:

"...a própria idéia de transformação qualitativa recua diante das noções realistas de uma evolução não explosiva proporcionalmente ao grau em que o progresso técnico garante o crescimento e a coesão da sociedade capitalista. Na falta de agentes e veículos de transformação social, a crítica é assim levada a um alto grau de abstração. Não há campo algum no qual teoria e prática, pensamento e ação, se harmonizem. Até mesmo a análise mais empírica das alternativas históricas parece especulação irreal, e a adesão a ela uma questão de preferência pessoal ou grupal." (idem, p.16).

A integração da classe operária à sociedade que ela deveria contestar não se concretizou, porém, apenas com a possibilidade de ofertar a ela um acesso ao consumo dos produtos tecnológicos, então percebidos como o melhor

que a sociedade poderia oferecer. Essa integração ,assim como a supressão da crítica, também se fez praticamente, isso é, por uma ação consciente, repressiva e truculenta, por parte do Estado. Se o Estado de Bem Estar Social consolidou e estabilizou essa integração, foi o estado de exceção implantado no início da década de 1950 que, decididamente, por meio do terror, ajudou a erradicar a oposição e a enfraquecer o eventual ânimo revolucionário dos trabalhadores do país.

Além disso, cumpre notar também que essa situação propiciou ainda uma colaboração estreita entre os sindicatos, as lideranças empresariais e mesmo o Estado. Giddens, no ensaio nomeado, notou bem esse fenômeno, assim como suas conseqüências e implicações na conjuntura histórica formada pela era da Guerra Fria:

"... internamente, o capitalismo competitivo do século XIX cederia lugar a uma economia industrial organizada, na qual o estado, as grandes corporações e os sindicatos coordenavam suas atividades para promover o crescimento econômico. Mas essa era também uma economia engrenada para a ameaça de Guerra, na qual grandes somas eram gastas em armamentos e a ameaça do "comunismo internacional" era utilizada para promover a unidade política entre programas e partidos políticos supostamente divergentes. "(idem, p.266)

Giddens, ao examinar a passagem abaixo citada, identifica com precisão uma das principais características da sociedade unidimensional: esta seria uma sociedade de "mobilização total". Ou seja, isso significa que ela passaria a ser estruturada em função da existência de um suposto inimigo externo, de um inimigo nacional, representado como capaz de causar danos permanentemente a ela. A mobilização total teria portanto como fundamento o medo diante tal inimigo, ainda que inventado. A manutenção do medo, porém, sempre depende

da estabilização ou intensificação da imagem do inimigo: dessa maneira, esse deve ser incessantemente evocado, deve estar sempre presente. A conclusão marcuseana é clara: o autor afirma ser tal mobilização o elemento que confere à sociedade um elevado grau de unidade, servindo objetivamente para conter os conflitos e as contradições sociais:

"Mobilizada contra essa ameaça (a representada pelo comunismo internacional), a sociedade capitalista demonstra uma unidade interna e coesão desconhecidas em etapas precedentes da civilização industrial. É uma coesão em um plano bem material: a mobilização contra o inimigo funciona como um poderoso estímulo à produção e ao emprego, mantendo assim um alto nível de vida" (Marcuse, 1973, citado por Giddens, p.266).

A identificação da "sociedade unidimensional" com a "sociedade da mobilização total" aponta para a formação e consolidação, em seu seio, do que Marcuse denomina de "Estado de guerra" ou "Estado beligerante" (como quer a tradução brasileira.) Este aspecto dela implica a construção de um poderoso aparato militar e de um correspondente "complexo industrial militar", conforme já apontei. A organização da vida política passa a ser também uma constante organização para a guerra. Isso tem ampla consequência. Marcuse, inclusive, faz uma observação que, embora não ocupe papel de destaque em sua análise, tem grande relevância para essa pesquisa: ele supõe que a automação da produção, que seria também uma das características da sociedade unidimensional, em pouco tempo poderia gerar uma espécie de obsolescência do trabalho produtivo e esse fenômeno, por seu turno, acarretaria a necessidade imperiosa de um desmedido crescimento do setor militar.

Essa observação pode conter um diagnóstico preciso sobre a tendência futura da sociedade unidimensional. De fato, se o crescimento desse setor -

aqui remetido à formação e desenvolvimento do "complexo industrial militar" - foi altamente significativo durante o período da Guerra Fria, ele não foi menos espetacular após o fim dessa. Isso ocorreu em detrimento de todas as expectativas de que ele poderia, com o fim dessa conjuntura política, se restringir. Desse modo, embora a sociedade unidimensional seja concebida como a combinação produtiva das características da sociedade do Bem Estar Social com as do Estado de Guerra - ou Beligerante-, o componente que conheceu grande desenvolvimento foi justamente este último. Conforme já sugerido, esse crescimento também foi, em larga medida, determinado pelo fato de a sociedade estar também constantemente em "mobilização total", a qual pressupõe, por parte do estado, a eleição de um inimigo externo capaz, supostamente, de atuar de maneira espetacular também no plano interno. Assim, a mera existência ou reconhecimento da existência desse tipo de inimigo poderia servir de justificativa para qualquer atitude por parte do Estado, desde que percebida como destinada a contê-lo.

Se, em alguns momentos específicos, como pode ter sido o caso da época da guerra do Vietnã, esse crescimento exigiu o engajamento em alguma guerra ou escaramuça internacional a fim inclusive de tanto dinamizar temporariamente a economia quanto engajar os desempregados - já que o aparato produtivo, automatizado, não mais requeria grande quantidade de contingente de trabalhadores -, em outros ele simplesmente requereu, até para sua sobrevivência e perpetuação, a escolha de novo inimigo, seja este algum país indefeso, seja um suposto grupo terrorista transnacional para, tanto contra um como contra outro, poder, de tempos em tempos, promover uma ação militar.

Se alguém examinar a história recente dos EUA certamente não encontrará nenhuma dificuldade para comprovar tal afirmação. Aliás, convém destacar que as ações militares do país começaram no século XIX, com as ações expansionistas em solo americano, como é caso da anexação de parte do México, em 1848. Embora se declarassem isolacionistas e afirmassem buscar não participar de intervenções fora de seu território, o país já oscilava entre esse dois pólos, a saber, entre a contenção isolacionista e a tendência expansionista. Desse modo, após a Segunda Guerra mundial, essas ações se prolongaram por territórios africanos e asiáticos, sem contar as intervenções mais ou menos discretas em vários países da América Latina durante os anos 1960 e 1970. Após a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da Guerra Fria, em 1991, os EUA continuaram a intensificar as ações militares no exterior, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001. Relembremos ainda, a título de esclarecimento, algumas dessas intervenções patrocinadas pelos EUA: em 1991, houve a invasão do Golfo pérsico e a primeira guerra ao Iraque; em 1992-94, a invasão da Somália; em 1998, ocorreu a invasão do Sudão; em 1994-45, a do Haiti; em 1998, a invasão do Afeganistão e, em 2003, a segunda guerra contra o Iraque. Essa tendência para a constante ação militar, característica do Estado Beligerante, foi recentemente reforçada de maneira considerável pela nova doutrina Bush, segundo a qual os EUA podem fazer guerra preventiva tanto contra países inimigos quanto com aliados, sempre que se sentir ameaçado.

Antes de prosseguir, pode ser útil a elaboração de um resumo de como Marcuse caracteriza de fato a sociedade unidimensional, particularmente a esboçada no capítulo do livro dedicado à análise do "Fechamento do universo político" de tal tipo de sociedade. Nesse capítulo, o autor afirma:

"A sociedade da mobilização total, que toma forma nos setores mais avançados da civilização industrial, combina em união produtiva as características do Estado de Bem Estar Social e do Estado Beligerante"(Marcuse, 1973, p.38).

Comparada com as precedentes, ela seria um novo tipo de sociedade. Suas principais tendências podem ser assim caracterizadas: a sociedade do "bem estar social" teria sido forjada no período compreendido entre o final da guerra (1945) e 1973, período no qual o mundo experimentou reconhecido crescimento econômico. Esse crescimento resultou de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos atores do processo de desenvolvimento capitalista: o equilíbrio de poder que passou a prevalecer entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e o Estado - com novas atribuições - formou a base de poder da expansão do pós-guerra. A derrota dos movimentos radicais do período se deu não apenas com a adoção de uma espécie de estado de exceção não publicamente declarado de forma direta, acima apontada, como também por meio da lei conhecida como a de Tafft Hartley⁸, de 1947, que tornava os sindicatos submissos a uma disciplina legal estabelecida pela referida lei. Desse modo, a burguesia teria afinal logrado controlar seu principal inimigo.

Caso alguém desejasse explicar em termos econômicos os fundamentos dessa sociedade, talvez não fosse descabido apontar que, nela, ao poder

⁸ "Lei do Congresso, posta em vigor apesar do veto do presidente Truman, que apresentava emenda à Lei Nacional das Relações dos Trabalhadores e estabelecia novos padrões de relações entre empregados e empregadores. Proibia práticas injustas de organizações de trabalhadores, o closed shop (estabelecimentos que só admitem empregados sindicalizados) e as contribuições dos sindicatos às eleições federais. Responsabilizava os sindicatos pelos atos dos seus agentes, requeria dos funcionários declarações escritas juramentadas de que não eram comunistas. Estipulava um período de esfriamento de sessenta dias antes de se convocar nova greve... Sujeitava os sindicatos a processos sob a alegação de violação de contrato". (Syrett, H. Documentos históricos dos EUA, 1980, p.321).

corporativo caberia garantir o crescimento sustentado de investimentos que aumentassem a produtividade, garantissem o crescimento e elevassem o padrão de vida por meio de uma base estável para a concretização dos lucros. O Estado, por sua vez, deveria assumir uma série de novas obrigações, pois a produção em massa, envolvendo pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para poder efetivamente ser lucrativa. Ele também se esforçou para controlar os ciclos econômicos por meio da combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no referido período. Essas políticas foram dirigidas para áreas de investimentos públicos em setores como o transporte, produção de energia, comunicações, etc., vitais para o crescimento da produção, do consumo e da garantia de emprego pleno. Os governos buscavam também fornecer um forte complemento do salário social com gastos significativos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, entre outros aspectos. Além disso, cumpre destacar que o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos de participação dos trabalhadores na produção.

As formas de intervenção, ou, para dizer de outro modo, de regulação da economia pelo Estado, variaram muito entre os países capitalistas avançados. Diferenças qualitativas e quantitativas são encontradas no padrão dos gastos públicos, no da organização dos sistemas de bem estar social ou no grau de envolvimento ativo do Estado, em oposição ao envolvimento tácito nas decisões propriamente econômicas. Apesar dessas diferenças consideráveis, diversos governos nacionais de tendências ideológicas distintas criaram tanto um crescimento econômico estável quanto um aumento dos padrões materiais de vida por meio da combinação de "estado de bem estar social, administração keynesiana e controle das relações de salário." Marcuse sustenta ainda que a

economia passou a depender até mesmo de alianças militares⁹ mundiais, como é o caso da OTAN, além de estabelecer planos de "assistência técnica" ou planos desenvolvimentistas, como os adotados para a América Latina.

O raciocínio de Marcuse aparece agora fortemente contextualizado, visto que o cenário da Guerra Fria desponta como fundamental para a determinação das características da sociedade unidimensional. Assim, dentre estas, destaca como decisivas tanto o referido "conluio" e "aliança" entre os negócios e o trabalho organizado quanto a integração dos partidos comunistas de vários países á luta política institucional, coisa que "teria ocorrido até mesmo na França e na Itália". Para o autor, tal fato seria um eloqüente *"testemunho da tendência geral... ao aderirem a um programa mínimo que arquiva a tomada revolucionária do poder e concorda com as regras do jogo parlamentar."* (Marcuse, 1973, p.39) Tal fato não poderia ser interpretado como mero resultado do "movimento tático ou de estratégia de curto alcance" desses partidos, mas sim como expressão da profundidade e da extensão das transformações do capitalismo, geradoras de irresistível força integradora. Acrescenta ainda ser esse cenário completamente adequado às características do "Estado Beligerante", estando a ele indissolúvelmente atado.

De fato, como já foi apontado, tal cenário possibilitou a eleição de um inimigo externo, o qual supostamente deve ser combatido implacavelmente.

⁹ "Existe também o negócio criado pela duradoura influência da assistência militar. Um dos resultados necessários do programa de assistência militar e da coordenação militar dos diversos tratados militares regionais é a padronização dos armamentos empregados nos países receptores. Não é apenas questão de política, mas de um assunto prático. Desde que seja fornecido a um exército um determinado sortimento de equipamentos, as exigências de munição, substituição e aumento devem ser eficientemente proporcionadas pela mesma fonte. Resulta disso uma permanente maré de bons negócios para os fabricantes de armamentos dos EUA ... A expansão e a padronização dos armamentos da NATO abriram novas áreas para autorizações no estrangeiro." (Magdoff, H. A era do imperialismo, 1970, p. 149).

Esse aspecto, afirma o autor, não pode ser separado da formação do Estado de Bem Estar Social. Eles são intimamente ligados. Marcuse os associa explicitamente: *"... os antigos conflitos no seio da sociedade são modificados e arbitrados sob o duplo (e inter-relacionado) impacto do progresso técnico e do comunismo internacional"*(idem, p.40). Ambos são necessários, na sua concepção, para a conquista e concretização da "sociedade afluyente", como, às vezes, a sociedade unidimensional é denominada: a ameaça proveniente da suposta existência de um inimigo externo - cujo poderio é sempre super dimensionado - atua como poderosa força inibidora do desenvolvimento das contradições no seio de tal sociedade:

"As lutas de classe são atenuadas e as contradições imperialistas suspensas diante da ameaça externa. Mobilizada contra essa ameaça, a sociedade capitalista ostenta união e coesão internas desconhecidas em etapas anteriores da civilização industrial."(idem, p.40)

A associação estreita entre Guerra Fria, crescente produtividade e elevado padrão de vida, jamais antes atingido, permite ao autor identificar a gênese de um fenômeno típico desse tipo de sociedade, a saber, de um novo e eficaz universo de "administração social". Esse conceito a ponta para *"aquele estado para o qual se dirigem as sociedades capitalistas tardias e que a ideologia apresenta como o melhor dos mundos possíveis"*, segundo a formulação de Marc Jimenez (1977, p.199). A administração da sociedade nessa era tende a se tornar total. Ela seria realizada com o controle da vida política por meio tanto da coesão social, resultante (conforme já assinalado) do medo diante do (suposto) inimigo externo, que se infiltraria também no plano interno do país, quanto da aceitação plena do elevado padrão de vida, o qual se traduziria no estímulo constante para a adoção do consumo como estilo de vida. O resultado mais notório desse novo tipo de administração social seria

o estabelecimento de condições materiais adequadas para viabilizar o controle das crises típicas do capitalismo mediante a conseqüente estabilização dos conflitos sociais mais agudos. A aparente extensão e profundidade de tal modo de administração leva Marcuse a indagar se essa estabilização "seria temporária" - isso é, se ela afetaria ou não as raízes dos conflitos fundamentais do capitalismo - ou, ao contrário, seria "uma transformação da própria estrutura contraditória, que resolve as contradições ao torná-las toleráveis".(Marcuse, 1973,p.40)

V

O CONSUMO COMO ESTILO DE VIDA: DO CIDADÃO AO CONSUMIDOR.

O controle centralizado da sociedade unidimensional no período apontado jamais age às cegas: a administração total é dotada de um tipo de racionalidade que, oriunda do processo tecnológico, se converte em "lógica da dominação". Esta lógica exige o desenvolvimento amplo e minucioso de inúmeras práticas ou atividades sociais destinadas a reforçá-la. Ela aponta assim para uma espécie de "guerra cotidiana contra a libertação", segundo o autor. (idem, p.26), objetivando sempre implantar ou programar "necessidades materiais e intelectuais perpetuadoras e formas obsoletas de luta pela existência" (idem, p.26). Nessa direção, a incessante produção e reprodução de necessidades exige que o aparato técnico seja orientado, de modo planejado, para ofertar produtos destinados a estimular e a satisfazer tais necessidades, de forma

que tanto as máquinas envolvidas nessa atividade quanto os produtos gerados podem ser considerados "instrumentos políticos".

A "guerra cotidiana contra a libertação" exige, portanto, não só uma incessante produção de produtos os mais variados - uma grande variedade de mercadorias, enfim -, como também uma disposição irrefreável do cidadão para consumi-la; entretanto, isto o transforma em objeto do processo tecnológico, embora este forje um álibi convincente, ou seja, o de que produz o que os homens desejam. Como objeto, ele é destituído da condição de cidadão para se transformar em consumidor. Para lograr tal façanha, o processo tecnológico recorre ao que Marcuse chama de "super imposição das necessidades", de modo que estas não podem nunca ser confundidas com as necessidades básicas, as quais são comuns em todos os modos de produção, como as advindas das necessidades de comer, dormir, morar e reproduzir.

Concebido dessa maneira, o ato de consumir é elevado na sociedade unidimensional à condição de um "estilo de vida". Consumir, adotar tal estilo, é socialmente incentivado e valorizado. Certamente, Marcuse não foi o único autor a perceber isso nessa conjuntura. Outros autores também observaram tal fenômeno, como deve ser o caso de Thorstein Veblen e Vance Packard, entre outros. Porém, ele foi um dos poucos a interpretar em profundidade o sentido social desse fato, numa conjuntura em que tal atitude teimava em não se revelar, até porque ela era ainda uma tendência social.

Contudo, atualmente, diante do início do declínio da hegemonia dos EUA, muitos intérpretes da sociedade estadunidense apontam o consumismo¹⁰ como uma de suas características básicas e mais significativas. Quase todos

¹⁰ O consumismo exerce nítida influência na economia na medida em que fortalece o centro estratégico da estrutura industrial existente.

eles destacam, em maior ou menor grau, o fato de o consumismo ter até agora ajudado consideravelmente a manter de forma quase extraordinária a coesão e a estabilidade política interna, de modo que muitos também ressaltam a dificuldade de conter tal atitude, caso os EUA entrem em uma recessão e sejam obrigados a estimular a poupança interna e, para melhor reagir a ela, criar dificuldades objetivas para o consumo em larga escala. E.Hobsbawn, por exemplo, em *"Globalização, democracia e terrorismo"* nota que o EUA sempre foi um país de imensas proporções continentais e que, diferentemente dos ingleses, pode, graças a esse aspecto, crescer "para dentro", ou seja, criar um enorme mercado consumidor que dinamizava de modo ímpar e acelerado a economia. Ele observa que muito do que o país produzia era voltado ao mercado local, destinando apenas cerca de um quarto de sua produção para exportação. David Harvey nota algo semelhante no livro *"O Novo Imperialismo"* e vê no consumismo um dos pilares do sucesso do país no século passado, não só no campo econômico, mas também no político. De fato, segundo esse autor, o consumismo garante a tranquilidade social interna e, desse modo, a própria condição para o país poder se ocupar em conquistar uma supremacia global¹¹. O consumismo, inclusive, serviu para reafirmar a liderança dos EUA, já que muitos países buscavam no seu exemplo um modelo para se organizar internamente com algum sucesso, inclusive para conter os conflitos sociais.

¹¹ Segundo Magdoff e Sweezy "o principal fator de recuperação da economia estadunidense nas sucessivas crises do capitalismo pós década de 1970 não foi como poderia se esperar a acumulação de capital, mas o consumo ... O crescimento do consumo foi alimentado por uma explosão extraordinária de crédito ao consumidor(durante os anos de 1970-1975, o acréscimo anual líquido ao volume em circulação de crédito ao consumidor era em média de 11,1 bilhões de dólares, enquanto em 1976 esse número aumentou para 20,2 bilhões e em 1977, para 30,9 bilhões).E não é apenas o crédito o único fator de ação no caso. Os proprietários de casas vêm re-hipotecando suas casas a fim de aproveitar os preços inflacionados do setor imobiliário e gastar o dinheiro obtido em todo tipo de bens de consumo. Não fosse o surto de consumo baseado em dívida, sem dúvida o desempenho da economia dos EUA não seria tão superior"(Magdoff e Sweezy. A crise do capitalismo americano, 1981, p. 49).

Entretanto, ele também realça a dificuldade de reverter historicamente esse fenômeno, de modo que ele chama atenção para o fato de que aquilo que até hoje serviu tão bem ao país, agora, numa nova conjuntura econômica, pode se transformar em algo indesejável, em seu veneno¹², enfim.

Em minha referida dissertação de mestrado chamei atenção para as conseqüências desse fenômeno, que ele inclui como uma das novas formas de controle social. Afirmar então que

"...nos diferentes períodos históricos, os indivíduos podiam efetivamente conceber ou imaginar viver de maneira bem diversa da forma de vida então socialmente aceita ou estimulada. Liberdade significava então a possibilidade concreta de o indivíduo poder experimentar uma vida - ou os indícios de um projeto de vida - qualitativamente diferente do da existência social predominante. Entretanto, com a conversão da racionalidade tecnológica em lógica da dominação, a sociedade unidimensional teria se tornado inteiramente repressiva: desse tipo de sociedade não poderia emanar senão uma forma e um conceito de liberdade que não fosse poderoso instrumento de dominação... Esse novo conceito de liberdade diferiria do das épocas precedentes por não ser mais referido a escolhas qualitativas... O deslocamento da qualidade para a quantidade... refere-se

¹² "Os EUA constituem o único país adiantado que teve uma recuperação vigorosa em relação à fase descendente do ciclo de 1974-1975. Mas essa recuperação não se baseou numa alta taxa de acumulação de capital como é normal, mas em aumentos do consumo e do dispêndio governamental. Esses aumentos foram possíveis graças ao crescimento da dívida privada e pública... Desde fins de 1975, os EUA têm criado uma economia de dívidas novas... porém a explosão da dívida não pode continuar por muito tempo... mas, qualquer redução na taxa de expansão da dívida poderá refletir-se numa redução do nível absoluto da demanda... isso poderia deflagrar uma recessão pelo menos tão forte quanto a de 1974-1975" (Magdoff e Sweezy. A crise do capitalismo americano, 1981, p. 81,82).

exclusivamente ao número de vezes que ele será estimulado a desejar rigorosamente as mesmas coisas” (Carvalho, D.2005, p.55).

Visto desse modo, o consumismo, concebido como guerra cotidiana contra a libertação, revela-se como elemento vital da lógica de dominação porque cria dificuldades reais consideráveis para que o consumidor recupere a condição de cidadão e, sobretudo, seja capaz de conceber, no presente, um tipo de vida social no futuro próximo completamente distinta da que vige na atualidade.

O consumismo como estilo de vida gera ainda outros dois fenômenos fundamentais, a saber, uma alteração na estrutura da alienação e uma mudança na natureza do funcionamento da ideologia. A sociedade unidimensional, ao desenvolver novos mecanismos de controle, tende a criar condições de vida que eliminam as formas tradicionais de subjetividade e a suscitar o desenvolvimento do “comportamento mimético”. Ou seja, o indivíduo deixa de desenvolver um caráter próprio, que o colocaria em conflito surdo com a realidade social e o obrigaria a “introjetar” as normas de comportamento e as determinações do processo de trabalho para desenvolver uma identificação imediata com a sociedade. Esse indivíduo, típico da sociedade unidimensional, por assim dizer, tenderia a constituir sua atividade e identidade tanto imitando o comportamento social predominante quanto assimilando sem fissuras os valores sociais vigentes. Dessa maneira, ele reproduziria, em seu comportamento, a lógica social, ou seja, a racionalidade técnica. O comportamento mimético promoveria, portanto, sua submissão incontestável à lógica social “por meio de uma gerência e de uma administração científica da sociedade”. Isso não é pouco e constitui uma façanha. Afinal, para que os EUA pudessem de fato consolidar sua posição hegemônica no cenário global e empreender atividades militares intervencionistas, ele necessitava apaziguar

os eventuais conflitos internos e contar com a capacidade de mobilizar rápida e eficazmente a população, como ocorreu em diversas ocasiões.

A análise da transformação da estrutura do fenômeno da alienação implica o reconhecimento de que na sociedade tecnológica até a função e o ser da ideologia foram profundamente alterados. Essa transformação seria um fato fundamental da sociedade unidimensional e sua análise uma das principais de *One-Dimensional Man*. Para o autor, a ideologia não mais operaria como nas sociedades precedentes, não consistiria mais num discurso apartado da essência da sociedade nem seria algo fundamentalmente destinado a convencer a seus membros a fim de que aceitassem viver o que, no entanto, percebem como contrário a seus interesses efetivos. Tradicionalmente concebida, a ideologia seria uma espécie de véu que recobre a realidade social e ofusca a percepção crua de seu mecanismo ou estrutura fundamental. Segundo Marcuse, a ideologia estaria agora absorvida pelo próprio processo de produção: o funcionamento deste, assim como suas diretrizes e sua organização, além do conjunto de produtos dele originários, constituiriam seu cerne mais sólido. Ou, em outras palavras e numa formulação mais adequada: a totalidade desse processo seria a ideologia. Esse fenômeno, porém, ao contrário do que muitos críticos de sua obra afirmaram, de modo algum significaria o fim da ideologia: ao contrário, a sociedade unidimensional seria mais ideológica que suas predecessoras. Nesse sentido, o universo do processo tecnológico desponta como um universo político porque tudo que dele emana obedece a uma forma específica de racionalidade e serve para seduzir, integrar e reconciliar o indivíduo com a realidade social vigente, conforme Marcuse deixa claro nessa passagem:

"... O aparato produtivo, as mercadorias e os serviços que ele produz vendem ou impõem o sistema como um todo. Os meios de transporte, a comunicação em massa, as mercadorias, casas, alimentos e roupas, a produção irresistível da indústria de diversão e informação, trazem consigo atitude e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradavelmente aos produtores e, através destes, ao todo. Os produtos doutrina e manipulam, promovem uma falsa consciência que é imune a sua falsidade. E ao ficarem esses produtos à disposição de um maior número de indivíduos e classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade, torna-se um estilo de vida. É um bom estilo de vida... e... milita contra a transformação qualitativa. Surge assim um padrão de comportamento e de pensamento unidimensionais no qual as idéias, as aspirações e os objetivos, que por seu conteúdo transcendam o universo estabelecido da palavra e da ação, são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema..." (Marcuse, 1973, p.32)

Se o processo tecnológico, na época da sociedade unidimensional, funciona dessa maneira, então é porque tal sociedade encontrou efetivamente um modo de se autoperpetuar e de obstaculizar, em grau elevado, não apenas a crítica teórica e prática contra ela, mas também a eclosão de crises internas. A junção entre dominação e administração requer ainda a expansão desta para todos os setores da vida, não se restringindo apenas à esfera da produção. Esse aspecto reforçaria consideravelmente seu (já apontado) caráter totalitário. A administração total é, portanto, um processo no qual ninguém ou nenhum grupo social específico detém o controle, segundo o raciocínio do autor, fato que "romperia a dialética social e tenderia à constante reiteração do sempre igual no processo social".

VI

AS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA SOCIEDADE UNIDIMENSIONAL

Marcuse encerra a análise indagando se tal forma de sociedade, baseada na conjunção entre crescente produtividade e desenvolvimento de novas formas de repressão, poderia conhecer algum acontecimento que pudesse alimentar uma perspectiva de ruptura: para responder à indagação, elabora "uma tentativa de projetar os acontecimentos contemporâneos no futuro" (idem, p.50), admitindo, porém, um transcorrer histórico "normal", isto é, em um cenário não substancialmente modificado. No raciocínio, destaca dois aspectos que considera fundamentais: qual a possibilidade de o capitalismo continuar a crescer e a se desenvolver? Quais as possibilidades eventualmente contidas no processo de industrialização dos antigos países colonizados ou subdesenvolvidos?

Para ele, o capitalismo poderia continuar a crescer e "até melhorar o padrão de vida de uma ala crescente da população", desde que o trabalho continuasse a obter altos índices de produtividade, adequando-se ao progresso técnico do aparato produtivo. Além disso, seria necessário também reforçar e expandir ainda mais a lógica e o poder militar dos países capitalistas avançados, que, por seu turno, deveriam saber promover uma efetiva integração entre eles.

Está hoje, em nosso ponto de observação histórica, suficientemente claro que parte desse prognóstico sobre as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo ficou muito prejudicado. Isto ocorreu fundamentalmente devido ao fim de um dos antigos contendores, ou seja, o da URSS. Com o desaparecimento dessa superpotência, os EUA, segundo alguns autores - entre eles I. Wallerstein - ficaram desorientados e viram ameaçada a possibilidade de continuarem a crescer, pois muito desse crescimento estava firmemente enraizado no cenário da Guerra Fria. Isso gerou, após algum curto período de tempo, a necessidade de o país eleger rapidamente a figura de outro inimigo externo tão ou mais ameaçador que o representado pelo "comunismo internacional". Desse modo, o país ensaiou escolher os árabes como os novos inimigos, mas logo percebeu que isso seria inadequado para seus interesses, escolhendo então a figura de um inimigo que, em vários aspectos, suplantava a sensação de medo causada pela antiga URSS: esse novo inimigo, os grupos terroristas transnacionais, oriundos ou abrigados em países distantes e pouco conhecidos, que se moviam em recantos obscuros e pouco povoados, ou povoados por população exótica aos olhos dos estadunidenses, foram capazes de estimular o pânico na imaginação dos ocidentais, particularmente no EUA. Além disso, tais grupos permitiam a formação de uma densa camada de mistério sobre sua atuação e movimento, porque eles não estavam vinculados diretamente a uma nação ou país, ajudando assim a criar, muito utilmente, a imagem de que poderiam agir por formas inusitadas e devastadoras, sem que pudessem ser detectados a tempo de qualquer prevenção.

Tal fato não gerou como pensava Marcuse, a formação de alianças militares amplas, ou, se gerou isso ocorreu por pouco tempo e de forma mais ou menos restrita. Após o onze de setembro de 2001, o EUA tendeu, em um primeiro momento, a abandonar as alianças militares amplas, como a OTAN.

Quando resolveu permanecer nelas tomou tal decisão devido a fortes razões estratégicas, pois, do ponto de vista da nação militarmente hegemônica, a simples presença nessas alianças possibilitaria controlar o desenvolvimento militar dos países a elas vinculados. Após essa data, o EUA preferiu agir sozinho ou por meio de acordos bilaterais diretamente negociados com os países envolvidos.

Bem mais significativa foi a tendência para a integração dos países industrialmente avançados, que reforçou também a cooperação ou integração destes com os países denominados de "em desenvolvimento". Essa integração foi, em parte, concretizada por meio da criação ou modernização de vários organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros. Muitas dessas instituições, porém, como parece ser o caso do FMI, serviram para que os EUA pudessem controlar e gerir à distância o processo econômico de muitos países, podendo inclusive provocar neles um colapso, se isso lhes fosse conveniente, conforme atestam inúmeros estudiosos. Entretanto, mesmo nesse aspecto o prognóstico de Marcuse parece ter sido consideravelmente abalado. De fato, se houve uma maior integração dos países industrialmente mais avançados e de economia mais poderosa, que levou inclusive à formação de uma espécie de governo mundial com o estabelecimento do G-7 (depois, com a inclusão da Rússia, G-8), ocorreu também a formação original de novos blocos de poder regionais, como é o caso da União Européia ou, mais modestamente, do Mercosul. Tais blocos ajudaram a minar o poderio e a hegemonia do EUA nessas regiões e obviamente criaram dificuldades para o país agir na defesa de seus interesses em todo o globo. A União Européia, particularmente, se revelou em muitos aspectos mais apetrechada e em posição melhor do que a do EUA, tornando-se assim capaz de competir em condições mais favoráveis.

Por outro lado, Marcuse reconhece que a possibilidade de desenvolvimento ou de crescimento do capitalismo não está isenta de ameaças ou de possíveis crises. Embora ele não se refira a isto, como foi apontado acima, a formação de blocos regionais de poder, se em muitos aspectos dificulta a manutenção da hegemonia dos EUA, em outros pode vir a ser um forte fator gerador de crise, porque tais blocos recolocam na ordem do dia a competição econômica e a busca por mercados, o que pode levar a uma atmosfera de conflito que, segundo alguns analistas, pode se assemelhar à que predominou pouco antes da eclosão da guerra mundial. Em contrapartida, Marcuse aponta explicitamente a possibilidade de uma crise monetária internacional representada pela ameaça do "fim da Guerra do Vietnã, pois se a paz fosse realmente feita isso levaria a severas rupturas, a uma recessão e depressão na economia americana" (Marcuse, 1999c, p75). Obviamente, essa avaliação é hoje destituída de sentido, se pensarmos que tal guerra de fato acabou. Entretanto, ela contém uma dimensão de grande interesse, embora pouco perceptível, porque estabelece um vínculo estreito entre dinamismo da economia dos EUA e a atividade militar do país, que exige a manutenção da guerra. Visto desse ângulo, o prognóstico do autor não está equivocado: a estrutura da sociedade unidimensional nos EUA exige a formação e a manutenção do Estado Beligerante, como já foi anteriormente apontado. Assim, com o fim da guerra do Vietnã, o país simplesmente teve que conceber outras invasões militares e novas guerras. Nessa perspectiva, tanto a guerra do Golfo como a guerra ao Iraque foram uma espécie de continuação da guerra anterior, ao menos do ponto de vista do dinamismo requerido pela economia. Caso a guerra fosse encerrada, o país poderia "entrar em recessão e depressão".

Além dessas ameaças, Marcuse destaca ainda outra, originária exatamente daquilo que garante sua supremacia global, ou seja, de seu processo tecnológico. Este requer uma permanente contenção e uma gestão restrita de suas possibilidades, visto que seu livre desenvolvimento geraria uma contradição explosiva entre seu potencial e as necessidades efetivas da sociedade, que deve mantê-lo em funcionamento visando a permanente reprodução tanto da força de trabalho assalariada quanto da escassez. Essa utilização repressiva do aparato não deixaria de constituir, porém, uma fonte de tensão porque exigiria esforços intensificados não apenas para impor as necessidades e objetivos do aparato à população, como para conter e adequar seu eventual excesso de capacidade, além de manter a obrigação de recriar permanentemente, em toda a população, a necessidade de comprar.

O aparato técnico, porém, tende a se automatizar e a eliminar a força de trabalho tradicionalmente por ele requerida. A automação "em expansão", diz o autor, "é mais do que o crescimento quantitativo da mecanização... é uma alteração no caráter das forças produtivas básicas." (1973, p. 51). Entretanto, livremente desenvolvida, a automação pode gerar, por um lado, desemprego, por outro, pode redundar em ócio e maior tempo livre para o cidadão. Nenhuma das alternativas é assimilável pela sociedade em seu estado atual, de modo que ela é obrigada a conter o livre desenvolvimento da automação. Isso, porém, também não é exequível por muito tempo, conforme adverte o autor:

"O impedimento contínuo da automação poderá enfraquecer a posição competitiva nacional e internacional do capital, ocasionar uma depressão de longo alcance e, conseqüentemente, reativar a luta de classes" (Marcuse, 1973, p. 53)

A alternativa oposta, contudo, também não é isenta de suscitar graves ameaças para a manutenção da sociedade:

"Esta possibilidade é irrealizável nos quadros do sistema, ela é incompatível com as instituições econômicas, políticas e culturais por ele criadas: seria de fato a catástrofe do sistema capitalista, donde a mobilização total não só contra o inimigo externo, como também contra essa possibilidade". (idem, p.49)

Nessa medida, a sociedade unidimensional revela-se agora como a sociedade da "mobilização total" não apenas contra o inimigo externo, mas também contra suas próprias possibilidades internas. A guerra que ela deve empreender não é apenas contra outros países ou contra grupos que ela classifica como "terroristas", mas também contra o que é inerente a ela mesma, ou seja, contra as possibilidades contidas no aparato técnico que constitui o processo tecnológico.

CAPÍTULO II

**O Estado Beligerante (Warfare State)
na obra de F.J.Cook**

O estado beligerante

Fred James Cook não foi um sociólogo ou cientista político, mas um jornalista investigativo. Para os cidadãos do início do século XXI não é fácil entender a importância desse tipo de jornalista, que predominou em meados do século passado e exerceu papel, em muitas ocasiões, semelhante ao do atual analista político ou mesmo do sociólogo. O desenvolvimento posterior das agências de notícias e da imprensa, em particular, e a modernização da esfera cultural, com o desenvolvimento das especialidades científicas, em geral, criaram grandes obstáculos para sua sobrevivência. Em 1962, esse autor publicou um livro intitulado *The warfare state*, que foi traduzido para o português (editora Civilização Brasileira) com o título de *O estado militarista* em 1966. No Brasil, porém, as condições culturais não foram favoráveis à recepção do livro, já que foi publicado poucos anos após o assassinato do presidente John F. Kennedy, ocorrido em novembro de 1962. Por essa razão, a conjuntura política favoreceu um tipo específico de recepção da obra, que, inclusive, trazia como destaque esse subtítulo *O que há por detrás da morte de Kennedy?* Tal fato evidentemente não permitiu uma discussão mais acalorada em torno da questão central examinada no livro. Em seguida, farei uma apresentação detalhada de tal obra, procurando expor suas principais teses e argumentos, mas, ao mesmo tempo, tecendo comentário crítico e desenvolvendo as idéias centrais de meu próprio trabalho.

I

O livro conta com um prefácio redigido pelo filósofo britânico Bertrand Russel, então em muita evidência, sendo composto por onze capítulos. No

primeiro capítulo, o autor apresenta o plano geral da obra e configura com nitidez seu objeto de investigação: o aparecimento, nos EUA, de um tipo de estado caracterizado como uma novidade sem precedentes na tradição da história política do país. O autor o denomina de *Warfare State*, que a tradução brasileira chamou de "estado militarista", o qual se caracteriza por manter relações estreitas com aquilo que mais tarde seria chamado por Eisenhower de "complexo industrial-militar". Esse complexo, como já foi comentado anteriormente, resulta do casamento feliz entre as grandes corporações industriais e os militares, que, com a eclosão da guerra, haviam adquirido um prestígio e um poder até então inusitados na história do país. A tese central realça o efeito pernicioso desse tipo de estado, já que ele poderia corroer a manutenção da tradição democrática da nação americana. Além disso, o livro tenta demonstrar como esse estado militarista ajuda tanto a manter e a estimular a Guerra Fria e, conseqüentemente, a corrida armamentista, quanto até mesmo impedir a consolidação de tratados de desarmamento, que, segundo o autor, eram então algo almejado por todos os povos. O livro milita contra a ameaça nuclear que pairava sobre a humanidade.

A obra apresenta dois capítulos centrais, em torno dos quais giram os demais: o segundo, intitulado *O crescimento do militarismo* (conforme a tradução brasileira, que servirá doravante como referência para qualquer comentário ou citação) e o sexto, que recebe o título de *Como funciona o Estado militarista*. Os capítulos III, IV e V complementam e dão especificidade ao segundo, já que examinam em detalhes as origens, as motivações políticas ou sociais e as lógicas da Guerra Fria, assim como o crescente processo de militarização da economia estadunidense ou os efeitos e implicações internacionais da descoberta da bomba atômica. O capítulo VII desenvolve acurada análise, largamente documentada, do papel dos EUA na

intensificação da Guerra Fria por meio de boicote sistemático e deliberado dos esforços desenvolvidos por várias nações, inclusive a Rússia (ou URSS), visando o estabelecimento de um efetivo tratado de desarmamento e de paz mundial. O capítulo XIII desenvolve análise minuciosa das relações estreitas entre o Estado militar, conformado pelo complexo industrial-militar, e as direitas radicais, dentre as quais se destaca a John Birch Society. Os capítulos restantes apresentam considerações de menor interesse, além da conclusão.

II

O capítulo I, intitulado "A consequência profética", começa com a análise do conhecido discurso de despedida proferido por Eisenhower em 17 de janeiro de 1961, dia em que deixou a presidência dos EUA e passou o cargo para o novo presidente eleito, John Fitzgerald Kennedy. Cook começa por realçar alguns aspectos do discurso, os quais conferem grande atenção aos perigos representados pela guerra fria. O presidente tenta, com certa retórica dramática que reforça o pânico, demonstrar que esta guerra implica grande ameaça ao país porque o inimigo professa uma "ideologia hostil", "traíçoeira no método", fato que muito provavelmente permitirá a ele sustentar o conflito por longo tempo. Na visão de Eisenhower, ela será uma guerra de "uma duração infinita", além de ser também "longa e complexa".

Cook destaca como o discurso tem um objetivo evidente: ao deixar claras as possibilidades que o rumo da guerra tomaria, o presidente pretendia alertar para os perigos internos que o país poderia enfrentar em situação semelhante, já que uma guerra como essa sempre pode despertar pressões internas para se encontrar uma solução "rápida e eficiente", uma solução "final" para o conflito.

Eisenhower não deseja nem estimula tal tendência: ao contrário, parece incentivar os cidadãos de seu país a terem paciência, serem astutos e se prepararem para a busca de uma solução política para a guerra. Esse raciocínio permite ao orador chegar ao ponto central do discurso, que causa até hoje muita perplexidade e embaraça os estudiosos, já que toca em assunto novo e surpreendente. Cook assim se refere a tal fato:

As ameaças à democracia, "novas em gênero ou grau", surgem constantemente e foi uma dessas, nova tanto em gênero como em grau, que Eisenhower se propôs discutir a fundo. Chamou-lhe "o complexo militar-industrial" e descreveu-o como "um colosso que domina vastas áreas da vida americana" (Cook, 1966, pag. 8).

Ainda segundo o autor, em seguida o orador se referiu a um fato novo na vida do país profundamente relacionado com tal ameaça à democracia: ele explicou que os EUA, por sua tradição isolacionista e por seu apego à paz, não teve até então de criar grandes indústrias de armas, que de fato tinham se desenvolvido fundamentalmente na Europa, principalmente na época do conflito entre França e Inglaterra, que lutavam para formar ou manter grandes impérios no século XIX. Entretanto, realçou o presidente, após 1918 essa situação mudou enormemente:

"Até o último dos nossos conflitos mundiais... os Estados Unidos não possuíam uma indústria de armamentos... Mas agora já não podemos arriscar a uma improvisação de emergência de defesa nacional. Fomos obrigados a criar uma indústria armamentista de proporções muito vastas. Além disso, três milhões e meio de homens e mulheres estão ocupados diretamente no estabelecimento da defesa. Gastamos anualmente,

só no que diz respeito à segurança militar, mais do que a receita líquida de todas as corporações dos Estados Unidos".(Cook, 1966, pag. 8/9)

F.J.Cook não questiona, porém, ao menos nesse aspecto, as afirmações do presidente dos EUA. Deste modo, deixa de indagar porque afinal esse país, sem tradição na indústria de armamentos, capaz de produzir uma concepção e uma prática política assentada nas vantagens do isolacionismo, tenha subitamente mudado de postura e decidido a fabricar armas. Evidentemente, salta à vista que talvez não precisasse tanto delas como os países da Europa, que, com a exceção da Inglaterra, mantinham fronteira com vários outros países, condição que poderia a qualquer momento propiciar uma invasão de seus territórios, forçando-os assim necessariamente a contar tanto com exércitos que pudessem ser rapidamente mobilizados quanto com um arsenal militar eficiente, o que geralmente implicou o desenvolvimento das primeiras fábricas de armas modernas.

De qualquer modo, o fato não deixa de chamar a atenção: porque razão afinal os Estados Unidos abandonaram sua tradição e criaram uma poderosa indústria armamentista? A questão é importante: por um lado, o país não faria isso se efetivamente não contasse com forças sociais que alimentassem o desejo de abandonar a tradicional política isolacionista e se não percebesse, dado o extraordinário vigor e dinamismo dos agentes econômicos privados que marcaram até então profundamente a vida estadunidense, o potencial econômico oferecido por esse ramo da atividade capitalista naquele contexto histórico específico. Por outro lado, é de se notar ainda que, com tal espírito empreendedor, seria mesmo pouco provável que homens de negócios de tal magnitude se dispusessem a criar uma ampla e

poderosa indústria armamentista se não a considerassem como um ramo de negócio prolongado, que deveria durar por longo período.

De fato, como constatou o presidente no célebre discurso, em poucos anos essa indústria, que contou de muitos modos com o apoio explícito dos militares - que logo passaram a participar ativamente até mesmo da elaboração dos objetivos e das diretrizes delas - provocou uma substancial transformação do cenário econômico do país. Eisenhower destacou o aspecto fundamental da situação, que Cook soube registrar com precisão: a ação dos grandes negociantes e financistas, disse ele, aliada à ação dos militares, logo levou à formação daquilo que é denunciado no discurso de despedida, ou seja, do complexo militar-industrial.

A consolidação de tal complexo - alertou o presidente- causou uma alteração de grandes proporções tanto nas relações entre o Estado e a sociedade quanto na própria configuração do Estado. Na visão presidencial, realçada por Cook, a principal consequência desse fenômeno seria a ameaça de uma ruptura na tradição democrática da nação: se as grandes corporações, em função do poder imenso que conseguiram ao unir seus interesses com os dos militares, passassem a contar com mecanismos eficientes de pressão ou eventualmente até mesmo com a possibilidade de orientar o aparato estatal, provavelmente as políticas adotadas pelo Estado tenderiam, em sua maior parte, a favorecer enormemente os interesses do novo complexo. Mais do que isso, também muito provavelmente, elas teriam força e poder para obrigar o Estado a não adotar nenhuma medida que as prejudicasse.

A denúncia contida no discurso presidencial, embora silenciasse sobre certos aspectos relativos às origens de tal complexo - coisa que o autor percebe e comenta -, aponta ainda para uma das principais consequências da formação do complexo industrial-militar: a novidade real que este introduz na

vida do país é ter instituído um imenso estabelecimento militar e "uma vasta indústria de armas", cuja influência se faz sentir em toda a vida nacional, ou seja, nas mais diferentes cidades ou regiões, em todos os setores de atividades e em todas as instituições, fato que, como salientou ainda o presidente, "colocou um risco a estrutura de nossa sociedade". Isso significa que tal complexo, dotado de vastas proporções, poderia não apenas exercer forte pressão e poder sobre qualquer governo como principalmente alterar a relação histórica estabelecida no país entre poder civil e poder militar. O alerta de Eisenhower destacava justamente esse perigo: ele sabia, até por experiência própria, já que era um presidente de formação militar, que os militares almejavam de fato fornecer as diretrizes essenciais do Estado no tocante às questões que considerassem fundamental.

Para esclarecer a denúncia do presidente pode ser bastante útil apontar alguns índices relativos ao cenário do país nesse contexto:

Gastos militares nos EUA em relação ao PIB (em porcentagem)

ANO	Gasto (% em relação ao PIB)	ANO	Gasto (% em relação ao PIB)
1940	1,7	1948	3,5
1941	5,6	1949	4,8
1942	17,8	1950	5,0
1943	37,0	1951	7,4
1944	37,8	1952	13,2
1945	37,5	1953	14,2
1946	19,2	1954	13,1
1947	5,5	1955-1960	+ - 10,0

(Fonte: <http://www.truthandpolitics.org/military-relative-size.php>)

Como se pode facilmente observar, em 1940, com a guerra já iniciada, o gasto militar anual ficava em modestos 1,7%, o que pode ser considerado como comum ou corriqueiro, pois muitos países apresentavam índices semelhantes. Entretanto nos dois seguintes, esse índice passa para 5,6% e exorbitantes 17,8%, para atingir o excepcional índice de 37% nos três anos seguintes. Esse crescimento rápido e intenso pode, sem dúvida, ser aparentemente justificado como sendo uma necessidade causada pelo envolvimento do país na guerra. Entretanto, torna-se mais difícil explicar o índice de 19,2% referente ao ano de 1946, quando a guerra com a Alemanha e com o Japão já havia sido concluída em 1945: diante desse dado, não seria descabido considerar que a mobilização total para a guerra, verificada entre 1942 e 1945, tenha provocado uma militarização brutal da atividade econômica no país. ¹³Não deixa, porém, de causar boa dose de espanto verificar que, contrariamente ao que qualquer observador da história desse período poderia supor, após o fim do conflito essa mobilização da economia não cessou nem desacelerou significativamente. Sempre, no entanto, tal observador pode argumentar que uma desaceleração radical dos gastos militares nesse momento poderia causar grande crise na atividade econômica, pois isso poderia gerar tensões sociais devido ao presumível elevado número tanto de desempregados quanto de falências de muitas das empresas que haviam participado do chamado "esforço de guerra": pode-se também presumir que tais empresas requeressem certo tempo para efetuar a "reconversão", ou seja, para voltar a produzir produtos civis.

¹³Nos Estados Unidos, o número de trabalhadores na indústria bélica subiu para 8,8 milhões, aumentando a velocidade da produção de aviões e navios. No ano de 1943, 120 mil toneladas de bombas foram jogadas, No ano seguinte este número subiu para 650 mil toneladas, e em 1945 foram jogadas somente sobre a Alemanha 500 mil toneladas.

A política de "reconversão industrial", embora tenha ocorrido em alguma medida, não atingiu todas as empresas que se dedicaram a produzir equipamentos militares durante o período em que durou o conflito mundial. Ao contrário, muitas delas, que de fato constituem o núcleo do complexo industrial militar, continuaram a fabricar produtos militares após 1945, de modo que o Estado continuou a efetuar gastos militares. Por isso, a percentagem desses gastos não voltou ao índice de 1940, embora tenha diminuído no ano de 1948 para 3,5%. No entanto, nos anos seguintes, esse índice voltou a crescer significativamente, oscilando em torno de 15% ao ano entre 1950 e 1955, para se estabilizar em torno de 10% ao ano entre 1955 a 1960.

Ainda aqui alguém poderia argumentar que esse fato foi provocado pelo novo contexto militar internacional, que deu origem à Guerra Fria. Eisenhower prognosticou que tal guerra seria um conflito de longa duração, mas sempre se pode indagar pelos motivos que o levaram a fazer tal consideração. No entanto, antes de se tentar esclarecer os motivos que levaram o presidente a concebê-la desse modo é necessário indagar se a Guerra Fria foi mesmo um acontecimento inevitável ou se ela foi alimentada deliberadamente por um dos oponentes. Nessa direção, dado o estabelecimento do complexo industrial-militar no EUA e, conseqüentemente, de indústrias que só puderam ser criadas mediante investimentos vultosos, os quais requerem em geral um tempo prolongado de negócios, não é impensável supor que a Guerra Fria forneceu o cenário perfeito para a expansão desse tipo de indústria relacionada com os negócios da guerra. Cook considera-a nessa perceptiva, elaborando inclusive um estudo minucioso do papel desempenhado pelo EUA nas conferências para o desarmamento ocorrido nos anos 1950 (particularmente no capítulo intitulado Origem da Guerra Fria),

inclusive procurando demonstrar adequadamente como a representação diplomática do país bloqueou toda negociação que efetivamente pudesse por fim a esse conflito.

III

O discurso de Eisenhower, segundo a análise de Cook, complementa o alerta sobre os perigos representados pelo complexo industrial-militar com algumas formulações que podem ser tomadas como diretrizes para a definição das políticas e das ações futuras que respeitassem a manutenção da tradição democrática de país:

“Não deveremos permitir que o peso dessa combinação ponha em perigo as nossas liberdades ou processos democráticos. Não deveríamos tomar o que quer que fosse como inevitável. Só os cidadãos vigilantes e bem informados é que poderão forçar uma combinação apropriada da imensa maquinaria industrial e militar de defesa com nossos métodos e objetivos pacíficos, para que a segurança e a liberdade possam caminhar juntas”. (Cook, 1966, pag.9)

Ele identificou ainda outros aspectos que, por força da existência do complexo industrial-militar, estavam sofrendo enormes transformações: dentre estes, destacou que a complexidade e a dinâmica da vida militar estavam fortemente relacionadas com o desenvolvimento de uma gigantesca revolução tecnológica. A consequência principal desta revolução, no campo militar, seria a produção de armas cada vez mais sofisticadas, ou seja, que dependem do desenvolvimento conjunto tanto dos conhecimentos científicos quanto dos equipamentos de produção. Tal desenvolvimento, de natureza

acelerada, visa aumentar significativamente a capacidade de produzir armas de caráter inovador ou de alcance e poder destrutivo inusitado, porém, contraditoriamente, tal fato apresenta uma dimensão destrutiva, já que reduz consideravelmente a vida útil dos equipamentos militares: a velocidade das inovações tecnológicas os torna rapidamente obsoletos, recriando assim a necessidade constante da fabricação de novas armas.

O discurso presidencial não aprofunda a questão e tampouco Cook o faz. Entretanto, cabe bem aqui a aplicação do conceito marcuseano de tecnologia. Como vimos anteriormente (capítulo I), a tecnologia não é neutra: ela é um projeto de dominação, um "a priori", que orienta a capacidade produtiva, fornecendo-lhe as diretrizes fundamentais. Ou seja, o aparato produtivo de uma sociedade não é inevitavelmente destinado a produzir um determinado conjunto de produtos dotados de certas características, mas, antes, ele é orientado previamente para fabricar determinados produtos com atributos específicos. Essa orientação prévia é um fenômeno social, implicando tanto a existência de instituições estatais capazes de fornecer as diretrizes básicas sobre quais produtos devem ou não ser produzidos quanto o comando das organizações empresariais, geralmente compostas por membros da diretoria e engenheiros ou gerentes administrativos envolvidos no processo decisório da empresa.

A orientação previamente planejada - "a priori" - do aparato produtivo fica evidente no caso da "reconversão" das indústrias voltadas para a produção militar, as quais puderam, particularmente após o final da guerra, reorientar sua capacidade produtiva para a fabricação de produtos destinados ao consumo civil. A reconversão mostra também o aparecimento de uma característica nova do aparato produtivo estadunidense: como os produtos militares em geral requerem altos investimentos tanto em pesquisas quanto na

criação de meios de produção capazes de fabricá-los, muitos dos novos produtos destinados ao consumo civil após o final do conflito não era outra coisa do que a adaptação, para novos usos, dos equipamentos militares.¹⁴

A transformação - ou adaptação - dos produtos militares em produtos civis demonstra, em primeiro lugar, que não há uma separação nítida entre um e outro, e em segundo lugar, que o aparato produtivo do capital, por não ser neutro, pode permanentemente estar voltado tanto para a guerra quanto para a paz. Isso, sem dúvida, tem enormes consequências. Além disso, como apontam alguns estudos, tal fato permite o reconhecimento de que o final do conflito e a reconversão implicaram uma espécie de crescente militarização da vida civil, já que esta foi povoada de produtos inicialmente concebidos para uso militar.¹⁵

A tecnologia, concebida segundo a perspectiva de H. Marcuse, não orienta apenas o aparato produtivo, mas também o que poderíamos chamar de "projeto científico": as questões que este deve enfrentar e resolver não são estabelecidas por meio de uma lógica interna a ele, uma lógica autônoma, mas

¹⁴ Esse aspecto dos objetos tecnológicos não é, porém, uma completa novidade. A relação entre produtos tecnológicos e a guerra foi objeto de reflexão de Walter Benjamin no início da década de 1930, conforme se pode verificar nessa passagem de um ensaio de R Franco (2008). Segundo esse autor, seria digno de observação o fato de Benjamin não se referir explicitamente à separação entre produtos civis e militares, mas notar que os produtos técnicos -ou tecnológicos - destinados ao uso civil só se realizarem na guerra: "O automóvel é a guerra. Para Benjamin, essa afirmação pressupunha claramente estarem os objetos técnicos, tanto em suas características intrínsecas quanto em suas fontes de energia, sofrendo uma inusitada aceleração. Este fato impediria...de eles encontrarem em nossa vida pessoal qualquer possibilidade de uma utilização completa e adequada...Ou seja, sugere quer tais objetos ...ofertariam...uma gama de novas possibilidades de uso...Na vida civil, essas funções seriam ociosas.Esse desequilíbrio, gerado pela capacidade técnica da sociedade,acabaria por alimentar a possibilidade...concreta da guerra...Quando essa explode,o formidável conjunto de capacidades dos objetos técnicos, sem qualquer forma de controle civil,pode enfim ser liberado: a consequência da realização desses equipamentos é a devastação impiedosa da natureza e do cenário social"(pag.233-4).

¹⁵ O uso do Jipe pode ser bom exemplo desse fenômeno. Nos tempos atuais, não deixa de ser bom exemplo a destinação do Hummer, fabricado pela General Motors, ao mercado civil.Esse veículo foi originalmente projetado para uso militar.

pelo próprio processo tecnológico entendido como "lógica de dominação". Esse fato é um dos mais marcantes do pós-guerra, tendo caracterizado toda a segunda metade do século XX, tornando-se evidente na vinculação original entre centros de pesquisa, universidades e instituições militares.

A produção de sofisticados aparelhos ou equipamentos militares durante a guerra - ou durante a Guerra Fria - demandou altos investimentos em pesquisa, investimentos que as universidades e os centros de pesquisa não dispunham. Assim, inicialmente chamados para participar do esforço de guerra e, depois, para contribuir para o estabelecimento de um maior patamar de segurança do país durante o período da Guerra Fria, essas instituições passaram a buscar os recursos necessários nas dotações orçamentárias provindas das grandes corporações empresariais ou das instituições militares. Nesse quesito, Marcuse, assim como o próprio Eisenhower, além do próprio Cook, parecem estar de acordo. Todos reconhecem uma das principais conseqüências desse fato: a revolução tecnológica de natureza militar transformou o caráter da universidade, que foi forçada a abrir mão de sua antiga (e relativa) autonomia para passar a viver de contratos financeiros com instituições militares ou com as organizações empresariais. Eisenhower se refere a esse fato no discurso presidencial afirmando que "a universidade livre, historicamente a fonte das idéias livres e das descobertas científicas, sofreu grandes alterações em seus métodos tradicionais de investigações" (citado por Cook, 1966, p. 9) destacando ainda que isso poderia redundar "na anulação dos intelectuais".

A guerra foi, sem dúvida, o acontecimento histórico que mais moldou a face da segunda metade do século XX. A relação íntima, acima apontada, entre vida militar, vida científica e tecnologia é uma de suas heranças. Se, no século da primeira Revolução Industrial - a ocorrida no século XVIII na

Inglaterra - o desenvolvimento das descobertas e inovações técnicas, que, na visão de Marcuse, deram origem ao processo tecnológico, ocorreram preferencialmente no interior das fábricas e não nas universidades, que, dessa forma, puderam se dedicar à pesquisa autônoma e se transformar "na fonte das idéias livres", a terceira revolução industrial, que começou a se delinear com a guerra e encontrou seu auge durante a década de 1970, pressupõe uma íntima relação do universo produtivo com os centros de pesquisa ou universidades.¹⁶ Talvez pela primeira vez na história pode-se afirmar com segurança que o conhecimento¹⁷ teve precedência sobre o fazer tecnológico, ou seja, passa a ser a fonte das inovações tecnológicas. Tal fato, porém, apenas atesta não uma espécie de supremacia do conhecimento, mas a integração plena da universidade ao processo tecnológico, de tal modo que Marcuse (juntamente com Adorno) reconhece ter a ciência se tornando "uma força produtiva", enquanto Eisenhower atesta que ela deixou de ser "a fonte das idéias livres".

IV

O discurso proferido por Eisenhower causou grande perplexidade na época. Ainda hoje, muito se discute sobre os motivos que levaram o presidente a proferi-lo. De fato, por que ele optou por fazer tal coisa se afinal ele próprio

¹⁶ Um bom exemplo dessa relação visceral entre vida militar, vida científica e tecnologia é encontrado na Califórnia, seja com a Universidade de Berkeley, seja em toda a extensão do chamado "Vale do Silício", no qual ciência e tecnologia adquiriram grande importância.

¹⁷ A relação entre saber e poder é tema central de parte da obra do filósofo Michel Foucault. No contexto de uma epistemologia das Ciências atual examina como a construção do saber resulta efetivamente em poder: nessa perspectiva, mostra como o nascimento do saber psiquiátrico engendrou o nascimento dos manicômios, ou seja, de uma instituição que legitima, pelo saber, o poder social sobre os classificados por esse saber como "loucos", ou seja, como dignos do isolamento em relação à sociedade.

era um militar, aliás, um dos mais graduados de toda a história das forças armadas dos EUA? F.J. Cook tenta explicar tais razões.

O livro de FJCook, redigido e publicado em 1962, parece ser o primeiro produto intelectual resultante do discurso presidencial. Cook leva à sério as denúncias presidenciais contra o complexo industrial-militar, resolvendo investigá-lo em todos os seus aspectos. Ele procura demonstrar que esse complexo não conheceu um esvaziamento nem perdeu importância com o final do conflito, como seria normalmente de se esperar; ao contrário, ele prova que a atuação política e militar de tal complexo na defesa de seus mais agudos interesses foi um dos fatores decisivos que influenciaram o aparecimento da Guerra Fria. Afinal, como já foi mencionado, esta guerra foi extremamente providencial para a manutenção e o crescimento de tal complexo, que percebeu nela a ocasião excepcional para a expansão de seus negócios. De qualquer modo, cabe aqui realçar que não é totalmente descabido afirmar que o autor considera não ter sido a Guerra Fria diretamente responsável nem pela criação da necessidade de se aumentar constantemente os gastos militares nem pelo desenvolvimento ampliado do grande conjunto de equipamentos militares, incluindo armamentos sofisticados, mas que foi a existência do complexo industrial-militar, com sua necessidade de encontrar um modo de legitimar e prolongar sua atuação, que foi um fator decisivo para a eclosão dessa guerra, a qual possibilitou, em espiral crescente, um aumento dos gastos militares e a conseqüente expansão do complexo industrial-militar.

F.J.Cook escreve, portanto, logo após a denúncia do presidente e, por isso, se preocupa em esclarecer os fatos que conduziram-no a fazer tal advertência à nação. Além disso, o autor procura demonstrar que os acontecimentos internos, no primeiro ano da administração de J.F.Kennedy indicavam claramente que o complexo industrial-militar atuava firmemente em

defesa de seus interesses por meio do exercício de vários tipos de pressão contra essa administração. Segundo o autor, isso deu ensejo para a eclosão do conflito entre o governo civil e os militares, que redundou num conflito surdo e áspero:

“O Ressentimento dos militares, instantâneo e feroz, levou àquele tipo de luta interna ...que tanto satisfaz uma burocracia bem entrincheirada. Os primeiros seis meses de governo Kennedy encheram-se com o clangor surdo da guerra mutuamente destrutiva , travada em grande parte às escondidas do público.No início de junho de 1961,a questão tornara-se amarga...”(Cook, 1966, pag.10-11)

Tal ressentimento possibilitou no senado o seguinte pronunciamento do senador Stuart Symington acerca das relações entre militares e governo civil:

"Desenvolveu-se uma situação... que é trágica e perigosa para a futura segurança de nosso país. Tornou-se bem claro que alguns membros da hierarquia militar não tencionam ceder à autoridade civil as prerrogativas do poder excessivo que eles mesmos puderam acumular durante anos à custa do controle civil. Na realidade, parece existir agora um esforço organizado da parte de alguns militares para atacar seus superiores civis sob o maldoso manto do anonimato. Isso não inclui apenas o Secretário da Defesa e seus colaboradores civis, mas, em alguns casos, até o próprio presidente. O que temos de notar é que alguns militares de altas patentes, ressentidos por terem perdido parte de seu poder, estão atacando o âmago do sistema americano...” (Cook, 1966, pag.11)

Esse conflito levou, ainda segundo o autor, a outro, mais explosivo, protagonizado pelo senador Fulbright, que protestou "contra as atividades dos militares na doutrinação" da população em todo o país, argumentando que enquanto Kennedy "utilizava as artes da negociação e da diplomacia para evitar a guerra mundial" (p. 12) os militares pregavam "que toda negociação não passava de mitigação" (p. 12) ou, antes, de uma forma da traição, pois achavam a "coexistência pacífica" impossível, desejando assim a "vitória total" contra os russos. Ainda segundo o autor, o protesto e a denúncia de Fulbright gerou uma reação violenta da direita, ou antes, das "Direitas Radicais" ¹⁸ capitaneada pelo senador J.S. Thurmond, que era um "major-general reformado do exército". Ele acusou Fulbright de fazer parte de um complô cujo objetivo seria o de "emudecer os militares" a fim de "impedi-los de combater os comunistas".

O autor destaca que, com tal acusação, o porta-voz da extrema-direita objetivava causar pânico na população e ao mesmo tempo reafirmar uma imagem dos russos como inimigos cruéis e ferozes - imagem esta meticulosamente construída e peça fundamental na propaganda direitista patrocinada tanto pelos militares quanto pelos grandes fabricantes de equipamentos militares, que constituíam o que Eisenhower denominou de "complexo industrial-militar". Além disso, por meio de tais métodos, pretendia também impedir o governo de tomar medidas contrárias aos interesses de tal complexo, como o de reforçar o poder civil e conter os militares, exigindo desses que cumprissem seu papel institucional. Tal ação, baseada na mentira e

¹⁸ As Direitas Radicais são formadas por várias associações extremistas, que pregam que toda forma de diplomacia ou de negociação com os russos seria uma forma de traição política ao país. Elas mantêm estreitos vínculos com militares e atuam nacionalmente. Dentre as principais associações ou organizações da Direita Radical estão a Ku-Klux-Klan e a John Birth Society. No Brasil, o termo equivalente seria o de Extrema-Direita, que não deixa de ser um eufemismo para acobertar grupos de tendências fascistas ou nazistas.

na disseminação do pânico, redundou na formação do Projeto Alerta, que serviu para promover reuniões em todo o país "financiadas com os milhões de dólares das maiores indústrias americanas e protegidas pela presença de militares - de renome nacional" (Cook, p. 12).

Essas campanhas, que estimularam o aparecimento daquilo que posteriormente muitos outros estudiosos denominaram de "paranóia nacional" - dado o terror infundado contra a imagem manipulada do suposto inimigo - freqüentemente tiveram o efeito amplo de impedir a formação de uma consciência histórica capaz de avaliar com algum senso de realidade a situação ou a conjuntura política: além disso, não tornavam apenas evidentes os métodos usados pelo complexo industrial-militar, mas, sobretudo serviram para encobrir a insubordinação dos militares, que não desejavam de modo algum se submeter ao poder civil. Tais expedientes e ações objetivavam romper a tradição política do país e conferir aos militares um poder político até então inusitado. A esse respeito afirma Cook:

A revolta da hierarquia militar contra o domínio civil, a colaboração dos militares e dos industriais no levante das paixões guerreiras da população foram fatores que delinearam uma questão de enorme importância. Os elementos básicos da democracia estavam claramente em jogo... (Cook, p. 12).

Com o exame desse conflito ocorrido no início da administração J. F. Kennedy, Cook pretende demonstrar, por um lado, que a mudança de governo não inibiu de modo algum a ação do Complexo Industrial-Militar: ao contrário, este teria aproveitado a ocasião para tanto reforçar a defesa de seus interesses estabelecidos quanto para, simultaneamente, ampliar ainda mais seus negócios, confirmando desse modo a advertência proferida por

Eisenhower, que sustentava ser doravante todo governo incapaz de conter a ação de tal complexo ou de não ceder ao conjunto de seus mecanismos de pressão. Por outro lado, o autor quer também mostrar que a própria administração de Eisenhower experimentou vários conflitos semelhantes a esse, sendo também igualmente vítima do modo truculento de agir de tal complexo. Nessa perspectiva, Cook afirma que "O presidente Eisenhower travara uma longa, mas quase despercebida, escaramuça contra o poder crescente do complexo industrial-militar" (p. 13) e ainda que "durante os dois últimos anos do seu mandato, travou uma luta constante para tentar reduzir as exigências mais extravagantes dos militares", acrescentando que também "lutou para manter o orçamento da defesa dentro de limites razoáveis" (p. 14). Obviamente, nesse relato, não deixa de causar espanto a quase impotência do presidente para reagir às demandas de tal complexo, já que ele é obrigado a "travar luta constante" apenas para conseguir, afinal de contas, conter "as exigências mais extravagantes" dos militares ou para manter "em limites razoáveis" o orçamento da defesa. Isso significa claramente que as ambições orçamentárias dos militares destoavam completamente das ambições orçamentárias de outros departamentos, especialmente os relacionados com a vida civil, como os relativos à saúde, à educação ou mesmo os voltados para a proteção social.

Essa discrepância entre o orçamento pretendido pelos militares e o dos outros departamentos estatais fica evidente nesta afirmação do presidente: *"... se as despesas militares dos Estados Unidos não forem reduzidas, o país não tardará a tornar-se um 'Estado-fortaleza', com todas suas energias concentradas na produção militar"* (citado por Cook, p. 14). O "Estado-fortaleza", termo usado pelo presidente, pode muito adequadamente servir para designar o aparecimento de uma nova configuração do Estado, cujo

eixo de sustentação, em matéria econômica, gira em torno de altíssimos investimentos destinados a ampliar enormemente a capacidade produtiva das mais variadas empresas de armas ou equipamentos militares. Esta configuração do Estado seria complementada por uma face voltada à promoção permanente da possibilidade da guerra ou de conflitos militares externos, o que exige sempre a eleição do inimigo e a identificação de quem e de onde provem a ameaça. Tal tipo de Estado bem poderia ser designado pelo conceito de "Estado de Guerra" (Cook, Marcuse) ou, como quer a tradução brasileira de One-Dimensional Man, "Estado-Beligerante".¹⁹

Segundo Cook, Eisenhower se defrontou logo no início de seu governo, em 1953, com o poder do complexo industrial militar. O conflito ocorreu porque o presidente teria se recusado a atender às demandas dos militares, tendo cortado 5 bilhões de dólares do orçamento destinado à Força Aérea. Em represália, os militares utilizaram seus formidáveis recursos financeiros para fazer propaganda de suas necessidades e para, fundamentalmente, criar vários meios eficientes de pressão a fim de influenciar os homens que exerciam qualquer cargo público - especialmente os membros do congresso -, fato que, segundo o autor, originou um padrão de atuação do complexo industrial militar: toda vez que esse sentia seus interesses ameaçados, mobilizava os militares em campanhas públicas e propagandísticas a fim de conseguir pressionar os congressistas para que estes votassem a favor de suas reivindicações ou interesses, já que estes eram então ameaçados por seus eleitores.

¹⁹ O conceito de "estado militarista" como propõe a tradução brasileira do livro de Cook, parece paradoxalmente ser a menos adequada para designar tal realidade, pois pode levar à confusão com a fórmula "Estado-militar", bastante difundida entre nós na bibliografia acadêmica voltada para a investigação da Ditadura Militar verificada no país, que perdurou entre 1964 e 1985. Por esse motivo, de fato parece bem mais adequado o uso da expressão -ou conceito - "Estado Beligerante".

Ainda segundo o autor, este padrão de comportamento do complexo industrial militar ficou evidente em 1959, ano em que "dois ramos competidores das Forças Armadas" (p. 15) - ou seja, o Exército e a Força Aérea - se envolveram numa disputa acirrada para forçar o Estado a aprovar e a financiar a produção de dois mísseis diferentes, embora ambos apresentassem características semelhantes e contribuíssem muito pouco para alterar substancialmente o poderio militar dos EUA no âmbito da Guerra Fria. A disputa envolvendo o Exército e a Força Aérea se deu porque cada uma dessas instituições militares pretendia obter seu próprio míssil, a fim de satisfazer seu principal fornecedor militar: no caso do Exército, a Western Electric, que fabricava o Nike-Hércules; no caso da Força Aérea, o míssil antiaéreo Bomarc, produzido pela Boeing.

Este episódio permite a formulação de algumas questões fundamentais para se esclarecer tanto a ação das instituições militares na época da Guerra Fria quanto a do Complexo Industrial-Militar. Uma destas questões é: de onde provinham as verbas que financiaram as campanhas publicitárias das instituições militares em favor de seus mísseis prediletos? Outra pergunta importante diz respeito aos momentos históricos ou às conjunturas políticas dos EUA, nas quais essas campanhas foram deflagradas.

Segundo o autor em questão, "a publicidade era estimulada pelos serviços militares - o Exército e a Força Aérea - que colocavam a seu serviço os "cérebros da Madison Avenue", mas quem pagava essas campanhas eram os dois fabricantes em questão: no caso do Bomarc, a Boeing, que planejou produzir um míssil em associação com o laboratório aeronáutico de Michigan, fato que deu origem ao nome Bomarc²⁰, composto pelas letras Bo (da Boeing) e

²⁰ O "Bomarc IM-99A" foi o primeiro míssil Bomarc produzido (1949), tendo sido testado em fevereiro de 1955. Com raio operacional de 200 milhas (320 quilômetros) foi projetado para voar à velocidade Mach 2.5-2.8, em uma altura de 60.000 pés (18.3 quilômetros). Tinha

de Mare, que denomina os centros de pesquisas de Michigan. No caso do Nike-Hércules²¹, quem financiou tal campanha foram seus fabricantes, que envolve a Western Electric, a Bell Corporation e a Companhia Aeronáutica Douglas. Essa ação conjunta das instituições militares e dos fabricantes de equipamentos militares - no caso, de armas - demonstra cabalmente que os vários setores das Forças Armadas dos EUA agiam em função da manutenção ou expansão dos negócios das grandes corporações industriais produtoras de equipamentos militares destinados à guerra. É um erro pensar que os militares apenas compravam o que essas indústrias ofereciam no mercado: a produção de tal ou tal arma envolvia a união visceral da indústria e da instituição militar, o que sugere a existência de vínculos estreitos entre uma e outra. Bom exemplo desse vínculo íntimo é aquilo que ficou conhecido como "sistema de portas giratórias", segundo F. J. Cook (que será examinado mais adiante).

Note-se ainda que, com tal procedimento, os grandes fabricantes financiavam tais campanhas publicitárias não em qualquer momento, mas principalmente na época em que o Congresso deveria votar o plano orçamentário do país ou quando decidia "quantos milhões deveria distribuir

46.6 ft (14.2 m) e pesava 15.500 libras (7.020 quilogramas). "O Bomarc Super IM-99B" foi seu sucessor, com melhorias sensíveis no desempenho. Tinha capacidade para destruir alvos a até 400 milhas (640 km) de distância, voando a 100 mil pés a uma velocidade Mach 4. Tinha 45 ft (13.7 m) de comprimento, pesava 16.000 libras (7.250 quilogramas). Nos EUA, havia 14 pontos de lançamento dessas armas e também dois pontos no Canadá. A Boeing construiu 570 mísseis de Bomarc entre 1957 e 1964: 269 CIM-10A, 301 CIM-10B. Fonte: http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/CIM-10_Bomarc/2#Design_and_development

²¹ O Míssil Nike-Hercules, designado **MIM-14** (inicialmente **SAM-N-25**) foi usado pelos EUA e pela OTAN. Versátil, podia ser empregado para a defesa aérea e também na superfície. Foi desenvolvido originalmente durante a Guerra Fria para destruir caças-bombardeiros. Foi vendido para vários países, como Alemanha, Grécia, Países Baixos, entre outros. Tinha 41 pés e 6 polegadas (12.6 m) de comprimento: durante a Guerra Fria foram instaladas 145 baterias de lançamento desse míssil, que podia atingir alvos até 77 milhas (110 quilômetros). Foram desativados porque não eram operantes na interceptação de mísseis, que haviam tornado obsoletos os aviões para ataques ao território inimigo. Fonte: http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/MIM-14_Nike-Hercules

pelos sistemas concorrentes de mísseis" (p. 15). Com tal prática financiavam a campanha publicitária a fim de abocanhar a verba estatal destinada a tais campos militares. Tanto esse comportamento quanto o vínculo estreito entre as instituições militares e as indústrias produtoras de armas ou equipamentos militares podem ser considerados como exemplares no tocante à composição e ao modo de atuação do Complexo Industrial-Militar. Merece destaque ainda um dado adicional decisivo: as armas produzidas por tais fabricantes, que agem como o exemplo mencionado ilustra adequadamente, não só tem compradores garantidos - as instituições militares - como logram ainda gerar enormes lucros, pois elas são também vendidas durante anos seguidos para os aliados dos EUA. No caso do míssil Nike-Hércules, por exemplo, foram instalados só no Estados Unidos aproximadamente 393 sistemas e 88 baterias do referido míssil, os quais faziam a proteção da nação em 23 zonas espalhadas em vários estados. Além disso, grande quantidade deles foi vendida para a Turquia, Alemanha, Grécia, Itália, Coréia, Japão e Formosa, entre outros.²²

Este é apenas um exemplo isolado, que, porém, pode ser generalizado sem grandes dificuldades, já que os fabricantes de armas e de equipamentos militares procediam dessa maneira constantemente. Em certo sentido, não se diferenciavam dos fabricantes de automóveis ou de outros dos mais variados ramos de atividade. Porém, nessa luta pela conquista de novos mercados, esses fabricantes contaram com instrumentos que os produtores dos outros ramos destinados ao mercado civil não dispunham: eles contavam tanto com os tratados de cooperação militar e tecnológica estabelecidos pelos serviços de relações exteriores do EUA com países aliados ou dependentes

²² Fonte: http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/Project_Nike

quanto com mecanismos institucionais vinculados aos setores de segurança de vários Estados nacionais.

Outro episódio fundamental enfrentado por Eisenhower ocorreu no final de seu governo, durante o período eleitoral que escolheria seu sucessor. Segundo Cook, o tema central da campanha eleitoral teria sido pautado pelo complexo industrial-militar por meio dos militares, que eram o porta-voz preferido de tal complexo, já que tinham respeitabilidade e legitimidade nacionalmente reconhecidas. Segundo estes, a nação teve sua soberania e segurança ameaçadas por vários momentos durante a administração de Eisenhower. Os militares afirmavam que o presidente fragilizou o poder militar do país, expondo-o às vicissitudes próprias da Guerra Fria. Assim, acusaram seu governo de ter cometido uma "falha" fundamental na segurança. Complementavam a acusação sustentando que a origem dessa "falha" residia fundamentalmente no fato de que o presidente teria insistido em cortar verbas anteriormente destinadas à defesa e aos gastos militares a fim de destinar estas verbas para outros setores de atividade.

O tema da "falha na segurança" foi longamente debatido na campanha eleitoral e levou o então candidato J. F. Kennedy a se comprometer em não repetir tal falha:

" A questão da " falha na segurança" nega-se a morrer de morte natural.A controvérsia iniciada pela Força Aérea, evidentemente com o objetivo de obter mais milhões e mais bombardeiros, penetrou bem a consciência do público e espalhou um sentimento de alarme por toda a nação. A acusação de que a administração Eisenhower, na sua preocupação de reduzir o orçamento, deixara enfraquecer nossa defesa, tornou-se um dos elementos básicos da campanha presidencial de 1961, e o presidente Kennedy, tendo-se servido dessa controvérsia para

seus objetivos políticos, foi eleito irrevogavelmente comprometido com o aumento das despesas militares até uma máximo ainda nunca alcançado".(Cook, 1966, pag.17)

Este fato acabou por determinar uma ambigüidade fundamental em seu governo: por um lado, ele incentivou os gastos militares e ajudou a consolidar a expansão dos negócios do complexo industrial militar, por outro, pretendeu conter as verbas militares e usá-las em outras atividades. A ambigüidade gerou, como é fácil de observar, uma contradição fundamental em seu governo. No entanto, o decisivo aqui é a importância adquirida pelo tema da "falha de segurança" na administração Eisenhower: essa "falha", como é fácil verificar, não ocorreu. O tema da "falha" era apoiado na versão, difundida para todo o país por membros da Força Aérea, de que a Rússia possuía mil mísseis, quando, na realidade, possuía cerca de 50, segundo afirma o autor (que dados posteriores confirmam). Ainda segundo ele, em 1960 o poder militar dos EUA equivalia ao dobro do da Rússia, já que os EUA contava com "48 mísseis intercontinentais Atlas e 80 mísseis Poláris carregados por 5 submarinos nucleares estrategicamente espalhados por várias regiões do mundo".

Cook prossegue a análise afirmando que o ano de 1960 foi marcado por várias investidas militares - os porta-vozes mais usuais do complexo industrial militar - contra a suposta falha de Eisenhower, sempre com a pretensão de conseguir mais verbas públicas para os gastos militares e para o Departamento de Defesa. Uma dessas investidas girou em torno da questão da "segurança perfeita": segundo o chefe do Comando Estratégico da Força Aérea, General Thomas Power, os EUA só estariam em segurança se mantiver

"... sempre em alerta uma boa percentagem de bombardeiros pesados carregados de bombas nucleares e

prontos a lançarem-se num contra-ataque instantâneo a qualquer opressão russa... Para preparar essa frota de bombardeiros e mante-la sempre em estado de emergência seria necessário criar uma nova base de esquadrilhas bem equipadas e bem armadas, o que custaria muitos mais bilhões de dólares. O programa completo poderia representar cerca de quinhentos milhões a mais no orçamento, porém, perguntava o General, o que eram miseráveis quinhentos milhões comparados com os riscos... da nação? (Cook, 1966, pag.16)

Como se pode notar, tal programa só pode ser objeto de intensa campanha publicitária por que foi antecedido por outra, também promovida e difundida pelo Complexo Industrial-Militar, que, ao afirmar existir uma "falha na segurança" em pleno desenvolvimento da Guerra Fria, disseminou o pânico por todo o país, visto que a população, sem o conhecimento efetivo dos fatos, reagiu desconfiando das intenções presidenciais e se perfilando com os militares: ela passou a exigir a liberação de mais verbas públicas para o aumento dos gastos militares a fim de promover maior segurança.

Essa campanha consolida outro dos procedimentos prediletos adotados pelo complexo industrial-militar: sempre que sente seus interesses ameaçados ou não contemplados, organiza grandes campanhas publicitárias, também com o apoio dos militares, destinadas a difundir o pânico entre a população. Como se sabe, o pânico não é um ninho adequado para gerar o pensamento ou a atitude racional. Quem sente pânico quer ação, quer solução imediata para o que supostamente o ameaça. Além disso, nesse caso, o pânico provem tanto do medo de ver a nação dizimada ou derrotada - o que implica no fim da sensação de pertencimento e abrigo - quanto do medo de ver sua vida imediata, assim como a de seus familiares, ameaçada. O pânico, nesse sentido,

remete a idéia de ver os esforços pessoais destruídos, com seus bens espoliados pelo inimigo. Ao promover o pânico, seja pela idéia de destruição da comunidade, seja pela da destruição familiar, a campanha pretende mobilizar as emoções e sentimentos mais profundos dos indivíduos, que ficam incapacitados de reagir racionalmente. A repetição desse tipo de campanha acabou por gerar na população dos EUA uma espécie de "paranóia", fato notado por vários estudiosos do país.²³

Em resumo, a campanha desencadeada pelo tema da "falha na segurança" foi logo acompanhada pela proposta, sugerida pelo Comando Estratégico da Força Aérea, que afirmava ser a segurança completa apenas se o país adotasse o plano de Estado de Alerta Permanente. Obviamente, tal plano requeria altos investimentos, os quais deveriam ser liberados pelo Congresso. Para consegui-los, a Força Aérea não hesitou em lançar tal campanha pouco antes da reunião do congresso destinada a discutir se tais verbas deveriam ou não ser concedidas. Segundo o autor

Foram experiências semelhantes - a batalha de 1953 sobre o corte de cinco bilhões do orçamento da Força Aérea, a campanha de pressões em relação ao Nike-Hércules e ao Bomarc, a controvérsia e consequências do falso ponto fraco na defesa dos Estados Unidos - que levaram Eisenhower a advertir contra a nova ameaça à democracia criada pelo complexo industrial-militar. Informadores da Casa Branca deram, mais

²³ Este procedimento pode ser interpretado como um sintoma do grau do conservadorismo político da sociedade estadunidense. Ele, com o tempo, não foi erradicado: ao contrário, é ainda bastante usado na atualidade. O Jornal Folha de S.Paulo, na edição de 16 de março de 2010, informa (Pag..A-15) que "O comitê nacional republicano pretende usar o medo como o principal mote para levantar recursos para a campanha...que pretende salvar o país do caminho rumo ao socialismo". O socialismo, no caso, aponta para as reformas propostas pelo presidente B.Obama na área da saúde. A notícia acrescenta ainda um comentário do diretor de Comunicações do Partido democrata, que afirma: "Os republicanos não podem mais negar que estão espalhando o medo quando literalmente estão vendendo isso como o caminho para a volta ao poder".

tarde, as seguintes razões para a maneira de pensar e as motivações de Eisenhower: o presidente... considerava virtualmente impossível ,por vezes, lidar com as pressões propagandísticas, políticas e burocráticas geradas pela nova combinação de poder.Comprometido pessoalmente com o objetivo do desarmamento, reconheceu que os militares e seus aliados industriais comandavam uma poderosa contra-influência..”(Cook, 1966, pag.18)

Tal análise permite perfeitamente a elaboração de uma suposição fundamental, que é em seguida adotada pelo autor: Eisenhower elabora esse alerta em seu discurso de despedida porque teria percebido que seu sucessor não conseguiria conter a expansão do complexo industrial-militar. Além disso, ele também se sentiu impossibilitado de concretizar o que aparentemente era sua maior ambição política: a conquista do desarmamento - embora sempre se possa questionar suas declarações e sua prática política, já que a separação entre elas pode ser intencional. Pode, contudo, atestar também uma impossibilidade objetiva. A favor dessa interpretação parece militar essa passagem do livro de Cook: “Não há a menor dúvida de que a campanha da Força Aérea aumentou as tensões da Guerra Fria e as apreensões em todo o país.” (pag.18)

V

O governo de J.F.Kennedy, como já foi assinalado, foi eleito como resultado do debate sobre a possível “falha” no sistema de defesa do país gerada pela administração de Eisenhower. Por causa disso, ele estava

profundamente comprometido com o programa de supressão da presumível "falha", fato que o vinculava fortemente com um ambicioso plano de expansão dos programas e atividades destinados a reforçar consideravelmente o sistema de defesa do país. Segundo Cook, essa condição o impedia de enfrentar a contento o poder e as pressões exercidas pelo complexo industrial-militar, além de fragilizá-lo a ponto de impedir que levasse adiante o plano político, esboçado por ele, de reforçar o poder civil diante do poder militar.

Nesse cenário político, as grandes corporações e os militares agiram rápida e eficientemente a fim de conquistar logo no início da nova administração posições francamente favoráveis. Segundo o autor de *O Estado Militarista*,

"apenas dois meses após Kennedy ter assumido a presidência, a Lockheed Aircraft Corporation já recebera um contrato de 1 bilhão de dólares para produzir cem aviões para carga e transporte de tropas, contrato este que deveria gerar mais de 2000 empregos na Geórgia (Cook, p. 19).

É evidente que com tal expansão e geração de empregos as indústrias militares adquiriram não apenas enorme importância na economia estadunidense como também passaram a ser prestigiadas pelos trabalhadores, que viam nelas tanto um meio de combater o desemprego quanto de elevar os salários. Além disso, os grandes fabricantes de armas, pelas mais diversas razões, procuraram se instalar não em uma região específica, mas em várias diferentes regiões. Essa distribuição geográfica ampla das indústrias armamentistas atendia primeiramente a uma necessidade estratégica da defesa do país: em caso de ataque, seria fácil ao inimigo destruí-las se elas

estivessem concentradas em um único lugar. A diversificação geográfica das indústrias, ditada por tal necessidade, acabou por gerar um fenômeno inusitado: ela se fez presente nas mais diversas regiões e, por esse motivo, pode-se afirmar que gerou empregos e elevou os salários em grande parte do país. O resultado da diversificação espacial desse tipo de indústria a favoreceu amplamente, pois toda vez que seus interesses eram contrariados ela ameaçava fechar ou reduzir algumas de suas instalações produtivas, conseguindo assim mobilizar grandes contingentes populacionais que, sentindo a ameaça de desemprego ou da queda da taxa do salário, logo organizavam várias e grandes manifestações públicas em sua defesa. Desse modo, pode-se mesmo concluir que qualquer tentativa de conte-las ou de reorientá-las produtivamente gerava formidável onda de protestos no país inteiro.

O início do governo Kennedy favoreceu enormemente tanto o crescimento das indústrias de armas e de equipamentos militares quanto o processo de diversificação espacial das instalações produtivas, reforçando sobremaneira o que pode ser denominado de "seu próprio sistema de defesa social". Não foi apenas a Geórgia que foi favorecida nesse momento. Cook afirma que *"A Comissão de Construções das Forças Armadas já dera a autorização para o dispêndio de oitocentos e oito milhões de dólares nos novos projetos de construções militares em 790 instalações..."* (Cook, p. 19) localizadas em vários estados do país.

Entretanto, o fato mais espetacular que favoreceu imensamente a expansão de complexo industrial militar foi a crise de Berlin, ocorrida em 1961. Ela foi tão enormemente importante para o desmedido crescimento da produção militar que o autor afirma: *"se a crise de Berlin não tivesse ocorrido, teria sido necessário inventá-la, tão comprometida estava a nova administração com a tese de que precisávamos de uma máquina militar mais*

poderosa". (Cook, p. 20). Esta crise, ainda segundo o autor, foi diferente das outras porque o governo resolveu mobilizar militarmente o país inteiro.

Antes de prosseguir, cabe aqui uma observação acerca das características do militarismo. Como já foi discutido, esse termo se presta a várias confusões. Talvez será melhor reservá-lo para denominar as sociedades em que o poder militar é preponderante, impondo-se ao poder civil. Isto, porém, pode não ser suficiente: assim, seria melhor acrescentar que o militarismo envolve a disseminação das regras e da disciplina da vida militar para toda a sociedade, a qual é regida pelos interesses e atividades militares. Isso talvez ainda não elimine completamente a dificuldade do termo, porém, ajuda a distinguir tal tipo de sociedade da dos EUA, que experimenta uma tensão entre o poder civil e o militar. Nesse país, a sociedade pode até mesmo conhecer uma orientação militarista, mas esta não elimina completamente a vida civil nem impõe ao conjunto da sociedade as regras e disciplinas da vida militar. F.J. Cook parece não precisar estas nuances do conceito, identificando em alguns momentos a sociedade dos EUA com a sociedade militarista japonesa ou a alemã da primeira metade do século XX. Essa identificação, porém, não deixa de apresentar alguns inconvenientes.

Se pensarmos na sociedade estadunidense como democrática, mas marcada por uma transformação súbita na configuração do Estado, que não seria propriamente militarista mas "preparado para a guerra" ou "beligerante"; então podemos, com alguma vantagem, distingui-la das sociedades propriamente militaristas e entender, ao mesmo tempo, ser ela capaz tanto de mobilizar enormes recursos financeiros quanto desenvolver inúmeras atividades com vistas à permanente preparação para a guerra, sem que isso elimine vários aspectos do cotidiano democrático nem desmantele completamente o poder civil, subjugando-o pela truculência. O Estado

Beligerante é movido pela imagem da guerra permanente contra o inimigo externo, permitindo por isso que, no plano econômico, os interesses dos setores implicados na produção armamentista e na organização da defesa adquiram preponderância sobre os demais setores econômicos ou interesses materiais, sem, contudo, eliminá-los. Isso não significa, porém, que os interesses ligados às atividades militares não tendam a eliminar ou conter em parâmetros estreitos os outros setores de atividade ou outros interesses materiais.

Para concluir esta breve reflexão, cabe ainda tanto realçar que H. Marcuse, em várias ocasiões, considerou a sociedade estadunidense como autoritária e não democrática quanto destacar que ela talvez seja bastante útil para esclarecer como a administração Kennedy usou deliberadamente a crise de Berlim para expandir formidavelmente o poder, os negócios e as áreas de atuação do complexo industrial-militar.²⁴ F.J. Cook assim se refere ao episódio:

²⁴ A primeira crise de Berlim ocorreu em 1948, quando os russos fecharam o acesso por terra à cidade. A segunda ocorreu em 1961, que foi usada pelos EUA para acirrar o conflito com a URSS. A crise de Berlim parece ter propiciado a ocasião para o estabelecimento de um padrão de comportamento do Estado Beligerante visando a expansão dos negócios do complexo industrial-militar. Como se pode - ou se poderá notar - tal crise permitiu um enorme crescimento da indústria bélica, consequentemente, do complexo industrial-militar durante os anos seguintes a 1961, deixando para trás o perigo de estagnação desse setor ocorrido nos anos de 1958, 1959 e mesmo 1960. Cook reconheceu a importância dela afirmando que "se ela não tivesse efetivamente ocorrida, ela teria de ser inventada". Esse reconhecimento, que pode parecer mero exagero retórico na argumentação, implica um aspecto de consequências explosivas na configuração do Estado Beligerante: a de que, para crescer e expandir os negócios do Complexo industrial-militar, o EUA necessita de crises, o que equivale a dizer que, na ausência delas, "seria preciso inventá-las". Nessa perspectiva, não é absurdo pensar que o país "inventou" as crises que levaram à primeira e à segunda guerras contra o Iraque: no caso da segunda, alegando falsamente que o país possuía "armas de destruição em massa", além de forjar uma relação entre o grupo Al-Kaeda e o governo de Sadan Hussein).

Quando o presidente Kennedy... conclamou o país a um novo estado de preparação armada, houve certo histerismo por toda a parte. Todavia, na Inglaterra, o primeiro ministro continuou a jogar golfe... O presidente Kennedy foi... o responsável por essa atitude do público. Anunciou que Kruschchev lhe fizera um ultimato em Viena; deu a impressão que faltavam seis dias para o Der Tag; convocou as divisões da Guarda Nacional e os reservistas para o serviço ativo imediato; declarou em tom de grande alarme que era urgente por em andamento um programa de abrigos contra o perigo atômico... Kennedy desencadeou um verdadeiro pânico nacional." (Cook, 1966, pag.20)

Ainda segundo Cook, as conseqüências principais da postura do presidente ao afirmar o perigo iminente, já que o inimigo russo estaria supostamente pronto a atacar o país - e assim disseminar o pânico, que foi fortemente agravado com o anúncio do programa de construções dos abrigos nucleares, sabidamente inúteis e inoportunos - foram o aparecimento ou a intensificação de dois temas relevantes e sintomáticos da configuração do novo Estado, o Estado Beligerante": por um lado, com a repetição da disseminação do pânico, que aprofundou ainda mais o grau da paranóia do país, obteve-se grande apoio popular ao incremento do programa armamentista; por outro, engendrou-se astuciosa campanha para, em nome do patriotismo, "reduzir as despesas de disparates como a educação e a assistência médica para os velhos" (Cook, p. 21).

Dessa maneira, a corrida armamentista, para grande satisfação dos grandes produtores de armas, cresceu vertiginosamente. Cook cita um exemplo bem sintomático da nova situação: há algum tempo, antes mesmo do início do governo Kennedy, a Força Aérea tentou conquistar a verba de 780 milhões de dólares para produzir os aviões bombardeiros conhecidos como B-70, que,

porém, foi negada porque o projeto de fabricação de tais aviões foi considerado quase obsoleto na era dos foguetes intercontinentais. Entretanto, segundo o relato do autor, isso não desanimou a Força Aérea, que voltou a usar os vários meios de pressão de que dispunha para forçar o Congresso e o governo a tomar uma decisão favorável a sua fabricação. A esse respeito, Cook afirma:

"A pressão para gastar mais e mais dinheiro nos bombardeiros foi tão grande que... a administração concordou finalmente em aceitar os fundos para o planejamento e desenvolvimento dos B-70, mas isto não satisfez à Força Aérea e a seus aliados no Congresso. Rebatizando os B-70 como o nome de RS-70. A Força Aérea iniciou outra campanha de propaganda para impor seu novo favorito à administração e ao público." (Cook, 1966, pag. 22)

A campanha desencadeada pela Força Aérea, que forçou o início do processo decisório relativo à conveniência da produção de tal tipo de avião também exerceu grande influência no decorrer desse processo, provocando ainda uma série de discussões nas instâncias governamentais sobre qual percentagem das verbas federais deveria ser destinada à defesa e aos gastos militares e quais deveriam caber aos outros setores ou atividades do governo - debate iniciado em 1942 e que, desde então, não parou de agitar o país. Nesse debate, planejado, iniciado e administrado por setores do complexo industrial militar, tendo à frente nada menos que um senador conhecido como o "senhor Boeing" - que fabricava tais aeronaves -, acirraram-se as críticas aos "gastos internos" do país, tendo em vista que a campanha publicitária desencadeada pelos militares reivindicava a absoluta prioridade dos "gastos externos" - entenda-se: relacionados com a defesa do país - já que este estaria

"mergulhado em uma guerra que deveria ser vencida". Nesta perspectiva, é sintomática e exemplar "a redução significativa e abrupta das verbas públicas destinadas à promoção da paz", que atingiu tanto a Agência de Controle de Armas e de desarmamento, quanto o Corpo da paz.

Esse fato revela um aspecto fundamental do complexo industrial militar e da configuração do Estado Beligerante: a ampliação crescente da produção industrial de equipamentos militares e o aumento proporcional dos gastos com a defesa e com os militares não é apenas uma atividade entre outras, que busca se tornar competitiva a fim de se impor no mercado, mas uma atividade especial, que conta com poderosos orçamentos e fortes mecanismos institucionais (e não-institucionais) de pressão, que a maior parte dos outros setores de atividades não dispõem. Nesse sentido, um dos traços do Estado Beligerante é a constante tensão entre os setores diretamente relacionados com a defesa do país - que envolve tanto instituições públicas fundamentais como as Forças Armadas quanto o conjunto das grandes indústrias produtoras de armas e de equipamentos militares - e os outros setores de atividades, incluindo aqueles que implicam a ação e o amparo do Estado. O Estado Beligerante tende a concentrar sua atenção nas atividades diretamente implicadas na defesa nacional, tendendo a desconsiderar as outras atividades ou as ações políticas do Estado voltadas para a área civil interna. Cook reconhece essa dimensão, ao afirmar que os "motivos gêmeos" do Estado Beligerante "são mais armas e bombardeiros, sim; melhor educação, assistência médica, desarmamento, não" (Cook, p. 23).

O Estado Beligerante exige coesão da população: ela deve se unir tendo em vista o combate ao inimigo, sempre representado como feroz e implacável, pronto a atacar. Além da coesão, que sempre pode ocasionar a gênese de políticas discriminatórias, já que qualquer ato aparentemente

desvinculado da manutenção do grau de coesão desejado pode ser imediatamente tachado como "ato de traição", exige-se também certo grau de sacrifício por parte dos cidadãos: à coesão, segue-se a coerção. Herbert Marcuse em *A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional chamou* constantemente a atenção para esse fato, apontado por ele como um dos traços fundamentais da sociedade unidimensional. Se, nesse aspecto, aparentemente Marcuse e Cook estão de acordo, certamente não estão em relação às conseqüências lógicas do raciocínio de Cook sobre o Estado Beligerante.

De fato, para este a coesão e a coerção mencionadas afetam decididamente a qualidade da vida civil do país. A união pelo sacrifício implica a aceitação tácita da perda imediata de uma série de conquistas da vida civil em troca da maior segurança nacional. Ou, dito em outras palavras: a afirmação e expansão do universo do Estado Beligerante, segundo Cook, afeta diretamente a manutenção e a qualidade do Estado de Bem-Estar Social. Esta concepção contradiz fundamentalmente aquela esboçada por H. Marcuse na obra citada, na qual afirma: "*A sociedade da mobilização total, que toma forma nos setores mais avançados da civilização industrial, combina em união produtiva as características do Estado de Bem Estar Social e do Estado Beligerante*" (Marcuse, 1973, p.38).

Segundo a perspectiva marcuseana, o Estado de Bem Estar Social e o Estado Beligerante são as duas faces principais da sociedade unidimensional. Elas não se contradizem, mas se complementam. Entretanto, no livro mencionado, Marcuse parece analisar mais detalhadamente as novidades introduzidas na vida estadunidense, particularmente após o final da guerra, pelo Estado de Bem Estar Social. Do mesmo modo, analisa em detalhes as principais características deste para verificar como ele promoveu o

aparecimento da sociedade unidimensional, isto é, sem oposição, capaz tanto de administrar por longo tempo suas principais contradições sociais quando de alterar a estrutura de classes típicas das sociedades capitalistas anteriores a ela. Nessa perspectiva, o Estado de Bem Estar Social desponta não como uma conquista da vida democrática e da sociedade civil, mas como um artifício repressivo destinado a dar maior coesão interna à sociedade dos EUA no contexto que se seguiu à depressão econômica iniciada em 1929 e, posteriormente, ao da Guerra Fria.

A análise do autor alemão, que viveu por longo período nos EUA, não desenvolve, em contrapartida, uma análise precisa ou detalhada do Estado Beligerante, ao menos nessa obra. Por isso, o vínculo entre a economia estadunidense com a guerra e a indústria bélica deve ser procurado em outros textos dispersos do autor. Por agora, cumpre salientar que numa entrevista concedida a Heinrich Von Messbaum, co-editor da Revista *Kritischen Katholizismus*, publicada com o título de "A Revolução em 1969" (Marcuse, *A grande recusa*, pag. 71 a 80), Marcuse afirma ser impensável o fim da Guerra do Vietnã, pois tal fato causaria grande depressão - ou provocaria grave crise - na economia estadunidense. Por certo, esse é um modo de reconhecer a importância do Estado Beligerante, embora ela possa ser fundamentalmente questionada. De fato, o fim do conflito não tardou. O impacto que esse fato causou na economia dos EUA ainda é uma questão que merece amplo esclarecimento. Os estudos sobre o assunto indicam que enquanto alguns autores vêem nessa guerra o início objetivo das dificuldades econômicas do país, outros asseguram que o fim dela dinamizou a economia estadunidense.

Em contrapartida, FJ Cook é movido pelo desejo imediato de combater a corrida armamentista, particularmente na era da física nuclear. Seu livro *O Estado Militarista* atesta seu engajamento nessa luta, levando-o a

analisar mais acuradamente este modo de configuração do Estado. Entretanto, esse engajamento talvez o estimule a contrapor o Estado Militarista e o de Bem Estar Social- visto como voltado para a seguridade social -, que parece ser valorizado na análise, escapando de ser criticamente problematizado ao modo marcuseano. Consequentemente, talvez pudesse redundar em um ganho considerável para o pensamento social crítico - aquele derivado da Teoria Crítica da Sociedade - analisar a obra de ambos jogando um autor contra o outro, ou, mais precisamente, lendo o *Estado Militarista* de F. J. Cook em contraposição com a análise do Estado do Bem Estar Social contida em *A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional* de H. Marcuse. Esse procedimento pode ajudar a esclarecer o vínculo entre esses dois tipos de configuração do Estado, assim como a natureza específica de cada um deles, além de auxiliar ainda no esclarecimento mais adequado da obra dos dois autores.

Uma primeira confrontação desses conceitos elaborados nas obras de Cook e de Marcuse permite verificar que enquanto Marcuse, na obra citada, pressupõe "uma combinação produtiva", que pode ser entendida como um tipo de vínculo íntimo entre estas duas diferentes configurações do Estado, que aparentemente pressupõe uma relação mais ou menos estável e duradoura entre eles, da qual ambos os tipos tiram proveito, Cook concebe existir entre eles forte antagonismo. Desta maneira, ao contrário do que faz Marcuse, Cook insiste em conceber que o Estado Beligerante, para se expandir e se consolidar mais solidamente, necessita absolutamente tanto estimular o desenvolvimento contínuo e crescente da Guerra Fria quanto minguar o Estado de Bem Estar Social a fim de absorver a maior parte das verbas que a este pudessem ser destinadas. Diz ele:

A administração (Kennedy) teria de reduzir seus programas domésticos, teria de deixar de lado aquelas perigosas teorias do bem estar e concentrar-se no que interessa de verdade. Mais bilhões para mais armas. (Cook, p. 23).

Ele acrescenta ainda que com tal investida nas verbas relativas ao Estado de Bem Estar Social "o orçamento da defesa subiu à fantástica quantia de cinquenta bilhões de dólares" (idem, p. 23). É digno de nota observar que a tese de Cook não é infundada, ou, melhor dizendo, parece fornecer as diretrizes principais de muitos governantes dos EUA após 1960: afinal, não teria de fato tal concepção orientado os governos de Reagan e dos presidentes Bush pai e Bush filho,²⁵ entre outros?

VI

A configuração do Estado Beligerante poderia apresentar um aspecto insatisfatório se seu poder e dimensão não fossem efetivamente apontados em números. Para solucionar essa dificuldade, o autor procura indicar a extensão e o poder de tal tipo de Estado oferecendo alguns dados relativos às propriedades do Departamento de Defesa, dos contratos estabelecidos e sobre sua real inserção na economia estadunidense. Cook evita desse modo tal aspecto negativo ao afirmar que "parece sensato tentar avaliar

²⁵ Essa linha de conduta de fato parece unir esses governos. É possível identificar no governo Reagan o aparecimento de um grupo político neoconservador que ficou conhecido como "falcões", que mais tarde ocuparia cargos de primeiro escalão nos governos de Bush(pai) e Bush(filho). Esse grupo seria o responsável pela expansão espetacular da agressividade militar dos EUA no exterior.

os recursos, o poder e as influências ... do Estado Militarista" (p. 24). Ele complementa o raciocínio indagando "como fazer tal avaliação?" (p. 24).

Para oferecer uma resposta a essa indagação, começa por arrolar os bens do Departamento de Defesa,²⁶ "avaliados em 160 bilhões de dólares"²⁷ (obviamente, antes de 1960, devendo esse valor ser atualizado,²⁸ acrescentando se tratar "da mais vasta organização de todo o mundo". Cook também revela ainda que o Pentágono possui milhões de acres de terra, sendo 3,2 milhões no EUA e 2,6 milhões de acres em países estrangeiros. Segundo ele, trata-se portanto "de uma área superior ao conjunto dos Estados de Rhode Island, Delaware, Connecticut, New Jersey, Massachussets, Maryland, Vermont e New Hampshire" (p. 24). Acrescenta que 72% de cada dólar era então gasto em relação às guerras passadas, à Guerra Fria e aos preparativos para as guerras futuras" (p. 25) e que "os bens militares são três vezes maiores do que o patrimônio total da United States Steel, General Motors e Standard Oil" (p. 25). Merece destaque também o fato de que o pessoal remunerado pelo Departamento de Defesa é cerca de três vezes maior do que o total de assalariados dessas três corporações juntas.

²⁶ O Departamento de Defesa é responsável pela coordenação e supervisão de todas as agências e funções do governo relativo à segurança nacional e as forças armadas. Ocupa a maior área no Pentágono e está subdividido em US Army, US Navy e US Air Force. Entre as agências, pode-se apontar: a Organização da Defesa dos mísseis balísticos, a Agência dos Projetos de Pesquisas Avançadas (DARPA) e Agência Nacional de Espionagem Geo-Espacial (DIA), a Agência Nacional de Segurança (NSA) (Fonte: Depto. Defesa EUA).

²⁷ Em 1960, o Departamento de Defesa parecia empregar diretamente 3.500.000 trabalhadores, sendo 700 mil civis. Para se fazer uma comparação, em dados atuais, o Departamento de Defesa conta com um orçamento de mais de 600 bilhões de dólares, o que equivale a cerca de 41% da despesa militar mundial. Esse valor é ainda maior do que a soma dos 14 maiores orçamentos militares nacionais. Os EUA gastam assim cerca de 1.967 dólar per capita em segurança, que é aproximadamente nove vezes maior do que a média mundial.

²⁸ É bastante difícil calcular o valor atual dos referidos bens imóveis. Um relatório militar relativo ao ano de 2005, destinado aos membros das Forças Armadas, apontava esses valores: 99,5 bilhões de dólares de bens imóveis. 460,7 bilhões de dólares como propriedades gerais, sem porém efetuar qualquer especificação. O relatório também sugere que deixou de computar bens da ordem de 900 bilhões por motivos vários.

O governo de Eisenhower (1953-61) gastou cerca de 350 bilhões de dólares com a defesa, sendo as despesas militares anuais da ordem de 46 bilhões de dólares, que, na administração Kennedy, passaram para 52,7 bilhões de dólares e para um orçamento total de 92,5 bilhões de dólares, além de incluir ainda uma verba suplementar de 3,7 bilhões destinada ao programa espacial.²⁹

Esses números servem para atestar o poder econômico do Departamento de Defesa e para demonstrar que ele pode influenciar ou atuar em todos os setores ou lugares do país. Mostram também que o complexo industrial militar une em "uma cascata de bilhões de dólares" (p. 25) os dois principais componentes desse complexo, ou seja, os militares e os grandes fabricantes de armas ou de equipamentos militares, que estabelecem acordos financeiros de grande envergadura. Esses dados, apontados por Cook, comprovam esse fato: 21 bilhões do orçamento militar do ano de 1960 foram destinados aos 75 maiores produtores de armas ou de equipamentos militares do país, sendo que as dez maiores empresas receberam cerca de 7,5 bilhões, o que equivale a algo em torno de 35% do total. Ou seja, os restantes 65% foram distribuídos entre 90 empresas, o que resulta, em média, em cerca de 150 milhões para cada uma. Entretanto, entre as dez maiores, três delas - a General Dynamics, a Boeing e a Lockheed receberam pouco mais de um bilhão cada uma. Outras duas, a General Eletric e a North American Aviation receberam aproximadamente 900 milhões cada. Isso significa que as outras

²⁹ Para uma comparação com a atualidade, o orçamento militar do governo de B.Obama em 2010 ultrapassa a casa dos 800 bilhões de dólares, mas se forem contabilizadas outras despesas com gastos da defesa e também gastos militares com pessoal da reserva, pode ultrapassar a casa de 1 trilhão de dólares anual, segundo analistas. É interessante notar que o PIB do país foi da ordem de 14 trilhões de dólares em 2007. É também interessante comparar o orçamento militar estadunidense com os gastos em educação, que somam 57 bilhões de dólares (número bem mais próximo do orçamento federal do Brasil, que destina 10 bilhões para a educação federal, que, porém, não inclui o ensino básico, como ocorre com os EUA.

cinco maiores fabricantes de armas ou de equipamentos militares receberam algo em torno de 500 milhões cada uma.³⁰

Além dessa gigantesca onda de negócios envolvendo o complexo industrial militar é de se salientar ainda que isto gerou o aparecimento do chamado "sistema de portas giratórias", que atesta a profunda ligação entre as instituições concernentes ao Departamento de Defesa - entre as quais estão abrigadas as principais instituições militares e as grandes corporações industriais do ramo da produção bélica. Esse sistema incentiva um determinado militar a defender acirradamente o estabelecimento de certos acordos comerciais com uma dessas corporações: quando, enfim, esse militar se aposenta, geralmente como um oficial graduado, ele é imediatamente convidado a trabalhar para a indústria que teve seus contratos por ele defendidos. Dessa maneira, diz Cook, "cerca de 1.400 oficiais aposentados, de Major para cima, estavam empregados pelas cem maiores corporações, as mesmas que haviam abocanhado os 75% dos 21 bilhões" (p. 26), ou seja, aproximadamente, 15,75 bilhões. Incluídos nessa lista, acrescenta ele, "havia 261 generais e almirantes" (p. 26). Finalmente, ele também indica que a corporação que empregava mais oficiais reformados - "cento e oitenta e sete oficiais reformados, incluindo 27 generais e almirantes" (p. 26) era exatamente a General Dynamics, que havia obtido o maior contrato dentre todas as empresas. Cook também realça o fato de que essa empresa era presidida por Frank Pace, que havia sido "Secretário do Exército" (p. 26).

³⁰ Ainda aqui, a título de comparação, é digno de registro verificar que, em 2007, a Boeing arrecadou 30,5 bilhões de dólares em vendas militares, a Lockheed 29,4 bilhões, e Northrop Grumman 21,5 bilhões, a General Dynamics 21,5 bilhões, a Raytheon 19,5 bilhões e a L.3 Communication 11,3 bilhões, totalizando assim 136,7 bilhões de dólares, o que demonstra claramente a tese de que as indústrias de materiais bélicos não são de curta duração, mas de longa duração, o que suscita a necessidade da configuração do Estado Beligerante. Cf *Gastos com armas crescem na América do Sul*. In jornal O Estado de São Paulo.

Essa breve referência, apoiada tanto possível em dados ou índices, demonstra que a análise elaborada por Cook com o intuito de configurar as conseqüências do efetivo poder material do Departamento de Defesa - que, como já foi assinalado, inclui todas as atividades militares-, embora não apresente nem dados ou conclusões inovadoras é necessária para ajudar a caracterizar com certa precisão o modo como as atividades desse colossal Departamento influenciam ou penetram nos mais variados setores da atividades do país, abrangendo ainda as mais diversas regiões. A mesma pretensão presidiu a apresentação dos dados econômicos referentes a atuação das cem maiores empresas dedicadas à fabricação de armas ou de equipamentos militares no país, o que exigiu a referência tanto ao sistema de portos giratórias quanto a demonstração de como elas se apoderaram de cerca de 75% do orçamento militar do ano de 1960. A caracterização de um e de outro deve ter servido, sobretudo, para configurar o desmedido poder exercido pelo complexo militar industrial: sem essa caracterização, por vezes exaustiva, é grande o risco de não se representar adequada e concretamente nem tal complexo nem o Estado Beligerante.

Para que a caracterização deste seja de fato adequada é ainda necessário examinar outra questão fundamental: quais são as conseqüências de tal grau de concentração de poder para a vida do país? A resposta requer a análise de seu impacto tanto na economia quanto no plano social, ou seja, a verificação da extensão do contingente de mão de obra empregada na produção bélica. Em relação ao primeiro aspecto, o autor procura demonstrar que a atividade econômica baseada na produção de armas e equipamentos militares não envolve nem favorece apenas as maiores empresas do setor, visto que os grandes fabricantes favoreceriam a difusão em cascata de subcontratos comerciais, os quais permitem o aparecimento de várias

empresas de médio ou pequeno porte que se especializam em produzir alguns dos equipamentos ou armas oferecidos pelas corporações industriais gigantes. Algumas dessas pequenas ou médias empresas também se especializaram em produzir peças utilizadas na montagem final das armas ou dos equipamentos militares, formando assim uma espécie de cadeia produtiva muito semelhante à encontrável na indústria automobilística.³¹

Desse modo, como salienta a autor, os subcontratos acabam por permitir uma grande expansão da cadeia produtiva, que abrange assim muitas fábricas de componentes diversos, difundindo-a para praticamente quase todas as regiões do país. Cook afirma que ela "praticamente se infiltra em todas as cidades dos EUA" (p. 26). O autor oferece alguns dados interessantes a esse respeito afirmando, por exemplo, que a produção de mísseis em San Diego equivaleria a 82% do total de produtos fabricados nessa região. Algo semelhante também ocorreria em Seattle, já que 53% do total de produtos originários dessa cidade advêm da indústria bélica. O caso da Califórnia também seria extremamente significativo, visto que a produção de armas ou equipamentos militares nesse Estado geraria cerca de 5 bilhões de dólares anualmente.

Além disso, essa enorme cadeia produtiva, geograficamente espalhada, causava também enorme impacto na geração de empregos. Convém salientar que, historicamente, a instalação e a expansão da indústria bélica no país ocorrida após 1939 no governo Roosevelt ajudaram decididamente a combater o desemprego, que, desde a depressão de 1929, atingia proporções alarmantes. Talvez seja até possível afirmar que a meta estatal do pleno

³¹ Como já foi assinalado, assim como não é fácil distinguir rigidamente os produtos militares dos produtos civis, também não é fácil distinguir entre indústrias bélicas e indústrias civis. Nesse sentido, uma indústria bélica especializada em produzir um equipamento militar específico, os veículos de combate, também pode produzir veículos para o público civil. Isso é válido para a GM e também para a Boeing no caso dos aviões.

emprego almejada pelo presidente só tenha de fato se concretizada no auge da produção militar, ocorrida por volta de 1943-1944. No entanto, mesmo com o final da guerra, a indústria de armas e equipamentos militares continuou a ser uma das principais fontes de emprego para a população (ou melhor, classe) trabalhadora. Segundo Cook, o Departamento de Defesa empregava então cerca de 3.500.000 trabalhadores, das quais cerca de 940.000 seriam civis.³² Cook acrescenta ainda que a os salários pagos aos funcionários do Departamento de Defesa totalizaram cerca de 12 bilhões de dólares, o que equivaleria a "o dobro dos salários gerais pagos pela indústria automobilística" (p. 26). O Complexo Industrial-Militar geraria também um número significativo de empregos na indústria das armas e equipamentos militares. Cook calcula em cerca de quatro milhões o número de empregados diretos dessa indústria, o que elevaria para aproximadamente sete milhões e quinhentos mil o número de trabalhadores abrangidos por tal complexo. Isso significaria que cerca de 10% do total de empregos dos EUA estaria relacionado com o Estado Beligerante.³³

Que conclusões se podem extrair desse cenário? Cook aponta a principal delas: *"... as autoridades calcularam que entre um quarto e um terço de toda atividade econômica gira em volta das despesas militares e que, com*

³² Esse número continua sendo atualmente quase o mesmo. Entretanto, não se pode ver nele um sinal de que o Departamento de Defesa não cresceu: como ocorreu nas mais diversas corporações industriais ou Departamentos do Estado, o impacto da informatização requereu um número bem menor de trabalhadores para executar tarefas que antes exigiam amplo contingente de trabalhadores. Visto dessa perspectiva, o número de trabalhadores do Departamento de Estado não diminuiu, ao contrário, aumentou.

³³ O número de trabalhadores do ramo da indústria bélica parece ter diminuído após 1989. Em 1990, por exemplo, o número de trabalhadores envolvido com a produção aeroespacial, no setor militar, era de 1.200.000; em 2000, esse número caiu para aproximadamente 600 mil, permanecendo desde então nesse patamar. Esses dados, porém, não podem ser tomados como indicadores precisos e científicos da diminuição da importância desse setor. Ele deve ser relacionado com as inovações tecnológicas introduzidas no processo produtivo, que ocasionaram o aumento da produtividade e a diminuição concomitante do contingente de mão de obra. Devem também ser relacionados com inovações na organização da produção pós-fordista. Esse fenômeno, como se sabe, atingiu os principais setores produtivos da economia dos EUA.

outros aumentos do orçamento da defesa, esta porcentagem poderá alcançar os 50%" (Cook, p. 27). Como se pode observar, o cenário indica claramente que após a depressão econômica que perdurou por grande parte da década de 1930 a economia estadunidense só voltou a adquirir dinamismo mediante a reorientação fundamental das atividades econômicas, verificada com o estabelecimento de gigantesca indústria de armas e equipamentos militares.³⁴ A criação dessa indústria representou então a grande novidade da economia do país. Quando ela se tornou responsável por cerca de 50% de toda a atividade econômica, ela pareceu se tornar indispensável, exigindo rápida transformação do Estado, que necessitou se adequar às exigências originadas de tal fenômeno: a expansão formidável do orçamento do Departamento de Defesa foi a expressão mais imediatamente visível de tal adequação.

Além disso, o fato de a indústria bélica ter se tornado em poucos anos a responsável pela metade das atividades econômicas da nação colocou uma questão de amplas proporções: como projetar o futuro econômico do país, nos anos imediatamente posteriores ao fim da guerra, que pareciam exigir uma diminuição gradativa da indústria bélica? Desacelerar seu crescimento implicaria novamente a necessidade de rápida reorganização e redirecionamento de toda a vida econômica, coisa que, por sua vez, poderia gerar ondas de grandes perturbações sociais, já que o aumento do desemprego e a diminuição acentuada dos salários médios dos trabalhadores seriam possibilidades concretas e ameaçadoras. Diante de tais perspectivas o fato marcante, portanto, parece ter sido mesmo esse: a percepção de que o fim da guerra não poderia propiciar a ocasião para a contenção da indústria bélica. Esta, por sua dimensão, por sua importância econômica e social, pelo volume de

³⁴ A fim de evitar a repetição constante da especificação desse tipo de indústria, será considerado como sinônimo a expressão "indústria bélica", que tem a vantagem de ser concisa.

investimentos de capitais requeridos por sua construção, não poderia ser desativada nem desacelerada: ao contrário, ela deveria continuar a se incentivada por diferentes modos, mesmo que para tanto fosse necessário inventar ou produzir crises que justificassem sua continuidade. Caso isso não ocorresse, as conseqüências seriam imprevisíveis para o país. Essas condições materiais formam o conjunto de fatores que ajudaram a configuração do Estado Beligerante.

Esse cenário da vida econômica e social dos EUA permite que F.J.Cook formule então outra questão fundamental decorrente da anterior: quais as conseqüências e o que significaria para o país o desenvolvimento do Estado Beligerante? A análise empreendida por ele, justamente em um momento de desenvolvimento e de tensão da Guerra Fria (1962), também comporta outra indagação relativa às perspectivas futuras: com interesses materiais tão vastos implicados na indústria bélica, como o país poderia ter alguma perspectiva de superação da guerra e de efetiva conquista da paz? Com essas indagações, o autor encerra o capítulo inicial do livro, no qual examina as raízes históricas recentes do complexo Industrial-Militar e suas conseqüências não apenas para os EUA, mas também para o resto do mundo, já que o que ocorria no país apresentava conseqüências para os demais países.

VII

Cook considera que as respostas a todas essas questões apresentam um aspecto sombrio, já que indicariam estarem os EUA caminhando para a construção de um "Estado Fortaleza", fato que alteraria em profundidade o padrão de vida estadunidense, até então de caráter democrático, centrada no culto à iniciativa privada. Além disso, considera também que as opções pela paz

ou pela guerra dependiam estritamente do desenvolvimento - ou da contenção - do Estado Beligerante. Afinal, para o autor, o único modo de conter o desenvolvimento e o conseqüente fortalecimento desse tipo de Estado seria fortalecer radicalmente uma consciência histórica capaz de incentivar ações e decisões que afirmassem a opção pelo desarmamento, que implicaria o estabelecimento de um efetivo acordo de paz com o bloco soviético. Entretanto, de modo algum o país parecia desejar tal acordo: prova disso é a política externa dos EUA no período e seu comportamento diplomático nas tentativas de se chegar a um acordo nas conferências de paz ocorridas em Genebra na década de 1950.

O conjunto da análise possibilita ainda a ele configurar muito argutamente os impasses da conjuntura histórica do início da década de 1960 - momento em que escreve -, indagando se o "desarmamento pode diminuir as tensões da guerra" ou se "serão estas tensões necessárias, sendo elas por vezes fomentadas deliberadamente para assegurar a sobrevivência do Complexo Industrial-Militar, que se tornou fator dominante na economia americana" (Cook, p. 28).³⁵ O autor continua a apontar as conseqüências sombrias, no futuro mais ou menos imediato, do desenvolvimento do Estado Beligerante indicando ser possível que o país adotasse um "militarismo agressivo" (p. 28)³⁶ "já que a realidade final de um Estado Militarista ou Beligerante terá de encontrar expressão na guerra" (Cook, p. 28). Em seguida, procura, muito adequadamente, relacionar essa tendência do Estado Beligerante com a movimentação política dos agrupamentos sociais da sociedade estadunidense que compõem o que é conhecido como "as Direitas

³⁵ A questão das crises externas deliberadamente fomentadas será discutida em vários momentos desse trabalho.

³⁶ A caracterização da possibilidade futura de os EUA adotar um "militarismo agressivo" leva FJCook a afirmar que o país poderia tomar o mesmo rumo da Alemanha nazista ou do Japão. A aproximação, porém, não deixa de ser problemática, como já foi registrado acima.

Radicais". Esses agrupamentos políticos tanto endossam publicamente as opções políticas do Estado Beligerante como incentivam - ou exigem - dos militares atitudes radicais, que não valorizem nem a prática política nem a diplomacia, as quais são consideradas por tal tendência política como atividades "covardes" ou "traíçoeiras". Assim, tais agrupamentos, que se opõem àqueles que lutam pela promoção da paz e do desarmamento, exigem uma solução militar para os conflitos: ou seja, desejam a vitória militar incontestada sobre o oponente - no caso, os russos.

Entre os militares, o autor identifica essa mesma atitude, particularmente no seio da Força Aérea, o que o leva a configurar os traços mais marcantes da ideologia militarista. Esta apresenta alguns aspectos centrais, a saber: os militares consideram ser sua tarefa conduzir a luta contra o inimigo a fim de conquistar uma vitória definitiva. Por isso, defendem a adoção de uma política externa agressiva, não apenas "destinada a conservar nosso sistema, mas sobretudo para eliminar o comunismo do globo" (p. 30). Segundo essa ideologia, os militares se concebem como os verdadeiros defensores da liberdade; ao mesmo tempo, consideram o modo de vida russo incompatível com essa característica da vida dos EUA. Tal ideologia orienta o pensamento militar, que se manifesta em várias ocasiões de modo semelhante a este:

"[...] o manto da coexistência já não consegue esconder os objetivos soviéticos. A intenção comunista e o poder comunista estão a descoberto ante o mundo. Temos de fazer frente ao sistema soviético com a única força que ele compreende e respeita - um poder ainda mais forte, acompanhado pela firme decisão de usar esse poder se e quando for preciso [...] A preservação do status quo não é adequada como objetivo nacional. A liberdade

terá de enterrar o comunismo ou, senão, será enterrada por ele. A liquidação total do sistema soviético deverá ser o nosso objetivo nacional [...].”(citado por Cook,1966, p. 30-31).

Como se pode observar nessa passagem, a ideologia militarista não almeja a paz: como se sabe, a ideologia é uma força material, redundando em configurações mentais e em determinados comportamentos, que, por sua vez, se manifestam em ações concretas. Desse modo, os militares agem e pensam como promotores da guerra. Além disso, julgam sua postura inquestionável, aceita por todos, enquanto consideram que a atitude dos russos seria, em contrapartida, percebida como equivocada e dissimulada. Nesse sentido, a ideologia militarista não aceita os princípios da coexistência pacífica, que é percebida como artimanha e “manto dissimulador” das intenções reais do inimigo. A ideologia militarista, por pressupor ser a guardiã de uma posição geral correta, tende muito acentuadamente para o totalitarismo. Tal concepção apresenta ressonâncias internas: a política, a diplomacia e a negociação são por ela consideradas como modos de compactuar com o inimigo. Essa ideologia, que se estrutura e se organiza a partir da idéia de vitória final conquistada na guerra por meio da liquidação do inimigo, apresenta ainda outro aspecto decisivo: os militares deveriam conduzir tal guerra e, por essa razão, ser a fonte do poder. Essa concepção se manifesta claramente no pensamento militar; que enfatiza,

[...] a política nacional deve determinar que as escolhas entre as armas nucleares e as não-nucleares não é nem moral, nem política, mas sim essencialmente militar. (citado por Cook, 1966, p. 30).

Tal postura contraria fundamentalmente a tradição democrática dos EUA e subverte o papel dos militares, que, até então, não se aproximavam da vida política e eram submetidos ao poder civil. A ideologia militarista rompe com tal tradição: ela prega um poder de decisões incontestes para os militares em época de guerra. Nessa direção, sua máxima bem poderia ser esta: "só os militares são competentes para lidar com as questões da guerra".

Cabe aqui uma indagação: quais fatos novos tornaram possível esta aspiração militar, dando sustentação a tal aspecto da ideologia militarista? Em um ensaio intitulado *Tecnologia, cultura e política: notas sobre a obra de W. Benjamin*, R. Franco observa que este autor alemão estudou em vários ensaios o declínio da experiência e o conseqüente aparecimento da vivência - ou experiência de choque - durante o século XIX. Tal declínio estaria relacionado tanto com o desenvolvimento de novos equipamentos técnicos, que foram utilizados em larga escala na configuração do universo produtivo nas indústrias, quanto com o de produtos ou aparatos técnicos destinados ao uso na vida cotidiana. Todos esses equipamentos ou produtos apresentam um ponto comum: eles abreviam o tempo socialmente necessário para a execução de determinadas tarefas, de modo que, por exemplo, "a simples pressão do dedo no botão da máquina fotográfica provocaria uma espécie de congelamento do tempo, assim como a pressão semelhante no comutador de eletricidade produziria a iluminação instantânea do ambiente - coisa que, antes disso, demandava uma série de gestos metódicos." O efeito de tais produtos foi identificado por Benjamin: a superação do tempo biológico ou natural por meio da técnica provocou uma aceleração do tempo de tal ordem que exigiu uma transformação no modo de o homem reagir aos estímulos externos: doravante, ele deveria reagir cada vez mais rapidamente aos estímulos provenientes das máquinas, quer no universo produtivo, quer na vida cotidiana. Esse homem

moderno, da era da técnica, foi caracterizado por Benjamin como "um caleidoscópio dotado de consciência", conforme a formulação do autor no ensaio "Sobre alguns temas em Baudelaire".

Essas profundas transformações não demoraram em produzir efeitos na vida militar. Segundo Franco, Benjamin analisa uma coletânea organizada pelo escritor e militar alemão Ernst Junger, a que classifica como "*Teorias do fascismo alemão*". Na resenha crítica da coletânea, Benjamin postula um vínculo íntimo entre a guerra e o uso social predominante da técnica, sustentando também que os autores da coletânea promovem uma "mística da guerra" a fim de encobrir o caráter inusitado dela na contemporaneidade: esta não contaria com as habilidades tradicionais do guerreiro ou do militar, pois seria determinada pelo uso de equipamentos militares de natureza técnica que aumentariam inusitadamente a produtividade da morte. Ou seja, um avião carregado de bombas seria capaz de provocar formidável destruição em uma vasta região em apenas alguns segundos, coisa que, em guerras tradicionais, exigia enormes batalhões de cavalaria e demandaria semanas, talvez meses. Além disso, ainda segundo Franco, Benjamin reflete sobre como a aceleração do tempo verificada nos instrumentos de guerra, que tende a tornar a capacidade destrutiva quase instantânea, possibilita que um único piloto, "na solidão das alturas", decida pela vida ou morte de uma população.³⁷ Isto decorreria do fato de a aceleração do tempo exigir respostas cada vez mais rápidas dos usuários das máquinas: o piloto do avião não teria tempo hábil para consultar seus superiores a fim de saber se deveria ou não lançar as bombas na população indefesa. Como se pode notar, Benjamin considera que a guerra travada com equipamentos tecnológicos cria condições propícias para a ruptura

³⁷ A previsão adquiriu contorno sinistro quando de fato explodiram as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, ambas em agosto de 1945.

ou a supressão da obediência às regras da vida democrática, que parece considerar como predominantes ou possíveis apenas na paz.

Esses aspectos da guerra moderna apontados por Benjamin se tornaram muito mais decisivos após 1945. F. J. Cook sabe muito bem isso. Por essa razão, ele considera "que hoje em dia é muito menos possível travar eficazmente os militares", acrescentando que, por causa da existência de armamentos tecnológicos, uma nação pode atacar outra em poucos minutos, fazendo explodir no território dessa suas bombas nucleares, mesmo que a nação agressora se encontre a milhares e milhares de quilômetros de distância.³⁸ Por essa razão, conclui o autor:

A escolha final e suprema que transforma um mundo pacífico num mundo de guerra já não pertence ao povo ou a seus representantes civis; é uma decisão que, pela própria natureza da moderna tecnologia guerreira, está, de todos os modos, nas mãos de militares. (Cook, p. 32).³⁹

A produção de objetos tecnológicos de destruição, que aumenta a eficácia dessa tornando-a quase instantânea, afeta assim diretamente a qualidade da democracia, já que exige que o militar seja o homem treinado para tomar decisões importantíssimas em frações de segundo, pois de sua capacidade de reação pode depender a segurança de um país. Cook indica esse fato: *"As armas estão dominando os militares da mesma forma que estes*

³⁸ Atualmente, uma nação como os EUA pode perfeitamente ancorar seus navios de guerra ou seus porta-aviões a uma distância segura, bem longe do alcance de armamentos convencionais ou obsoletos. Para atacar o Iraque, os EUA primeiro bombardearam o país com aviões estacionados nessas naves, que estavam muito distantes do poder de fogo do país atacado.

³⁹ Sobre a relação entre velocidade e política, consultar o livro de Paul Virilho intitulado "Velocidade e Política". Sobre a ruptura do caráter democrático do processo decisório nas sociedades contemporâneas, consultar Eric Hobsbawm, *Guerra, Terrorismo, Democracia*.

dominam o Estado. A velocidade, a rapidez de reação e das represálias, torna-se a essência da sobrevivência." (Cook, 1966, p. 32).

O conjunto desses fatos aponta para uma possibilidade perturbadora: a ameaça de guerra com o uso de artefatos nucleares pode conduzir à delegação das decisões, que caberiam ao poder civil, aos militares. É de se observar que no tocante a essa questão o conceito de tecnologia formulado por Marcuse também aponta para uma separação entre a fachada democrática da sociedade e sua natureza, de fato totalitária. Além disso, tal conceito deixa claro que a produção contínua de armas cada vez mais sofisticadas e com poder destrutivo superdimensionado resulta da decisão política de quem orienta o processo tecnológico, que, como já foi amplamente mencionado, não é neutro. Se este é de fato um meio de dominação, a contínua produção de armas é essencial a sua manutenção e perpetuação.

O conceito de tecnologia como projeto histórico de uma determinada classe social não auxilia apenas a esclarecer como a produção contínua de armas cada vez mais poderosas resulta da opção política do capitalismo estadunidense: ele também torna nítido o vínculo entre o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento científico, cuja lógica interna passa a ser determinada pelo projeto tecnológico.⁴⁰ A prova mais visível dessa determinação é dada pelo desenvolvimento da física nuclear, que desemboca na criação da bomba atômica. Tal bomba concretiza a busca do aumento espetacular da produtividade da morte. Ela é a primeira arma de destruição em massa.⁴¹

⁴⁰ A esse respeito, consultar a análise do desenvolvimento científico elaborada por H. Marcuse no capítulo 6 de *A sociedade unidimensional*.

⁴¹ Como os EUA foi o primeiro país a utilizá-la, é compreensível sua ambigüidade em relação a este tipo de armas. Por um lado, é instrumento de sua política externa a denúncia de qualquer tentativa de produzir ou usar armas dessa categoria por qualquer outro país. Tal denúncia pode significar, no plano militar, uma luta ideológica visando a manutenção e

O conceito de tecnologia proposto por Marcuse apresenta ainda, nesse caso, a vantagem de esclarecer os vínculos entre a produção de armas bélicas, de grande destruição, e a de armas de pequeno porte. Segundo o autor, os produtos planejados e produzidos no interior do processo tecnológico não são neutros: eles prescrevem ou suscitam em seus consumidores determinados comportamentos ou atitudes:

"... O aparato produtivo, as mercadorias e os serviços que ele produz vendem ou impõem o sistema como um todo. Os meios de transporte, a comunicação em massa, as mercadorias, casas, alimentos e roupas, a produção irresistível da indústria de diversão e informação, trazem consigo atitude e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradavelmente aos produtores e, através destes, ao todo. Os produtos doutrinam e manipulam, promovem uma falsa consciência que é imune a sua falsidade. E ao ficarem esses produtos à disposição de um maior número de indivíduos e classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade, torna-se um estilo de vida.

(Marcuse, 1973, p.32)

Nesse sentido, assim como o automóvel ou outro produto tecnológico qualquer, as armas de pequeno porte despertam ou estimulam determinadas sensações e formas de comportamento no consumidor civil: ele sente ser ela o instrumento essencial para sua segurança e sobrevivência, o que implica considerar o mundo social como hostil e ameaçador, no qual cada um parece

perpetuação da vantagem conquistada, por outro lado, no plano moral, pode ser uma tentativa de transferir o ônus do uso dessas armas (como em Hiroshima e Nagasaki) para países que contrariam ou se opõem à política ou aos interesses estadunidense, como ocorreu com o Iraque, que foi invadido sob o pretexto de possuir tal tipo de armas. Além disso, essa transferência do ônus moral é complementada pelo fomento do esquecimento: aos EUA interessa destruir a memória social que recorda o horror por ele praticado.

estar ameaçado por todos. Além disso, a arma conforta, oferecendo a sensação de que mesmo o cidadão pacato é capaz de estabelecer respeito e medo, contendo desse modo o que lhe pode aparecer como amedrontador. As sensações de segurança oferecidas pela arma de pequeno porte ao consumidor individual parecem dessa forma corresponder à sensação de segurança coletiva oferecida pelas poderosas armas bélicas: dessa maneira, aquilo que é experimentado como válido pelo indivíduo ecoa no plano da nação, conferindo legitimidade à atitude beligerante do país poderosamente armado. Além disso, convém não esquecer que quem ganha com isso é a indústria de armas e equipamentos militares, já que dessa forma ela conquista o reconhecimento público de sua importância.⁴²

Após essa digressão sobre a relação entre tecnologia, guerra e velocidade, é agora necessário retomar as considerações finais elaboradas por Cook a fim de configurar o Estado militarista ou Beligerante. A apontada tendência para a delegação do poder aos militares, que, como estipula a ideologia militarista, se julgam os únicos homens de fato preparados para decidir as questões concernentes à guerra resulta em inúmeros riscos: Cook afirma que tal tendência estimula a sociedade a jogar uma espécie de "roleta nuclear", já que apenas "entre 1945 e 1960 ocorreram cerca de cinquenta acidentes ou quase acidentes com mísseis nucleares" (p. 33).⁴³

⁴² Não deixa de ser socialmente reveladora, no plano dos indivíduos, a tendência para resolver os conflitos mediante a eliminação do outro, fato que, na história recente do país, se tornou comum até mesmo entre adolescentes em idade escolar: essa atitude não parece essencialmente se diferenciar daquela preconizada pelos componentes do complexo industrial-militar.

⁴³ A observação de Cook é relevante e adquire contornos catastróficos em 1985, com a explosão da usina nuclear de Chernobyl. A explosão foi o equivalente à explosão de uma bomba atômica de grandes proporções. Ela só foi oficialmente comunicada ao resto do mundo por iniciativa do governo sueco, que detectou a explosão. Dessa forma, as medidas para reagir à explosão só foram tomadas 48 horas após a ocorrência fatídica. Na tentativa de reação e contenção, a URSS perdeu em curtíssimo período 600 pilotos da Força Aérea, cerca de 10 mil mineiros e milhares de habitantes da região, além de grande número de

Por essa razão, o autor considera que "quanto mais tempo durar a corrida dos armamentos nucleares, mais incontrolláveis esses se tornam..." (p. 35). Diante disso, estipula que a única alternativa segura para os EUA, ao contrário do que pensavam os militares e os membros das Direitas Radicais, seria o desarmamento. Contudo, indaga se isso seria possível diante da atuação do complexo industrial-militar e do Estado Beligerante. Para examinar tal possibilidade, o autor é forçado a examinar antes, de modo detalhado, tanto o crescimento do militarismo quanto como funciona o Estado militarista ou Beligerante.

Antes, porém, de examinar criticamente essas análises, convém refletir sobre o projeto do autor. De fato, quais são seus objetivos? O livro de Cook não apresenta a mesma ambição crítica de *One-Dimensional Man*, de H. Marcuse. Com efeito, enquanto este filósofo adepto da Teoria Crítica da Sociedade pretende estabelecer uma análise crítica das sociedades industriais mais desenvolvidas, no contexto histórico determinado pelo fim da guerra, cujo foco está centrado na sociedade estadunidense, considerada pelo autor como modelar já que nela as tendências que caracterizariam as sociedades unidimensionais estariam mais visíveis do que nas outras, o livro de Cook não apresenta uma ambição dessa proporção. A análise por ele elaborada está primeiramente dirigida ao exame das transformações recentes da sociedade dos EUA a fim de identificar a principal consequência delas: a formação do Estado militarista ou Beligerante, resultante da formação do complexo industrial militar ocorrido nos anos em que essas transformações foram mais acentuadas. Este é o escopo do livro de Cook. Sua ambição é a de demonstrar

cientistas, médicos e enfermeiros e demais pessoal especializado. A radioatividade liberada pela explosão, levada pelo vento, atingiu toda a Europa. A explosão de Chernobyl produziu pela primeira vez um conhecimento efetivo dos perigos de uma explosão nuclear, sendo até mesmo um elemento decisivo para o fim da URSS cinco anos depois.

os efeitos perversos, tanto para os EUA como para o resto dos países, desse complexo e do tipo de Estado que o abriga e o fomenta. Nessa perspectiva, ele identifica que tanto um como outro são os responsáveis diretos pelo estabelecimento da Guerra Fria e da corrida armamentista: por extensão, seu livro elabora também a crítica da URSS, ao menos no tocante aos aspectos implicados no acirramento de tal corrida. O horizonte do livro de Cook é portanto ao mesmo tempo dado pela investigação dos motivos da corrida armamentista na era da física nuclear e pela busca dos elementos ou modos de estancá-la. O livro conclui, nesse sentido, que apenas o desarmamento e o conseqüente estabelecimento da paz pode ser um antídoto eficaz contra ela: contudo, reconhece não ser isso uma tarefa fácil nem simples. O livro é peça fundamental nessa luta: Cook, que acredita no valor das idéias e no poder do esclarecimento, pressupõe ser necessária a formação de uma consciência histórica - ou talvez de uma opinião pública mundial - a fim de conduzir tal luta e lograr por fim coroar o desarmamento. Não concebe, porém, ser isso possível sem a análise e a denúncia do Estado militarista ou Beligerante.

De qualquer modo, estas perspectivas não alteram fundamentalmente a natureza do livro de F.J.Cook: ele é o crítico do Estado militarista e do complexo industrial-militar porque considera que eles representam uma ruptura na história dos EUA; seu propósito é o de recuperar, ainda que noutra patamar, a tradição econômica e política do país. Nesse sentido, sua perspectiva é conservadora, embora pacifista.

VIII

A tese central apresentada por F.J.Cook sustenta que o fato realmente novo ocorrido nos EUA durante a primeira metade do século XX foi

o aparecimento do complexo industrial-militar e a conseqüente transformação verificada no Estado, que se transformou em um tipo de Estado "de guerra" ou Beligerante. A formação de tal complexo, que forçou a transformação do caráter do Estado, foi iniciada no período da Guerra Mundial, tendo ele se desenvolvido nos anos subseqüentes a ela: "A verdade é que o complexo militarista da América é unicamente um desenvolvimento posterior à Segunda Guerra Mundial, é ainda um adolescente em desenvolvimento acelerado" (Cook, p. 42). Complementando sua tese fundamental, o autor considera que esses acontecimentos provocaram uma profunda ruptura na história do país, que comportava até então uma forte tradição democrática, segundo a qual o poder militar sempre esteve subordinado ao poder civil. Ainda de acordo com tal tradição, o país cultivava uma política externa baseada no isolacionismo ou na não-intervenção em assuntos estrangeiros, além de valorizar uma atividade econômica fortemente assentada na iniciativa dos agentes econômicos privados, com um mínimo de intervenção do Estado.

A fim de evitar questionamentos dessa tese - que, de fato, pode ser contestada em vários aspectos⁴⁴ -, o autor procura apoiá-la em uma análise histórica acerca do processo de formação da sociedade estadunidense centrada na relação entre poder civil e poder militar. Nessa direção, procura demonstrar que a construção da democracia no país obrigou a um sério questionamento dessa relação e que inclusive vários líderes ou pensadores políticos da nação chegaram a considerar que, para o sucesso desta, seria desnecessária a formação de um exército permanente - já que considera que "uma poderosa e permanente casta militar é inimiga implacável da democracia"

⁴⁴ Convém, por exemplo, lembrar que o país conheceu várias formas de servidão: afinal, a escravidão grassou no passado nos Estados sulistas. Além disso, vários autores sustentam, em oposição à visão professada por Cook, que o país sempre oscilou em sua história política entre duas posições antagônicas, a saber, o isolacionismo e o expansionismo.

(Cook, p. 37). Nessa análise histórica, destaca que a localização estratégica do país permitiu o cultivo da postura isolacionista, a qual tornou possível o questionamento da necessidade de criar e manter um exército regular e permanente, possibilidade esta negada à formação nacional experimentada pelos países europeus, que, por apresentarem, em vários casos, fronteiras múltiplas, tiveram necessariamente de recorrer às formações de exércitos regulares a fim de defenderem eficazmente seu território, quase sempre passível de ser atacado por nações vizinhas ou inimigas.

Destaca ainda que, em muitas ocasiões ou em diferentes momentos históricos, o país tendeu a valorizar as milícias populares em detrimento da formação do exército. Destaca também que o exército dos EUA jamais foi, ao menos até o início do século XX, superpoderoso: em 1918, por exemplo, ele era composto por cerca de 354 mil homens. Demonstra ainda, apoiado em análise efetuada pelo sociólogo Wright Mills, que embora o número apontado indicasse que no final da Guerra ocorrida entre 1914 e 1918 o país contava com o maior efetivo militar de sua história, nos anos seguintes a ela, os quais antecederam a Segunda Guerra, os militares estadunidenses "não experimentaram nada de novo em suas vidas", tendo antes vivenciado "vinte anos de insipidez e frustração profissional", levando portanto "uma existência moribunda". É claro que os militares não se resignaram com esse estilo de vida ou condição de existência. Em várias ocasiões, demonstraram certa aspiração por uma existência menos subordinada ou mesmo por conquistar poder semelhante ao poder civil. Em uma dessas ocasiões, por exemplo, tentou instituir o serviço militar obrigatório, sendo no entanto derrotado em suas pretensões pelo legislativo. O exército só voltou a desencadear espetacular e organizada campanha pela obrigatoriedade do serviço militar apenas no fim da Segunda

Guerra, na época inicial da Guerra Fria e do crescimento acelerado do Complexo Industrial-Militar.

De qualquer modo, a manutenção do exército está assentada em uma legislação específica e restritiva, que visa tanto reforçar o poder civil quanto controlar e submeter a ele a vida militar, inclusive impedindo o crescimento autônomo e desmedido das forças militares. Com esse intuito, a constituição do país preve que o legislativo deveria controlar a manutenção dos exércitos, embora não tenha poder para criá-lo. Entretanto, essa instituição seria, ao menos a cada dois anos, obrigada a considerar se deveria continuar a manter as forças armadas e a investir em sua manutenção. A ela também caberia estipular o orçamento dessas forças, de modo a tê-las sempre sob controle. Entretanto, salienta o autor, toda essa história e todas essas precauções legais não foram nem suficientes para impedir o desmedido crescimento do poder militar ou a conseqüente formação do Estado Beligerante, nem também para manter o poder militar submisso ao poder civil. Esse fato obriga Cook a investigar quais acontecimentos históricos possibilitaram tamanha transformação da relação entre poder civil e poder militar nos EUA.

Essa alteração fundamental verificada no país, iniciada durante a Segunda Guerra, só pode ser devidamente entendida na obra de Cook se for considerada em dois planos distintos: no primeiro, é preciso examinar as condições históricas e materiais que, no âmbito da vida militar, propiciaram a transformação; no segundo, é necessário verificar a lógica da atividade econômica dos EUA, após ser gravemente afetada pela crise econômica de 1929, durante os anos que precederam a guerra e nos que imediatamente se seguiram ao final dela.

Segundo o autor, a eclosão da guerra suscitou o desenvolvimento sem precedentes da indústria bélica em todo o mundo. O fato mais espetacular

desse desenvolvimento foi sem dúvida a fabricação de armas resultantes da aplicação, no campo militar, dos conhecimentos e pesquisas da física nuclear, cujo resultado foi o aparecimento da arma mais letal até então inventada pelo homem: a bomba atômica. Entretanto, ao contrário das expectativas históricas suscitadas com o final do conflito, o desenvolvimento dessa indústria não foi, a não ser por um brevíssimo momento (ocorrido principalmente em 1946), interrompido: logo, com o início deliberado da Guerra Fria, tal desenvolvimento pode ser acelerado de forma intensa e inusitada. Nesse contexto, não demorou muito para surgirem armas novas e extremamente destrutivas, dotadas de um conjunto de características oriundas do desenvolvimento combinado da tecnologia militar e da pesquisa científica, como os mísseis balísticos ou intercontinentais. Estes, pela grande capacidade destrutiva e pela velocidade, que possibilitava aos EUA atingir o território russo em menos de 30 minutos (ou a Rússia atingir o solo estadunidense) criaram, como já assinalado anteriormente, condições novas para a reação a um eventual ataque inimigo: esta deveria se concretizar em minutos, fato que impediria a obediência aos procedimentos protocolares e usuais em uma democracia, na qual o poder civil mantém sob controle o poder militar.

As conseqüências mais ou menos imediatas desse formidável desenvolvimento das novas armas de natureza tecnológica não demoraram para se tornarem observáveis: a primeira delas introduz uma modificação de longo alcance no modo de se conceber as eventuais vantagens da localização estratégica do país. De fato, se até o início da guerra os estadunidenses podiam tirar proveito da localização geográfica sustentando uma postura isolacionista, isso não foi então mais possível. Na era da tecnologia militar de longo alcance e da velocidade subsônica, o isolacionismo já não é possível para ninguém. Além disso, a velocidade das armas de destruição massiva provoca

alterações profundas nos processos decisórios dos países em luta, alterando até mesmo estruturas políticas consolidadas há muito tempo. Consequências dessa magnitude implicam a necessidade de uma investigação crítica sobre a natureza de tal tecnologia. Cook, porém, não a elabora. Ao contrario, considera seu desenvolvimento como "parcialmente inevitável" (p. 42). O que, de certo modo, legitima o aparecimento de tal tecnologia. Nesse ponto, sua obra difere fundamentalmente da de Marcuse, que elege tal investigação como uma das principais tarefas de sua obra. Por isso, ele pode apontar que o desenvolvimento da tecnologia apresenta uma lógica peculiar, um certo tipo de racionalidade afeita à dominação, constituindo assim um universo político. Tal conceito apresenta a vantagem, como já foi anteriormente indicado, de permitir a consideração do desenvolvimento da tecnologia militar, com todas suas implicações, como uma escolha política. Nessa perspectiva, a ruptura da tradição democrática e o fim da submissão do poder militar ao civil não resultam de um mero acaso histórico nem são meros efeitos colaterais indesejáveis resultantes do processo tecnológico no campo militar: ao contrário, são efeitos desejados e meticulosamente planejados. O sujeito do planejamento, claro está, é a classe capacitada a fornecer as diretrizes do processo tecnológico.

A análise empreendida por Cook identifica ainda o aparecimento de outro fato novo que estimula o funcionamento autônomo do poder militar. O fato de a indústria bélica do pós-guerra se apoiar no desenvolvimento de pesquisas científicas exige uma nova postura do legislativo no trato ou no modo de conceder verbas aos militares, tarefa que (como foi apontado) foi de sua competência na era em que o poder militar se submetia ao poder civil nos EUA. As pesquisas científicas, ainda que determinadas ou requeridas pelas necessidades da vida militar, exigem continuidades de verbas para os projetos

de pesquisas em desenvolvimento. Como estas não podem ser interrompidas, os militares não dependem mais do Legislativo, que assim não tem mais nessa matéria a mesma competência do passado.

No segundo plano da análise, Cook procura demonstrar que, historicamente, o mundo dos negócios nos EUA sempre esteve apoiado em uma concepção que valorizava fortemente a ação dos agentes individuais privados. Talvez em nenhum outro país a iniciativa privada foi tão valorizada e cultuada como nesse país da América do Norte. Dessa forma, a atividade econômica pode crescer acentuadamente no século XIX, desembocando em uma febril agitação no início do século XX. Entretanto, ainda segundo a perspectiva adotada pelo autor, toda essa efervescência econômica conhecerá um súbito desmoronar em 1929, com a eclosão "entre o desjejum e o almoço" da grave crise econômica que ficou conhecida como a Grande Depressão. Esta foi, para quem a experimentou, "uma experiência terrível e devastadora". Para os financistas e os demais capitalistas, ela pareceu representar o fim das possibilidades de grandes negócios e muitos deles se viram repentinamente obrigados a decretar falência. Para os trabalhadores, seus efeitos não foram menos perversos: subitamente, grandes contingentes de trabalhadores se viram desempregados e sem quaisquer possibilidades de conquistar outros postos de trabalho. Lançados na miséria, a maioria deles logo perdeu até mesmo sua única propriedade, a habitação. Suas famílias se desestruturaram rapidamente.

Essa atmosfera de catástrofe econômica se espalhou para todos os lugares e todos os setores de atividades do país, gerando um sentimento de desesperança e de desconfiança na capacidade e no valor da iniciativa privada. Segundo Cook, é nessa atmosfera de desolação generalizada que se instala o governo do presidente Franklin D. Roosevelt. A tarefa e o desafio do novo

governo eram então bastante clara – tão clara quanto ambiciosa: retirar o país desse estado de catástrofe econômica e recuperar o dinamismo econômico da grande nação, reacendendo o sentimento de esperança entre a população, a fim de restabelecer a confiança na iniciativa privada.⁴⁵ Cook caracteriza assim os anos iniciais do novo governo:

“Nas primeiras horas de sua administração, [o presidente] invadiu a Casa Branca com todo o vigor de um furacão... Nos primeiros cem dias, o maior período isolado de inovação política da história americana, o rodopio que ele gerou fez-se sentir por toda a nação. A filosofia de gerações de que a finança era uma lei por si só, uma divindade superior com quem o governo não deveria interferir, foi posta de lado como uma luva já velha e substituída pela nova e dinâmica doutrina de que o governo deve agir para assegurar o bem-estar do povo de toda nação. (Cook, p. 47).

Ainda segundo o raciocínio do autor, Roosevelt promoveu amplas reformas “por necessidade pura”: impôs novas condições para o funcionamento das bolsas; ao mesmo tempo, criou uma legislação social ampla e inusitada diante da história política e econômica do país. Por meio dela, os sindicatos de trabalhadores puderam se organizar, assim como passaram a gozar dos

⁴⁵ As crises dessa natureza no capitalismo são cíclicas, segundo a teoria das crises elaborada originalmente por K. Marx. Segundo tal teoria, os capitalistas podem atenuá-las ou adiá-las, mas não podem evitá-las. Antes de elas ocorrerem geralmente se encontra um clima de prosperidade geral, o qual é subitamente interrompido. Nesse clima de prosperidade, as concepções que exaltam o valor e a capacidade da iniciativa privada encontram grande receptividade. Porém, quando as crises eclodem, não demoram a aparecer uma profusão de críticas a essas concepções, que reclamam do papel insignificante que estas atribuem ao Estado no tocante à administração da vida econômica. Em oposição a elas, proclamam aos berros a necessidade de o Estado agir, por meio de legislação adequada e ação racional, a fim de dar o rumo à atividade econômica. Porém, assim que o clima de prosperidade é restabelecido, ainda que em patamar mínimo, logo essas críticas se apagam e as antigas concepções laudatórias são novamente professadas por todos. Assim ocorreu logo após a Grande Depressão de 1929, assim também parece ocorrer logo após a eclosão da crise econômica de 2008.

benefícios que hoje são reconhecidos como de competência da seguridade social, que criou condições para o estabelecimento do seguro-desemprego e da aposentadoria. Além disso, impôs também a jornada de quarenta horas de trabalho, regulando assim o patamar temporal de exploração desse pelo capital. Cook observa de passagem que essa legislação não era inovadora: ao contrário, em matéria de políticas sociais e de seguridade, os Estados Unidos estavam muito atrasados - "cerca de 30 anos" - em relação a alguns países europeus. Enfim, o governo Roosevelt deu uma nova configuração à vida econômico-social do país criando as bases do que se convencionou chamar de a política do New-Deal e do subsequente "Estado de Bem-Estar Social".

A questão decisiva, a partir do momento em que tais reformas foram iniciadas, ainda segundo a análise efetuada por Cook, era a de saber como o mundo dos negócios reagiu a elas. Para o autor, se inicialmente esse mundo aceitou com relutância as reformas sem, contudo, se opor a elas de forma clara por receio das consequências e de um agravamento da atmosfera de desolação gerada pela depressão econômica, logo que sentiu uma melhora na atividade econômica nacional decidiu enfrentá-las, criticá-las e se opor francamente a elas. Essa resistência do mundo dos negócios atingiu o auge em 1938. A oposição a elas foi acompanhada por inúmeras campanhas, promovidas pelo "mundo dos negócios", que afirmavam serem tais reformas prejudiciais ao país, em geral, e ao trabalhador, em particular, ou que elas seriam contrárias à tradição nacional e estranha ao país, já que resultariam de influências estrangeiras no governo, ou seja, que seriam medidas provenientes da Rússia Revolucionária ou de concepções socialistas. Segundo Cook, essas campanhas

usavam pela primeira vez na América a "técnica da grande mentira", amplamente utilizada pelo nazismo na Alemanha.⁴⁶

O raciocínio do autor desemboca, obviamente, nessa conclusão: como as resistências do mundo dos negócios contra as reformas promovidas por Roosevelt aumentaram consideravelmente, levando a uma separação entre tal mundo e o presidente, para sobreviver, ou por força dos acontecimentos, este foi obrigado a se reconciliar com tal mundo: a ocasião propícia para isso teria sido a eclosão da guerra e a conseqüente consideração de que nenhum governo pode promover reformas internas em época de guerra, que exige cuidados e atenção especial com a política externa. Ou seja, Cook identifica uma mudança de orientação do governo Roosevelt após 1938, que teria deslocado seu foco do cenário delineado pelas questões internas do país para o cenário externo, delineado pelo conflito envolvendo a Alemanha, o Japão e a Itália.

A tese do autor é, portanto, bastante nítida no tocante à configuração das condições materiais, de ordem econômica e política, que favoreceram o nascimento do complexo industrial militar e o conseqüente Estado Beligerante. O mundo dos negócios, mediante a intensa campanha difamatória movida contra o presidente, o teria enfraquecido a tal ponto que a Roosevelt não restaria outra alternativa se não a de se aliar com seus antigos adversários. Em outras palavras: mediante tais expedientes e a meticulosa construção de uma imagem aterrorizante do futuro imediato do país, que evocava os riscos e as ameaças provenientes de uma guerra que poderia rapidamente se espalhar pela Europa - como de fato aconteceu -, o mundo dos negócios exigiu do presidente o fim das reformas e da implementação contínua do New Deal com

⁴⁶ Referência à postura do ministro da cultura da Alemanha Nazista, que dizia que uma mentira constantemente repetida acaba por se transformar em uma verdade aceita por todos.

a desculpa de ser isso necessário em virtude das ameaças trazidas pela guerra.⁴⁷

Obviamente, essa interpretação proposta pelo autor pode ser contestada em vários aspectos. Talvez seja até possível afirmar que o próprio presidente tenha promovido o estancamento das reformas que ele iniciou no momento mesmo em que percebeu que elas produziram resultados desejados: ou seja, despertaram as esperanças da população em relação ao futuro e estimularam a retomada da atividade econômica, que poucos anos antes fora dizimada pela Grande Depressão. Diante dessa estabilização favorável aos negócios e à atividade econômica, não é descabido considerar que as reformas promovidas pelo governo em direção à construção do Estado de Bem Estar Social poderiam repentinamente se tornar um obstáculo para o processo de acumulação do capital: em certas circunstâncias, elas poderiam até mesmo mobilizar os trabalhadores para novas lutas e novas conquistas, o que seria desastroso para o mundo dos negócios. Não é impossível imaginar que o próprio Roosevelt tivesse percebido essa possibilidade e, dessa forma, decidido paralisar a constituição do Estado de Bem Estar Social com o argumento de

⁴⁷ Tanto Arrighi como Magdoff salientam que as reformas do New Deal para garantir a demanda efetiva, além dos cortes orçamentários, não foram suficientes para eliminar a crise. Observam que foram os lucros decorrentes das demandas da guerra na Europa e os negócios militares domésticos que forneceram o impulso capaz de acelerar a retomada do crescimento econômico. A esse respeito, veja-se:

“Até onde o aumento da demanda ajudou a arrancar a economia da depressão (...) o impulso proveio dos gastos maciços com armamentos. Depois da guerra, esses gastos com armamentos foram institucionalizados no que James O' Connor (1973, capítulo 6) caracterizou muito oportunamente como o “Estado de guerra/ bem-estar” norte-americano. Gastos militares sem precedentes em período de paz aliados ao compromisso do governo norte-americano, nos termos da Lei do Emprego de 1946, de manter o emprego máximo e a maior demanda global possível, permitiram que amadurecessem as inovações estratégicas e estruturais introduzidas pelas empresas norte-americanas nas décadas de 1920-1930. A forma multidivisional de organização, que não conseguiu resgatar as grandes empresas norte-americanas da Grande Depressão tornou-se um instrumento fundamental para atender a demanda de equipamentos militares e científicos avançados, feitas pelo governo federal dos Estados Unidos” (Idem, p:146-147)

que isso era uma necessidade histórica em virtude da guerra que se iniciava na Europa. Dessa forma, ele não teria jamais se afastado dos interesses materiais do mundo dos negócios, sendo de fato o promotor desses interesses, ainda que tivesse ocasionalmente de enfrentar as campanhas promovidas contra ele por tal mundo.

De qualquer modo, estando correta ou não a interpretação proposta por Cook, não se pode negar que de fato o governo Roosevelt promoveu uma súbita alteração de rumo por volta de 1938. Tampouco se pode negar a consequência mais espetacular dela: a contenção da constituição do Estado do Bem Estar Social, seguida de uma política centrada na preocupação com a guerra, que favoreceu o início do complexo industrial-militar. Cook registra muito bem esse momento:

Roosevelt não tardou a reconhecer a ameaça que representava essa diabólica trindade e, no final de 1938, principiou a mudar a ênfase de sua administração dos assuntos domésticos para os estrangeiros.

É claro que essa mudança desiludiu muitos dos seus seguidores. Os mais ardentes partidários do New-Deal sentiram que o presidente estava abandonando o campo de batalha nacional e que a nova concentração nos assuntos militares significava a morte dos liberais. (Cook, p. 50).

Ou seja, o argumento utilizado pelo autor nessa matéria está apoiado na investigação efetuada por outro autor de reportagem esclarecedora sobre o assunto nesse período, Bruce Catton, o qual sustenta que a aproximação de Roosevelt com os maiores representantes dos mundos dos negócios e das finanças provocaria vários "embaraços e infidelidades", pois facilitaria enormemente a criação de condições propícias à extensão sem precedentes do

ramo que, na conjuntura econômica e política daquele momento histórico, se revelaria como o mais dinâmico para as grandes indústrias ou financistas: o ramo da produção bélica.

Em outras palavras: nesse ponto, caso fosse necessário esclarecer a tese sustentada por F.J.Cook, talvez fosse possível resumi-la desse modo: a consequência da alteração de prioridades verificada no governo Roosevelt após 1938 foi a eleição da indústria bélica como o principal setor da economia, o que criou as condições não só para o aparecimento do que mais tarde foi denominado de Complexo Industrial-Militar, mas sobretudo uma imediata espécie de militarização do governo, já que as questões afeitas à vida militar passaram a ter completa preponderância em relação às da vida civil. Essa militarização não foi gratuita nem mero reflexo interno aos acontecimentos externos: ela foi desejada e promovida pelas finanças e pelos negócios. Ou seja, para o autor, a guerra foi um acontecimento extraordinário para o mundo dos negócios, que pode assim encontrar um pretexto socialmente aceitável a fim de conter as reformas sociais e relegar os investimentos exigidos por elas para o segundo plano, podendo portanto promover seus próprios interesses gerais, como se fossem os da nação.

Além disso, sustenta ainda o autor, os diversos ramos do governo, que constituíam os aparatos do Estado, passaram desde então a ser administrados por homens provenientes do mundo dos negócios, fato que acabou por gerar o aparecimento - se isso não for um exagero - de uma nova camada social no país: a oligarquia financeira e militar. Nessa perspectiva, o autor oferece um novo sentido para o New Deal, conforme se pode notar nessa passagem:

O New Deal 'limpara o terreno' e 'os alicerces estavam assentados, embora o edifício não estivesse erguido... a democracia poderia

seguir à frente do New Deal, ou poderia retroceder, mas não podia ficar onde estava não por muito tempo...'. (Cook, p. 51).

Desse modo, conclui ele, "a orientação total do governo tornou-se militar, dando-se pouca atenção aos efeitos profundos... nesse esforço...". O "esforço" a qual Cook se refere diz obviamente respeito às políticas públicas e publicitárias desenvolvidas pelos homens de negócios postados nos aparatos do Estado, as quais procuravam convencer a todos os cidadãos acerca da correção e da necessidade de adoção de tais mudanças de orientação do país. Aquilo que na visão dos capitalistas constituía a ocasião para grandes negócios era pois apresentado ao público como a necessidade, que exigia de toda a nação, sacrifícios de todos os segmentos sociais. Essa oligarquia financeira e militar não favoreceu, porém, igualmente a todas as empresas que procuraram se engajar no esforço de guerra: o autor afirma que como

"os homens que dirigiam esse esforço produtivo representavam as grandes corporações, suas decisões entregaram logo de início enorme percentual da produção aos colossos da indústria. As pequenas empresas foram deixadas de lado". (Cook, p. 51).

Ou seja, pode-se entender que o momento histórico comportava uma luta decisiva não apenas entre as diferentes classes sociais, mas também acirradas disputas internas no mundo dos negócios a fim de se verificar quais empresas conseguiriam abocanhar o maior nível possível de negócios e contratos para poder acelerar seu processo de acumulação e de expansão do capital. Dessa forma, aponta o autor:

"Em meados de 1941, cinquenta e seis gigantes industriais tinham nas mãos três quartos de todos os dólares concedidos para contratos de guerra", observação que o induz a concluir que "os ideais da iniciativa privada de uma América anterior já estavam sendo deformados pelo Estado militarista e adquiriam um poderio de oligarquia financeira e militar". (Cook, p. 52).

Essa visão do autor também pode, obviamente, ser questionada. Sempre se pode indagar pelos seus fundamentos e perspectivas. Nessa direção, não seria exagero indagar o que ele pensa ser a "América anterior". Como ela desponta na análise em contraposição à lógica econômica do período de formação do Estado Militarista, não parece errado ou desproporcional supor que tal América jamais existiu, sendo antes uma ilusão da ótica de natureza histórica, resultante da postura "liberal" do autor. Os conflitos internos ao mundo burguês e capitalista não aparecem subitamente em 1938, existindo desde há muito na história econômica do país. Isso Cook parece não entender. Dessa forma, a novidade trazida pelos anos subsequentes a 1938 não é a eclosão dessa ordem de conflitos, mas um acirramento brutal deles, resultante do fato de parte do mundo dos negócios conseguir se instalar nos aparatos do Estado de modo a poder formular as diretrizes econômicas e orientá-las na direção de seus próprios interesses, fato que configuraria o declínio de um tipo de Estado liberal, o qual até então tinha predominado na história política estadunidense.

Cook pode, mediante tal ordem de raciocínio, concluir que "a guerra, para os defensores do status quo" - ou seja, os inimigos das reformas sociais promovidas por Roosevelt - "foi uma benção num disfarce sangrento". Sob o verniz do patriotismo, "esses homens podiam utilizar a crise nacional para sua própria vantagem." (Cook, p. 52), logo acrescentando que

"o mundo das finanças tinha um simples e aparentemente lógico argumento do seu lado - que a única coisa importante era ganhar a guerra e que, para o fazer, teríamos de ser uma família feliz, sem escaramuças na frente doméstica. O desentendimento seria sinónimo de traição..." (Cook, p. 53).

A caracterização da atmosfera artificialmente criada no país pelo mundo dos negócios fica aqui bastante nítida. Ela cria as primeiras condições objetivas para a neutralização e isolamento social das formas de oposição tanto à guerra quanto à militarização da vida económica ou ainda o estancamento das reformas sociais. A neutralização da oposição não passou despercebida por Marcuse, que encontrou nesse fenómeno uma das características principais da sociedade unidimensional. Além disso, essa neutralização, associada à discriminação e à estigmatização da oposição ou da crítica, também parece ter ajudado a criar uma atmosfera politicamente autoritária, que redundou, um pouco mais tarde - no início da década de 1950 - , no macartismo.

As lutas internas desenvolvidas nos EUA durante a Guerra não se reduziram ao conflito entre os partidários da construção do Estado Militarista ou Beligerante e os partidários do Estado do Bem Estar Social. Como já foi amplamente indicado, esse conflito ocorreu porque o mundo dos negócios, centrado nas atividades bélicas, pretendia abortar as reformas sociais implicadas na construção do New Deal. Elas também envolveram uma disputa feroz pela conquista da hegemonia económica entre as pequenas e as grandes empresas, como foi apontado acima. A história desse conflito e dessa alteração fundamental de orientação no sistema nervoso do processo de acumulação expandida do capital nos EUA não pode porém ser adequadamente

entendida sem a análise do significado da criação, em 1942, do Departamento de Produção da Guerra (War Production Board, conhecido pela sigla WPB) e de sua ação nos primeiros anos da década de 1940.

IX

Como se pode notar, a análise empreendida por Fred J. Cook aponta com pertinência substancial mudança de orientação no governo Roosevelt após 1938, identificando a consequência mais espetacular dela: o desenvolvimento original de extensa indústria de armas e de equipamentos militares no país, que atenuou significativamente sua tradicional postura isolacionista, empurrando-o rumo à adoção de uma postura verdadeiramente internacionalista. A análise procura ainda investigar as grandes transformações sociais e materiais que acompanharam tal desenvolvimento, ajudando torná-lo possível. Nesse quesito, demonstra que o fato verdadeiramente novo da história social estadunidense no período mencionado foi a decisiva mudança verificada nas condições de existência dos militares: se, antes de 1938, eles desfrutavam de "uma existência social moribunda", após essa data conquistaram amplos espaços nos territórios dos processos políticos, criando assim condições materiais para inserirem-se vorazmente também nos processos decisórios e no âmago do poder político. A conquista dessa nova posição não resultou, porém, apenas de seus esforços, visto que contaram também não apenas com os ventos promissores provenientes do clima da guerra, mas sobretudo com a aliança irrestrita das grandes corporações industriais, as quais, como tão bem aponta o autor, pressentindo que tal clima poderia ser bastante fértil para os negócios não hesitaram em abandonar

tradições seculares ou mesmo estabelecer alianças com antigos inimigos. A união dos militares com os grandes magnatas da indústria, nessa conjuntura histórica específica, criou as condições necessárias para a formação do complexo industrial-militar, cuja origem e desenvolvimento é o fenômeno mais marcante - ou determinante - da história recente dos Estados Unidos da América.

A análise de Cook acompanha os momentos decisivos da formação de tal fenômeno. Todavia, a fim de obter êxito, sua investigação requer a identificação e o esclarecimento não apenas dos acontecimentos que contribuíram fortemente para a consolidação desse fato como também dos modos de ação dos componentes de tal complexo. A análise, porém, não pode se resumir à mera narração dos encadeamentos dos fatos da conjuntura: certamente, o leitor que se deixar conduzir pelo farto material empírico mobilizado pelo autor, proveniente das mais diversas fontes, correrá seriamente o risco de perder o essencial da argumentação do autor, que, afinal, identifica e desvenda - ainda que em linhas gerais - um momento decididamente significativo do processo de acumulação expandida do capital na economia estadunidense.

O exame das substanciais mudanças verificadas no processo de acumulação exige ampla caracterização da conjuntura: a fim de configurá-la com precisão, o autor argumenta que a forma embrionária do complexo industrial-militar requereu o estabelecimento de uma verdadeira mobilização nacional, que culminou com o reconhecimento público de que todos os setores da nação precisariam desenvolver uma determinada cota de sacrifício e de esforços especiais a fim de que o país lograsse efetivamente êxito nas atividades bélicas. O alardeado "esforço de guerra" logo foi capitaneado pelos militares: estes, estimulados por seus aliados da oligarquia financeira e

industrial, logo souberam tirar proveito de sua condição, já que esta reforçava a aparência de que eles constituíam a única camada social legitimamente apta a coordenar tal esforço que, como se pode notar, não é neutro. Ao contrário, é socialmente provocado e estimulado, de modo que tal ação pode até ser considerada como o primeiro ato verdadeiramente planejado e coordenado nacionalmente pelos militares no período da guerra. A coordenação de tal esforço, porém, implicou a necessidade da criação de um organismo estatal de alcance nacional, que foi consubstanciado, segundo informa Cook, no "Departamento de Produção da Guerra" (WPB), o qual teve com primeiro presidente Donald Nelson, oriundo da iniciativa privada.

As atribuições desse Departamento eram enormes. Ele se sobrepunha extraordinariamente a outros departamentos: a ele caberia, enquanto durasse o conflito, a responsabilidade de fornecer as diretrizes da economia e de geri-la, embora não de forma exclusiva. Essa responsabilidade, que já era considerável, implicava outras: ele deveria também gerir os recursos do país a fim de que não faltassem matérias-primas requeridas pelas atividades produtivas voltadas para a guerra. Ele também decidia quais seriam as prioridades de tal aparato, coisa que, na prática, equivalia a afirmar o que - e em que quantidade - deveria ser produzido. Essa atribuição tornava tal órgão o responsável pela distribuição das matérias-primas ou de todo material exigido pela atividade produtiva. Uma de suas ramificações burocráticas concentrava enorme poder, já que era a responsável pela decisão do que o Estado deveria ou não comprar, além de ser a responsável pelo estabelecimento tanto dos contratos de produção quanto pelo rompimento ou supressão deles. Ou seja, esse subdepartamento detinha enorme fatia de poder por ser o responsável direto pela tomada de decisões relativas à distribuição das "verbas bilionárias" do governo. Cook, inclusive, afirma que a

extensão desse poder era de grande magnitude, de modo que em um ano essa repartição "gastou mais bilhões que o governo federal gastara em suas operações entre 1789 e 1917" (pag.55), acrescentando que "comparado a ela, a United Steel não passava de uma mosca insignificante." (pag.55)

Entretanto, esse departamento reproduzia, em certa medida, as escaramuças ideológicas e os conflitos políticos que então assolavam o país, configurando uma acirrada disputa pelo poder e pela conquista das melhores e mais fabulosas vantagens econômicas típicas de um clima de preparação geral para a guerra. Essas disputas logo propiciaram a ocasião para que efetivamente os militares passassem a controlar as atividades mais importantes do Departamento, como a distribuição de verbas e dos contratos de produção. Esse controle não foi obviamente de um dia para a noite: em pouco tempo os militares alcançaram uma posição de poder e de prestígio que nunca antes haviam alcançado ou ocupado. Cook assim se refere a tal fato:

Dominando tantos milhões...os militares se colocariam à altura dos chefes de Estado civis e dos grandes magnatas da indústria...A consequência foi que os militares...logo começaram a exigir insistentemente o direito de tomar decisões afetando todas as facetas da vida americana."(Cook, 1966, pag.56)

Efetivamente, os militares passaram a deter o poder de decidir que fábricas deveriam ser instaladas, em que região, em que proporções, além de serem ainda os responsáveis diretos pela liberação dos recursos materiais a isso necessários. Em muitas ocasiões, realça o autor, tais fábricas foram "instaladas em pequenas povoações que logo se tornaram cidades prósperas". (pag.56) Tal magnitude de poder levou os grandes financistas a cotejar os militares lotados em tal departamento a fim de expandir seus negócios e

interesses: afinal, um sócio deste quilate não pode de modo algum ser desprezado. Isso levou a um estreitamento ainda maior entre eles e as grandes indústrias produtoras de armas e de equipamentos militares que, afinal, foram as grandes beneficiárias da ação ampla desse departamento. Isso ficou claro muito tempo depois de concluída a guerra, quando ficaram conhecidos vários casos em que as fábricas instaladas e financiadas por tal departamento foram construídas em terrenos de propriedade das grandes corporações industriais, que se tornaram, com o passar do tempo, proprietárias do parque fabril instalado com verbas públicas em suas propriedades.

A conclusão a que se pode chegar após essa análise é sem dúvida muito esclarecedora. A ação de tal departamento foi fundamental para dissipar a livre concorrência e os princípios econômicos que tradicionalmente vigoraram nesse país da América do Norte. Ela foi ainda instrumento fundamental no combate tardio dos efeitos nocivos mais persistentes oriundos da depressão econômica que devastou o país após 1929; foi assim também poderoso meio para retomar a expansão e a acumulação do capital após o curto período das reformas da época do New Deal, no qual as grandes corporações não encontraram maneiras de expandir significativamente seus negócios e interesses: nesse curto período, elas apenas puderam ajustar seus metabolismos econômicos aos medicamentos amargos requeridos pela ação governamental destinada a recuperar, em patamar minimamente aceitável, a atividade econômica da nação.

O certo é que a aliança entre os militares, agora solidamente instalados em um Departamento estatal tão poderoso, como é o caso do da Produção da Guerra (WPB) e o os magnatas das finanças e das grandes

indústrias obteve resultados espetaculares: a indústria bélica se expandiu rapidamente de modo tão notável que já em 1943 criava condições para suprimir o desemprego que, poucos anos antes, atingia cerca de 18% da população economicamente ativa do país. Dessa maneira, a meta do pleno emprego, almejado pelo New Deal, só foi realizado, ironicamente, pelos seus maiores adversários, justamente os adeptos do Estado Beligerante.

Entretanto, essas façanhas da indústria bélica geraram, por volta de 1944, uma nova ordem de problemas de difícil solução: a produção de armas e de equipamentos militares, estimulada nacionalmente por várias medidas e iniciativas estatais, conheceu então ritmo tão vertiginoso e intenso que já em novembro de 1943 o governo se deu conta de que havia produzido material bélico em enorme quantidade, muitas vezes superior às necessidades reais, o qual exigiria muito tempo - e muitas guerras - para ser consumido. Tal constatação indicava que a dose do remédio aplicado no corpo econômico da nação havia sido desproporcional, necessitando de novo ajuste. Segundo Cook, esse ajuste não poderia ser feito de modo simples, pois ele acarretaria cortes na produção bélica da ordem de um bilhão de dólares ao mês, o que afetaria não só a retomada da expansão do capital no país como também poderia gerar uma crise social.

O ajuste poderia, portanto, acarretar vários efeitos colaterais na economia e na vida estadunidense. Um dos mais graves desses efeitos dizia respeito ao nível de emprego: como o desemprego crônico originário da recessão econômica da década de 1930 só foi debelado com a criação, consolidação e expansão da indústria bélica, qualquer corte ou redução de seu ritmo poderia ocasionar fortes ondas de desemprego, o que, por sua vez, poderia minar a confiança dos trabalhadores nesse tipo de atividade

econômica e, o que seria mais grave, na ótica capitalista, eliminar sua legitimidade social. Além disso, esse efeito colateral indesejado poderia dar origem a outro não menos grave: o desemprego poderia, nessas condições, ser fonte de forte descontentamento popular, que poderia não só suscitar o aparecimento de acentuada instabilidade política no plano interno, como poderia também repercutir negativamente no esforço de guerra, fazendo em pedaços a coesão nacional.

Nestas circunstâncias, a questão principal que aflorou e dominou os debates políticos e econômicos em 1944 diziam respeito ao modo adequado de solucionar tal impasse. Nesse debate, ficou claro que a redução súbita da produção bélica não afetaria imediatamente de modo fulminante as grandes corporações industriais: os cortes prejudicariam irremediavelmente as empresas menores, cujo ritmo produtivo era determinado pelo das grandes empresas do setor, que repassavam a elas subcontratos específicos. Nessa atmosfera de incerteza e de conflitos, surgiu a proposta conhecida como "proposta da reconversão". Esta consistia em solicitar ao governo a autorização para que determinadas empresas pudessem reconverter seu aparato produtivo, então voltado para a guerra, para a produção de equipamentos ou produtos destinados ao consumo civil.

Se, por vezes, Cook parece perder de vista o que significou esse debate para o processo de acumulação e expansão do capital no referido país - que sem dúvida teve repercussão em muitos outros - ao menos compensou essa eventual fraqueza de sua análise com uma impressionante riqueza de informações e dados empíricos sobre o que acabou por denominar de "batalha da reconversão". Nessa perspectiva, ele demonstra e analisa a reação imediata dos componentes do complexo industrial-militar a tal proposta, que determinou

avanços e recuos na atitude do governo: se, em dado momento, a autorizou e estimulou, em outros, diante das reações dos militares e de seus aliados, a restringiu ou a proibiu.

De qualquer modo, a análise empreendida pelo autor esclarece diretamente o procedimento então utilizado pelos militares e, indiretamente, a natureza de seu comportamento no novo contexto político e econômico. Cook mostra como a proposta da reconversão feriu os interesses materiais do complexo industrial-militar, que encontrou na atitude dos militares expressão adequada: estes não demoraram, também nessa ocasião, a recorrer à produção metódica do medo. Afirmaram para todos os recantos da nação que tal proposta, se aceita, afetaria enormemente o desempenho do país na guerra, prejudicando gravemente conquista dos objetivos almejados. Complementaram ainda essa versão alardeando que a reconversão poderia também causar falta de materiais e de munição, além de outros equipamentos militares. Sobretudo, semearam o pânico ao divulgarem a versão de que o país não dispunha de estoques consideráveis de matérias-primas que deveriam ser repassadas às empresas reconvertidas, como seria o caso do aço, que era então material fundamental, de grande valor estratégico, para o sustento da guerra. Enfim, a imagem que preponderou no país era a de que a reconversão teria as mais funestas consequências, já que abalaria a coesão nacional e enfraqueceria os esforços de guerra.

Os militares, solidamente entrincheirados no Departamento de Produção da Guerra (WPB) controlavam a distribuição das matérias-primas de valor estratégico às unidades de produção. Desse modo, podiam manipular à vontade os dados referentes às quantidades do estoque ou a disponibilidade delas para o uso civil. Ao agirem desse modo, evidentemente procuravam

defender os interesses de seus sócios industriais. Ou seja, pode-se afirmar com certa segurança, com base nos dados fornecidos por Cook, que eles usaram deliberadamente a atmosfera ameaçadora, proveniente das ameaças e perigos da guerra, para controlar a distribuição das matérias consideradas fundamentais em situações como essa a fim de favorecer as grandes indústrias engajadas na produção militar. Estas não se viram assim ameaçadas por qualquer tipo de concorrência proveniente das empresas menores, coisa que certamente não teria ocorrido caso a reconversão tivesse sido adotada. Em resumo, o freio militar à reconversão significou o estabelecimento de considerável reserva do mercado civil para as grandes empresas, que poderiam assim decidir com certa tranquilidade quando ou em que momento operar a reconversão. Em outras palavras: o debate sobre a necessidade da adoção ou não da política da reconversão industrial gerou as condições materiais e políticas que favoreceram não apenas a consolidação da posição política conquistada pelos militares - o que fortaleceu desmedidamente o complexo industrial-militar - como sobretudo as grandes corporações, que obtiveram significativo privilégio ao conseguir impedir ou travar o desenvolvimento das empresas menores ou não tão poderosas, as quais poderiam conhecer situação bem diversa e francamente favorável caso a reconversão tivesse sido adotada. Vedada essa possibilidade, a elas não restou outra alternativa a não ser se resignar a lutar a fim de obter os subcontratos repassados às empresas menores pelas maiores. Essa resignação, porém, as transformou em uma espécie de satélites das grandes corporações.

Esse episódio demonstra muito adequadamente como um departamento estatal, no qual os militares se entrincheiraram e desenvolveram sua batalha pelo poder, acabou por interferir em profundidade no próprio processo de acumulação e de expansão do capital por meio da destruição metódica e

planejada dos últimos vestígios da economia liberal no país. Cook extrai a seguinte conclusão sobre o significado da batalha da reconversão:

Os militares e os grandes industriais ignoraram os fatos (...) e conseguiram retardar a reconversão até que as corporações gigantes, engrandecidas (...) pela expansão, subsidiada pelo governo, de suas fábricas, puderam entrar no mercado civil e proteger sua supremacia (...). Foi, enfim, um processo (...) oposto à democracia. As oligarquias econômicas foram protegidas à custa das empresas menores (...) da mão de obra (...) e de nove décimos da população. (Cook, 1966, pag.62)

De fato, sem terem de enfrentar o trauma da livre concorrência, elas puderam se preparar a fim de produzir ao mesmo tempo tanto para o mercado civil quanto para o militar, intensificando sobremaneira seu processo de acumulação e de expansão capitalistas, o que as preparou tanto para os tempos de paz quanto os de guerra, ou, mais precisamente, para um tempo que contemplasse tanto uma atividade quanto outra: com tal conquista, porém, ajudaram a encerrar o ciclo isolacionista da história dos Estados Unidos da América.

As escaramuças ideológicas e políticas internas não cessaram, contudo, com o desfecho da batalha da reconversão, em todos os sentidos favoráveis aos grandes empresários e aos militares. Algum tempo depois ainda ecoavam vozes críticas ou dissonantes não apenas a tal desfecho, mas sobretudo à consolidação ou fortalecimento do complexo industrial-militar ou à conquista de tão imenso poder por parte dos militares. Dentre estas vozes, destaca-se a do primeiro presidente do Departamento da Promoção da Guerra, Donald Nelson, que assim se expressou (segundo Cook) a respeito de tal fato:

A questão do controle militar confrontar-nos-á não só na guerra mas também na paz. A lição apreendida durante os anos de guerra é clara: todo o nosso sistema econômico e social estará em perigo se for controlado pelos militares. (obra citada, pag. 63)

A advertência não era infundada. De fato, a aproximação do fim da guerra, com a perspectiva de ampla vitória, acarretava muitas incertezas para o país e para as camadas sociais que obtiveram estrondosos lucros ou vantagens com o desenvolvimento da guerra como negócio: para estes, como admitir que a perspectiva da paz pudesse alterar tão drasticamente o ritmo vertiginoso que presidiu a acumulação e expansão do capital nesse período ou criar condições que resultassem em substancial perda de prestígio e de poder político? Nem os magnatas da indústria nem os militares podiam encarar tal perspectiva sem angústia e inquietação, a despeito do que pudesse pensar e sentir o resto da nação. Para ambos,

...desde 1929, a única época em que conseguimos emprego e prosperidade totais foi em uma economia de guerra...A prosperidade de nossa economia tem dependido principalmente da produção bélica"(Cook, 1966, pag.64)

Dessa maneira, a perspectiva de paz, com a conseqüente eventual retomada das reformas econômicas celebradas na década anterior por meio do New Deal ou o provável novo incentivo à construção do Estado de Bem Estar Social, não deixava de preocupar enormemente os adeptos dos negócios da guerra. Diante de tal visão do futuro imediato, o substituto de Donald Nelson no mencionado Departamento, Charles E. Wilson, originário da iniciativa privada, "indicou claramente o caminho a seguir", segundo o autor. Ele formulou uma proposta de criação "de uma economia permanente de guerra". Para ele, o

programa básico de tal economia deveria ser formulado, orientado e gestado pelo Estado, ou seja, pelo governo federal e deveria contar com a ampla participação do Departamento de Produção da Guerra. Sobretudo, tal programa deveria "prever uma continuidade genuína, almejada, não devendo em hipótese alguma ser o resultado de uma emergência: na realidade, um de seus objetivos seria eliminar tanto quanto possível as emergências" (Cook, 1966, pag. 65).

Tal programa postulava também uma nova atribuição para o Congresso: a este caberia apenas "votar os fundos necessários para o estabelecimento e manutenção de tal economia". Entretanto, como se pode notar, isso acarretava um profundo golpe na concepção de democracia praticada então no país, já que, como bem observou mais tarde Chalmers Johnson, cortava a possibilidade de os representantes do povo conhecer e vigiar onde e no que se aplicava o dinheiro da população, o que é um direito básico de todo cidadão e uma característica de qualquer democracia. Ou seja, com tal programa, o complexo industrial-militar obteria uma garantia institucional para sobreviver ao fim da guerra e se adequar á nova conjuntura, qualquer que ela fosse. Com tal garantia, poderia também continuar a se dedicar aos negócios bélicos, então considerados como o setor mais dinâmico da economia estadunidense. A consequência da estabilização e da permanência de tal tipo de economia, por um lado, acirrou a formação do Estado Beligerante, que encontra aqui um de seus aspectos fundamentais, e por outro, confirmou a abertura decidida das portas do país ao internacionalismo, fato que marcaria profundamente a história política desse país da América do Norte após o final da Guerra, ocorrida em 1945.

O Estado Beligerante: como funciona?

Como já foi suficientemente destacado, Cook analisa o itinerário político e econômico dos Estados Unidos da América no período compreendido entre a crise econômica de 1929 e os primeiros anos do governo de John F. Kennedy. Isto não o impede, por um lado, de eventualmente recorrer á análise do processo histórico anterior a essa data nem de focar a investigação no período situado entre o início da guerra (1939) e o início da referida administração. Essa perspectiva tem consequências: ela implica em reconhecer uma continuidade na história do país no período apontado, já que o elemento central que sustenta é o complexo industrial-militar, captado na análise tanto em sua origem (1939-1945) quanto no momento de sua afirmação e consolidação (1945-1962). Nessa perspectiva, o autor procurou investigar principalmente sua origens, sem obviamente deixar de configurá-lo a contento em suas nuances diversas. Nessa empreitada, concedeu ampla atenção à época da Guerra, só aprofundando mais concretamente a análise da época posterior, a da Guerra Fria, após identificar a criação da "economia permanente de guerra", que viabilizou a continuidade das atividades do complexo industrial-militar após 1945.

Essa análise objetiva também identificar e esclarecer como esse complexo se consolidou mediante o estabelecimento de vínculos estreitos tanto com seu par político, o Estado Beligerante, também configurado no movimento analítico, quanto com a Guerra Fria, que de modo algum parecia, a um observador anônimo dos acontecimentos políticos ou históricos do imediato pós-guerra, inevitável. A investigação do autor comporta quatro níveis: no primeiro deles, verifica como o complexo industrial-militar soube tirar o máximo proveito da nova atmosfera do pós- guerra, especialmente para conquistar mais verbas e alavancar ainda mais sua expansão; no segundo, o

foco incidirá na identificação do grau de dependência da economia estadunidense em relação à indústria bélica do país, vista como "motor" de seu dinamismo. No terceiro, a análise privilegiará a alteração no equilíbrio de poder decorrente de uma mudança de comportamento dos militares, que mina ou enfraquece o poder civil e suas instituições, tradicionalmente preponderantes na democracia norte-americana. Finalmente, o autor procurará efetuar um balanço da extensão e do alcance do poder efetivo do Estado Beligerante, configurado no bojo desse processo.

Na primeira parte, o autor procura mostrar como há uma continuidade na ação dos promotores do complexo industrial-militar: se, durante o período de guerra, eles recorreram metodicamente à propaganda alarmista, que visava disseminar o pânico entre a população da nação já que alardeava serem insuficientes as verbas destinadas pelo governo à defesa ou, na ânsia de conquistá-las, estar o país correndo grave perigo, no período da Guerra Fria esse procedimento foi enormemente intensificado - a tal ponto que, segundo o autor, o clima de pânico chegou a obstaculizar até mesmo qualquer tentativa de negociação diplomática com a URSS, o que teria levado o primeiro ministro soviético, N.Krutschev, a afirmar que "os Estados Unidos eram dominados por uma psicose de guerra". Nesse aspecto, o fato novo decorrente da constante repetição desse procedimento, com a conseqüente produção do pânico, foi a geração de forte sentimento patriótico, por um lado, e a construção de um modo específico de representação histórica do país, por outro.

Segundo esse tipo de visão, passou a ser bastante freqüente representar a história dos Estados Unidos, mesmo nos períodos em que a postura isolacionista foi amplamente predominante, como se ele estivesse sendo permanentemente perseguido ou acossado por cruéis inimigos. A ampla disseminação deste tipo de representação não deixou de provocar efeitos

profundos no comportamento político do cidadão, que se viu mais motivado para cultivar intensamente o sentimento patriótico, ao mesmo tempo em que, na mesma proporção, passou a nutrir grande desconfiança ou mesmo aversão por outros povos e países, especialmente em relação aos poucos conhecidos ou os que não se alinhavam politicamente com os Estados Unidos. Esse comportamento sobretudo reforçou sua adesão e apoio à expansão das atividades militares ou bélicas adotadas pelo país. Em tal cenário, tornou-se muito difícil o desenvolvimento de um pensamento crítico, capaz de questionar a escalada militar e a configuração do Estado Beligerante, que então adquiria contornos mais precisos. Por esse motivo, não é descabida a tese, ou antes, a observação efetuada por H Marcuse acerca do fim da oposição e da crítica no país e nas sociedades que ele denominou de "unidimensionais", embora se referisse mais à neutralização conjuntural do potencial revolucionário da classe operária. De qualquer modo, isso poderia ser uma característica do homem unidimensional.

De qualquer modo, o fato a ser destacado é que a repetição constante desse tipo de representação histórica gerou intenso sentimento de pânico entre a população, que poderia até ser caracterizado como quase intolerável: isso estimula alguns observadores a afirmarem que tal aspecto acabou por redundar na formação de um tipo de paranóia nacional. De fato, em uma atmosfera como essa qualquer ato trivial pode redundar em reações desproporcionais, além de permitir a germinação de atitudes semelhantes às verificadas após o atentado de 11 de setembro de 2001: nessa ocasião, o país se viu ameaçado por objetos corriqueiros, que adquiriram ares insólitos e ameaçadores repentinamente: canetas continham veneno e não tinta, as cartas entregues pelo correio não eram simples correspondência cotidiana, a tecer os laços sociais da população, mas seriam enviadas por inimigos

indefinidos e violentamente cruéis, que conteriam bombas ou venenos. Como o pânico paralisa, serviu muito adequadamente aos propósitos dos interessados em intensificar a atitude beligerante do país e, principalmente, expandir ainda mais a produção e disseminação de armas.

Essa representação adquiriu contornos mais dramáticos e sombrios na época da Guerra Fria: qualquer notícia acerca da produção militar soviética ou sobre suas forças armadas desencadeava ondas de terror e insegurança entre a população estadunidense. Obviamente, essas ondas, que não costumam ser espontâneas, favoreceram espetacularmente a ação e o desenvolvimento do referido complexo. Bastava um anúncio ameaçador para este lograr mais e mais verbas. Nesse processo, em que o medo toldava a atmosfera da nação, o Departamento de Defesa pode crescer em ritmo verdadeiramente acelerado: ao mesmo tempo, sua expansão parecia inibir poderosamente o desenvolvimento de outros departamentos afeitos a outras áreas de atividades, como o consagrado à saúde ou o voltado à educação. Nessa direção, não é impensável supor, como o autor parece estimular ou sugerir, que os militares incentivaram decididamente a eclosão da Guerra Fria, assim como manipularam ou administraram as vicissitudes dela decorrentes em benefício do complexo industrial-militar.

Cook procura demonstrar como isso ocorreu. Utilizando diversas fontes, identifica um padrão dominante no comportamento da economia estadunidense no período mencionado. Segundo esse padrão, toda vez que o clima de tensão com a URSS sofria um abrandamento ou uma distensão, a bolsa de valores, em particular, e a economia do país, no geral, pareciam registrar o temor de uma súbita desaceleração na produção e nos negócios diretamente relacionados com a atividade militar: ou, em outras palavras, sempre que a possibilidade concreta da paz era vislumbrada, ainda que

tenuamente, o mundo das finanças e dos negócios alardeava em bom som como tal fato poderia ser desastroso para o país. Como a imagem dolorida e perversa dos efeitos negativos da recessão da década de 1930 ainda estava presente na vida de muitos, o anúncio de possíveis dificuldades no futuro próximo ou imediato desestimulava qualquer apoio civil decidido aos eventuais esforços políticos dedicados à conquista da paz. Em contrapartida, qualquer fato que redundasse em agravamento das tensões ou em um fortalecimento do conflito entre os dois países provocava grande euforia no mundo dos negócios e das finanças. Nesse sentido, a economia passou objetivamente a se nutrir das ameaças implícitas contidas em um clima de guerra. Cook destaca muito adequadamente a natureza sólida do vínculo entre a economia e a guerra:

Os planejadores do governo pensam ter encontrado uma fórmula mágica para uma prosperidade sem limites. Começam mesmo a julgar que tem algo como o moto contínuo. A Guerra Fria é o catalisador. A Guerra Fria é uma "bomba automática". (Cook, 1966, pag. 156).

Esse vínculo é ainda acentuado fortemente em outra passagem, na qual o autor demonstra como ela, assim como a guerra mundial, estimula a produção militar, o que ajuda a combater o desemprego, mantendo-o em níveis insignificantes, além de estimular a procura de mercadorias e acelerar o avanço tecnológico, o qual Marcuse, que parece aqui participar de visão bem próxima da do autor, associa com o crescimento da dominação. Cook acaba por caracterizar com precisão esse vínculo afirmando que um representante do complexo industrial-militar poderia afirmar "Podemos agradecer aos russos terem ajudado o capitalismo dos Estados Unidos da América a funcionar melhor do que nunca..." (Cook, 1966, pag. 156)

O autor também destaca que, embora a guerra favorecesse enormemente principalmente alguns setores da economia do país, como os

magnatas da indústria bélica e os militares, ela também parecia estimular uma atmosfera de prosperidade geral, que era percebida favoravelmente por muitos dos segmentos sociais ou econômicos do país:

"Um dos fatores mais graves da questão da defesa é que muitos norte americanos estão se beneficiando...; propriedades, negócios, empregos, votos, oportunidades de promoção, salários mais elevados para cientistas e tudo o mais... Quem tentar alterar as coisas encontra-se logo em dificuldades...". (Cook, 1966, pag.151)

A relação direta entre Guerra Fria e dinamismo econômico também foi enormemente fortalecida em alguns momentos em que o conflito foi consideravelmente acirrado. Bons exemplos são tanto a destruição de um avião de reconhecimento - ou de espionagem - estadunidense, com a consequente captura de seu piloto, no espaço aéreo soviético, fato que anulou imediatamente os avanços políticos obtidos pela diplomacia dos dois países, quanto a descoberta da bomba de Hidrogênio por parte dos Estados Unidos. Cook cita muito apropriadamente a respeito um trecho da reportagem da revista U.S.News Word Report, que afirmava:

O que a bomba de Hidrogênio representa para o mundo dos negócios: um longo período de grandes encomendas. Nos próximos anos, os efeitos da nova bomba continuarão aumentando. Como especialista, já disse: a bomba H destruiu qualquer idéia de depressão. (Citado por Cook, 1966, pag. 157)

O significado mais espetacular da associação entre Guerra Fria e desenvolvimento econômico - ou antes, dinamismo econômico sustentado pelo crescimento desmedido da indústria bélica - não passou despercebido por Cook, embora aparentemente ele não tenha explorado suficientemente esse

aspecto. A dependência da economia à temperatura da Guerra Fria foi, por um lado, possível graças à conquista do apoio popular por meio do uso sistemático da publicidade geradora do pânico, que ajudou a despertar, como já foi mencionado, tanto o sentimento patriótico da população quanto sua coesão e, por outro, do decidido apoio do conjunto de forças sociais que, anos antes, se sentiu prejudicada pela adoção das reformas políticas decorrentes da adoção da política do New Deal. Se já no final da década de 1930 ela forçou uma mudança de orientação do governo Roosevelt e a consequente adoção de novas diretrizes econômicas, que acabaram por resultar na formação do complexo industrial-militar, logrando assim a inibição de tais reformas, após o fim da Guerra essas mesmas forças sociais encontraram no estímulo ao acirramento da Guerra Fria um meio tanto de acelerar seus negócios quanto de conter, ainda uma vez, os setores sociais que pretendiam apoiar e dar continuidade às reformas acima mencionadas ou estimular a construção de um amplo Estado de Bem Estar Social.

A construção e consolidação de tal Estado não interessavam de modo algum às forças sociais aglutinadas no complexo industrial-militar ou em torno dele. O Estado de Bem Estar Social - do modo como Cook o entende - teria começado a ser implantado no país em decorrência da política do New Deal e conheceria, nos anos seguintes, avanços significativos. Porém, sua implantação sofreu toda sorte de obstáculos e prejuízos, de modo que constantemente o país tem necessidade de lidar com as várias consequências dessa construção obstaculizada ou inibida, como ocorreu no governo Eisenhower em 1957 e também no início do governo Kennedy. Em 1957, a crise foi precipitada porque o presidente liberou uma verba de cerca de duzentos milhões de dólares para gastos sociais e 35 milhões para financiar programas habitacionais, mas isso implicou em redução das verbas originalmente destinadas ao Departamento de

Defesa, que, inconformado, desencadeou a crise. No governo Kennedy, este pretendeu oferecer assistência médica para os idosos, mas isto foi violentamente combatido como sinal evidente de que essa administração estaria sobre influência de idéias socialistas ou mesmo do governo soviético!

Esse embate parece ter se tornado um fato constante da história social e política dos Estados Unidos após 1939: toda vez que o governo, por iniciativa própria ou pressionado por forças sociais atuantes decide acelerar a implementação de um aspecto ou de um setor compatível com a configuração do Estado de Bem Estar Social, as forças sociais beneficiárias do Estado Beligerante tratam de promover as mais diversas acusações, desencadeando também intensas campanhas publicitárias apetrechadas a convencer a população de que isso representaria um enorme risco, não apenas por tornar o país mais vulnerável ao inimigo, como também porque a economia poderia parar subitamente de crescer, gerando desemprego e baixa de salário.

Tal procedimento, porém, só foi viável graças à atmosfera emanada da Guerra Fria: desse modo, não seria de todo improvável considerar que essa guerra, objetivamente planejada e administrada pelo complexo industrial-militar, serviu tanto para este expandir seus negócios e poder, além de seus interesses políticos, quanto para conter ou inibir as forças contrárias ou adeptas da construção do Estado de Bem Estar Social. Ou, para dizer de forma mais precisa: a Guerra Fria pode talvez ser interpretada como uma medida complementar destinada, por um lado, a combater os efeitos tardios da recessão econômica originária da década de 1930; por outro, a permitir o controle desse processo pelos magnatas da indústria e das finanças, aglutinados em torno das atividades bélicas. Em outras palavras: para facilitar a expansão da acumulação do capital por parte de um restrito número de beneficiários.

Cook demonstra em sua análise como o dinamismo da economia dos Estados Unidos da América dependeu diretamente do desenvolvimento e prolongamento da Guerra Fria. Demonstra também que o complexo industrial-militar não conheceu limites em sua ânsia de expansão, de modo que pode até mesmo estimular o aparecimento e o desenvolvimento de uma dimensão que nenhuma guerra anterior comportou: a luta pela conquista do espaço por meio da qual logrou controlar o que acontecia no território inimigo além de poder avaliar corretamente suas instalações militares prescindindo de aviões, a quem, desde a primeira guerra mundial, cabia tal tarefa.

Essa façanha não pode ser desconsiderada não apenas porque doravante ela alteraria profundamente a própria concepção do que é a guerra, introduzindo novos problemas estratégicos, como também porque acarretou uma vantagem militar e estratégica enorme para o país, que objetivamente pode controlar todos os acontecimentos que interessavam os EUA em todas as regiões do planeta. O desenvolvimento desse novo campo de atividade militar, que atendia sobremaneira os interesses do complexo industrial-militar, foram financiados com verbas estatais conquistadas no contexto da Guerra Fria mediante o expediente de apresentar esse novo campo "como o elemento capaz de criar sólida barreira contra a expansão do socialismo invasor".

Desse modo, não causa espanto verificar como de fato a indústria bélica, no contexto da Guerra Fria, se tornou o grande motor do dinamismo econômico do país. Alguns dados podem servir para exemplificar ou atestar a grande dependência da economia dos EUA em relação à indústria de armas e de equipamentos militares. Se, por exemplo, for considerado o número de empregos totais da indústria, se verá que a indústria bélica emprega, ao menos em sete Estados, percentagem considerável da totalidade dos empregos industriais: Flórida: 14,1%, Uta: 20,0%, Arizona: 20,6%, Connecticut: 21,1%,

Califórnia: 23,3%, Novo México: 23,8%, Washington: 28,6%, Kansas: 30,2%. É de se observar ainda que cerca de 27% dos empregos na indústria bélica no estado da Califórnia são oferecidos, em 1960, na indústria aeronáutica e na produção de mísseis. Cabe também realçar que 1/6 dos empregos industriais concentram-se em três Estados: Texas, Califórnia e Flórida. Neles, a participação da indústria bélica na composição da massa salarial por volta de 1960 era: Texas: 5,5 %, Flórida: 3,8%, Califórnia: 3,7%.

Além da indústria bélica, também o Departamento de Defesa tinha participação significativa na composição da totalidade da massa salarial: 9% dos salários do Novo México e 6.7% dos de Uta provinham das instituições militares relacionadas com a segurança nacional. Esses números indicam a extensão e a profundidade do enraizamento das indústrias de armas e de equipamentos militares, mesmo após o final da Segunda Guerra Mundial. Somados aos gastos perpetrados pelo Departamento de Defesa, que abarca todas as instituições militares, pode-se claramente perceber como tal indústria relacionada às atividades militares compõe o centro nervoso da economia estadunidense. Esses fatos atestam como seria então extremamente difícil alterar os rumos econômicos do país: efetivamente, talvez fosse até mesmo impossível fazer isso.

Cook conclui esse momento da análise constatando que a enorme dependência da economia estadunidense em relação ao conjunto da indústria bélica, que já era então quase irreversível em sua perspectiva, tenderia a ser ainda maior nos anos subseqüentes, já que em 1955 - segundo as estimativas então disponíveis - essa dependência aumentaria pouco mais de 30%. Nessa direção, sustenta que quanto mais durasse a Guerra Fria, maior seria essa dependência. Nessa época, para quem pudesse pensar em reunir forças a fim de estimular o aparecimento de uma oposição real e contundente a essa

dependência, o cenário não seria nada vantajoso, para não dizer francamente hostil. De fato, as forças sociais que se opunham à intensificação e prolongamento desse conflito ou que, por um motivo ou outro, não desejavam a continuidade do crescimento da indústria bélica teriam que se defrontar com um efeito devastador da desativação desse tipo de indústria: os custos sociais de tal ato seriam gigantescos, pois isso geraria espetacular onda de desemprego, para citar apenas um desses custos. Em certo sentido, o país correria o risco de experimentar grave - e quase incontrolável - período de desestabilização econômica e social, com profundas consequências políticas, enquanto durasse a desmontagem ou conversão da indústria bélica em direção da afirmação de vários tipos de indústria voltados para a vida e o mercado civil.

Cook, porém, mantém aberta essa possibilidade, sugerindo ser ainda possível uma alternativa a ela, a qual implicaria no fortalecimento do Estado de Estar Social. Entretanto, diante da concepção de Marcuse acerca da Sociedade Unidimensional, isso parecia bem pouco crítico: na verdade, fortalecer essa alternativa equivaleria a conferir ênfase a um dos pólos dessa sociedade, sem alterá-la substancialmente, já que isso apenas redundaria de fato no fortalecimento do processo de dominação que caracteriza essa sociedade

Uma das razões do sucesso da indústria bélica e da dificuldade em desativá-la parece residir na lógica do processo tecnológico que a sustenta e garante. A tecnologia, como já foi salientado várias vezes nesse trabalho, não é algo neutro nem o resultado necessário do desenvolvimento histórico. Nesse aspecto, a concepção de Marcuse é tão clara quanto incisiva: ela se insere em um projeto histórico determinado, projeto esse sustentado por uma classe social específica, com vistas ao crescimento constante do processo social de

dominação. Nesse sentido, enquanto meio de dominação, ela parece sempre criar em seu desenvolvimento mecanismos que reforçam e ampliam a concretização dessa meta. Dentre esses mecanismos inscritos em sua lógica interna é possível identificar seu autoplanejamento, que regula e orienta seu desenvolvimento.

Parte decisiva disso é a obsolescência planejada, ou seja, a planificação do envelhecimento do produto e, muitas vezes, até mesmo dos processos que os constituem ou produzem. Em outras palavras: a vida útil de um objeto tecnológico, ainda que de uso militar, não é determinada diretamente nem por seu tempo de uso nem pela pura fadiga dos materiais nele utilizados - que também são cientificamente planejados - mas pelas alterações introduzidas no processo tecnológico, que produzem o envelhecimento de seus produtos, mesmo que recentes ou do verão passado, como ocorre com o sistema da moda. Renato Franco caracteriza com precisão esse processo:

A tecnologia impossibilita que cada produto específico resultante do aparato produtivo tenha origem meramente aleatória, ou seja, fruto das possibilidades eventualmente inerentes ao equipamento necessário a sua produção, pois estas, caso fossem efetivas, seriam previamente anuladas ou contidas nos limites estabelecidos a priori pelo sistema tecnológico. Dessa forma, é bastante viável supor que a racionalidade interna à tecnologia também determine (...) suas operações básicas: ...cada produto, ou as modificações nele introduzidas, são determinados a priori, assim como o aparecimento de cada novo produto resultante do desenvolvimento do aparato..." (Franco, 2004, pg.199)

Essa passagem esclarece a contento a lógica da inovação tecnológica, realçando como esta resulta de uma operação anterior, "a priori", que nada mais é do que o planejamento do envelhecimento do produto. Isso também se

verifica no âmbito da tecnologia militar, ou antes, da indústria de armas e de equipamentos militares. Esse mecanismo confere às indústrias o poder de introduzir determinadas inovações em seus produtos - como tanques, aviões, armas leves ou pesadas, etc. - que tornam ultrapassados e ineficazes os até então produzidos. A tecnologia, como salienta ainda Franco fazendo eco a uma observação de W.Benjamin, torna o mais recente antiquado, de modo que o mais moderno subitamente pareça um anacronismo de tempos antigos ou distantes. No campo da indústria bélica, ela força dessa maneira o Estado a liberar constantemente mais verba para a aquisição dos produtos "de última geração", que bem rapidamente serão transformados em sucatas. Esse mecanismo constitui um dos cernes do Estado Beligerante, o qual é virtualmente impossível de ser interrompido, quebrado ou neutralizado.

Cook destaca ainda outro aspecto fundamental do Estado Beligerante ao indagar em que instância ou local de poder é decidida de fato sua continuação e expansão. O esclarecimento dessa dimensão sem dúvida complementa o que foi acima destacado, que demonstra o valor das mudanças tecnológicas por meio da obsolescência planejada, enquanto mecanismo destinado a forçar o Estado a comprar ininterruptamente mais armas e mais equipamentos militares, quaisquer que sejam. Nessa direção, o autor destaca tanto o papel e a importância da propaganda quanto do sistema conhecido como "portas giratórias", que de fato é aqui decisivo. Além dessas instâncias, o autor identifica também a consolidação de outra fonte de poder entre as instituições nacionais: o Pentágono.

O sistema de "portas-giratórias", já examinado nesse trabalho, é o processo pelo qual a indústria bélica efetua a contratação de militares aposentados. Evidentemente, estes não são requeridos por sua experiência ou

conhecimentos, mas por sua vasta rede de relações, já que conhecem tanto os oficiais que compõem o quadro de comando das Forças Armadas quanto os oficiais menos graduados, que estão entrincheirados na burocracia das instituições militares. Eles, além disso, também mantêm relações com os funcionários dos vários aparatos estatais, que podem ter alguma influência no processo decisório. Eles são úteis a essas indústrias porque podem tanto fornecer a elas acesso fácil e direto a esses centros de decisão quanto influenciar seus componentes, inclusive porque provavelmente já comandaram muitos dos militares que agora estão nos cargos decisivos. Eles são, para tal indústria, lobistas. Cook aponta aqui um fator importantíssimo na manutenção e expansão do Estado Beligerante: enquanto lobistas, eles pressionam a ex-comandados, que assim cedem mais facilmente aos desígnios de tal tipo de indústria. Como exemplo dessa íntima relação entre militares, sistema de poder e indústria bélica, Cook cita esse caso exemplar, que envolveu a fábrica Chrysler:

...A comissão Herbert indicou que a Chrysler recebera carta branca do governo para construir rapidamente uma série de tanques T-43. O relatório narrou: "Em nome do governo e com fundos também do governo, a Chrysler comprou maquinaria de produção para uma fábrica que custou muitos milhões de dólares. Depois de receber ainda mais fundos, construiu finalmente os tanques e os experimentou." Os tanques, felizmente para a Chrysler, provaram ser bastante defeituosos. Isso resultou num novo contrato, visto ser necessário corrigir os tanques. "A Chrysler foi, de certo modo, beneficiada com os seus próprios (ou do governo) erros.", explicou o relatório, "pois recebeu novos contratos para corrigir as deficiências".

Quando a produção terminou, a fábrica foi convertida para próprio uso da Chrysler (produção de automóveis comerciais), tudo à custa do Governo... (Cook, 1966, pag.175)

Essa passagem ilustra muito adequadamente o sistema de portas giratórias, deixando muito nítido os mecanismos utilizados pelas grandes corporações industriais relacionadas ao complexo industrial-militar a fim de aumentar e expandir sua taxa de acumulação do capital. Como se pode notar, as empresas que não dispusessem ou não tivessem acesso a tais mecanismos certamente concorreriam em condições bem desfavoráveis no mercado.

Por fim, Cook tenta oferecer uma imagem concreta do alcance e da extensão do Estado Beligerante. Nessa direção, salienta que esse tipo de Estado, assim como a indústria de armas e de equipamentos militares a ele associadas, teve origem na segunda Guerra, continuando no governo Truman e "ironicamente, floresceu ainda mais sob a administração Eisenhower, que acabou por denunciar seus perigos." (Cook, 1966, pag. 178)

Fato marcante de seu desenvolvimento foi a expansão considerável do poder militar, como já foi anteriormente apontado: e na tradição histórica estadunidense quase não se encontrava militares ocupando postos civis, em 1958 essa situação já havia se alterado completamente, já que cerca de 257 oficiais de alta patente, como generais e almirantes, ocupavam cargos até então reservados exclusivamente a civis. Esse quadro é ainda mais revelador do inusitado crescimento do poder militar, que restringe e míngua o poder civil em quase todas as áreas, se forem considerados os 1.330 coronéis e quase 6000 oficiais de baixa patente que também passaram a substituir os civis nos vários cargos decisivos da administração federal. Nesse processo, salienta o autor, "o departamento em que isso mais se verificava era no de Estado, onde depressa

surgira a moda de considerar os militares como sendo nossos orientadores nos negócios estrangeiros." (Cook, obra citada, pag.178)

Embora o autor pareça registrar esse fato com certo ar irônico e não tire dele grandes consequências, ao menos nesse momento da análise, este fato é de fundamental importância. O avanço do Departamento de Defesa sobre o Departamento de Estado parece ter sido desde então uma constante, resultando na militarização da política externa do país - fato que Cook identifica muito bem. Isso obviamente afetava a qualidade da vida democrática no país: "A democracia de roda livre estava (...) tornando-se menos livre", diz ele. A instituição que mais expandiu seu poder nesse processo teria sido o Pentágono, ainda segundo Cook: *No Pentágono, desenvolveu-se aquilo que em qualquer outro país, exceto na nossa democracia de roda-livre, seria apelidado de militarismo - ou seja, o controle militar da política estrangeira...* (pag.179)

As consequências desse processo, que compõe um traço fundamental do Estado Beligerante, serão examinadas mais detalhadamente na última parte desse trabalho. Entretanto, convém desde já anotar se não é um equívoco chamar de "militarismo" o controle militar da política externa sem considerar os efeitos perversos disso na própria sociedade que alimenta tal fato. Cabe também indagar se os autores que empregam o termo "militarismo" - e não são poucos - não estão correndo o risco de reproduzir, com o uso indiscriminado desse termo, uma ideologia militar, que serve para encobrir os efeitos internos desse fenômeno.

Os efeitos da militarização da política externa não demoraram a aparecer. Eles aumentaram enormemente as tensões da Guerra Fria e criaram condições para minar qualquer negociação ou solução política, já que, nessas

circunstâncias, os militares estadunidenses rearmaram a Alemanha e criaram várias bases militares na Europa, procurando assim cercar militarmente a URSS o máximo possível. Os Estados Unidos, nesse momento, já eram então um país bem distinto daquele que por anos adotou e manteve uma postura isolacionista.

Anexo 1

Para se ter uma idéia precisa sobre o enorme salto na produção de armas por parte dos Estados Unidos a partir de 1939 nada melhor do que esse quadro comparativo entre a produção militar dos países aliados e a dos países inimigos (Japão e Alemanha). Convém ainda lembrar que a URSS era então um país aliado aos EUA. É importante notar também que, para produzir esse equipamento militar, era necessária a posse de elementos como o ferro - ou o aço - e o alumínio. Em relação à posse ou produção do aço ou ferro, esses dados podem ser ilustrativos da situação: EUA: 80.6 milhões de toneladas; Grã-Bretanha: 13.3; Alemanha: 30.6; URSS: 8.5 e Japão: 6.3. Em relação ao alumínio, a situação era essa: EUA: 472.4; Grã-Bretanha: 47.6; Alemanha: 264.0; URSS: 51.7 e Japão: 103.1.

Em relação à produção de tanques de guerra, essa era a situação:

Tanks produced 1940 to 1945:

	Great Brit	USA	USSR	Germany	Japan
1940	1,400	300	2,800	1,600	not known
1941	4,800	4,100	6,400	3,800	1,000
1942	8,600	25,000	24,700	6,300	1,200
1943	7,500	29,500	24,000	12,100	800
1944	4,600	17,600	29,000	19,000	300
1945	not known	12,000	15,400	3,900	100
Total	20,150	88,500	102,300	46,700	3,400

Total tanks produced Allied forces = 210,950 tanks

Total tanks produced Axis forces = 50,400 tanks

Quanto à produção de navios de Guerra (em toneladas) esse era o quadro:

Warships produced by total tonnage 1940 to 1945:

	Great Bri	USA	USSR	Germany	Japan
1940	263,200	52,600	not known	23,800*	94,700
1941	437,200	219,300	not known	147,000*	225,000
1942	481,400	859,500	not known	193,000*	254,000
1943	609,600	2,667,400	not known	211,400*	230,000
1944	583,400	3,176,800	not known	275,300*	468,400
1945	312,800	1,190,000	not known	54,900*	66,700
Total	2,687,600	8,165,600	---	905,400*	1,338,800

* = submarines only. Germany produced very few surface vessels between 1940 and 1945

Total warship production Allied forces = 10,853,200 tons

Total warship production Axis forces = 2,244,200 tons

A produção de aviões militares era esta:

Warplanes produced 1940 to 1945:

	Great Britain	USA	USSR	Germany	Japan
1940	15,000	6,100	7,000	10,200	4,800
1941	20,100	19,400	12,500	11,000	5,100
1942	23,600	47,800	26,000	14,200	8,900
1943	26,200	85,900	37,000	25,200	16,700
1944	26,500	96,300	40,000	39,600	28,200
1945	12,100	46,000	35,000	not known	11,100
Total	123,500	301,500	157,500	100,200	74,000

Total warplane production Allied forces: 582,500

Total warplane production Axis forces: 174,200

Fonte: http://www.historylearningsite.co.uk/weapons_and_manpower.htm

PARTE II

O ESTADO BELIGERANTE APÓS O FIM DA
GUERRA FRIA.

CAPÍTULO I

O navio e o rochedo: a imagem atual dos Estados Unidos na bibliografia acadêmica.

Após o final da Guerra Fria, ocorrida com a dissolução da URSS em 1991, desaparecem rapidamente as condições históricas e políticas que facilitaram enormemente o desenvolvimento concomitante do Estado Beligerante e do Complexo Industrial-Militar. As transformações históricas globais decorrentes do final desse conflito viabilizaram a emergência súbita de uma nova conjuntura histórica configurada por um cenário em todos os aspectos favoráveis ao estabelecimento de novas e inusitadas relações entre os países, sem dúvida mediadas pela clara consciência histórica de que, após tantas décadas, o desarmamento mundial poderia se concretizar de modo efetivo, coisa que muito provavelmente materializaria o desejo da maior parte

da população européia e americana. Enfim, o cenário político global que então se delineava permitia a identificação nítida de vários fatores que indicavam, com o fim de tal conflito, o encerramento efetivo da corrida armamentista, com a conseqüente desmontagem tanto dos aparatos militares nucleares quanto da própria indústria bélica. Além disso, não seria um equívoco, dadas as circunstâncias, supor que nesse momento também ocorreria uma real desmobilização das Forças Armadas das duas superpotências.

Com efeito, o mundo experimentava no início da década de 1990 um momento excepcionalmente promissor, no qual - com o fim da Guerra Fria e com a autodissolução de um dos oponentes - uma conjunção única de fatores gestava a possibilidade concreta do estabelecimento da paz, ou seja, da supremacia, nas relações entre os países, da política e da diplomacia, em detrimento das relações determinadas pelas necessidades militares, sempre ameaçadoras porque ditadas pelas estratégias relacionadas com a defesa do território ou com o ataque possível ao inimigo.

Entretanto, o transcorrer histórico da década não confirmou os prognósticos e as esperanças alimentadas pela original constelação de fatores favoráveis a uma efetiva transformação global, predominante logo no início da década. Ao contrário: à medida que os anos se sucediam, o brilho das possibilidades históricas positivas se apagava um a um, como antigas estrelas que se extinguem na escuridão. Identificar, descrever e analisar os motivos ou fatores que impediram a realização dos elementos do cenário imediatamente posterior ao fim da Guerra Fria será agora o objetivo principal dessa pesquisa. Esse movimento analítico pretende reforçar a conquista de outro objetivo maior: demonstrar que, apesar do cenário político global desfavorável ao militarismo, os EUA encontraram os meios necessários não apenas para alimentar o apetite do Estado Beligerante mas também o do Complexo

Industrial-Militar. Desde já é possível indagar se, afinal, esse país não encontrou nesse cenário a ocasião para concretizar o que alguns autores denominaram de seu ímpeto imperial, que seria a consequência lógica de um estado voltado para a guerra e para o desenvolvimento incessante do seu poder militar. Em outras palavras, com a dissolução da URSS, os EUA parecem não ter conseguido resistir à tentação, oferecida então pela conjuntura histórica, de se afirmar como a única superpotência global. Teria efetivamente o país pretendido isso? Nesse caso, a questão é: a que preço?

II

Um pouco de história: isolacionismo e/ou internacionalismo, velho dilema.

Antes, porém, de concretizar tal análise não seria desinteressante ou inútil refletir sobre um aspecto marcante da história política dos EUA, ao qual a análise de F. J. Cook faz importante referência. Esse aspecto também é retomado por muitos dos estudiosos da história política do país, quase sempre no afã de encontrar um ponto sólido na elaboração da explicação de sua atual postura política; não é incomum identificar, entre os pesquisadores que investigam seu comportamento político atual, o recurso à análise desse aspecto do passado a fim de explicar a contento o momento presente, como se entre um tempo e outro existisse uma ligação íntima ou uma causa anterior, que se desdobra e age de modo a determinar o que desponta posteriormente. Esse aspecto da história do país refere-se a seu isolamento geográfico inicial em

relação à Europa, que foi, tempo depois, reelaborado pelas "centrais ideológicas" como característica política definidora do país.

De fato, os Estados Unidos, até o início da Segunda Guerra Mundial, quase sempre tenderam explicitamente a afirmar uma política isolacionista, ou seja, avessa a intervir diretamente nos assuntos e nos conflitos de outros países, especialmente nos situados fora do território do continente americano. No mais das vezes, justificava essa postura afirmando ser nocivo a seus interesses a adoção de qualquer intervenção em outro país:

"A Europa tem um conjunto de interesses fundamentais sem nenhuma relação conosco... Seria ingênuo da nossa parte enredar-nos, na sua política ou nos conluios ou oposições ordinárias de suas amizades ou inimizades". (Syrett, H., 1980, p. 110).

Em contrapartida, forjou também uma concepção aparentemente defensiva, ou seja, a de que nenhum país deveria, por seu turno, intervir nos assuntos internos dos EUA.

"Contra as insidiosas astúcias da influência estrangeira o zelo de um povo livre há de estar constantemente desperto, pois a história e a experiência provam que a influência estrangeira é um dos mais perniciosos inimigos do governo republicano" (Syrett, H., 1980, p. 112)

Nessa direção, segundo a quase totalidade dos historiadores ou estudiosos, conceberam a doutrina conhecida como "Doutrina Monroe" de 1823 que, contudo, em pouco tempo revelou conter uma ambigüidade fundamental. Essa

ambigüidade suscitou uma oscilação permanente entre as duas tendências contraditórias na história do país: por um lado, ele tendeu a cuidar apenas de si mesmo e a permanecer obstinadamente isolacionista, por outro, tendeu a buscar alguma forma de expansão territorial, fato justificado pela elaboração de uma doutrina que ficou conhecida como "Teoria do Destino Manifesto."⁴⁸ Esta tendência expansionista parece ter impregnado consideravelmente a arte, a literatura e a cultura dos EUA.⁴⁹

⁴⁸ Essas duas tendências foram assim caracterizadas pelos historiadores Allan Nevis e Henry Commager no livro *"História de los Estados Unidos: biografía de un pueblo libre"*: *"Dois eventos do início do século XIX modificaram o curso da vida norte americana. O primeiro deles correspondeu a segunda guerra de independência entre 1812 e 1814. O segundo correspondeu à expansão territorial interna. Com relação ao primeiro, o confronto com a Inglaterra conduziu à industrialização do norte, devido à interrupção no fornecimento de produtos industrializados ingleses. Mesmo depois de restabelecida a paz, o Congresso norte-americano, ...prolongou o isolamento em relação à Inglaterra ao adotar políticas aduaneiras elevadas; tal medida possibilitou a reafirmação da unidade nacional e a instalação de um clima de confiança na pátria. Com relação ao segundo, a expansão para o Oeste produziu na sociedade norte-americana uma crescente fermentação nacionalista, intimamente relacionada com as anexações territoriais. Estas foram realizadas mediante tratados, compras ou por meio de guerras de conquistas. Em 1803, a Luisiana foi adquirida da França; em 1819, a Flórida da Espanha; em 1846, o Oregon foi reconhecido pela Inglaterra como território dos EUA e, finalmente, por meio de guerras, o Texas, em 1845; o Novo México, em 1848, e a Califórnia, também em 1848, foram tirados do México. Durante a anexação dos territórios mexicanos, surgiu nos EUA a doutrina do "Destino Manifesto", segundo a qual os norte americanos estariam fadados a colonizar a parte sul da América e a civilizar o mundo devido a sua superioridade moral."* (p.171. Minha tradução).

⁴⁹ Ao mesmo tempo, porém, segundo R.Franco, a quem devo esta indicação, ela foi também tema da cultura ou da literatura latino-americana, como se pode ver nessa passagem do romance-ensaio escrito pelo escritor mexicano Carlos Fuentes, intitulado *"El espejo enterrado"*⁴⁹: *"Sobretudo, os conservadores latino-americanos acabaram por temer o que percebiam como um potencial expansionista na jovem república de fala inglesa. Em essência, a filosofia do destino manifesto foi formulada por Tomas Jefferson e John Quincy Adams. Em uma carta datada de 1821, Adams escreveu a Henry Clay: "É inevitável que o resto do continente será nosso." A guerra contra o México em 1847 e a perda de metade de nosso território nacional para os EUA convenceu os ditos liberais de que os conservadores haviam medido muito bem as ambições territoriais norte americanas."* (1992,p.413. Minha tradução). Significativa é também essa passagem de um romance de Joseph Conrad intitulado *Nostromo*, publicado em 1904, na qual um financista dos EUA dá respaldo

O historiador Moniz Bandeira, no livro *"A formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra contra o Iraque"*, também identifica essa pretensão dos EUA de "civilizar o mundo" e de "conduzir seus negócios" como algo enraizado na história do país e não, como pode pensar o observador mais desavisado, em algo mais recente, possivelmente na última década do século passado. Afirma ele:⁵⁰

"Este desprezo dos Estados Unidos pela soberania dos outros povos, o unilateralismo de sua política internacional, o militarismo, a arrogância e a prepotência, a pretensão de reformar o mundo à sua imagem e semelhança, o pretexto de promover a democracia como "racional" para a deflagração ou participação em guerras não afloraram como resultado dos atentados de 11 de setembro, mas nos primórdios da formação do país. "(Moniz Bandeira, 2006, p. 28)

A adoção dessa política exterior isolacionista deve ser entendida, primeiramente, como uma resposta norte-americana aos governos absolutistas

econômico ao proprietário de uma mina situada num país da América Central, que ilustra muito bem a penetração da Doutrina do Destino manifesto e a conseqüente crença nacionalista na superioridade dos EUA sobre os demais países do continente americano: *"Podemos sentar e olhar. Claro, algum dia interviremos. Estamos fadados a isso. O próprio tempo teve de esperar no maior país de todo o universo de Deus. Ditaremos as regras para tudo - indústria, comércio, leis, jornalismo, arte, política e religião, do cabo Horn até Surith's Sound, e também mais adiante, se algo surgir que valer a pena no Pólo Norte. Então teremos tempo de tomar as ilhas e continentes distantes da terra. Conduziremos os negócios do mundo, quer ele goste ou não. O mundo não pode evitá-lo - e nem nós, imagino eu"* (citado por Edward Said, in *Cultura e Imperialismo*, 1999, p.18)

⁵⁰ Para reforçar essa idéia, cita ainda uma passagem do romancista Herman Melville: *"Nós, os americanos, somos o povo escolhido, o Israel de nosso tempo; carregamos a arca das liberdades do mundo. Deus predestinou grandes coisas para a nossa raça e o resto das nações logo seguirá na nossa esteira."* (Moniz Bandeira, 2006, p. 31)

da Europa continental, organizados na Santa Aliança; secundariamente, como uma medida contra qualquer conjunto de interesses europeus sem nenhuma relação fundamental com os interesses americanos, conforme salientara George Washington, e, por último, como obra de uma aliança política exterior com a Grã-Bretanha, que, para garantir a manutenção do poder conquistado diante das nações européias, se opôs às intenções da Santa Aliança de restabelecer a dominação continental na América, convidando os EUA para respaldar esse princípio.

Quase duas décadas depois essa postura isolacionista transformar-se-ia oficialmente na Doutrina Monroe, que diversos autores procuraram analisar como a versão norte-americana do pan americanismo⁵¹. A doutrina foi consequência de dois eventos europeus que interferiram diretamente na segurança dos Estados Unidos. O primeiro deles foi a penetração russa no noroeste do Pacífico, e o segundo, a possibilidade de que a Santa Aliança ajudasse a Espanha a reconquistar suas antigas colônias americanas. Como resposta a esses acontecimentos e para reafirmar a postura isolacionista delineada por G Washington, o presidente James Monroe incorporou, à sua mensagem anual ao Congresso, a declaração que fundamentou tal doutrina.

Comumente definida como a "América para os americanos", a Doutrina Monroe reafirmava a postura isolacionista delineada como pressuposto da política externa da nação desde o reconhecimento de sua independência pela Grã-Bretanha. Nela, James Monroe negava aos europeus o

⁵¹ No século XVIII despontaram alguns precursores dos ideais pan- americanos. Os pronunciamentos, cujo objetivo era estabelecer a união entre as sociedades americanas, ganharam força e maior expressão durante as lutas pela independência das colônias européias no Novo Mundo. Foi tanto a necessidade de defesa contra a ameaça européia, como as raízes históricas e geográficas comuns que forjaram o ideal pan-americano, o qual pode ser entendido como um movimento de solidariedade continental a fim de manter a paz nas Américas; preservar a independência dos Estados americanos e estimular o seu inter-relacionamento. O projeto de solidariedade continental foi desenvolvido sob duas modalidades distintas; o bolivarismo e o monroismo.

direito de intervenção na América, seja para criar áreas de colonização , seja para suprimir a independência recém conquistada pela maioria dos estados americanos. Segundo alguns estudiosos, ela fundamentava os projetos expansionistas dos Estados Unidos, que pretendiam avançar suas fronteiras até o Pacífico, contrariando interesses europeus e estabelecendo as bases para um comércio livre com os países recém independentes. Apesar das palavras de Monroe serem claras no que se refere a não intervenção dos Estados Unidos nas colônias ou dependências de qualquer potência européia, entre os anos de 1824 a 1826, o país se posicionou contra a libertação das Antilhas espanholas pela ação da Colômbia e México, porque imaginavam que Cuba pudesse ser anexada ao México ou a Colômbia, ou então pudesse alcançar uma independência precária.

Quando os EUA decidiram empreender ações militares para anexar territórios até então pertencentes ao México, trataram de desenvolver uma doutrina que justificasse adequadamente essas ações. Nesse contexto, conceberam a Teoria do Destino Manifesto. Enquanto a Doutrina Monroe assegurava a não intervenção em assuntos internos e o reconhecimento da independência adquirida pelas novas nações americanas, esta tendia a justificar ideologicamente a assimilação de novos territórios, mesmo que até então pertencentes a outros povos. Afinal, segundo os princípios dessa teoria, o domínio estadunidense no continente representaria a vontade de Deus. Os ideais expansionistas norte-americanos foram reativados, com a justificativa de que o país estaria empreendendo uma ação civilizadora. A referida teoria teria promovido tanto a difusão de acentuado sentimento religioso, já que o país era por ela visto como eleito por Deus para cumprir tal tarefa, quanto um sentimento político de superioridade dos valores dos Estados Unidos, já que

imaginava estar o país destinado a ser o promotor mundial da liberdade e da democracia.

O significado dessas duas doutrinas não passou despercebido para os historiadores ou estudiosos dos EUA. David Harvey, por exemplo, no livro "*O Novo Imperialismo*" (p.47) comenta o valor de ambas as concepções, inclusive citando Neil Smith, para quem a doutrina do Destino Manifesto sempre serviu muito bem aos interesses expansionistas norte-americanos, inclusive durante todo o século XX. Para ele, tal teoria ajudava perfeitamente a encobrir os interesses particulares efetivos do país por meio de uma retórica de forte apelo universalista. Neil Smith observa que, nesse aspecto, ela serviu de fundamento ao que hoje se chama, não sem impropriedade, de "globalização".

Da mesma maneira, não se pode afirmar que os EUA, a um determinado momento de sua trajetória histórica, tenham abandonado a Doutrina Monroe. Seria mais correto afirmar que essa Doutrina foi várias vezes reformulada, sempre em função dos interesses reais despertados por tal ou tal conjuntura histórica. A doutrina, que originalmente pode ser lida como uma demarcação de limites para a expansão dos vários imperialismos europeus, parece nesse aspecto conter um valor estratégico defensivo e ser de interesse para todos os países da América. No entanto, aos poucos, ela adquiriu também outro aspecto, ou seja, ela passou a ter também um valor estratégico ofensivo para os EUA, já que, por meio desta doutrina ele concebia tanto a América Central como a do Sul como áreas de sua influência exclusiva. Isso também é válido para o México. Tal fato requereu a necessidade, ainda segundo Harvey, de o país criar um novo tipo de dominação e exploração, em todos os aspectos diferentes dos utilizados pelo imperialismo europeu. Essa necessidade provinha do fato de os EUA se relacionarem, nessas regiões americanas, com

países que, como ele próprio, havia se tornado independente do jugo dos países colonizadores europeus.

Dentre os expedientes dessa nova forma de dominação utilizados pelos EUA destaca-se a prática dos acordos bilaterais entre esta potência e determinado país. Esses acordos sempre foram assimétricos, dadas as desigualdades entre os contratantes, fato que possibilitou aos Estados Unidos submeter, corromper, impor condições desfavoráveis nos acordos, estabelecer formas arcaicas de clientelismo que, enfim, criavam condições para ele até mesmo gerir a vida dos países latinos. Esse fato é apontado tanto por Harvey como pela maior parte dos estudiosos da política externa dos Estados Unidos ou pelos historiadores políticos da América Latina.

III

A imagem atual dos EUA na bibliografia acadêmica

Um bom meio de iniciar a investigação proposta no início dessa parte do trabalho é dado pela análise das imagens dos Estados Unidos construídas pelos intérpretes acadêmicos da condição atual desse país da América do Norte. Com efeito, a bibliografia dedicada à explicação de sua postura e de sua situação política é tão vasta quanto discordante, de modo que a imagem do país, por ela oferecida, é múltipla e contraditória. Talvez seja possível agrupar parte dessa produção bibliográfica - já que é praticamente impossível fazer isso com a totalidade dela - por meio da identificação das principais tendências ou linhas explicativas nela adotadas. Nesta direção, pode-se tentar efetuar tal classificação selecionando, dentre a vasta produção bibliográfica existente, as obras acadêmicas mais citadas ou influentes nos trabalhos

acadêmicos, que são sobejamente conhecidas pelos pesquisadores, já que são por estes consideradas como as de referência nesse assunto.

III-1

A crítica moralista

Nessa perspectiva, talvez fosse possível iniciar essa classificação com a identificação de um tipo específico de produção bibliográfica, a qual se destaca imediatamente por um evidente e manifesto "antiamericanismo". Em geral, as obras dessa categoria, embora gozem de certo prestígio acadêmico, já que são mesmo bastante difundidas porque caem facilmente no agrado de certo tipo de esquerdismo adepto de explicações esquemáticas, pouco efetivamente contribuem para a construção do esclarecimento político responsável sobre a situação de tão imenso país: a imagem dos EUA que desponta nelas parece um tanto atemporal, como se o povo dessa nação, por uma série de condições históricas, geográficas, políticas e econômicas, possuísse uma disposição quase imutável para a ganância, o exercício do poder e a prepotência (econômica, militar e política). Em suma, boa parte das obras que compõem essa tendência bibliográfica constrói uma imagem negativa do país, deduzindo de suas supostas características nacionais a construção de seu imenso poder, do qual o poder militar seria o mais visível e implacável. Certamente, essa imagem é profundamente ideologizada, sendo capaz até mesmo de afetar outros tipos de produção bibliográfica que tentam escapar dessa visão, a qual quase sempre parece acarretar prestígio editorial e político para os autores que a propagam ou alimentam. Tal tipo de obra, porém, paradoxalmente, traz uma contribuição importante para os estudos sobre os Estados Unidos, já que indica claramente qual caminho o pesquisador deve

evitar aderir ou reproduzir. A crítica é, aqui, não um fim ético ou acadêmico, mas um modo de adesão ao mercado, já que é transformada em mercadoria, em valor de troca. O principal representante dessa tendência bibliográfica certamente é Noam Chomsky.

III-2

No calor da hora: a crítica e a crise nos anos 70.

Um tipo de produção bibliográfica que não sucumbe às tentações do antiamericanismo e nem à tendência oposta, ou seja, a de se deixar seduzir ou enfeitiçar pela ideologia a favor do americanismo é a constituída pioneiramente ainda durante os anos de acirramento da Guerra Fria e do acontecimento militar mais traumático na experiência estadunidense - o envolvimento na Guerra do Vietnam, que culminou com a derrota do país. Essa bibliografia, informada por esses dois eventos político-militares, elaborada no calor da hora, empreende um esforço considerável a fim de interpretar criticamente o país focando a expansão do militarismo e seu processo econômico, assim como sua inserção na economia mundial. O resultado alcançado por ela é notável, especialmente por destacar as contradições, os impasses e as novas dificuldades econômicas por ele experimentadas, de modo que a imagem por ela produzida sobre os EUA mostra um país em crise, um país que, por várias razões, perdeu as vantagens econômicas de que desfrutava logo após o fim da Segunda Guerra. Essa bibliografia investiga a crise por ele experimentada na década de 70, criando condições propícias para o desenvolvimento posterior de uma tradição bibliográfica que pressupõe residir nessa década as raízes da atual crise americana. Os autores mais destacados dessa geração de intérpretes são Paul Baran e Paul Sweezy, que escreveram *O*

capital monopolista; Harry Magdoff e P. Sweezy, que publicaram *A crise do capitalismo americano*, Harry Magdoff, autor de *A era do imperialismo*. Em geral, as obras desses autores frequentemente apóiam e reforçam a análise empreendida por F. J. Cook. (Mais adiante, parte da obra de Harry Magdoff será objeto de análise parcial.)

III-3

A problemática do declínio e a financeirização da economia

Tendência bibliográfica importante e conseqüente, inclusive no âmbito da produção teórica que, de algum modo, busca algum tipo de conexão com a tentativa de reformular a visão e a prática política da esquerda é a que se dedica a interpretar a condição atual dos EUA reconhecendo como decisivo para isso as transformações econômicas e políticas experimentadas por esse país a partir da década de 1970, notadamente marcada tanto pela primeira crise do petróleo (1973) quanto pelo fim da Guerra do Vietnam. Esta produção, de certo modo, dá continuidade ao trabalho da tendência anterior, como se pode notar.

Os autores mais destacados dessa tendência bibliográfica sustentam que as razões mais profundas do comportamento político do país - que inclusive o conduziu a uma postura militarmente agressiva e, no limite, desestabilizadora das relações políticas internacionais - só podem ser devidamente esclarecidas mediante a identificação e a análise das dificuldades enfrentadas em tal década. De modo geral, reconhecem nesse período uma súbita mudança de rumos na economia da nação, que, se por um lado reforçou sua hegemonia e poderio econômico com o estabelecimento daquilo que, por iniciativa de Giovanni Arrighi, ficou conhecido como "financeirização da

economia", por outro produziu novas dificuldades e contradições, como o fenômeno conhecido como "desindustrialização", que logo se revelou decisivo e gerador de enormes déficits na balança comercial, tornando o país dependente de regiões ou países recentemente industrializados, como a China ou o sudeste asiático. Para os autores mais conhecidos desse tipo de bibliografia, Giovanni Arrighi e o sociólogo Immanuel Wallerstein, a financeirização da economia é a um só tempo o apogeu e o início da ruína da hegemonia do país, cujo poder e prestígio tenderiam a acentuado declínio. Como se pode observar, a tese do "declínio da hegemonia" ou do poder dos EUA é a principal contribuição dessa tendência bibliográfica.

O aspecto mais questionado ou problemático desse tipo de análise parece residir na sua pretensão de reconhecimento científico, já que incluiria, de modo diferencial, a possibilidade concreta da previsibilidade dos acontecimentos, que estaria apoiada em considerações empíricas. Segundo alguns críticos, tal desejo de previsibilidade e controle dos acontecimentos ou fatos, consagrado no âmbito das ciências físicas e naturais, acarretaria uma dimensão de necessidade e de inevitabilidade aos acontecimentos, em muitos aspectos estranha ao território do social e do histórico, nos quais a efetividade do fenômeno geralmente não coincide com a necessidade. Para estes críticos, a análise implica em predição e, em seguida, "em torcida" a fim de que a predição seja confirmada, segundo as palavras de L. F. Ayerbe (por ocasião da banca de qualificação dessa tese, ocorrida na FCL UNESP Araraquara, em 08/04/2008).

Apesar dessa eventual restrição, tal tendência bibliográfica parece contribuir decididamente para um esclarecimento mais detalhado e consequente tanto da situação dos EUA quanto de sua lógica política no cenário posterior a 1970, assim como torna inteligível suas contradições mais

recentes ou sua postura como potência militar, conforme se pode notar na exposição resumida da concepção de I. Wallerstein.

Immanuel Wallerstein em *"O Declínio do poder americano"*, livro composto por vários ensaios originalmente publicado em 2004, sustenta a tese de que os EUA estão efetivamente conhecendo um período de sua história no qual desponta, por razões estruturais, o declínio de seu poder global. Logo no capítulo I, significativamente intitulado *"O declínio da hegemonia dos EUA: a aterrissagem forçada da águia"*, ele afirma:

"... a crença de que o período final da hegemonia dos EUA já começou não decorre da vulnerabilidade que se tornou evidente no dia 11 de setembro de 2001. Na verdade, os Estados Unidos têm se enfraquecido como potência global desde a década de 1970, e a reação aos ataques terroristas limitou-se a acelerar esse declínio. Para compreender porque razão (o país) está se enfraquecendo é preciso examinar... as três últimas décadas do século xx. Esse exercício revela... (que) os fatores econômicos, políticos e militares que contribuíram para a hegemonia dos EUA são os mesmos fatores que produzirão o iminente declínio (do país).(p.21).

Essa passagem expressa bem a tese do autor: ela não concebe o declínio dos EUA como decorrente dos ataques ocorridos em setembro de 2001 - os quais foram, quase imediatamente, classificados como "terroristas" -, mas que, ao contrário, a reação a tais ataques intensificou ainda mais o declínio do país, que havia de fato se iniciado na década de 1970 e atravessado as décadas posteriores. Nesse aspecto, o autor parece concordar tanto com David Harvey quanto com Giovanni Arrighi, que também reconhecem residir

nessa década as raízes da crise dos EUA. Além disso, pressupõe também a existência de um ponto de virada no processo de desenvolvimento - ou de expansão ampliada do capital- na história recente do país, pois sugere serem os fatores mais determinantes de seu poderio global os mesmos que, agora, contribuem para a derrocada de seu poder e hegemonia. Nessa perspectiva, o autor obviamente entende a reação militar do país, então governado por George W. Bush, como agravante da crise e não como expressão incontestada de sua supremacia.

Para o autor, portanto, as razões remotas do declínio estão assentadas na década de 1970, o que equivale a dizer que suas raízes estão ancoradas na crise econômica que marcou tal década, a qual conheceu uma estagnação da economia mundial estimulada tanto pelo acirramento da concorrência entre as regiões mais industrializadas do mundo - ou seja, entre a Europa, o Japão e o próprio EUA - quanto pela alta dos preços mundiais do petróleo. O declínio do país, porém, apresenta também uma determinação mais recente, ainda segundo Wallerstein: a década de 1990 teria experimentado uma recuperação econômica em relação às duas décadas anteriores, conhecendo inclusive certa pujança que, porém, logo se revelaria ilusória com a ruptura da chamada economia virtual, a qual, segundo o autor, não passaria de uma "bolha" especulativa.

Dentre os fatores que concorrem para o declínio do país, o autor chama a atenção para a natureza e especificidade do nacionalismo estadunidense. Segundo ele, os EUA não são nem menos nem mais nacionalistas do que muitos dos países do sistema-mundo, porém, como são uma enorme potência global, apetrechada com descomunal aparato militar, - o que o torna de fato o país mais poderoso - seu nacionalismo pode sofrer alterações, que acabam por ser determinantes tanto para sua política interna quanto para a externa. Desse

modo, seu nacionalismo "assumiu recentemente duas formas distintas. Uma é a retirada para dentro da fortaleza América, aquilo que geralmente chamamos de isolacionismo." (idem, p.13) A outra forma diz respeito a sua tendência expansionista que, como foi observado acima, é encontrável em toda a história do país desde o final do século XVIII. E, segundo sugere ainda o autor, o nacionalismo do país, apimentado com o ataque de 11 de setembro - que, como anotam tanto o próprio Wallerstein quanto Harvey, serviu muito adequadamente à agenda do governo Bush -, fortaleceu a tendência expansionista, a qual encontrou nos "falcões" do governo seu maior estimulador. Desse modo, não demorou a surgir uma espécie de incentivo oficial às ações militares espetaculares, que tinham como objetivo, na ótica desse grupo, tanto demonstrar o enorme poder militar do país e, assim, desestimular qualquer tentativa de resistir a ele ou de o atacar militarmente, quanto de, por meio da força, suscitar profunda alteração na geopolítica de parte significativa do território asiático.

A tendência expansionista teria conseguido, nessa conjuntura, canalizar os sentimentos nacionalistas dos adeptos do isolacionismo. Uma e outra, embora sejam bem diferentes, parecem

"Partilhar a mesma atitude fundamental em relação ao resto do mundo, os outros: medo e desdém, combinados com a presunção de que nosso modo de vida é puro e não deve ser conspurcado pelo envolvimento na querela dos outros, a menos que estejamos em posição de impor a eles nosso modo de vida..."(idem, p.14)

Por essa razão, não foi difícil atrair a ira e insatisfação dos isolacionistas para o âmbito de um "militarismo machista".

Para Wallerstein, os adeptos conjunturais do "militarismo machista" e do expansionismo, liderados pelo grupo conservador que se encastelou no poder durante o governo Bush, conhecido como "falcões", tentaram ligar a suposta organização terrorista responsável pelo ataque de 11 de setembro com o Iraque, então governado por Sadan Hussein, com a finalidade de encontrar um motivo internacionalmente aceito para invadir militarmente esse país. Essa opção pela atividade militar, segundo o autor, revela que tal grupo manifesta a tendência mais ou menos irrefletida "de lidar com o declínio por meio de uma escalada incrível dos gastos militares"(p.15), acrescentando que não é ainda possível verificar se isto será ou não um enorme desperdício. De qualquer modo, o autor parece ver nessa decisão dos EUA um fator capaz de agravar ainda mais o declínio do país: "Acredito que esta invasão, longe de validar e aumentar o poderio militar dos Estados Unidos, irá miná-lo ainda mais a curto, médio e longo prazos". (p.15)

A opção pelo exercício do poder por meio da força militar é, portanto, matéria de reflexão crítica por parte desse autor. Para ele, tal opção militarista tende, por um lado, a perdurar e a exigir somas altíssimas de recursos financeiros que, a partir de determinadas condições, poderiam resultar num aumento significativo dos déficits estatais e não numa espécie de dinamização da economia. Isso já teria ocorrido por ocasião da guerra do Vietnã:

"A guerra (do Vietnã) desferiu um forte golpe na capacidade dos Estados Unidos continuarem a ser a potencia economicamente dominante no mundo. O conflito foi dispendioso e praticamente esgotou as reservas de ouro (do país)... Além disso, os USA incorreram nestes custos precisamente no período em que a Europa Ocidental e o Japão viviam fortes retomadas econômicas.

Estas condições acabaram com a superioridade dos EUA na economia global". (Wallerstein, 2004, p.26)

Além disso, pondera o autor, a hegemonia exige certas condições favoráveis para ser exercida de um modo não traumático, isto é, não-violento. Ela implica, por parte do país hegemônico, uma atitude que seja percebida pela maioria dos outros povos ou países como legítima, porque beneficiaria, de um modo ou de outro, a todos (mais adiante, essa questão será retomada e melhor delineada). No caso do exercício da hegemonia pela dominação, isto é, pelo uso irrestrito e espetacular da violência e do poderio militar, o país hegemônico teria sua ação percebida como ilegítima ou arbitrária e, nessa medida, como incapaz de disseminar e consolidar os valores universais; conseqüentemente, seria vista como prejudicial a muitos povos. Este fato, por seu turno, acarretaria uma maior disposição dos outros países em não apoiar os EUA e até mesmo de confrontá-lo fora do campo militar. Isso poderia gerar, como efetivamente gerou no caso do exercício da hegemonia por parte dos EUA, uma resistência da opinião pública mundial a seus atos e decisões, além de ajudar a expandir por muitas regiões um intenso sentimento de antiamericanismo.

Pode-se, no entanto, supor que a adoção da atitude militarista e a decisão de invadir o Iraque não tenha resultado de uma análise estratégica que considere todos os aspectos implicados no exercício da hegemonia, mas, ao contrário, resulte de determinações oriundas do plano interno do país. Esta visão aproxima, nesse aspecto, a análise do autor citado com a empreendida por Harvey em *"O novo Imperialismo"*. De fato, tanto um como outro percebe que a decisão de invadir o Iraque e adotar a mobilização total do país, requerida por tal guerra, poderia render inestimáveis lucros políticos, já que

criaria condições positivas de governabilidade, a qual, no início do governo Bush, era completamente desfavorável a ele, se não mesmo inexistente. Afirma o autor:

"A administração Bush espera que seu militarismo machista compense, junto dos eleitores, o pobre estado da economia dos Estados Unidos. Portanto, em adição a todas as outras razões pelas quais Bush e seus conselheiros acreditam que os EUA devam atacar todo o eixo do mal, há o lado político: um presidente em tempo de guerra conquista mais votos para si e para o seu partido."(Wallerstein, 2004, p.16)

Cumpre ainda registrar que Wallerstein concebe ser hoje os EUA uma nação efetivamente desestabilizadora das relações entre os países, dada sua condição de única superpotência militar, ou, em palavras mais modestas, de possuidor das Forças Armadas incontestavelmente mais poderosas do mundo. Por esse motivo, argumenta ele, recorrendo a uma imagem original e sugestiva, o país parece se posicionar diante do tabuleiro do xadrez das relações internacionais como mais um jogador entre outros, porém, no desenvolvimento das contendidas, move suas peças de modo único, confrontando e violando todas as regras do jogo, que são respeitosamente seguidas por todos os outros contendores. Os EUA movem seu rei, rainha, bispos, cavalos e peões em todos os sentidos e quantas casas lhe convierem, sem que ninguém consiga impedi-lo de proceder assim. A imagem é clara: ela produz uma segunda imagem, ameaçadora e terrível: a de um país que, por diversas razões ou motivos, muitas vezes amplamente contraditórios, deslocou-se do patamar da igualdade em relação aos demais países para se posicionar como a nação sem limites, agindo unicamente em função de seus interesses imediatos, se arrogando por

isso no direito de perpetrar qualquer ato de agressividade militar. Haverá imagem mais inquietante para os demais povos ou países?

III-4

Os Estados Unidos: país imperialista?

Uma quarta tendência bibliográfica é a que analisa os EUA inserindo-o no âmbito dos países imperialistas - ou antes, de único país atualmente imperialista. Entretanto, é bem mais complicado avaliar as obras que se inserem nessa (já tornada) tradição bibliográfica, visto que elas diferem bastante entre si. Algumas delas, por exemplo, situam o imperialismo estadunidense no plano das concepções tradicionais acerca do que isso constituiu, enquanto outras o relacionam com um novo tipo de imperialismo, cujos traços, porém, parecem variar de obra para obra. É o caso de obras importantes como *O novo imperialismo*, de David Harvey, que mantém laços estreitos em alguns aspectos com as obras de Arrighi e Wallerstein, apesar da análise fortemente original. E também de obras de menor envergadura que, não muito distante do tom de crítica moral adotado por N. Chomsky, pretende ser obra de denúncia do poder e da ação arbitrária do império estadunidense, como é o caso de *Alerta, Mundo! O novo imperialismo norte-americano*, de Theodore Roszack. Em outro patamar, menos focado nas questões militares e nos processos econômicos, não deixa de ser importante a obra de Benjamin R. Barber, *Jihad x Mac World. How Globalism and Tribalism are Reshaping the World*, na qual é analisado o processo de americanização da cultura mundial, que tende a instalar uma espécie de subcultura em todos os lugares. Posteriormente, em *O império do medo: guerra, terrorismo e democracia*, o autor analisa as medidas imperiais adotadas pelo governo Bush (Filho) após

setembro de 2001, sustentando ocorrer então uma espécie de “des-democratização” dos EUA, que teve os mais perversos efeitos no cenário internacional. Como alguém observou, “sua obra pretende redefinir o papel dos EUA no cenário internacional após o fim da Guerra Fria”. Das obras e autores acima nomeados, merecem análise mais detalhada as interpretações oferecidas por D.Harvey, C.Johnson e E. Todd: elas seguramente contribuem decididamente para o esclarecimento da situação do país e de seu comportamento militarmente agressivo, além de fornecerem explicação satisfatória sobre o tipo de imperialismo que esse país pratica.

III-5

O navio e os rochedos: a obra de D.Harvey.

A obra de David Harvey, *O novo imperialismo*, representa uma contribuição de longo alcance na tentativa de esclarecer o atual comportamento político dos EUA no cenário global do início do novo século. Além disso, é também obra que tenta entender tanto a lógica interna da sociedade estadunidense quanto seu processo econômico, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, tarefa iniciada no livro anterior do autor, *A condição pós-moderna*. Salta à vista um aspecto decisivo de sua análise: a recusa em analisar a política externa dos EUA após 1945 sem relacioná-la tanto com a situação econômica do país - com articulação engenhosa entre o plano interno e o externo - quanto com a lógica interna, social e política, dessa sociedade.

Essa perspectiva analítica, que parece bastante fecunda, é notável na imagem evocada no início do livro, que sugere a retomada do tema do declínio

do poder e da hegemonia estadunidense, comum em boa parte dos estudos recentes sobre o país: “[...] *o navio-Estado norte americano [...] tem grande dificuldade de mudar de curso, para não mencionar reverte-lo, ainda que haja indícios de que rumo para os rochedos.*” (HARVEY, 2004, p. 10). Esclarecer qual é esse rumo e identificar, com força explicativa, os fatores que impulsionaram o navio-Estado a percorrer tal rota é o objetivo maior de Harvey, que espera também, à guisa de conclusão, apontar ainda quais rumos seriam menos arriscados e mais favoráveis ao país.

O rumo em questão é configurado com clareza nos parágrafos seguintes: é o que conduz à adoção da postura imperialista, gestada, ao que tudo indica, ainda nos tempos dos “governos de Roosevelt, Eisenhower e Truman”. Entretanto, salienta o autor, não é fácil identificar qual é o tipo de imperialismo adotado, que, segundo alguns estudiosos por ele evocados, poderia ser classificado como “soft” ou virtual, enquanto outros também mobilizados na análise se refiram a um imperialismo menos brando, “pesado”, embora diferente do tipo de imperialismo verificado na Europa no século XIX. De qualquer modo, o autor promove uma discussão oportuna e conseqüente sobre esse assunto, mostrando tanto o risco ideológico acarretado pela adoção do conceito de imperialismo “leve” quanto o prejuízo explicativo decorrente da adoção do conceito de imperialismo fornecido pela tradição marxista apegada à concepção originalmente proposta por Lênin. O autor salienta ainda que o comportamento imperialista não é ditado apenas pelas necessidades econômicas, que exigem sempre novos meios ou caminhos para a expansão contínua do capital, mas também por razões evidentemente políticas: nesses casos, o agente da ação expansionista costuma ser o Estado - ou seja, um agente político - que objetiva expandir seu poder mediante a conquista de uma posição estratégica ou geopolítica que seja fundamental para o fortalecimento

e a viabilização de seus objetivos (ou os de um bloco de países). É evidente que tal conquista pode servir aos interesses econômicos, observa ainda Harvey, mas não de forma imediata ou direta. Em razão desse fato, propõe um modo de considerar esse fenômeno caracterizado por uma relação tensa entre o político e o econômico, de forma a manter "os dois lados dessa dialética em movimento simultâneo", evitando assim resvalar no risco de uma análise puramente econômica ou política. Nessa direção, sustenta existir hoje um novo tipo de imperialismo.

O rochedo que ameaça o navio-Estado evocado na imagem inicial pode agora ser encarado diretamente, já que as brumas ideológicas que ocultavam ou transfiguravam seu contorno foram previamente dissipadas: de fato, tal rochedo ameaçador representa, por um lado, o risco do esfacelamento e do consequente declínio da hegemonia (e do esplendor) estadunidense, forjado no decorrer do século XX, especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial; por outro, o de afirmar a hegemonia por meio de formidável poder militar, que resvala constantemente no exercício da arbitrariedade e do terror, implicando quase sempre o total desprezo às leis.

A fim de identificar e explicar os motivos que conduziram o navio-Estado a tomar esse rumo, o autor enfoca diretamente o processo que, entre 1945 e 1970, sustentou a afirmação da hegemonia do país, ao menos no mundo ocidental. Segundo ele, concluída a Guerra, diante dos demais países - especialmente àqueles que se envolveram no conflito - os EUA perceberam estar em uma posição ou condição extremamente privilegiada, já que não conheceu nenhum tipo de dano em seu aparato produtivo, coisa que, evidentemente, não ocorreu com a maioria dos países europeus, que tiveram a infra-estrutura material quase completamente destruída ou dizimada no conflito. Essa condição possibilitou, em ritmo acelerado - logo aquecido pela

caldeira da Guerra Fria - não apenas o desenvolvimento espetacular do universo produtivo como também a introdução quase constante de novas tecnologias, muitas delas resultante da conversão de equipamentos de destruição para o âmbito do consumo civil.

Nesse campo, nenhum país tinha qualquer condição de fazer frente aos EUA, que, por esse motivo, galgou posição de líder mundial com facilidade, o que ajudou a torná-lo um modelo a ser seguido para elevado número de países. Essa visão propagada pelo autor parece ser compartilhada por outros, notadamente por I. Wallerstein e G. Arrighi. Todos eles enfatizam o fato de os EUA desfrutarem então de invejável condição econômica, que foi ainda consideravelmente reforçada pela supremacia mundial de sua moeda, já que o valor do dólar estava então atrelado à posse do ouro, o qual os EUA possuía em abundância. Some-se ainda a esses fatores o enorme poder militar do país ao final da Guerra e a configuração de seu poder não deixará de convencer a nenhum observador. Harvey salienta que mesmo a Rússia - ou a URSS - não podia se opor ao poderio militar norte-americano logo após a guerra, já que suas instalações militares e sua capacidade de produção haviam sido seriamente danificadas e afetadas durante a guerra.

Esse conjunto de aspectos francamente favoráveis facilitou a ele trilhar o caminho da conquista da hegemonia no mundo ocidental. Harvey não deixa de atacar a dimensão ideológica suscitada, no plano interno do país, por esse fato: denuncia como "naturalização da dominação" toda tentativa de interpretá-la ou justificá-la como resultado "natural" ou inevitável do desenvolvimento e do progresso históricos, cuja marcha conduziria irrevogavelmente o país a tal condição. Recusada essa visão teleológica e mistificadora, Harvey conecta essa condição material do país no cenário internacional com a organização experimentada internamente pela sociedade

norte- americana durante o período da guerra, identificando nela a definição de dois princípios estratégicos: a tendência à estabilização social e política, que elimina a possibilidade de mudanças abruptas tanto na distribuição de renda quanto na estrutura social; e a contínua expansão do capital e do consumo doméstico, concebido como instrumento poderoso capaz de garantir a estabilidade social e política. Obviamente, isso só seria possível se a maior parte da população se considerasse beneficiada economicamente (fato esse sobejamente destacado e analisado por H. Marcuse em *One-Dimensional Man*, e também, em outro patamar, por F. J. Cook).

A hegemonia estadunidense no imediato pós-guerra (que será examinada em detalhes na parte final e conclusiva desse trabalho) pode ser considerada, entre 1945 e 1970, como benéfica para o mundo ocidental. Nesse período, a economia mundial - ou parte substancial dela - conheceu dinamismo e crescimento, ainda segundo o autor (avaliação que coincide com a maior parte dos estudiosos ou analistas desse período) graças à tal hegemonia. O capital conheceu então grande expansão; surgiu um grupo de poder quase global, com forte coesão interna, e ocorreu também, sob a égide ou liderança dos EUA, notável crescimento capitalista em zonas ou países que experimentaram o processo de descolonização ou o de desenvolvimento (como foi o caso de vários países da América Latina).

Entretanto, essa onda de crescimento capitalista sob a hegemonia dos EUA, que o autor caracteriza como a "segunda etapa de expansão do regime político da burguesia", não foi isento de contradições, as quais geraram várias consequências que, no conjunto, suscitaram o aparecimento de séria crise na posição hegemônica do país. O autor identifica quatro contradições principais. A primeira dessas contradições aponta para um grave problema interno, de natureza social: a expansão e radicalização do racismo, que

contrastava fortemente com a postura ideológica então defendida pelo país externamente, que propalava em todas as regiões do globo a necessidade de observar e respeitar as regras que regiam e garantiam os Direitos Humanos. Ou seja, o universalismo de sua postura e atuação no plano externo era negado pela própria sociedade norte-americana. A segunda contradição fundamental decorria do fato de o país, por sua condição hegemônica e por sua postura internacionalista, adotar uma política econômica voltada para o mercado mundial - ou do mundo capitalista - que não deveria conhecer restrições e fechamentos. Ou seja, uma economia aberta, praticada e estimulada por ele, acabou por criar condições favoráveis ao aparecimento de países que pudessem disputar esse mercado com os EUA, como é o caso do Japão e Alemanha. Não raras vezes, o país não teve condições de enfrentar a concorrência desses países em determinados segmentos ou setores de atividade.

A terceira contradição apresenta uma natureza explosiva. Ela diz respeito à posição e papel dos Estados Unidos em período de grande transformação mundial, no qual muitos países deixaram de ser colonizados por meio de intensa luta de libertação, muitas vezes de caráter popular. Muitas dessas lutas, que comportavam também resistências contra ditaduras ferrenhas ou contra governos autoritários de toda sorte, foram inclusive estimuladas por ele, o que o tornava um patrono mundial da expansão da democracia. Entretanto, após a revolução cubana, ocorrida em 1959, o país parece ter mudado sua postura, pois rapidamente passou "de patrono da democracia e dos movimentos de libertação nacional a opressor de todo movimento democrático ou popular". Não hesita, inclusive, em promover ações armadas contra governos democráticos ou legalmente instituídas, como ocorreu em elevado número de países da América Latina, chegando

posteriormente a apoiar e a sustentar as ditaduras militares neles instaladas. Harvey extrai desses episódios a conclusão de que o país adquiriu nessa época uma feição verdadeiramente imperial, ainda que negasse ou rejeitasse a ocupação dos territórios estrangeiros e usasse uma retórica universalista adequada a ocultar seus envolvimento e interesses nessas áreas. A postura imperial, nesse caso, reside na adoção e uso de uma retórica que propaga e afirma certos valores tidos como universais, com a pretensão de convencer a todos que a ação estadunidense sempre está, em todos os casos, destinada a defender e afirmar tais valores universais.

A quarta contradição não era menos explosiva do que a anterior. O envolvimento militar dos EUA, ainda que indiretamente, nas ações armadas que conduziram a mudanças de governos legítimos em vários países do mundo capitalista ou em sua órbita de influência, no contexto da Guerra Fria, acabou por desenvolver desmedidamente -segundo Harvey - o complexo industrial-militar. Para o autor, esse desenvolvimento de tal complexo acarretou o aparecimento de alguns aspectos profundamente perturbadores na vida do país e no cenário mundial: ele ameaçou pairar sobre a vida política, atrofiando-a em todos os lugares, pois parecia promover uma tendência para a militarização do cenário mundial. Os conflitos deixaram de ser discutidos e resolvidos por diplomatas ou políticos para serem resolvidos por militares, que sempre falam uma linguagem ameaçadora. Além disso, o desenvolvimento desse poderoso complexo acabou por promover uma inversão de seu papel: de meio ou objeto para resolver ou estimular conflitos, sempre atuando nesses casos em função dos interesses nacionais, ele em pouco tempo se tornou sujeito desse processo, deixando de ser um simples meio. Ele tornou-se, para falar weberianamente, "um fim em si mesmo". Dessa maneira, visando seus próprios interesses, o complexo passou a incentivar a multiplicação ou expansão de

ações armadas. Por esse motivo, recorreu a uma série de procedimentos que facilitassem ou criassem condições para ele se expandir ainda mais: Harvey aponta, entre elas, o uso exagerado de ameaças e a manipulação de crises de todo tipo e em todas as regiões, sempre visando implantar uma economia de guerra permanente, que é de fato a única a atender plenamente seus interesses expansionistas. O complexo industrial-militar exigia a continuidade e a expansão permanente da produção de todo tipo de armas e de equipamentos militares, assim como a venda desses produtos. A consequência mais visível de sua expansão nessa época, segundo ainda o autor, residiria na formidável expansão da concentração do capital.⁵²

Essas quatro contradições fundamentais experimentadas pelos Estados Unidos da América não deixou de ter graves consequências. A principal delas aponta para o fim do ciclo verdadeiramente expansionista do poderio econômico do país, ocorrido durante a década de 1970. Outra consequência não menos importante foi a abrangência excessiva do império norte-americano. Porém, a mais contundente delas aponta para uma alteração no poder e na condição do país em função da adoção do estado de guerra permanente. Harvey questiona se a economia de guerra dinamiza a economia, salientando "que os gastos militares fornecem canais de curto prazo para o capital excedente", acrescentando porém que "pouco contribuem para o alívio de longo prazo das contradições internas da acumulação do capital" (pag.56-7). Nessa direção, sustenta ainda que a guerra permanente gera crise fiscal,

⁵² O historiador norte-americano e diretor do Centro Nacional de Economia Alternativa, em Washington, Gar Alperovitz, afirma: "A Guerra Fria (...) não teria sido imaginável sem armas nucleares. Não só no aspecto da corrida armamentista, mas também das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Estas relações seriam radicalmente diferentes se não tivesse havido a bomba atômica. Por isso, acredito que, se não houvesse armas nucleares naquele momento, não daria para entender o porquê da corrida armamentista durante a Guerra Fria, nem seus aspectos políticos, geopolíticos e estratégicos na Europa." Ou seja, vincula diretamente a posse de armas nucleares com o dinamismo do complexo industrial-militar. Fonte: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,305913,00.html>

requer emissão constante de moeda e, desse modo, estimula o aparecimento de processos inflacionários. O conjunto desses fatos, ainda segundo o autor em questão, acaba por fim a levar ao "colapso das estruturas internacionais fixas que eram a base do super imperialismo dos Estados Unidos depois de 1945". (Harvey, 2004, pag. 57)

Na década de 70, porém, os EUA experimentam um abalo considerável em sua hegemonia no mundo ocidental, em parte porque perdem as enormes vantagens de que desfrutaram no pós-guerra. A crise do petróleo, os gastos desmesurados com a Guerra do Vietnam, a emergência no cenário econômico de novos concorrentes, que afinal tinham logrado a façanha de recuperar suas infra-estruturas produtivas, contribuíram decididamente para esse abalo. Além disso, segundo Harvey - que se apóia nessa análise na concepção elaborada por G. Arrighi - o país passou a transferir o grosso de sua atividade econômica para aquilo que Arrighi chama de "financeirização da economia", abandonando ou transferindo para outras regiões a produção industrial. A consequência disso, ainda segundo o autor, é uma forte desindustrialização do país (conforme já foi acima mencionado), o que gera crise no nível de emprego e contenção dos salários. Esse processo não deixa de criar uma característica econômica muito peculiar, já que, no plano externo, ele se torna rentista, enquanto que internamente desenvolve-se a passos largos uma economia voltada para a oferta do setor de serviços.

A financeirização da economia só ocorre porque encontra no aparecimento das novas tecnologias resultantes do que se convencionou chamar de Terceira Revolução Industrial - a revolução da microeletrônica - a condição material necessária para sustentá-la. Evidentemente, se por um lado os EUA conquistam uma posição de destaque, em consonância com sua condição de país hegemônico, no campo da produção e disseminação global dessa

tecnologia - embora tendo de enfrentar concorrentes poderosos como o Japão - por outro lado, com a desindustrialização interna, conhece uma inusitada dependência de outros países a fim de poder atender a demanda interna, sempre vertiginosa. Essa dependência em relação aos novos pólos industriais mundiais não deixa de afetar significativamente a economia norte-americana, já que provoca crescente - e quase incontrolável - desequilíbrio na balança comercial, que, por sua vez, cria o solo propício para o país se tornar rapidamente um "devedor de larga escala". Harvey não deixa de anotar um aspecto irônico nessa alteração da condição econômica do país: se, por longo período, o ritmo veloz do consumo interno foi fundamental para o sucesso da sua economia, no período da financeirização o consumo se torna uma das molas propulsoras de seu endividamento.

O processo de financeirização da economia, que Arrighi interpreta como o auge de um ciclo hegemônico, é ao mesmo tempo o início da sua ruína, como já foi também assinalado. Desse modo, é possível afirmar que tal processo ajudou a superar a crise dos anos 70 para consolidar a hegemonia neoliberal do país a partir da década de 1980 e especialmente na década de 1990. A economia conheceu então um período assentado na criação de um novo sistema financeiro desmaterializado, ou seja, que aboliu o lastro da moeda e se relacionou intimamente com as novas tecnologias, originando assim a chamada "economia virtual". Esse processo, porém, já no início do novo século, conheceu suficientes episódios que o conduziram novamente a uma situação de crise, cuja expressão mais visível seria dada tanto pela " percepção de que o capital fictício ou virtual seria irresgatável" quanto pelo eclosão das chamadas "bolhas especulativas ", principalmente no setor imobiliário, que desencadeariam posteriormente a formidável crise de 2008. É possível agora perceber os vários fatores que contribuíram para o navio-Estado tomar o rumo dos

rochedos, evocado na imagem inicial do livro de Harvey e também no começo dessa análise. Que cenário se descortinaria para o país no novo século? Quais seriam as alternativas concretas? Como ele reagiu a essa situação? Essas são agora as questões que o autor deve esclarecer.

O cenário experimentado pelo país no novo século não é animador. A rápida deterioração da balança de pagamentos parece ter gerado certo - mas plenamente identificável - descontrole da economia. O país se tornou vulnerável e, conseqüentemente, instável, o que é percebido pelos países abastecedores do mercado norte-americano como um risco para todos e, no limite, para o capitalismo global, de modo que o desafio dos EUA seria o de proceder a um ajuste profundo de sua economia a fim de se afastar do "rochedo". A gravidade da situação exigiria rápida adaptação às novas condições, que inclui o reconhecimento de que uma nova ordem internacional estaria sendo gestada.

Contudo, o país não procedeu desse modo. Ao invés disso, reagiu a essas adversidades com a adoção de uma radicalização de sua postura beligerante, acreditando que esse seria o caminho para manter a hegemonia mundial. O governo Bush anunciou muito bem essa disposição com o anúncio da "guerra preventiva" e do "direito de agir militarmente de modo unilateral", sem nem mesmo contar como respaldo do Conselho de Segurança da ONU. Essa disposição, como todos sabem, foi posta em prática com a guerra ao terrorismo e com a guerra contra o Iraque.⁵³ No entanto, cabe indagar pelas razões que, num contexto de descontrole da economia, levaram os Estados

⁵³ Segundo o jornal americano "New York Times", a operação militar norte-americana no Iraque, que exige a mobilização de helicópteros, tanques, combustível, salários para soldados, salários para reservistas e terceirizados, custos de reconstrução do Iraque custa cerca de US\$ 300 milhões [R\$ 511,8 milhões] por dia. O valor significa cerca de US\$ 2 bilhões [R\$ 3,4 bilhões] por semana e até US\$ 700 bilhões [R\$ 1,2 trilhão] em gastos diretos durante toda a guerra.

Unidos a deflagrar a guerra contra esse país, o que equivale a perguntar "quais são seus objetivos fundamentais nessa empreitada?"

A interpretação fornecida por Harvey é bastante interessante. Seus argumentos podem assim serem resumidos: desde os anos 90, com a formulação da doutrina consubstanciada no "*Projeto para um novo século americano*", elaborado por Dick Cheney e Paul Wolfowitz, os EUA já planejavam invadir o Iraque. Esse projeto, aliás, é interpretado por Harvey como sendo

[...] o plano se destina a levar os EUA a governar o mundo. O tema declarado é o unilateralismo, mas é em última análise um roteiro de dominação. Ele conclama o país a manter sua superioridade militar irresistível e a evitar que surjam novos rivais capazes de se opor a ele no cenário mundial. Conclama a dominar tanto amigos como inimigos. Não diz que os EUA tem de ser mais poderosos, ou os mais poderosos, mas que devem ser absolutamente poderosos. (citado por Harvey, 2005, p. 71).

O pretexto e a ocasião propícia para invadir o Iraque, porém, só surgiu com o atentado às Torres Gêmeas. Ainda segundo o autor, a ocasião para tanto parecia quase impossível de se oferecer ou concretizar: o próprio projeto acima referido sustentava que "é preciso um evento catalisador e catastrófico, um novo Pearl Harbor para tornar essa guerra aceitável". Mesmo após esse "novo Pearl Harbor" não foi fácil criar as condições para a eclosão da guerra: isso, em larga medida, dependeu de um conjunto de ações e de manobras - dentre as quais não são menos importantes a divulgação de informações falsas e o controle da imprensa - que possibilitaram a criação de um elo, sabidamente inexistente, entre o governo de Sadan Hussein e o grupo terrorista Al Qaeda, o qual por fim

serviu como fator de convencimento para a população e como justificativa para a ação militar no cenário internacional.

Entretanto, se isso explica a criação das condições da eclosão da guerra, não explica seus motivos mais profundos, os quais Harvey encontrará ancorados em dois planos distintos: no plano interno, a guerra, que sempre exige mobilização total do país, poderia servir para criar coesão interna e sobretudo condições de governabilidade favoráveis à administração Bush, já que a sociedade estadunidense parecia então "estar se fragmentando e perdendo a coesão, com espantosa rapidez" e no processo de "reverter ... ao caos sem meta e sem sentido dos interesses privados". Afinal, o panorama interno dessa sociedade no começo do novo século não era nada animadora, já que tomado pelo desemprego, por falências, contando com fundos de pensão em franco empobrecimento, déficits estatais crescendo vertiginosamente, além de ter de acatar a queda avassaladora do saldo da balança comercial, que ia então "de mal a pior". Esse panorama era ainda agravado pela discussão em torno da própria legitimidade do presidente, cuja posse era questionada por vários setores sociais.

No plano externo, a guerra ao Iraque parecia oferecer a condição propícia para o país, inspirado pela doutrina Cheney-Wolfowitz, fortalecer "o rumo do navio-Estado em direção ao rochedo", ou seja, cuidar de conquistar seu mais caro objetivo estratégico: endividado e ciente de sua nova debilidade, assegurar a posse de recursos naturais vistos como fundamentais para a manutenção da hegemonia do país - como o petróleo - por meio do uso de seu poder militar e da conquista e ocupação, ainda que indireta ou encoberta, de territórios.

Nestas circunstâncias, a deflagração da guerra só pode ser explicada como uma forma de solucionar, no plano interno, a falta de governabilidade. A guerra reforça o Estado Beligerante, permite o esmagamento ou o controle intenso da oposição - o que são características essenciais da Sociedade Unidimensional, segundo a configuração que dela faz Herbert Marcuse. Ela também aumenta a coesão interna e fortalece o sentimento patriótico, já que implica a identificação do inimigo externo, supostamente capaz de se infiltrar e agir no plano interno, o qual deve ser combatido em todos os campos. Tal fato também reforça a política paranóica, baseada na produção incessante do pânico - como já havia ocorrido na era da Guerra Fria. Tal sentimento de perseguição ou de se estar permanentemente acossado ou encurralado gera um comportamento agressivo, que implica ainda em desconfiar de todos, principalmente dos estrangeiros e dos países tidos como exóticos ou desconhecidos. Gera, portanto, uma lógica segregacionista.

A conquista da governabilidade, acentua D. Harvey com base em concepção originalmente formulada por Hanna Arendt, é muito difícil de ser assegurada em países - como os EUA - regidos por uma lógica de busca de poder, ou seja, pela constante necessidade de intensificar e acumular poder, que costuma desembocar em uma perspectiva imperial e guerreira, à moda do Estado Beligerante. Essa lógica, no plano interno, gera instabilidade política e afeta a vida democrática; no plano externo, conduz às ações militarmente agressivas e unilaterais, transgressoras das leis. Essa lógica empurra o país para a Guerra do Iraque a fim de poder, por meio dela - apoiado em seu poderio militar - conquistar e se apropriar de boa parte dos estoques mundiais de petróleo, que estariam no território iraquiano. Esse estoque é valorizado e cobiçado "porque é o único em todo o mundo que, segundo estimativas, deve durar pelos próximos 50

anos." O objetivo estratégico dos EUA torna-se aqui transparente: ele deseja "controlar o acesso à torneira mundial do petróleo" a fim de se impor aos países concorrentes dependentes do abastecimento externo do petróleo, como é o caso da China, da França e mesmo do Japão, entre outros.

Entretanto, se essa é uma opção resultante da mencionada lógica de acumulação e expansão do poder, é também uma forma de dar continuidade às exigências do que é aqui denominado de Estado Beligerante. De qualquer modo, ela parece confirmar a rota escolhida pelo "navio-Estado", que agora o conduz perigosamente em direção aos rochedos, que já sequer estão distantes. Haverá ainda tempo hábil para alterar essa rota e evitar o desastre? Talvez ainda reste uma oportunidade de fazer isso, acredita Harvey. Todavia, isso não é fácil, especialmente nas circunstâncias atuais. As opções do país, ditadas pela lógica do Estado Beligerante, são enormemente dispendiosas e agravam sua situação econômica. A hora da alteração de rumo talvez tenha passado. Entretanto, essa correção deverá ser efetuada: a questão é saber quando isso ocorrerá e a que preço.

III-6

A nova Roma

Ainda relacionada com essa tendência, mas enfocando diretamente tanto o desenvolvimento daquilo que este trabalho denomina de Estado Beligerante quanto o Complexo Industrial-Militar e apresentando uma espécie de análise que poderia ser considerada como herdeira daquela elaborada por F. J. Cook - analisada na primeira parte desse trabalho - destaca-se a importantíssima obra de Chalmers Johnson, que escreveu, em 1990, *Blowback* e, em 2004, *As*

ameaças do Império: militarismo, secretismo e el fim da República. Segundo o autor

, "El presente libro, *Las amenazas del Imperio*, representa una continuación de *Blowback*. Allí sostenía que el gobierno estadounidense todavía actuaba, en gran medida, como lo había hecho durante la Guerra Fría, y subrayaba la posibilidad de que estallara un conflicto en el este asiático. Sin embargo, no me centre en el extensión del militarismo, ni en el inmenso imperio de bases militares que havia surgido casi sin ser detectado y que en la actualidad constituye un hecho geopolítico" (Johnson, 2004, p. 19)

para acrescentar que:

"el tema del libro de 2004 é o militarismo estadounidense y su presencia física en el mundo", el crecimiento de los "fuerzas especiales"- y el secretismo que permite a organismos cada vez mas militarizados y herméticos existir y desarrollarse" (Ídem, p. 20).

A obra inicial desse autor analisa, de modo crítico e sem condescendência a qualquer tipo de antiamericanismo, a ação e o comportamento político dos EUA em uma região - o leste asiático - a fim de demonstrar não haver neles qualquer ruptura em relação ao "modus operandi" do país durante a Guerra Fria. Tal análise, que de certo modo funciona muito adequadamente como uma resposta à questão inicialmente formulada nesse ensaio, desemboca, no livro seguinte, no exame implacável da construção, longamente gestada pelo país desde o final do século XIX - mas acentuada

após o final do referido conflito e, de modo espetacular, principalmente após 2001 - de uma nova postura imperial.

Segundo o autor, esse caráter imperialista é de tal ordem e magnitude que só pode ser entendido adequadamente se referido ao Império Romano. Esta tese, como se pode notar, inscreve-se entre as que sustentam ser esse país imperialista, mas radicalizando-a ao reconhecer que constitui a "nova Roma". Além disso, essa tese está relacionada na obra a outra: para ser a Nova Roma, é necessário não só minar a estrutura política republicana e democrática, mas também militarizar as principais atividades e setores do Estado, de modo a transformá-lo em um Estado Beligerante, para usar o conceito adotado - e justificado - nesse trabalho.

O autor justifica tal tese apoiando-se inicialmente na história política do país que, desde o final do século XIX - com a concepção que afirmava ser a América Latina sua área de influência - é interpretada como voltada à construção de uma postura imperial. Esta construção conheceria no século XX um momento decisivo: a guerra contra a Espanha, cujo saldo foi a instalação de bases militares em vários países da América Central. O reforço decisivo na construção do imperialismo viria com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), já que, por sair dela vitorioso, reconhecido como o mais rico e poderoso, pode se autoproclamar como o sucessor legítimo do Império Britânico. Com a Guerra Fria, justificada como necessária para a contenção do ímpeto expansionista tanto da URSS quanto dos ideais socialistas ou comunistas, o país teria enfim encontrado a ocasião para abandonar um imperialismo "soft", "light" ou "virtual" para assumir um imperialismo efetivo, "duro", por meio da proliferação, nas mais diversas regiões, de bases militares.

Essa concepção é inovadora por interpretar como atitude expansionista e imperialista a construção de bases militares. Entretanto, a

interpretação exige o exame de duas outras questões, a saber: porque os EUA não eram então considerados, inclusive por sua própria população, como imperialista? E o que são efetivamente as bases militares e para que servem? Johnson defende a tese de que o processo de construção do caráter imperialista não foi percebido pela população e que, ao mesmo tempo, os ideólogos do período souberam produzir uma imagem positiva e justificadora da ação e do comportamento imperial, já que divulgava a visão de que tudo o que o país fazia era ditado pela necessidade de reagir ao "bloco do mal", isto é, a URSS. Os EUA se apresentavam na dimensão ideológica do conflito como um "imperialismo do bem", conduzido a esta situação pelos outros países, que o estimulavam a liderar e a defender o chamado "mundo livre". Obviamente, essa visão serviu para de fato encobrir o crescimento do império e, conseqüentemente, da expansão do poderio militar. O autor parece aqui retomar e dar continuidade à análise empreendida por Cook, inclusive demonstrando que o tema da luta dos países "do bem" contra os "países do mal" não é recente na história política estadunidense: o termo "eixo do mal", posto em voga pela administração Bush, seria apenas a versão mais recente desse tema.

Após o final da Guerra Fria, argumenta o autor, o caráter imperialista do país conheceu desmedido crescimento, pois os ideólogos do período perceberam que a autodissolução do mundo soviético criaria as condições próprias para o país se fortalecer como potência imperial; no entanto, mesmo nessa época, relutaram falar em "imperialismo". Ao contrário, preferiram usar o conceito de "superpotência" - que não deixa de ser intimidador - e a afirmar que o país e o mundo mudaram radicalmente apenas após o atentado do 11 de setembro de 2001. Johnson, porém, recusa tal visão demonstrando a natureza ideológica dela, já que serviu tão bem para justificar

as atitudes beligerantes adotadas freneticamente pelo governo Bush. Essa ideologia teria inclusive afetado obras que se pretendem críticas, como a de Benjamin Barber (já mencionada), *O império do medo: guerra, terrorismo e democracia*.

A los estadounidenses les gusta decir que el mundo cambió a consecuencia de los ataques terroristas de 11 de setiembre contra las torres gemás y el Pentágono. Seria mas exacto afirmar que los atentados generaran un peligroso cambio en la forma de pensar de algunos de nuestros líderes, que empezaran a considerar nuestra republica como un auténtico imperio e una nueva Roma, el mayor coloso de la historia, no atado ya por leis internacionales, las preocupaciones de sus aliados o algún tipo de restricción respecto al uso de su poderío militar" (Johnson,2004, p.10).

Nesse ponto, a tese defendida por C. Johnson é bem clara: o país de fato acabou por enfraquecer consideravelmente a república e sua estrutura democrática - que já vinham sendo minguadas durante o transcorrer do século XX - para adquirir por fim a feição indiscutivelmente imperial após essa data, ou seja, 2001. Essa transformação ofereceu o motivo do livro: *"Este libro es un guia del império americano en el momento em que abiertamente empieza a extender sus alas"* (p. 10). Para o autor, o governo Bush, assim como o processo que o conduziu e o instalou no governo, representa a eclosão de um momento no qual se concretiza um risco potencialmente presente no país desde a época da Guerra Fria: a de que as decisões mais importantes e a vida política em geral fiquem dependentes dos militares ou de adeptos civis do militarismo, que professam soluções radicais e armadas para todo e qualquer conflito. F. J. Cook destacou que, apesar de tudo, ao menos até os anos 60 esse tipo político

tresloucado, adepto em geral da "solução final" e avesso a qualquer negociação política, não logrou ser alçado aos postos mais importantes de comandos. Em contrapartida, Johnson afirma que tal tipo de "maluco" enfim chegou ao poder, inicialmente de forma contida no Governo Reagan e de modo incontrolável na administração Bush, como se pode observar nessa mensagem do presidente:

Los estadounidenses hemos de estar preparados pra actuar de forma preventiva siempre que seja necessário para defender nuestra libertad e nuestra vida...En el mundo que nos hemos adentrado el único camino para la seguridad es la accion. Y este pais atuará (G.W.Bush, citado por Johnson, 2004, pag.12).

O império americano, concebido dessa maneira, é portanto associado a uma enorme expansão do poderio militar em uma época que, ao menos antes de 2001, tinha condições objetivas para diminuí-lo e até mesmo desmantelá-lo razoavelmente. Johnson, porém, realça que tal forma de império não se limita a fomentar o crescimento contínuo do poder militar mas, sobretudo, que também permite a militarização de organismos estatais, que se tornam cada vez mais herméticos e, assim, opacos às relações e às estruturas democráticas. Além disso, ele tece e constitui uma extensa "rede de interesses políticos e econômicos" que o vincula de "muitas formas distintas às mais diferentes empresas, universidades e comunidades americanas" (p. 11), chegando por fim a "modificar a sociedade", ou antes, sua forma de organização política. Para exemplificar, o autor demonstra como "o Departamento de Defesa começou a eclipsar o Departamento de Estado e a ocupar sua posição como principal organismo no planejamento e gestão da política exterior" (p. 12). Essa visão, se por um lado corrobora a percepção original elaborada por F. J. Cook, que já destacava como sintoma da construção do que é aqui chamado de Estado

Beligerante a militarização da política exterior estadunidense, conduzida pelo Departamento de Defesa em detrimento do Departamento de Estado, verificada durante o desenvolvimento da Guerra Fria, por outro lado contraria tal percepção ao localizar esse acontecimento em uma temporalidade diversa, posterior a esse conflito.

Outra face do imperialismo dos EUA é formada, ainda segundo esse autor, pelo espantoso número de bases estadunidenses no exterior, que abrigam um contingente operacional e militar em torno de 500 mil pessoas. Até o final da Guerra Fria, diz ele ainda, "o país possui 725 bases conhecidas em várias regiões do mundo"; porém, de forma surpreendente mas sintomática, esse número, ao invés de diminuir após o fim dela, aumentou incessantemente. É também de se notar que muitas destas bases são secretas, não tendo existência oficial conhecida. Sua expansão quase indiscriminada conduz o autor a indagar quais seriam atualmente suas funções reais: ele sugere que, entre outras, elas significam o poder dos EUA, servindo para intimidar e desestimular seus opositores, servindo também para abrigar e manter confortavelmente o pessoal empregado pelo Departamento de Defesa no exterior, normalmente exercendo atividades destinadas a pressionar autoridades do país em que estão localizadas a fim de viabilizar o conjunto de negócios e de interesses norte-americanos na região.

Entretanto, se o autor reserva um capítulo do referido livro para examinar detalhadamente essa questão, é porque aponta outra função dessas bases: elas serviriam para apoiar ações desestabilizadoras ou ilegais, patrocinadas pelos EUA. Nessa direção, Johnson analisa tanto as ações organizadas e empreendidas pela CIA quanto o declínio posterior dessa agência, verificado no governo Bush:

“Parte essencial do crescimento do militarismo en Estados Unidos, la CIA há evolucionado até convertirse em el ejército privado del Presidente, quien a emplea en proyectos secretos que el ... desea ver realizados...” (Johnson, p. 18).

A participação da CIA e das Forças Especiais em ações ilegais levadas a cabo em territórios estrangeiros situados em diversas regiões é em si mesmo um fato gravíssimo, que coloca os Estados Unidos como nação potencialmente desestabilizadora das lógicas políticas nacionais e mesmo das relações internacionais. Mas é também um sintoma do grau de coesão e de poder do Estado Beligerante, já que tal fato demonstra a diferença entre a atribuição legal de seus organismos e a função real que desempenham, normalmente inscritas na ilegalidade. Estes organismos são aparentemente destinados à análise de informações, mas de fato servem para planejar e executar ações ilegais. Isto, sem dúvida, incentiva o crescimento regional e mesmo mundial de desconfiança e de temor contra os Estados Unidos, não raro criando o solo adequado para o crescimento daquilo que o autor denominou de “efeito bomerang” das ações políticas estadunidenses no exterior. Esclarecidos esses fatos, não é surpreendente constatar que “os organismos de inteligência gastam mais que a soma dos Produtos Nacionais Brutos da Coréia do Norte, Irã, Líbia e Iraque”. (idem, p. 20). A análise de C.. Johnson aponta conclusivamente que

Como resulta inevitable que el militarismo, la arrogancia del poder y los eufemismos necesario para justificar el imperio entren en conflicto con la estructura democrática del gobierno de Estados Unidos y distorcionem su cultura e sus valores fundamentales, temo que los americanos estamos perdiendo nuestro país. (JOHNSON, p. 19-20).

Esta visão aponta, por um lado, que a transformação da ação e do comportamento político do país, associada à configuração do Estado Beligerante, redundará em uma destruição do seu caráter democrático e republicano, penosamente construídos durante a época em que sua história política se apoiava no isolacionismo. Por outro, indica que tal fato pode implicar a destruição da hegemonia global dos EUA: "[...] y no está escrito em ninguna parte que Estados Unidos, em su modalidad de império mundial, deva durar para siempre." (JOHNSON, p. 21).

Em outros termos, sua análise aponta tanto para o que, com certa imprecisão, poderia ser denominado de "des-democratização" quanto para a problemática do declínio: se esta última parece emergir de boa parte da bibliografia recente sobre o país, o fenômeno da des-democratização, embora sugerido por Cook, somente desponta muito recentemente na bibliografia crítica especializada (o termo "des-democratização" foi utilizado por Rolf Uessler no livro *A guerra como negócio - como as empresas militares privadas destroem a democracia* (2006), que analisa as tendências ilegais da economia mundial). Por fim, convém salientar ainda que Johnson considera que

...] el crecimiento del militarismo y del secretismo oficial es probablemente un fenómeno irreversible, como tambien pienso que es irreversible el abandono de la creencia de que el justo respuesta ao juicio de la humanidad [...] compromete a Estados Unidos. (JOHNSON, 2004, p. 19).

Outros livros que merecem destaque nesse tipo de produção bibliográfica são *O império incoerente; Os Estados Unidos na nova ordem*

internacional, de autoria de Michael Mann e *Depois do império: a decomposição do sistema americano*, de autoria do demógrafo francês Emmanuel Todd, que embora aparente não ter o mesmo fôlego analítico da obra de C. Johnson, não deixa de ser bastante interessante, seja por focar diretamente a militarização da política externa estadunidense, contribuindo para o melhor esclarecimento de sua natureza (assim como para a do próprio Estado Beligerante), seja pela argumentação original a respeito da postura política atual do país.

Em *Depois do Império: a decomposição do sistema americano* o autor sustenta, já nas primeiras páginas, que os Estados Unidos se tornaram hoje um significativo fator de desequilíbrio mundial - aspecto, como se pode notar, já destacado por outros autores. Sustenta também que passou a essa condição logo após o fim da Guerra Fria (1991), mais precisamente, durante os primeiros anos da década de 1990 devido tanto às dificuldades que, geradas pela globalização, foi forçado a enfrentar quanto ao projeto de dar continuidade ao Estado Beligerante - nos termos do autor, "poderio militar" - por meio da tentativa de constituir um novo inimigo externo, cuja imagem e poder pudesse justificar a constante expansão de suas forças armadas e, conseqüentemente, de seu poder militar. Esta tentativa, no entanto, fracassou, já que o país escolhido para representar esse papel perante a população norte-americana e a opinião pública mundial - a China - soube esquivar-se habilmente da tentativa. O fracasso da empreitada determinou a adoção, ainda segundo E. Todd, de um comportamento militar ostensivo e francamente agressivo: a fim de superdimensionar os efeitos dessa postura, preferiu adotar o que o autor denomina de "estratégia do louco", ou seja, atitudes imprevisíveis e suficientemente cambiantes, capazes de suscitar em seus eventuais oponentes uma real

intimidação, dada a imprevisibilidade da ação. Além disso, também parece ter optado por não tomar nenhuma atitude capaz de solucionar os conflitos regionais a fim de, com a manutenção da tensão, poder administrá-la e mantê-la na voltagem que lhe interessasse com vistas a uma maior efetividade na conquista dos objetivos almejados. Esse comportamento, que marcou os anos finais do século passado, não foi abandonado após 2001: ao contrário, ele foi intensificado em alto grau, especialmente após a definição do inimigo - o terrorismo internacional - ocorrido imediatamente após o ataque de 11 de setembro às Torres Gêmeas e, muito possivelmente, à sede do Pentágono. A escolha desse inimigo, que cria a ocasião para institucionalizar o combate a ele, salienta ainda o autor, institucionaliza também um "estado de guerra permanente" - o que não seria outra coisa que a radicalização do que esse trabalho chama de Estado Beligerante.

Após a configuração desse papel político-militar dos EUA no cenário internacional, que justifica a percepção do país pelos demais como nação desestabilizadora e ameaçadora, Todd formula a pergunta fundamental que norteará sua análise: porque os Estados Unidos agem desse modo? Por que razão afinal se tornaram uma nação reconhecida como desestabilizadora das relações internacionais? A resposta não é oferecida diretamente; pois ele prefere oferecer antes a indicação do problema a ser enfrentado e do caminho que a análise deve obedecer:

[para] entender o mistério da política externa americana [...] a solução deve ser buscada na esfera da fraqueza e não do poderio. Uma trajetória estratégica errática e agressiva, em suma, 'o passo do bêbado da superpotência solitária', só pode ser explicada satisfatoriamente pelo desnudamento das contradições

não resolvidas ou insolúveis, e dos sentimentos de incapacidade e medo daí decorrentes. (TODD, 2003, p. 16).

Ou seja, de modo original, E. Todd desloca os elementos explicativos mais usuais encontrados na bibliografia especializada para aspectos ainda não contemplados ou pouco explorados por ela: a saber, a fraqueza do país e os "sentimentos de incapacidade e de medo" a ela associados. Resta, porém, desvendar o sentido destes aspectos.

A fim de fornecer os elementos básicos de uma possível primeira explicação, o autor procura analisar e aproximar a obra de dois autores importantes - Francis Fukuyama e B. Brzezinsky - que buscaram, em certo contexto intelectual e político, não só interpretar os impasses e dificuldades apresentados pela inserção internacional do país, como sobretudo fornecer as diretrizes de sua política externa. Brzezinsky é tido por Todd como o estrategista que entendeu em profundidade a situação dos EUA e das forças ou fatos que o ameaçavam. Salienta que para entender seu pensamento é preciso "[...] tomar consciência do extraordinário isolamento geográfico dos Estados Unidos: o centro político do mundo na realidade está distante do mundo." (TODD, 2003, p. 18) acrescentando ainda que

"[...] sua representação de uma população e de uma economia mundiais concentradas na Eurásia, reunificada pelo desmoronamento do comunismo e esquecendo os Estados Unidos, é uma intuição fulgurante da verdadeira ameaça que paira sobre o sistema americano." (TODD, 2003, p. 18).

Ou seja, Todd encontra na análise empreendida por esse destacado representante do "establishment" estadunidense a identificação de um dos fatos

mais cruciais para a determinação da condição objetiva desse país da América do Norte: o isolamento geográfico é concebido, no mesmo movimento, tanto como problema a ser enfrentado ou superado quanto como uma das fontes dos "sentimentos de medo e de incapacidade".

Outro autor valorizado nesse momento da análise empreendida pelo demógrafo francês é F. Fukuyama, sem dúvida também integrante do "establishment" intelectual norte-americano. Embora reconhecendo ter esse autor baseado a análise em uma versão da concepção hegeliana "amaciada pelos estúdios Disney", a qual confere equivocadamente excessiva ênfase à dimensão econômica - o que não deixa de causar algum espanto - Todd valoriza sua análise da universalização da democracia liberal, apresentada como o "fim da história". Afinal, se isso se tornasse efetivamente uma realização histórica, ocorreria uma formidável multiplicação das democracias liberais por todo o globo, o que, por sua vez, teria algum impacto nas democracias há muito estabelecidas, já que elas perderiam essa diferença essencial, isto é, a de se apresentarem - e de serem consideradas pelos outros países - como uma das antigas democracias. Extinto o motivo da diferença, reduzida à igualdade em relação aos demais países, estas democracias historicamente consolidadas - nos Estados Unidos, na França, no Reino Unido - não passariam, como destaca o autor, de uma democracia entre outras.

Quais as conseqüências da disseminação da democracia por todo o mundo? Para o autor, esse fato acarretaria a possibilidade da pacificação mundial. A fim de sustentar essa afirmação, Todd evoca a apropriação da conhecida formulação de Michael Doyle, efetuada pela obra do autor nipo-americano. Segundo essa formulação, dois países organizados politicamente de modo similar, com estruturas políticas democráticas, não teriam motivo algum par

resolverem suas eventuais diferenças por meio do uso da força - em outras palavras, para realizarem a guerra. A esse respeito, conclui Todd:

Que a guerra seja impossível entre democracias é algo que se comprova pelo exame da história concreta, demonstrando que se as democracias não escapam à guerra com sistemas adversos, nunca combatem entre si: a democracia liberal moderna tende para a paz em todas as circunstâncias. (TODD, 2003, p. 20).

A consequência desse fenômeno em um mundo politicamente organizado de modo democrático afetaria enormemente os Estados Unidos. Por que? Ora, diz Todd:

Pelo jogo da história, sua especialização planetária veio a tornar-se a defesa de um princípio democrático sob ameaça [...] A Segunda Guerra Mundial e logo a Guerra Fria [...] institucionalizaram esta função histórica da América. Mas se a democracia triunfa por toda parte, chegamos a este paradoxo terminal pelo qual os Estados Unidos se tornam, como potência militar, inúteis para o mundo. (TODD, 2003, p. 21).

Em outros termos: o autor tenta extrair da análise das consequências da concepção de Fukuyama - caso ela de fato captasse o movimento da realidade histórico-política - a identificação de outra fonte dos "sentimentos de incapacidade e medo" que porventura angustia esse grande país. Nesse caso particular, o sentimento em questão, o medo e a insegurança, resultam da necessidade de o país ser obrigado a abdicar de seu antigo papel na geopolítica mundial e redefini-lo em um mundo que não necessita mais dele como potência militar. Claro: a pergunta conseqüente aqui é: como? Qual papel?

Potência militar inútil: a redefinição de seu papel e de sua inserção na nova configuração do cenário internacional não é, porém, fácil. Todd identifica o desafio e a angústia que isto gera; em seguida encontra duas respostas claras a ele: uma delas é a proclamação efetuada por Madeleine Albright; que diz "Os Estados Unidos é a nação indispensável" (citado por Todd, p. 22). A outra é a concepção estratégica proposta por B. Brzezinsky em 1997: "No fundo, Brzezinsky aceita a ameaça implícita do paradoxo de Fukuyama e propõe uma técnica diplomática e militar para manter o controle [...]." (TODD, 2003, p. 22). Como se pode notar, esta estratégia, mais militar do que diplomática, significa o recurso à força e ao poderio, não porém porque o país é de fato substancial e incontestavelmente forte e poderoso, mas porque reage a uma fraqueza fundamental, geradora do medo de se ver condenado à inutilidade e ao isolamento.

O medo e a angústia gerados pela possibilidade do isolamento - reforçado pelo fato de que até mesmo seu poderio militar se tornou internacionalmente inútil, deve agora, quase à maneira dos psicanalistas, constituir o foco da análise: afinal, porque os Estados Unidos tanto temem o isolamento, o qual cultivaram com certo zelo até Pearl Harbor?

A resposta, segundo o autor, só pode ser encontrada no exame metódico da história econômica do país a partir do início do século XX. Nesse momento histórico, afinal, sua economia atingiu tal dinamismo que o tornou auto-suficiente. Essa condição não se alterou após o fim da Segunda Guerra Mundial; ao contrário, o país saiu dela mais poderoso e auto-suficiente em termos econômicos: "Em 1945, o produto nacional bruto americano representava mais da metade do produto mundial bruto, e o efeito de dominação foi mecânico, imediato." (TODD, 2004, p. 24). A dominação implicou em liderança e logo, ao menos para boa parte do mundo ocidental, em hegemonia, aceita e reconhecida

por todos os países dessa porção do globo; constituindo assim um tipo de "hegemonia benéfica", que perdurou até o fim da Guerra Fria.

Entretanto, após o fim desse conflito, mesmo com o início do processo acelerado da globalização impulsionado pelo próprio EUA, o país passou a demonstrar certos problemas, dificuldades e impasses em sua economia, muitos dos quais foram gerados a partir da década de 1970. Nesse aspecto, como se pode observar, E. Todd não destoa de boa parte da bibliografia acadêmica dedicada a estudar a vida econômica desse país. Nessa perspectiva, enfatiza que

[...] o desmoronamento do comunismo acarretou uma drástica aceleração do estabelecimento da dependência. Entre 1990 e 2000, o déficit comercial americano passou de 100 para 450 bilhões de dólares. Para equilibrar suas contas externas, a América precisa de um fluxo de capitais externos de volume equivalente. Neste início do Terceiro Milênio os Estados Unidos não podem mais viver apenas da sua produção. No exato momento em que o mundo, em processo de estabilização educacional, demográfica e democrática, está a ponto de descobrir que pode dispensar a América, *a América dá-se conta de que não pode mais dispensar o mundo*. (TODD, 2003, p. 25, grifo no original).

Ou seja, o autor conclui que a situação objetiva dos Estados Unidos mudou significativamente nos últimos decênios, experimentando mesmo uma inusitada e espetacular inversão: se, no início do século passado, esse país era auto-suficiente em termos econômicos, no começo do século seguinte - ou antes, deste século - essa auto-suficiência se dissolveu, obrigando-o assim a reconhecer que passou a ser inteiramente dependente de muitos países, para não falar do resto do mundo. A questão decorrente desta situação é saber como o país reagiu - ou reage - a tal inversão. Segundo a análise do autor, a resposta é inequívoca:

defrontado com a condição de dependente da economia externa, o que o coloca em situação de fraqueza - segundo a visão dos estrategistas do país - ele opta por usar arbitrariamente o poder militar a fim de resolver os problemas estratégicos que poderiam retirá-lo dessa condição e garantir, se não sua hegemonia, ao menos sua auto-suficiência: ele mobiliza o poder militar para invadir e controlar as regiões que oferecem matérias-primas ou recursos naturais que possam garantir sua economia.

O país experimenta assim, de acordo com a análise do autor, duas grandes inversões históricas que explicam o caráter estranho e rude de suas relações atuais com o resto do mundo: a inversão causada pela multiplicação das democracias, no plano político, e a inversão econômica, que o torna dependente da economia mundial em vez dessa ser sua dependente, como ocorreu em quase todo o século XX.

Além disso, ainda segundo Todd, a democracia não é estática, mas dinâmica. Por essa razão, enquanto a democracia se espalha por mais e mais países, assentada na universalização da educação fundamental e média, os Estados Unidos - assim como a França e a Grã-Bretanha, embora em menores proporções - conhece um processo de decomposição e declínio da democracia graças à expansão socialmente contida do ensino superior, cujos membros tendem a pertencer à primeira classe social pós-democrática, a "overclass". A democracia, neste caso, acaba no fortalecimento da oligarquia, ainda segundo E. Todd. A consequência disso é um risco para todos e implica a desestabilização política internacional: uma sociedade oligárquica e pós-democrática, convivendo com países democráticos, torna-se arbitrário, violento e agressivo. A lei de M. Doyle não é mais aplicável nos EUA.

Significaria isso que os EUA estariam dispostos a gerar ou intensificar conflitos com os países democráticos, que são importantes atores na economia

global, como é o caso do Japão, dos países da comunidade européia ou ainda da Rússia, chegando inclusive a mobilizar contra algum deles seu poder militar? Para Todd, isso não seria possível. Ao contrário, com esses países os EUA seriam forçados a negociar e mesmo, muitas vezes, a ceder. Entretanto, embora o autor não afirme isso explicitamente, é claro que seu poder militar é constantemente evocado nessas negociações, pairando sempre como uma ameaça sinistra sobre elas. Além disso, se o país evita mobilizar seu poder militar diretamente contra essas nações, ao menos o usa indiretamente para efetuar a elas algumas provocações a fim de neutralizar suas eventuais reações quando decidir utilizar seu efetivo militar contra países ou regiões que são de interesse ou da órbita de influência de algumas delas. A concepção da "guerra preventiva" serve muito adequadamente a esse propósito: ela é a "intimidação preventiva permanente". Esse aspecto pode ajudar, segundo o raciocínio e a argumentação do autor, a esclarecer a natureza do comportamento militar dos EUA no cenário internacional: sua postura é da ordem da encenação, da representação teatral, constituindo por isso um tipo específico de "militarismo teatral", segundo E. Todd.

O que caracterizaria o "militarismo teatral" dos Estados Unidos? Segundo Todd, ele compreenderia três elementos essenciais: 1. Nunca resolver definitivamente qualquer problema regional, a fim de justificar a ação militar dos EUA indefinidamente; 2. Escolher como alvo das ações militares apenas países militarmente "nanicos"; 3. Continuar o programa de desenvolvimento contínuo de novas armas tecnológicas.

O "militarismo teatral", assim caracterizado, permitiria aos Estados Unidos tanto prolongar suas ações militares nas mais diversas regiões - mas especialmente em boa parte da Ásia - por quanto tempo julgasse adequado a fim de, por meio desse expediente, tirar o máximo de proveito econômico, político e

militar da agressão, garantindo assim maior efetividade na conquista dos objetivos almejados. Pode-se também acrescentar, embora Todd não afirme diretamente isso, que a ocupação militar estadunidense por tempo indefinido serve também para fortalecer a intimidação dos países vizinhos à região invadida ou para dissuadir outros países a agirem na região, mesmo que apresentassem interesses ou laços econômicos concretos com ela antes da invasão norte-americana. Nesse sentido, a invasão e a agressão militar é um meio de estabelecer uma espécie de "reserva de exploração" da região ao país invasor, com a conseqüente eliminação de qualquer concorrente ou rival.

Para conquistar e controlar os recursos naturais de valores estratégicos de determinada região os Estados Unidos escolhem sistematicamente como alvo países que não contam com expressivo poder militar. O autor não afirma isso, mas parece que ele escolhe como alvo certos países que contam com efetivo militar expressivo, mas com inexpressivo equipamento militar, quase não contando com armas tecnológicas de geração recente. Enfim, salienta que o alvo são no máximo "micro-potências regionais", nunca países com expressivo poder de fogo ou que contem com poderosas armas de destruição em massa: ao que parece, a posse destas armas pode funcionar como elemento de dissuasão de qualquer iniciativa militar por parte dos EUA. Nessas condições, a invasão e a agressão militar estadunidense será sempre um fato espetacular, uma impressionante demonstração do seu poderio militar. Os EUA são o adepto mais fiel da guerra assimétrica. Por esse motivo, Todd constata uma situação paradoxal: os EUA demonstram possuir enorme poder militar, mas de fato esse poder é limitado e quase estruturalmente débil. É verdade, contudo, que essa fraqueza não se refere ao poder aeronaval, mas sobretudo ao exército, que é sempre quem se encarrega da invasão e da apropriação do território estrangeiro.

Por fim, promover aventuras militares e sustentá-las indefinidamente pode também ser o meio mais adequado para garantir a perpetuação da mobilização para a guerra e, sobretudo, para garantir a contínua expansão das verbas militares, além da expansão sem limites da produção bélica - o que significa o estabelecimento de um programa de continuidade do Estado Beligerante. Todd não aponta essas conseqüências em sua análise, mas elas talvez estejam implícitas nela. Sua conclusão, em todo caso, não desautoriza essas observações, já que acaba por sustentar que, diante de tal quadro, não há motivo para "[...] denunciar a emergência de um império americano que está na realidade em vias de decomposição um decênio depois do império soviético." (TODD, 2003, p. 33). E acrescenta: o que se deve fazer em todo lugar é procurar "[...] administrar o melhor possível para todos o declínio da América." (TODD, 2003, p. 33).

III-8

O gigante militar e o esquizofrênico político: no banco de trás da economia.

A referida concepção elaborada por M. Mann em *O império Incoerente* também apresenta bastante interesse, inclusive porque apresenta uma análise muito pertinente da conversão do militarismo defensivo dos EUA em um militarismo ofensivo, ou, se se preferir, agressivo. Resumidamente, segundo a perspectiva do autor, dois eventos importantes marcaram a história estadunidense recente: o primeiro foi à desintegração da URSS e o fim do projeto socialista no Leste Europeu; o segundo correspondeu à vitória norte-americana na primeira Guerra do Golfo. Ambos, indubitavelmente, teriam contribuído para a liderança dos EUA no cenário político - militar mundial, já que

representavam a derrota de dois grandes inimigos: a do socialismo, inimigo mais antigo, e a de Sadan Hussein, desafeto mais recente.

Porém, algum tempo depois desses acontecimentos, logo no início do novo século, George Walker Bush apresentou modificações do *Programa de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América* em função dos atentados de 11 de setembro de 2001. Esse novo programa incluía o que ele batizou de "vigilância perpétua" dos EUA contra grupos terroristas, além do desenvolvimento de ações militares de caráter preventivo. Ainda segundo Michael Mann, a nova política de segurança nacional, fundamentada numa visão unilateral e militarista da ordem mundial vigente, engendrava o desenvolvimento de um novo imperialismo, cujo objetivo mais amplo seria a formação de um império estadunidense de dimensão global. Para o autor, esse projeto - embora concretizado apenas após a promulgação do novo Programa de Segurança Nacional - teria sido concebido anteriormente aos ataques às Torres Gêmeas: os indícios desse fato poderiam ser notados na recusa do governo Bush tanto em assinar novos quanto renovar antigos tratados limitadores da produção, comércio e uso de materiais bélicos, como armas biológicas, mísseis, minas, entre outros, sob a justificativa de que a participação americana neles implicaria automaticamente a abertura das unidades produtivas à inspeção, ato que exporia tecnologias e conhecimentos estratégicos, tornando-os públicos, bem como poria em risco a segurança da nação.

"As ações empreendidas pelo seu governo foram claras desde o princípio (...). Os Estados Unidos da América se retiraram de uma série de tratados internacionais, negando-se a assinar o Protocolo de Kyoto sobre o aquecimento global, o Tratado Anti-Mísseis Balísticos, a Convenção de Armas Biológicas, o acordo para a criação do Tribunal Penal

Internacional, o acordo estabelecido nas negociações das Nações Unidas para limitar o comércio internacional de armas de pequeno porte, bem como o Tratado que proibia a fabricação de minas terrestres (o exército estadunidense as utiliza no Iraque), denunciando todos estes tratados como ineficazes. (...). Quase tudo isso já se encontrava em marcha desde antes de 11 de setembro, sem, no entanto, se fazer nenhuma referencia ao terrorismo. O governo já havia tomado suas decisões e as ações já haviam começado". Mann, Michael: *El imperio incoherente. Estados Unidos y El nuevo orden internacional*. Ediciones Paidós, Barcelona, 2004, p. 14-15 (minha tradução)

O autor observa que antes dos eventos de 11 de setembro os conhecimentos acerca do projeto de construção do império global eram restritos. Apenas um pequeno grupo de indivíduos ligados diretamente ao governo participava das discussões e planejamentos. Porém, os atores políticos envolvidos na elaboração de tal projeto aproveitaram-se do grave acontecimento para divulgar amplamente, em tom propagandístico, uma intensa campanha com o objetivo de lograr o apoio da nação à nova política de relações externas. Nas campanhas veiculadas pelos meios de comunicação de massa o principal argumento exposto era a necessidade de combater o terrorismo em solo afegão para livrar o povo americano e seus aliados desse mal e evitar, desse modo, que ele se multiplicasse em células pelo mundo, além da objetivar ainda convencer a população de que ações intimidadoras seriam necessárias a qualquer momento e lugares que possuíssem, ou que os EUA imaginassem possuir, relações mesmo que remotas com o terrorismo.

" Bush nomeou Coreia do Norte, Irã, Iraque e acrescentou que estados como estes e seus aliados terroristas constituem o Eixo do Mal e põem em perigo a paz mundial com seus armamentos (...). Esta é a medida da ambição do novo imperialismo em ação, que mobiliza os estadunidenses mediante a afirmação de que um perigo iminente espreita a pátria".
Idem, p 16. (minha tradução)

Obviamente, esse não era um projeto exclusivo do governo de George W. Bush: ele teria sido desenvolvido e aprimorado por sucessivas gerações de políticos conservadores - os falcões - manifestando-se historicamente de diferentes maneiras. Durante a Guerra Fria, os EUA tiveram certa liberdade para disseminar sua tecnologia de guerra pelo conjunto de bases militares implantadas em países aliados, que eram muitas no final dos anos 1990; nessa mesma década, com apoio de organismos internacionais, como a ONU e a OTAN, o país pode realizar uma série de intervenções em regiões conflituosas, como a dos Bálcãs na Europa - na Bósnia e em Kosovo -, e na Somália, no continente africano, entre outras. Para o autor todas essas intervenções militares apresentavam um caráter defensivo e ocorreram em locais onde aparentemente a nação clamava por elas. Porém, a transformação na natureza dessas ações teria começado a se tornar evidente ainda no governo de Bill Clinton, quando seu Secretário de Defesa, Les Aspin, mencionou a possibilidade do uso das forças militares com caráter preventivo-ofensivo, deslegitimando, inclusive, os discursos anteriores daquele governo, que enfatizavam o uso da força apenas em último caso. Indubitavelmente, para o secretário de Bill Clinton e para o próprio governo, a força passaria a ser um recurso utilizado em primeira mão.

O militarismo de caráter ofensivo, todavia, ganhou contornos bem mais definidos com a ascensão de George W. Bush à presidência da república e

com o conjunto de neoconservadores que chegou ao poder com ele, seja assumindo cargos estratégicos, como as secretarias e os ministérios, seja prestando assessorias em assuntos especiais como guerra, energia, telecomunicação. O fato decisivo para impulsioná-lo, porém, teria sido mesmo o ataque às Torres Gêmeas, que tiveram como contrapartida a promulgação do novo Programa de Segurança. O militarismo ofensivo se tornaria o principal meio pelo qual o novo imperialismo - cujo projeto previa a construção de um império de dimensão global - se realizaria. Ironicamente, tanto em âmbito interno como externo, o argumento mais utilizado para justificar esse novo imperialismo estadunidense possuía fundamento moral, ou seja, assentava-se no discurso da luta do "Bem" contra o "Mal", o que naturalmente invalidava qualquer discurso opositor, na medida em que os EUA se constituíram como principal defensor do "Bem" na cruzada contra o "Mal". Dessa forma, todas as ações militares seriam legítimas, inquestionáveis e por essência, boas, por terem como objetivo maior varrer o "Mal" da face do planeta.

Contudo, Michael Mann salienta a existência de um equivoco ao explicar que os novos imperialistas, desejosos da construção de um império global, superdimensionam o poder estadunidense. Ele observa ainda que essa perspectiva da exacerbação do poderio americano por parte dos neoconservadores é também adotada por Emmanuel Todd, Immanuel Wallerstein, entre outros autores. Em sua análise acerca do poder, distingue quatro tipos: "o militar, o econômico, o político e o ideológico". Dedica um capítulo a cada um deles, analisando-os com foco na realidade norte-americana. Sobre isso escreve:

"Meu raciocínio pode ser ilustrado mediante o uso de uma metáfora inquietante. O império estadunidense resulta em um gigante militar, um condutor no assento de trás da economia,

um esquizofrênico político e um fantasma ideológico, originando um monstro transtornado que avança dando tombos. Deseja realizar o bem e intenta estender a ordem e a boa vontade, mas ao invés disso, gera mais desordem e uma violência ainda maior"

Idem, p 26 (minha tradução)

Para o autor é tão superior a dimensão militar do poder estadunidense em relação à econômica, política e ideológica, que a predominância da primeira resultou no desenvolvimento de um império incoerente, que contribui largamente para a desordem global com suas ações militares devastadoras; sua inconstância e indecisão política pelo unilateralismo ou multilateralismo; sua incapacidade de alavancar o desenvolvimento econômico - apesar das promessas - a países aliados, cujo desempenho não é satisfatório, e sua defesa da democracia e da liberdade, em clara contradição com o aumento de sua capacidade militar e da disseminação de suas ações militares pelo mundo.

Seu gigantismo militar não encontra, de fato, correspondente algum, não existe globalmente um rival à sua altura. Enquanto mundialmente ocorre uma diminuição do orçamento militar, verifica-se nos EUA um movimento contrário:

"Até 2001 o pressuposto militar estadunidense equivalia a 36% do total mundial, seis vezes o tamanho da segunda potência planetária, a Rússia e sete vezes o tamanho dos três seguintes: França, Reino Unido e Japão. O orçamento estadunidense para 2003 equivale a 40% do total mundial, superando o gasto combinado dos 24 países seguintes, sendo 25 vezes maior que o gasto combinado dos sete "Estados Fora da Lei" identificados pelos Estados Unidos como seus inimigos"

Idem, p. 29 (minha tradução)

Esses dados demonstram muito apropriadamente que os EUA são um gigante militar e que, em função disso, se tornaram bastante perigosos para o restante do mundo: com efeito, nenhum outro país é capaz de rivalizar com a potencia ofensiva de seus aviões, barcos, mísseis, tanques, armas inteligentes - nas quais detém a dianteira no domínio do conhecimento, da tecnologia e da produção. O desenvolvimento dessa fenomenal capacidade de fogo seria decorrência, segundo Michael Mann, de uma "revolução nos assuntos militares" (RAM) ocorrida no final do século XX.

"A expressão foi cunhada em 1993 pelo guru do Pentágono Andrew Marshall para fazer referência a uma importante transformação na natureza das técnicas militares, produzida pela aplicação de novas tecnologias, que juntamente com algumas mudanças na doutrina militar, nos conceitos operativos e organizativos alterou de modo essencial a natureza e a direção das ações militares. A RAM combinava a precisão das bombas e dos mísseis de grande alcance, guiados por satélites e radares, com a "guerra informatizada". Uma das principais armas desenvolvidas com a RAM e que não está ligada a artilharia nem às bombas é o Global Hawk (Falcão Global), um avião de reconhecimento que proporciona ao comando militar imagens quase em tempo real dos alvos em terra. Este aparato voa a 20.000 metros de altitude e informa o ponto exato sobre o qual deve ocorrer o ataque". Idem, p. 34 (minha tradução)

A RAM seria responsável pelo que os meios de comunicação de massa - reproduzindo uma expressão surgida no Pentágono - definiram como "guerra e ataques cirúrgicos." Uma metáfora capaz de fazer referência à precisão dos

ataques, eficiência na destruição dos alvos, com risco mínimo de baixas estadunidenses. Teria ainda contribuído para o desenvolvimento da tecnologia dos aviões não tripulados; das minas com sensores de identificação de veículos em movimento, capazes de se deslocar na direção do alvo; das "armas a laser, microondas e impulsos eletromagnéticos" capazes de afetar, danificar ou paralisar todo tipo de circuito eletro-eletrônico.

CAPÍTULO II

O Estado Beligerante após a Guerra Fria: últimas considerações.

Conforme proposto no início desta parte do trabalho, o objetivo a ser conquistado agora é o de fornecer uma explicação dos motivos ou fatores que impediram a concretização das novas possibilidades históricas contidas no cenário internacional imediatamente após o final da Guerra Fria. Entretanto, isso não será efetuado de modo direto, mas por meio da análise da imagem - ou imagens - dos Estados Unidos produzidas pela bibliografia especializada sobre o caráter atual do país - sempre, obviamente, sem perder de vista o objetivo maior: demonstrar como os EUA não amenizaram nem fizeram qualquer coisa que pudesse conter o Estado Beligerante após essa data.

A exposição das principais imagens sobre os Estados Unidos produzidas por parte da produção acadêmica posterior a 1970 evidentemente não tem como propósito maior propiciar o desenvolvimento de uma acurada reflexão crítica ou comparativa sobre as várias concepções teóricas que, em diferentes momentos desse período, objetivaram tanto esclarecer a condição do país como explicar seu comportamento militarmente agressivo mesmo após o fim da Guerra Fria, o qual marca o tempo atual. Não que esse propósito não seja relevante ou oportuno: certamente o é. Porém, o objetivo maior da exposição, em certo

sentido requerida pela economia desse trabalho, é o de verificar que imagem -ou imagens - sobre o país nela predomina e o que esta revela. Como se pode notar, essa estratégia permite a objetivação, se não de uma imagem específica ou precisa, ao menos a identificação de um conjunto de problemas ou de aspectos negativos nela, que não deixa de indicar como os EUA experimentam, atualmente, tanto no plano interno quanto externo, uma condição - e uma situação - bastante delicada, para falar de modo minimalista. Essa imagem, produzida pela lente de aumento da crítica, sem dúvida se opõe francamente à imagem desfocada que cotidianamente é oferecida, desde há muito tempo, pelos mais variados meios de comunicação em todo o mundo.

A imagem resultante dessa estratégia expositiva não deixa, portanto, margem para dúvidas: com nitidez, ela deixa entrever que os Estados Unidos efetivamente não desfrutam mais da condição extremamente favorável de que gozavam imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, conforme destacaram vários autores.. A pujança econômica de então, com seu espetacular dinamismo, parece ter se esvanecido, de modo que se pode até mesmo reconhecer, sem grande dificuldade, estar esse país experimentando uma sorte de crise econômica desde a década de 1970, que gera em sua população muitos sentimentos associados ao medo e à incerteza quanto ao futuro. Parte dessa crise está diretamente associada ao fato de ter conhecido uma verdadeira inversão em sua inserção no cenário da economia mundial: de maior país industrial do pós-guerra, que produzia sozinho mais da metade da produção industrial do mundo, ele passou hoje à condição de dependente da capacidade produtiva da economia global. E. Todd aponta com precisão esse fato ao salientar que "Às vésperas da recessão de 1929, 44.5% da produção industrial mundial encontrava-se nos EUA, contra 11.6% na Alemanha, 9.3% na Grã-Bretanha, 7% na França, 4.6% na URSS, 3.2% na Itália, e 2.4% no Japão." (Todd, 2003, pag.83) Ainda na

época apontada ele se transformou na maior nação credora do planeta e, consequentemente, no que mais recebia juros. As décadas de 1940 e 1950 foram de plena expansão da economia estadunidense. Na década de 1960, os investimentos no exterior feitos pelo país superavam os do Reino Unido. O volume de investimentos das grandes corporações em empresas estrangeiras era alto o suficiente para garantir aos EUA a possibilidade de concorrer diretamente pelo mercado interno local. Nas décadas de 1950 e 1960 as vendas realizadas diretamente no exterior pelas filiais estadunidenses, já superavam o volume de exportações das fábricas nele instaladas. A tabela a seguir demonstra os dados das exportações e das vendas no exterior.

Exportações e vendas a partir de investimentos no exterior						
(milhões de dólares)						
Vendas de filiais no exterior				Exportações dos EUA		
1957	1965	Aumento		1957	1965	Aumento
Papel e Produtos Afins	81	.820	39	23	89	166
Produtos Químicos	.411	.851	.440	.457	.402	945
Produtos de Borracha	68	.650	82	61	67	6
Metais	.548	.357	.809	.881	.735	-146
Maquinaria não elétrica	.903	.257	.354	.102	.158	2.056
Maquinaria e						787

Equipamento Elétrico	.047	.946	.899	47	.661	
Equipamentos de transportes	.228	0.760	.532	.784	.196	1.142
Fonte: Para vendas e filiais no exterior: Survey of Current Business, novembro de 1966. Para exportações: Bureau de recenseamento dos Estados Unidos, 1966.						

(Magdoff, Harry. A era do imperialismo. Editora Hucitec, São Paulo, 1978, p: 63)

Diante desses dados, não é difícil concluir que tanto em relação ao mercado mundial quanto ao de investimento no estrangeiro os EUA, pelo menos até a década de 1970, foram líderes absolutos. O mesmo aconteceu com os bancos estadunidenses. No mesmo período eles cresceram mais no exterior, que nos EUA.

"Um artigo do New York Times, de 1965, relatava que os dois maiores bancos dos Estados Unidos procuravam estabelecer filiais no Vietnã do Sul e citava as palavras do vice-presidente do First National City Bank, Harry Sperry:

"Depois, vocês terão uma tarefa de grandes proporções, com a reconstrução ... Para isso haverá necessidade de financiamento; e financiamento quer dizer bancos. Não seria lógico permitir que ingleses e franceses monopolizem o setor de bancos pois a economia do Vietnã do Sul se orienta cada vez mais em direção aos Estados Unidos" (Magdoff, Harry. A era do imperialismo. Editora Hucitec, São Paulo, 1978, p: 70)

A situação do país, como já foi suficientemente indicado nesse trabalho, já não é a mesma. Que ninguém se engane pensando ser essa nova situação compensada por outros fatos, como pelos lucros das empresas

estadunidenses no exterior: "desde 1998, os lucros que elas remetem para os EUA são inferiores aos que as empresas estrangeiras nele instaladas remetem para seus respectivos países.", adverte ainda Todd (pag.83). Além disso, acrescenta que "o excedente da balança comercial americana em bens de tecnologia avançada passou de 35 bilhões de dólares em 1990 a 5 bilhões em 2001, e em janeiro de 2002 ela estava deficitária". (Todd, 2003, pag.82) Tal imagem, mais uma vez, contradiz fundamentalmente a disseminada cotidianamente, já que revela estar ele, mesmo no terreno da tecnologia, em posição que já não provoca admiração.

Não bastasse esse aspecto, por si só bastante problemático, a imagem em questão também revela ser o país imperialista e militarmente agressivo, desestabilizador das relações internacionais, além de experimentar no terreno político uma espécie de "des-democratização" e de ser, no plano econômico, uma das nações mais devedoras do mundo, de tal sorte que, como salienta Harvey (2004), talvez até tivesse de ser monitorado pelo FMI, caso não houvesse identificação tão visceral entre esta instituição mundial e esse país: afinal, antes de obedecê-la, os EUA a utiliza em seu proveito, inclusive de um modo que pode ser caracterizado como típico de um novo modelo de imperialismo. Enfim, a imagem produzida fornece todos os elementos necessários a uma radical desmistificação desse país da América do Norte, já que atesta inclusive até mesmo um sério abalo em sua hegemonia global.

O tema do declínio da hegemonia do país é central nessa imagem, sendo cultivada por parte bastante expressiva da bibliografia acadêmica mobilizada ou identificada por esse trabalho, tendo ocupado posição central nas concepções dos defensores da tese da "financeirização da economia" e do "sistema-mundo." Nesse aspecto, o que parece ser o pólo da divergência é a questão da origem dessa característica, assim como a respeito do que a teria

motivado e quando ocorreria efetivamente. O tema do declínio da hegemonia não pode, entretanto, ser reduzido a uma ideologia - como parecem querer os ideólogos que pensam passar por não-ideólogos ao sustentarem que tal tema atende muito bem aos supostos interesses de certos críticos do país. O cultivo desse tema é uma constante - e quase consensual - na bibliografia especializada: o que é incomum é a pretensão de predizer quando e como isso acontecerá.

Nessa matéria, a discordância maior parece residir justamente em reconhecer quando e como o país deixou de exercer um tipo específico de hegemonia, a hegemonia consentida ou benéfica, para passar a exercê-la por meios essencialmente arbitrários e violentos, o que sempre implica a mobilização e o uso do poder militar. Esclarecer esse aspecto, porém, requer aqui a explicitação detalhada do que vem a ser exatamente a hegemonia consentida.

Sempre se pode indagar o que se entende de fato por hegemonia. Assim, não será de todo despropositado tentar esclarecer, ainda que resumida e esquematicamente, tal conceito originalmente proposto pelo marxista A. Gramsci. Para tanto, um bom expediente pode ser o estabelecimento de uma analogia: considere-se, por exemplo, o caso de uma Universidade, na qual ocorre uma acirrada disputa interna entre diferentes grupos de pesquisadores e de professores em torno da conquista do poder interno. Todos almejam isso porque cada um tem uma proposta diferente e específica de administrá-la e de gerir seu crescimento, almejado por todos. Nessa disputa, um dos grupos sai vencedor. Assim que começa a administrá-la, a comunidade acadêmica logo percebe que efetivamente as propostas daquele grupo eram as mais adequadas para gerir a vida acadêmica e dinamizá-la. Esse grupo, instalado no comando da Universidade, em pouco tempo se impõe ante os demais e consegue efetivamente encontrar soluções inovadoras na gestão da instituição, as quais causam impactos positivos e expandem consideravelmente tanto o financiamento das pesquisas quanto a

divulgação acadêmica e pública de seus resultados. As condições de trabalho dos pesquisadores também apresentam sensíveis melhoras, assim como a política de formação de novos pesquisadores. O conjunto dessas inovações acaba, assim, por redundar em uma maior produtividade acadêmica, em crescimento acentuado da Ciência e também em aplicação de seus resultados, que estimula o aparecimento de novas tecnologias.

Desse modo, logo a Universidade se torna um modelo para as demais, já que todas reconhecem que tem o que aprender com ela. Ela torna-se, portanto, imitada e, nessa medida, hegemônica. Seu reconhecimento no mundo intelectual e universitário confere a ela um papel de líder no mundo acadêmico. Sua liderança, porém, não foi imposta pela força ou decreto ditatorial, mas pelo consentimento mútuo, pelo reconhecimento de seus pares.

Contudo, as outras universidades não são estáticas: aos poucos, apreendem com ela, copiam ou adotam suas soluções até conseguir, elas próprias, proporem novas alternativas e medidas. Aos poucos, tornam-se concorrentes da universidade hegemônica, que se vê assim ameaçada em sua posição: a ela resta a alternativa de continuar crescendo originalmente, caso contrário, perderá essa condição.

O exemplo da universidade pode agora não ser mais adequado. Até aqui, porém, a comparação é válida. Os EUA foram, no mundo burguês, o que essa hipotética universidade foi no mundo acadêmico. Caso se tratasse de um Estado, que percebe uma condição adversa para manter a posição hegemônica, ele poderia tentar assegurá-la por meio da força militar, que garantiria sua dominação sobre os demais. Mesmo nessas circunstâncias, deveria continuar a tentar obter o consentimento dos demais países, conquanto aparecesse como um tipo de Estado que age não em seu exclusivo interesse particular, mas no interesse geral. Os EUA, por certo período, parecem ter conseguido êxito nessa tarefa. Continuou

um exemplo para o mundo em relação, por exemplo, ao universo do consumo, que na sociedade norte-americana parece estar relacionado intimamente com a garantia da estabilidade política, conforme foi anteriormente apontado nesse trabalho. O consumo e a expansão do crédito garantem um nível de vida satisfatório, além de ajudar a dinamizar a economia. Eles intensificam o processo de reprodução ampliada do capital, mesmo que o preço disso seja o endividamento constante da população. O consumo, como bem notou Marcuse, se tornou nesse país um estilo de vida, um "bom modo de vida".

Talvez se possa assim considerar que a hegemonia "consentida" dos EUA tenha sido de interesse dos demais países do mundo capitalista. Sua política externa na era da Guerra Fria, ou ao menos a voltada para o mundo capitalista, teria se pautado por procurar "estimular ativamente a formação e a assunção ao poder dessas elites e classes por todo o mundo: o país se tornou então o principal protagonista da projeção do poder burguês para todo o globo", como diz D. Harvey (2004, pag.53). O que equivaleria a estabelecer um vínculo quase visceral com as várias burguesias ou classes dominantes nas mais diferentes regiões do mundo capitalista, o que não é absolutamente pouco.

A hegemonia benéfica ou consentida parece assim ter predominado na época da Guerra Fria e abrangido o mundo ocidental ou propriamente burguês. Entretanto, ela parece ter começado a sofrer algum abalo com a eclosão da crise econômica verificada na década de 1970, que parece resultar tantos dos vultosos gastos militares com o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã quanto da identificação das primeiras rachaduras no edifício do mundo ocidental, causadas pelo aparecimento, no cenário econômico dessa parte do mundo, do Japão e da Alemanha, que despontaram desde então como acirrados concorrentes da economia norte-americana.

Essa crise parece ter demonstrado que nem tudo seria doravante favorável à economia dos EUA mesmo durante a Guerra Fria. É bem verdade que assim foi nas duas décadas iniciais desse conflito, nas quais o país conheceu formidável expansão capitalista, assentada em forte acumulação e reprodução ampliada do capital. Tanto F.J.Cook quanto H.Marcuse destacaram muito bem esse fato, salientando o quanto a Guerra Fria fazia bem ao pulmão econômico da nação, que podia então sempre respirar ares renovados. Todavia, o início da concorrência no interior do mundo capitalista anunciava novos tempos e novas dificuldades para os EUA, embora conseguisse ainda manter a hegemonia nesse edifício inclusive por sua liderança no conflito com a URSS.

Entretanto, essa crise não deixou de afetar internamente o país, já que redundou em acentuada desindustrialização do interior, gerando forte desemprego e ajudando a criar as condições objetivas que redundaram, alguns anos mais tarde, no abalo de sua hegemonia, até então razoavelmente consensual. Desse modo, durante os anos que antecederam o fim da Guerra Fria, sua hegemonia já tinha sofrido uma alteração substancial: ela passou a estar apoiada tanto no papel legítimo ou benéfico que os EUA até então desempenhavam no universo burguês quanto na coerção, que era então exercida ou por meio de instituições supranacionais - como as alianças militares ou os acordos bilaterais de cooperação (técnica, econômica, militar, etc.) ou por meio do poder militar, ainda que indiretamente. Essa situação, porém, conhecerá uma mudança radical com o fim da Guerra Fria.

O desaparecimento do conflito com a URSS parece ter gerado as mais diversas consequências e, sem dúvida, matéria para muita controvérsia entre os pesquisadores que pretendem esclarecer o comportamento dos Estados Unidos após esse notável acontecimento histórico. Alguns desses intérpretes salientam (como E.Todd, por exemplo) que esse acontecimento forneceu, após

certo período de incerteza, a ocasião para os Estados Unidos almejarem tornar-se um país globalmente hegemônico. Com efeito, os indícios de que agiu nessa direção são muitos, o que pode realçar como a Guerra Fria serviu para conter tanto o expansionismo dos soviéticos quanto o dos norte-americanos.

A afirmação da hegemonia global, porém, não pode se realizar de modo mecânico, sustentado por imediato consentimento dos demais países. Essa dificuldade, ao que tudo indica, desembocou na intensificação do poder militar e na escalada crescente de agressividade, que tendeu muito rapidamente a uma espécie de militarização de algumas regiões de valor estratégico, como a Ásia. A busca da afirmação da hegemonia por meio da força parece ter levado muitos estudiosos a afirmar que os Estados Unidos se tornaram então efetivamente um país imperialista.

Essa questão, porém, não parece ter sido tratada ou desenvolvida pelas Ciências Sociais durante certo tempo. Um dos autores que a desenvolveu lucidamente foi Harry Magdoff. Segundo ele, entre o amplo processo de descolonização africana e asiática predominante no período posterior à Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1960, poucas discussões nas Ciências Sociais privilegiaram o tema do imperialismo. Para o autor, um conjunto de fatores contribuiu para esse fato, como as relações amistosas que se desenvolveram entre os organismos financeiros internacionais, os países ricos e os pobres. A aproximação político-econômica entre eles sugeria a possibilidade de um futuro promissor, sobretudo para os países pobres, que adotavam como meta a modernização econômica, embora essa aproximação negligenciasse a relação de causalidade entre a implementação das políticas imperialistas do final do século XIX e a situação de pobreza dessas nações; o desprestígio da teoria marxista e das suas ferramentas de análises para a abordagem de problemas políticos, econômicos e sociais do período também teve papel decisivo para o

descaso desse tema, além da ascensão no campo das Ciências Sociais do pensamento liberal.

Todavia, na década de 1970 as discussões acerca do imperialismo ganharam novo fôlego nas universidades e nos meios de comunicação de massa. Ao se debater o assunto, era freqüente a menção à política externa estadunidense e ao paradoxo existente entre o seu discurso isolacionista e a sua política internacional agressiva. Os argumentos utilizados para explicar, por exemplo, a presença norte-americana em certas áreas do globo, já eram rechaçados e não convenciam os "pensadores mais atentos". Questionamentos acerca do projeto estadunidense de "defesa do mundo livre" se intensificavam e as oposições a ele cresciam. Indagações acerca da perda de liberdade e soberania dos países, cujos territórios abrigavam bases militares estadunidenses, se tornavam cada vez mais recorrentes, acompanhadas ainda das críticas aos acordos econômicos que acabavam por favorecer sempre os Estados Unidos da América.

Para o autor, uma análise eficaz do que ele denominou de "novo imperialismo" deveria partir do paralelo entre a política externa dos EUA - cujo objetivo era obter um controle, direto ou indireto, sobre a maior extensão do globo - e sua política internacional dos negócios, de caráter expansionista. Segundo ele, uma não seria a causa da outra, porém, evidenciaria que, ao contrário do que se imaginava, a economia estadunidense não seria isolacionista. Ela seria portadora de um novo tipo de imperialismo, cujo objetivo não seria o de exercer um governo permanente sobre outros países, senão um império informal capaz de coagir, pressionar e, se necessário, tomar militarmente e posteriormente se retirar.

Segundo o autor, inúmeros foram os esforços teóricos realizados para a compreensão dessa nova tendência. Alguns teóricos procuraram explicá-la como

uma força permanente na história, fundamentada na diferença de poder entre as nações; outros se dedicaram à análise de fatores puramente econômicos. Buscaram demonstrar que os investimentos no exterior tinham como pressuposto as melhores possibilidades de ganhos. Harry Magdoff realizou severas críticas tanto à primeira como à segunda interpretação: a respeito desta última argumentou:

"A razão principal a invalidar uma hipótese tão grosseira como essa é simplesmente a de não estarem as diretrizes políticas e militares baseadas em regras estritas de contabilidade. A corporação sim, precisa ponderar cuidadosamente toda despesa de fundos, uma vez que se propõe recuperar esses fundos e realizar o almejado lucro dentro de um prazo razoável. Os governos, por outro lado, não estão restritos a mesma espécie de considerações orçamentárias: podem impor tributos, emitir dinheiro, aumentar a dívida pública. Existem, é claro limites, mesmo para tais despesas (...) O raciocínio que preside os gastos governamentais nenhuma semelhança apresenta com a rígida ponderação de custos versus lucros, embora certos governos possam desejar transmitir essa impressão. Um governo pode dispende bilhões para dominar um país produtor de banana, mesmo que o controle resultante proteja lucros em milhões, só para uma ou duas corporações. A realidade do imperialismo vai muito além do interesse imediato desse ou daquele investidor: o propósito subjacente é nada menos que manter, na maior extensão possível do mundo, abertura para o comércio e para os investimentos das gigantes corporações multinacionais. Onde existir competição de interesses entre organizações de negócios de diferentes países, a meta da política de cada governo será continuar estendendo sua influência externa. Variará a dimensão do controle, indo da ocupação militar às técnicas informais de esferas de influência".

(Magdoff, Harry. *A era do imperialismo*. Editora Hucitec, São Paulo, 1978, p: 89)

Assim, os investimentos relativamente altos feitos pelo EUA em países cujos lucros obtidos seriam baixos eram explicados pelo fato destes países servirem como porta de entrada para o estabelecimento do controle e influência sobre uma ampla região. Essa teria sido pelo menos a postura adotada pelos EUA em regiões como a América Latina, África e Ásia. Num mundo de potências imperialistas em competição, busca-se o estabelecimento de hegemonia, bem como o enfraquecimento político dos adversários. O desejo de estabelecer controle sobre outras áreas tem determinantes econômicos, militares e políticos:

"Nesse contexto, o controle e a influencia são necessários não só para prevenir a expropriação do capital dos Estados Unidos e imunizar o país contra a revolução social, mas até porque seu voto nas Nações Unidas é relevante para o esquema geral de dominações norte-americanas. Compreendidos nesses termos, a matança e a destruição no Vietnã e os gastos de várias somas em dinheiro não são contrabalançados, aos olhos dos elaboradores da política dos EUA, contra a oportunidade de negócios lucrativos no Vietnã, são antes ponderados de acordo com o julgamento dos líderes políticos e militares a fim de determinar o que é necessário para controlar e influenciar a Ásia e particularmente o sudeste asiático com o objetivo de manter a totalidade da área dentro do sistema imperialista, em geral e dentro da esfera de influencia dos Estados Unidos em particular" (Idem, p: 9)

Esse novo tipo de capitalismo dependia de um grande volume de matérias-primas. O sistema produtivo teria rapidamente consumido as reservas

estadunidenses, excluindo-o da posição de exportador de metais e minerais, transformando-o em importador desses produtos. Obviamente, tal fato passou a ter um peso significativo na política externa norte-americana. O controle de fontes de matérias-primas exteriores, bem como de mercados estrangeiros, elevou consideravelmente o nível de atividades políticas em assuntos econômicos. Barraclough, um dos pioneiros na análise da nova tendência econômica, traduzida pela ânsia de se obter o controle sobre territórios distantes, afirmou:

" ... o apetite voraz do novo industrialismo, incapaz pela própria natureza de prover ao seu próprio sustento com os recursos locais, rapidamente avassalou o mundo todo. A questão já não era trocar manufaturas européias predominantemente têxteis - por produtos orientais e tropicais (...). A indústria ia agora pelo mundo à procura dos materiais básicos sem os quais, em suas novas formas, não poderia existir" " (Idem, p: 30)

Enfim, concluirá o autor que o novo imperialismo apresentaria transformações estruturais importantes: além daquelas relacionadas ao número e tamanho das empresas em situação de competição internacional, seria também importante a luta contra a redução do sistema imperialista ameaçado pela possibilidade de expansão da revolução socialista; o avanço tecnológico, sobretudo da tecnologia de guerra, pioneira no desenvolvimento de instrumentos espaciais, também utilizados em operações imperialistas adquire destaque e passa para o primeiro plano. Nesse contexto, despontaria a emergência dos Estados Unidos da América "como organizadores e líderes do sistema imperialista mundial".

O autor observa ainda muito pertinentemente que "o papel dos Estados Unidos no novo imperialismo pode ser avaliado" em função do comportamento das

suas Forças Armadas. Na década de 1920, elas se encontravam presentes em três países estrangeiros. Entre 1939-1945, já haviam estabelecido bases militares em 39 países. Na década de 1960, a assistência militar e direção do treinamento militar de exércitos estrangeiros abrangem ações com militares norte-americanos em 64 países. A tabela a seguir demonstra o número de países nos quais estavam então representadas as Forças Armadas dos Estados Unidos.

	Número de países nos quais estão Representadas as Forças Armadas Dos Estados Unidos
América Latina	19
Ásia Oriental e Austrália	10
África	11
Europa	13
Oriente Próximo e Sul da Ásia	11
	64
Fonte: dados da Agência de Desenvolvimento Internacional, U. S. Overseas Loans and Grants, Obligations and Loan Authorizations, de 1 de julho de 1945 a 30 de junho de 1967, Washington, D.C., 29 de março de 1968.	

(Magdoff, Harry. *A era do imperialismo*. Editora Hucitec, São Paulo, 1978, p: 45)

Verifica-se que, nesse período, havia uma maior presença das Forças Armadas estadunidenses na América Latina. Talvez isso decorresse do fato da região ser uma área de influencia exclusiva. Acerca de sua presença nessas regiões destacadas na tabela afirma : "Que essas forças e seu equipamento não tem ficado ociosos e que sua presença exerce influência, mesmo na ausência de

ação direta, é por demais óbvio para precisar ser esmiuçado". (Idem, p: 45) A conclusão aponta que a liderança estadunidense no novo contexto do capitalismo mundial seria fruto de sua força militar, além de sua maturidade econômica, que teria sido alcançada por meio do novo papel desempenhado no capitalismo pelas grandes corporações.

Muitos dos autores que consideram ser os Estados Unidos um país imperialista, porém, além de poderem não concordar com a visão de Magdoff, divergem em pelo menos dois aspectos fundamentais: quando de fato o país se tornou imperialista? Como pode ser caracterizado esse imperialismo? Os autores que pretendem justificar a ação dos Estados Unidos em todos os campos tentam defender a tese de que esse país se tornou imperialista pela necessidade de reagir, na época da Guerra Fria, a um império de natureza expansionista, a URSS. Neste sentido, sustentam que tal imperialismo constituiria efetivamente uma atitude defensiva, já que o país teria sido forçado a assumir tal característica não como resultado de um projeto político ou de um movimento estrutural de sua economia ou organização política, mas em função das exigências impostas pelas circunstâncias históricas e políticas do período. Tais autores terminam por sustentar que os EUA praticam, em decorrência disso, um "imperialismo do bem". Essa classificação, porém, revela que já na época da Guerra Fria o país não prescindia de seus ideólogos, sempre aptos a dividir o mundo entre bons e maus, conquanto o papel do bem sempre ficasse para os Estados Unidos. Como se pode notar, os ideólogos do governo Bush foram bons alunos.

Essa visão, porém, não tem sustentação histórica. Em primeiro lugar, porque há fortes indícios históricos que demonstram ser o país efetivamente imperialista antes mesmo da Segunda Guerra. Além disso, um fato relevante é que ele tinha todas as condições de deixar de ser imperialista - caso essa característica resultasse de uma atitude meramente defensiva - após o fim da

URSS: porém, historicamente, não foi isso que ocorreu. O argumento utilizado por esses autores não consegue nem convencer nem encontrar amparo nos acontecimentos históricos: como modo de reação, afirmam então que o "império do Mal" teria se deslocado, dando origem a novos inimigos externos.

Outros autores, porém, sustentam que o país assumiu verdadeiramente um caráter imperialista apenas após algum tempo depois do fim da URSS, notadamente após o atentado de 11 de setembro, durante a administração Bush. Essa visão, porém, além de negar os acontecimentos históricos do passado mais ou menos recente, parece acatar acriticamente a própria visão elaborada pelos ideólogos desse governo a fim de justificar as ações militares que desencadeou, estimuladas tanto pela doutrina da Guerra ao Terror quanto pela da Guerra Preventiva. Segundo essa visão, o país - mais uma vez - adotaria tal postura forçado pelas circunstâncias históricas, já que o mundo "teria mudado radicalmente após essa data". Quem sustenta essa visão se esquece, contudo, de explicar os motivos pelos quais o país cultivou tão poderoso aparato militar durante boa parte do século XX. Também não percebe o enorme campo de contradições que se instaura entre essa versão e a prática militar concreta do país, que a desmente inteiramente, como mais adiante será examinado.

Nessa matéria, parece que a concepção sustentada por autores como Chalmers Johnson apresenta uma maior capacidade de abarcar a história do país no século XX sem ficar retida nas malhas de qualquer tipo de idealismo ou de visão demasiado ideológica. Segundo essa concepção, o imperialismo estadunidense data do final do século XIX, atravessando todo o século seguinte. Expressão adequada dele seria, por exemplo, o modo como os Estados Unidos se concebem logo após o fim da Segunda Guerra: sintomaticamente, como o legítimo herdeiro do Império Britânico. Nessa perspectiva, a própria Guerra Fria, que foi

objetivamente estimulada e alimentada por ele, seria percebida como uma etapa para a afirmação e consolidação de seu caráter imperial, que assumiria a feição de uma "Nova Roma", segundo o autor. E.Todd confronta essas diferentes concepções fundamentalmente antagônicas acerca da natureza do imperialismo estadunidense. Diz ele:

A comparação com dois impérios antigos, Atenas e Roma, é fundamental se quisermos nos apoiar na história para uma reflexão sobre o sistema americano. O primeiro exemplo agrada aos admiradores dos Estados Unidos, o segundo, aos antiamericanos. Uma atitude favorável aos Estados Unidos conduz em geral a escolher Atenas como referência. (.....) Para Roma, a ampliação territorial constituiu o próprio sentido da história. O código genético da cidade parecia incluir um princípio de expansão pela Força Armada. Todo o resto - vida política interna, economia, arte - era secundário. (Todd, 2003, pag.77)

O autor francês aponta ainda que "muito mais numerosos, os partidários da referência ao imperialismo romano frisarão que a história do império norte-americano não começou em 1948 (.....) mas já em 1945, ao fim da Segunda Guerra Mundial", justificando a identificação dessa data pelo fato de os EUA terem então criado dois protetorados - na Alemanha e no Japão - por meio de força militar, os quais seriam "decisivos ao controle do sistema econômico mundial"(pag.79) Esse acontecimento não pode ser explicado como sendo mera decorrência "natural" da resolução da Guerra nem um meio para garanti-la. O estabelecimento dos dois protetorados revela, à moda de sintomas, a configuração de um projeto específico, ou seja, de controle estratégico do mercado e da economia global.

Obviamente, nenhum país age dessa maneira se não nutrir semelhante ambição. Em todo caso, esta, assim como o projeto político a ela associado, podem, ainda que com alguma imprecisão, serem relacionados com a origem ou a intensificação do processo que culminou com a concretização daquilo que os EUA chamam, não sem certo eufemismo, de "globalização" que, para muitos -inclusive para estudiosos como Benjamin Barber - não deixa de ser um tipo de "americanização" do mundo. O decisivo aqui, porém, não é o processo ou o modo objetivo de realização da globalização, mas o que a motivou e a sustentou originalmente: a força e o poder militar. Todd, assim como C.Johnson, percebe muito bem isso, ao afirmar que "A constituição de uma economia globalizada é o resultado de um processo político-militar (...) e certas esquisitices da economia globalizada não podem ser explicadas sem referência à dimensão político-militar..." (Todd, 2003, pag.80) Poucos autores, porém, associaram esse fenômeno com o militarismo, ou antes, com a constituição de um Estado Beligerante.

Muitos autores que não se deram conta desse aspecto podem incorrer em erro grave, que resulta de uma espécie de ilusão de ótica: eles frequentemente, aqui e ali, insistem em pensar que o militarismo agressivo dos Estados Unidos, assim como seu comportamento desestabilizador e unilateral podem ser, ainda que com algum esforço, contidos ou desmontados. Alguns, seguramente mais otimistas, até imaginam ser possível reverter a máquina de guerra - por assim dizer - construída pelo país. Não percebem, contudo, que essa é apenas uma das faces do Estado Beligerante, que atrapalha a visão da outra, a qual é constituída pelo amalgama institucional, que implica organizações e departamentos estatais, grandes corporações industriais e das finanças, a vida e o poder militar. Quando não se percebe a extensão e enraizamento da face visível do comportamento militarmente agressivo do país, alguém é capaz de supor que isso pode ser completamente alterado pela ação de um único governo,

desde que comprometido com uma visão política valorizadora de negociações pacíficas. Evidentemente, isso é sempre desejável. Porém, isso pode não ser minimamente suficiente para mudar algo substancial na postura do país, já que o Estado Beligerante, em sua configuração atual, não resulta da ação de um governo em particular nem de um projeto de um partido político determinado, que pode ter se apossado do governo por largo tempo. Ao contrário: ele é resultante de uma estrutura política-econômica-militar que foi implantada no país pela ação contínua e deliberada por sucessivos grupos de poder, não dependendo assim diretamente da ação de um governante. O que um governo pode fazer, nessa dimensão, é tentar administrar de certo modo essa estrutura, imprimindo a ela um ritmo particular ou uma direção determinada: não pode, porém, revertê-la, neutralizá-la ou mesmo desmobilizá-la.

Além disso, convém lembrar que a imagem dos Estados Unidos está também arruinada em termos políticos. Não apenas como resultado direto de sua postura imperial, militarmente agressiva, avessa às soluções diplomáticas ou politicamente negociadas, mas porque deixou de ser percebido pelos demais países tanto como fomentador legítimo da disseminação da democracia quanto por ele próprio não estimular internamente a vida e a prática democráticas, abandonando assim sua maior tradição política, a qual o engrandecia sobremaneira aos olhos dos demais. Nesse aspecto, como salientaram muitos autores, a imagem que dele se oferece é a de um país que experimenta forte declínio da vida e da prática democrática, ao qual se pode chamar de processo de "des-democratização". A fim de melhor analisar esses aspectos contidos em sua imagem pode agora ser mais proveitoso analisar sua prática e postura política-militar em relação a uma parte da Ásia, região que adquiriu grande importância estratégica após o final da Guerra Fria especialmente por causa de suas abundantes reservas petrolíferas.

A militarização do Oriente Médio e a ação dos EUA

Um sintoma evidente tanto das pretensões imperialistas dos EUA quanto da permanência do Estado Beligerante é encontrado na ação do país em relação ao Oriente Médio. Com efeito, os Estados Unidos manifestam um vivo interesse em estar presente nessa região desde o final da Segunda Guerra Mundial, coisa que também foi facilitada com o declínio progressivo do império britânico. Desde essa época, a escalada do país na região é considerável. Entretanto, a escalada aos poucos exigiu sua presença militar, a qual redundou em pouco tempo em acelerada militarização de toda a região. O envolvimento militar ocorreu principalmente após a década de 1980.

A questão estratégica que justifica esse interesse decorre da existência de reservas petrolíferas na região, que além de serem abundantes, são estimadas como de duração prolongada. O país contava em poder desfrutar delas, inclusive para abastecer a própria sociedade norte-americana. Entretanto, o abalo de sua hegemonia "benéfica ou consentida", verificada a partir da década de 1970, alterou seu modo de agir na região e de tentar tirar proveito das reservas locais: sem abdicar do projeto de se manter globalmente hegemônico, pretendeu dar continuidade a ele na nova situação, parece que pouco se importando por quais meios. Como é um "gigante militar e um esquizofrênico político", além de apresentar uma economia debilitada, segundo a caracterização que dele efetua M.Mann, parece não ter ponderado - ou ponderou muito bem - qual seria o meio mais adequado para mantê-lo: para tanto, simplesmente recorreu ao poder militar, fato que demonstra também a permanência de um traço fundamental do Estado Beligerante, tão bem identificado por F.J.Cook ainda na década de 1950, ou seja, a militarização da política externa, que desde

então gradativamente deixa de ser de responsabilidade do Departamento de Estado para se tornar uma atribuição dos militares, isto é, do Departamento de Defesa.

O envolvimento militar dos EUA na região apresenta assim, nesse contexto histórico e político, uma razão estratégica quase evidente, que foi muito bem identificada por D.Harvey (2004): dada sua incapacidade política de criar condições para manter a hegemonia "benéfica", agravada por sua debilidade econômica, percebe que o único modo efetivo de garanti-la seria por meio da apropriação dos estoques de petróleo da região a fim de "controlar o acesso à torneira mundial do petróleo". Ou melhor, não apenas o acesso, mas também sua distribuição. Nessa condição, obteria uma vantagem estratégica excepcional em relação aos países que, embora em situação econômica e política aparentemente mais vantajosa, dependem diretamente dessa fonte de energia regional - além de lograr manter sua condição hegemônica. De fato, este seria ainda um modo razoavelmente viável de conter a competição econômica e o avanço industrial não só de um grupo de países de poder considerável quanto de blocos regionais, então em formação ou embrionários.

A Guerra contra o Iraque não pode ser desvinculada desse objetivo estratégico estadunidense.⁵⁴ É um erro grave supor que a última declaração de guerra a esse país asiático tenha decorrido apenas do ataque perpetrado em setembro de 2001. Supor isso seria desrespeitar com violência e arbitrariedade o conjunto de fatos ou de indícios concretos que negam essa possibilidade. Uma

⁵⁴ "Em 2008, a guerra entra no seu sexto ano, com gastos de aproximadamente US\$ 12 bilhões [R\$20,47 bilhões] por mês, segundo informações do prêmio Nobel de economia Joseph E. Stiglitz e da professora Linda J. Bilmes, no livro "The Three Trillion Dollar War". Segundo o estudo, a taxa é o triplo da registrada nos primeiros anos da guerra. Após 2008, os autores prevêem gastos de US\$ 2 trilhões [R\$3,4 trilhões] com os conflitos, se as tropas permanecerem no Iraque até 2010. Somente os juros dos empréstimos para manter a guerra representam um gasto de US\$ 816 bilhões [R\$1,39 trilhão], de acordo os pesquisadores. O total supera os US\$ 670 bilhões [1,14 trilhão] gastos em 12 anos da Guerra do Vietnã."

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u383146.shtml>

prova disso é o plano, esboçado ainda durante a década de 1990, para invadir esse país apresentado no âmbito do *Projeto para um novo século americano*, esboçado por Cherney e Wolfowitz (conforme destacado anteriormente nessa pesquisa). Essa guerra tampouco pode ser entendida como resultante de uma estratégia que objetivava construir nessa nação uma democracia, forçando toda a região, por uma espécie de "efeito dominó", a se democratizar - embora alguns estudiosos sustentam acriticamente ter sido esse um objetivo real. Efetivamente, seria uma contradição impor pela força a democracia. Porém, se o objetivo fosse este, os Estados Unidos correriam um grave risco: como o conjunto de suas ações e como sua presença há décadas na região trouxe graves desequilíbrios à vida dos países e dos povos, além de ter disseminado a violência e uma série de escaramuças armadas, que podem ser vistas como parte de um processo de militarização geral do Oriente Médio, é perfeitamente possível supor, como sugere Chalmers Johnson, que elas produziriam um efeito bomerang, ou seja, uma resistência generalizada contra o país norte-americano. Assim, estimular a democracia e a realização de eleições livres nos vários países poderia resultar em sérios prejuízos para a concretização dos interesses estadunidenses. De fato, tal efeito gerou também a disseminação de um forte antiamericanismo regional: com isso, o risco de realizar eleições democráticas seria o de eleger governos de forte posição contrária aos EUA.

Sempre se pode indagar, porém, porque o país justifica, na maioria das vezes, promover militarmente a disseminação da democracia, já que a contradição é evidente. No caso específico da sua intervenção militar na Ásia, ele também alega estar propagando valores universais na região, cumprindo assim um notável papel civilizador. Dentre esses valores, destaca-se o referente à condição feminina, já que do ponto de vista de observação ocidental as mulheres da região são terrivelmente oprimidas, desfrutando de uma condição de

existência bastante negativa, não sendo nem mesmas consideradas como cidadãs. Essa alegação sem dúvida exerce grande atração em vastos segmentos da opinião pública, seja na sociedade estadunidense ou fora dela, servindo para legitimar a ação militar. Entretanto, quando as coisas são examinadas com maior rigor e de modo detalhado é fácil observar, ainda aqui, outra contradição exuberante entre a retórica e a prática efetiva do país: embora alardeie propagar valores universais e lutar pela melhoria da condição feminina, os militares estadunidenses não hesitam em estabelecer alianças, a fim de obter maior controle militar, com as forças sociais locais, que se destacam por uma prática terrivelmente opressora em relação às mulheres. O caso mais notório é sem dúvida o do Afeganistão: a fim de se impor no país e de estimular a derrota dos russos, os EUA não hesitaram em colocar no poder um dos grupos de poder mais apegados a essa tradição opressiva em relação às mulheres: os talibãs.

Tais contradições demonstram, em primeiro lugar, que o país de fato utiliza uma retórica baseada na defesa de valores supostamente universais a fim de encobrir, como já foi salientado anteriormente, uma ação acirradamente concentrada na defesa e na promoção de seus interesses estritamente particulares. Isso, sem dúvida, gera problemas e tensões em relação aos outros países, sejam eles asiáticos ou não, o que tende a confirmar que os EUA se tornaram uma nação desestabilizadora da cena política internacional. Tal aspecto também sugere estar correto tanto o reconhecimento de que ele parece adotar em tal cenário a "estratégia do louco" (E.Todd) quanto o de que viola todas as leis e regras que o regem, conforme a imagem do exótico jogador de xadrez, que move arbitrariamente suas peças em todas as direções enquanto os demais seguem rigorosamente as regras estipuladas (I.Wallerstein).

Contudo, tais contradições não parecem ser gratuitas ou decorrentes da adoção de uma ação equivocada. Ao contrário, parecem serem planejadas e

sustentadas artificialmente com a finalidade de encobrir o significado real da ação militar dos EUA nessa região plena de tensões. Todd observou muito adequadamente que a intervenção militar norte-americana nunca desemboca em uma solução política para a região, mas em um prolongamento indefinido das tensões existentes nela, o que serve perfeitamente para justificar a manutenção, por tempo indefinido, da própria intervenção militar a fim de assim melhor administrar a conquista de seus objetivos. Ora, se forem considerados os efeitos amplos desse conjunto de aspectos relacionados à contradição apontada é possível perceber que a retórica da defesa e da disseminação dos valores universais adotada pelos Estados Unidos efetivamente mascara seu objetivo estratégico fundamental: ele não quer impor uma ordem democrática nem instituições que garantam uma governabilidade local de natureza democrática, mas estabelecer uma espécie de caos, de intensificação das tensões, muito provavelmente a fim de alimentar o efeito bomerang nomeado por Johnson, que, no limite, pode até parecer planejado. De fato, o aparecimento de formas locais de resistência à ação dos EUA e de sentimentos antiamericanos radicais pode interessar ao país, visto que a existência deles serviria para justificar a continuação e a manutenção da intervenção militar, inclusive servindo também para expandi-la ainda mais. Tal fato é plenamente condizente com a lógica que preside o Estado Beligerante, que em última instância, deseja sempre a expansão das atividades militares - e, obviamente, dos negócios relacionados com a guerra⁵⁵.

⁵⁵ "Do total de US\$ 1,339 trilhão do gasto mundial com armamento militar, os Estados Unidos encabeçam a lista dos países consumindo 45% desse valor. Desde a Segunda Guerra Mundial, 2007 foi o ano em que os EUA mais gastaram com armamento (US\$ 547 bilhões), segundo o relatório apresentado pelo Instituto para a Paz de Estocolmo. Isso significa um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior".

Fonte: <http://www.jpt.org.br/noticias/exibir.php?Id=329>

Nessa perspectiva, não é um despropósito supor que o país lance mão de artifícios extraordinários, como o de financiar ilegalmente grupos que possam alimentar o sentimento antiamericano ou mesmo a prática do terrorismo: não será inclusive surpreendente a revelação, em algum momento do futuro, de que isso ocorra ou tenha ocorrido em algum país determinado, como por exemplo, o Iraque ou o Afeganistão. Um dos méritos do trabalho de Johnson foi o de ter revelado como os EUA promovem constantemente ações secretas em vários países do mundo, o que seria um dos traços mais marcantes do Estado Beligerante.

Se a Guerra contra o Iraque era algo almejado desde o final do século passado, o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 aos EUA serviu não apenas para justificar a eclosão dela como também para decretar a Guerra ao Terror. A escolha do novo inimigo, o terrorismo, além de intensificar profundamente as tensões em boa parte do mundo asiático - que ajudaram a criar condições para a manutenção e extensão da ocupação militar norte-americana na região -, institucionalizou esse tipo de guerra, a qual se seguiu a decretação da Guerra Preventiva. Entretanto, essa postura não deixa de conter uma ambigüidade fundamental. De fato, se para o "público externo" - para usar um jargão militar consagrado no Brasil - essa atitude pode parecer positiva e justificada, para o "público interno" pode significar também uma institucionalização do terrorismo, ou seja, um modo de alimentá-lo, já que este encontraria nessa declaração o ato de hostilidade básico que serviria como seu fundamento máximo. De qualquer modo, estas duas doutrinas criaram condições para o país agir militarmente não apenas na Ásia, mas em qualquer outra região do globo. Ao fazer isso, elas institucionalizam também o estado de guerra permanente, que predominou durante a época da Guerra Fria - o que é outra característica fundamental do Estado Beligerante.

A adoção dessa postura belicista e imperial não parece conhecer limites ou apresentar indícios de que possa, no curto prazo, ser revertida. De nada ou pouco adianta nesse caso a mudança interna de governo, mesmo que esse pretenda sinceramente mudar esta tendência ou estado de coisas, como parece ser o caso da administração de B.Obama visto que, como já havia advertido muito bem a esse propósito o próprio Eisenhower, torna-se muito difícil um governo lograr controlar o ímpeto do complexo industrial-militar ou ainda conter ou desmontar o poder adquirido pelos militares na condução da política externa, que sempre ecoa profundamente na vida interna do país. Em vez disso, parece ser muito mais plausível pensar que os EUA aprofundarão ainda mais esta postura. Fortes indícios comprovam isso. A opção do governo Bush de identificar e estigmatizar alguns países como componentes ou constituintes do "eixo do mal" pode ser um desses indícios - além de revelar que essa prática, iniciada na época da Guerra Fria, continua vigorando, coisa que também não deixa de atestar a existência de uma espécie de continuidade do Estado Beligerante.

Outros indícios são a recorrência constante a vários tipos de ameaças contra esses países e também contra aqueles identificados como "fora da lei". Tal termo, de cunho retórico, de origem fundamentalista, serve de fato para justificar uma ação militar "fora da lei", vista porém ideologicamente, ou seja, como se os EUA fossem obrigado a recorrer naturalmente a ela, mesmo não a desejando. Não foi muito diferente sua justificativa e seu comportamento durante a Guerra Fria, o que serviu para fornecer combustível a ela. No presente, o país parece estender suas ameaças a países como o Irã, que, segundo vários autores, está hoje empenhado em estabelecer uma ordenação democrática da vida política interna, assim como se adequar às regras do convívio democrático vigentes no cenário internacional. Mesmo que não fosse assim, isso não justificaria a ameaça de invadi-lo. As tensões e problemas poderiam ser objeto

de uma resolução política, mas os EUA não pensam nisso. Preferem ameaçar mobilizar suas forças militares, mais uma vez objetivando conquistar as reservas petrolíferas: nesse caso, as controladas pelos iranianos.

A necessidade estratégica de controlar os recursos naturais que são decisivos ou fundamentais tanto para os Estados Unidos quanto para grande número de países continua ditando o comportamento militar da nação. Nesta direção, outras micro-potências regionais ou países "nanicos" produtores de petróleo também se vem ameaçados, mesmo que não estejam localizados na Ásia. É o caso da Venezuela, que é obrigada a conviver com um país vizinho no qual os EUA instalam bases militares, coisa que obviamente não deixa de ser um mecanismo de pressão e uma ameaça não tão velada, além de comprovar que o país continua sua política de instalar bases militares em qualquer região que julgue de valor estratégico para seus interesses.⁵⁶

Essa política de disseminação de bases militares por todo o mundo parece ser uma das opções preferidas da nova classe dirigente dos EUA, que é ultraconservadora, fundamentalista e adepta do uso intensivo do poder militar para resolver conflitos políticos ou estratégicos. Conhecida como sendo composta

⁵⁶ Esse texto pode ser esclarecedor: *"A guerra contra a Ex-União Soviética é substituída por outras justificativas. Mas, o conteúdo da política é o mesmo. Os militares americanos começam "discretamente" depois da derrota da guerra do Vietnã, a se espalhar pelo mundo. As forças armadas americanas e ou paramilitares treinadas por eles, ultrapassam aos 2 milhões de soldados. Só as forças convencionais, Exército, Marinha e Força Aérea somam quase 1 milhão e 500 mil. Grande parte destes contingentes, quase 150 mil soldados, estão estacionados na Europa, incluindo aqui as tropas de ocupação de Cosovo e Bósnia. No Golfo, e nas imediações da Arábia Saudita, a Marinha americana com Quinta Frota, e seus Porta-aviões, com mais de 1.000 aviões patrulham a região. Sem contar com os 14 mil soldados espalhados entre o Kuwait e Arábia Saudita. Esta máquina de guerra está dispersa também na Ásia, com 40.000 soldados, no Japão, e uns quarenta mil na Coreia. Quais os interesses por trás dessa presença militar? Os Estados Unidos, a rigor, a partir do final da segunda Guerra, nunca foi auto-suficiente no que diz respeito ao problema energético. Sempre foi dependente dos recursos que pilhavam fora do continente americano, incluídos Alasca e Canadá."*

.Fonte: <http://inverta.org/jornal/edicao-impressa/289/especial/eua-retrocesso-da-economia-aumenta-producao-de-armas/?searchterm=None>

pelos chamados "neoconservadores", ela tem suas raízes remotas bem plantadas no terreno da Guerra Fria, e as raízes mais recentes na administração Reagan. Quase seria possível afirmar que, com ela, os "tresloucados" políticos da época da Guerra Fria chegaram finalmente ao poder, coisa que segundo Cook não lograram durante aquele período: afinal, em sua perspectiva, isso teria representado um grande risco para todos. Ela deu espetacular desenvolvimento a um dos traços fundamentais da expansão do Estado Beligerante: a construção e disseminação de bases militares. Estas proliferaram durante a escalada militar estadunidense no Oriente Médio, sendo instaladas em vários países da região. Nesse sentido, talvez a permanência militar dos EUA no Iraque não se faça hoje mais necessária, já que pode perfeitamente desocupa-lo sem reduzir sua presença militar na região.⁵⁷

Antes de enfocar o significado da expansão das bases militares estadunidenses após o fim da Guerra Fria é necessário ainda examinar uma questão de fundamental importância; de fato, qual a relação eventualmente existente entre a declaração da Guerra ao Terror e a expansão do Complexo industrial-militar? O desenvolvimento da tecnologia esteve quase sempre intimamente associado à experiência militar e mesmo à prática da Guerra. Nesse sentido, a Segunda Guerra é ilustrativa. Em seu período inicial ela permitiu enorme desenvolvimento de armas de natureza tecnológica, que, inclusive, transformaram o cenário da guerra e de seu desenvolvimento, mas que ainda poderiam ser classificadas como armamento convencional: ou seja, tanques, canhões, navios e barcos de guerra, submarinos, vários tipos de aviões militares. Porém, no período final dela, os EUA introduziram armas de destruição em massa, entre as quais se incluem as armas químicas e especialmente as nucleares,

⁵⁷ Em setembro de 2009, havia cerca de 130.000 soldados estadunidenses enviados ao Iraque e 62.000 mobilizados no Afeganistão.

que alteraram completamente a tecnologia voltada para a produção militar, obrigando outros países a empreenderem grandes gastos e esforços para produzirem armas semelhantes. O “projeto Manhattan”, que permitiu o desenvolvimento da bomba atômica pelos Estados Unidos, era ultra-secreto.

Desde então, a tecnologia militar teve que desenvolver armas nunca dantes produzidas, como mísseis de toda ordem, sempre de natureza nuclear. Um dos problemas fundamentais decorrentes dessa tecnologia foi a produção de equipamentos, sejam eles aviões, mísseis, submarinos, etc. que facilitassem ao máximo o transporte de armas ou ogivas nucleares, que pudessem ser acionadas na menor fração de tempo possível. Deste modo, o desenvolvimento da Guerra Fria foi excepcional para a indústria bélica, como foi salientado precisamente pela análise de F.J.Cook examinada detalhadamente nesse trabalho. Esse tempo de fertilidade foi determinado, por um lado, pela necessidade de continuar a produzir armas e equipamentos militares convencionais, originariamente desenvolvidos nos primórdios da segunda Guerra, por outro, pela necessidade de desenvolver novas armas ofensivo-defensivas, de natureza nuclear, as quais deveriam ser cada vez mais leves, menores, de manuseio mais fácil e ao mesmo tempo mais potentes.

Após a Guerra Fria, porém, o complexo industrial-militar parece ter conhecido um momento de incerteza, pois a necessidade de manter ou possuir armas e equipamentos dessa natureza decaiu drasticamente. Entretanto, com a promulgação da Guerra ao Terror, esse complexo rapidamente percebeu que poderia reacender suas esperanças de lucros maiores e contínuos: afinal, toda a tecnologia militar de natureza tecnológica destinada à guerra convencional ou nuclear subitamente parecia ter perdido a razão de ser, já que ela era quase ineficaz para combater pequenos grupos entrincheirados em rincões ocultos nas montanhas ou nos aglomerados urbanos. A Guerra ao terror redefiniu as novas

feições da guerra e ditou o perfil de que como deveria ser a nova tecnologia militar e as novas armas: estas apresentariam novas capacidades operacionais. Nesse sentido, o complexo militar conhece um decisivo momento de sua expansão mais recente, pois produz simultaneamente tanto armas tradicionais ou convencionais, armas nucleares e armas destinadas ao combate aos grupos terroristas.

O desenvolvimento de tal complexo após o fim da Guerra Fria conta ainda com um novo setor que permite a ele uma expansão sem precedentes, inclusive porque requer enormes programas de verbas contínuas, as quais não podem ser interrompidas - coisa que já acontecia na época do conflito entre os EUA e a URSS. Esse novo campo de atuação do complexo é o da Tecnologia espacial de valor bélico, que será examinada pouco mais adiante, após o exame da multiplicação das bases militares dos EUA.

Uma maneira segura de atestar o contínuo desenvolvimento e a consequente expansão do Estado Beligerante é a análise de como os EUA não cessaram seu programa de disseminação de bases militares pelas mais variadas regiões do mundo nem mesmo após a autodissolução da URSS, que determinou o fim da Guerra Fria. Uma base militar é, antes de tudo, um prolongamento do território de um país em uma região ou outro país, mesmo que muito distante dele. Ela serve dessa maneira para que tal país possa ancorar suas forças militares, armazenando todas as armas e equipamentos militares que possam ser requeridos por uma intervenção militar. Ela viabiliza as ações militares em solo estrangeiro, resolvendo ao mesmo tempo os problemas logísticos decorrentes da distância geográfica entre o país e o território onde a ação será efetuada.

Na época da Guerra Fria, segundo Chalmers Johnson (2004), as bases militares apresentavam quatro objetivos fundamentais: preparar a Guerra

Nuclear, projetar o poder dos Estados Unidos no mundo, garantir a efetividade das respostas defensivas do país em caso de ser atacado e servir como símbolo do poder estadunidense. Após o fim do conflito, esses objetivos se alteraram: as bases militares deveriam servir fundamentalmente para manter o poder global dos EUA, inclusive vigiar e controlar todas as regiões de seu império, espionar e controlar o fluxo de comunicações tanto internas quanto externas, controlar as reservas petrolíferas e o fluxo mundial de petróleo, inclusive de modo a controlar o acesso a ele por parte dos países dele dependentes, garantir a expansão do Complexo Industrial-militar e, por fim, garantir também condições materiais positivas de vida aos cidadãos estadunidenses que trabalham no exterior.

Embora pareça existir certa discordância quanto ao número total de bases militares espalhadas pelo mundo, Johnson afirma que o país reconhece a existência de ao menos 725 bases, que atestam exemplarmente sua ambição de controlar efetivamente a maior parte do globo e de continuar a expandir esse controle. Entretanto, destaca o autor, um dos aspectos do Estado Beligerante dos EUA é a criação de bases que poderiam ser chamadas de "secretas", já que não se sabe exatamente onde elas estão nem quantas são: um exemplo desse tipo de base seria a instalada no deserto de Negev, em Israel, a qual seria inclusive subterrânea. A maioria delas, depois de instalada, não se presta apenas à conquista dos cinco objetivos fundamentais apontados, visto que elas se tornam um fim em si mesmo, parecendo ter vida própria. Elas estariam instaladas, segundo algumas fontes, em 38 países, mas outras fontes apontam a existência de bases em 120 países. Elas abrigam cerca de 250 mil militares e de 220 mil civis, totalizando um efetivo de cerca de 470 mil pessoas.

Contudo, uma das funções atuais dessas bases militares parece ter sido ainda pouco destacada, estando relacionada intimamente com um aspecto fundamental da ação e da expansão do Estado Beligerante, até hoje estudada ou considerada de modo bastante insuficiente: a espionagem e o controle do fluxo mundial de comunicação. É possível distinguir hoje três grandes campos ou formas de comunicação: a primeira delas seria a convencional, que inclui desde comunicação por fax ou telefone, até a eletrônica, que envolve correio eletrônico e a internet. O conjunto desses tipos de comunicação é feito por um sistema de satélites de natureza transnacional, que é mantido por um consórcio que envolvia, em 1999, 19 satélites, que recebe o nome de Intel Sat. Vinte e quatro por cento dele é de propriedade da Lockheed Martin Corporation, uma das maiores empresas que compõem o Complexo Industrial-militar. Todo o conjunto de comunicações concretizadas no interior desse sistema pode ser vigiado e controlado, porém, como isso seria muito dispendioso por exigir a disseminação por todas as regiões do mundo de potentes antenas voltadas para os satélites do sistema, o controle efetivamente é realizado por meio da identificação de endereços concretos, que são encontrados e vigiados por meio de programas espias ou de segurança, que devem apontar as mensagens suspeitas. Este fato favorece a existência de uma margem de insegurança - para os propósitos do Estado Beligerante, é claro - que força hoje a existência de pesquisas sobre meios mais eficazes de controle sobre esse universo de comunicação.

Um segundo tipo de comunicação é aquele que se dá por meio do uso das ondas de alta frequência (VHF), muito utilizado na época da Guerra Fria pela URSS, já que ele tem alcance reduzido, não interligando grandes distâncias por causa da curvatura terrestre. Durante a Guerra Fria, os EUA criaram várias antenas gigantes na Europa com o objetivo de captar as comunicações da força

aérea soviética. Atualmente, a captação de informações nessa rede de comunicações, que inclui os telefones celulares e as transmissões interurbanas, não é mais feito por antenas, mas por satélites ancorados em algum ponto do espaço. Os EUA inclusive criaram um órgão estatal para gerir esse universo, o NSA (Agência de Segurança Nacional). Diz Johnson:

Funcionam como "aspiradoras electronicas" que interceptan e envian de vuelta a la tierra um inmenso conjunto de mensajes. Essos satélites tambien sacan fotos, vigilan los oceanos, detectan las explosiones nucleares, avisan sobre lanzamientos de missiles y registran la telemetria de los vuelos, transmiten mensajes secretos codificados entre las estaciones de la Nasa y seguem los rastros de las emisiones de radares...(Johnson, 2004, pag.183)

Um terceiro grupo de comunicações é o que utiliza fibras de cobre ou óticas. As fibras de cobre, porém, tornaram-se demasiado inseguras quando, em 1971, um submarino de espionagem norte-americano fiseu e interveio em um desses cabos instalados no fundo do oceano pelos soviéticos. Atualmente, a marinha dos Estados Unidos transformou o submarino Jimmy Carter em um novo tipo de submarino-espião, o qual deve rastrear, identificar e intervir nos cabos de fibras óticas instaladas no oceano.

O mais grave caso de espionagem e controle das comunicações, porém, teve início com a criação de um consórcio entre os países de língua inglesa, que reuniu os Estados Unidos, o Canadá, a Grã-Bretanha, a Austrália e a Nova Zelândia. Esse consórcio permitia o controle do fluxo de informações internas nesses países, de modo que tanto o cidadão como grupos ou empresas poderiam ser controlados com certa facilidade. Posteriormente, ele deu origem a um dos

mais poderosos e secretos sistemas de vigilância e controle das comunicações em todo o mundo, conhecido como Echelon, que envolve 120 satélites.⁵⁸

"Com el aparecimiento de el Echelon ,esos países enpezaron a compartir interceptaciones brutas. Echelon es, em efecto, um programa especifico para satélites y ordenadores,disenado para interceptar las comunicaciones no miliutares de gobiernos,organizaciones privadas, empresas y individuos, em nombre Del que se conoce como "alianza de La inteligencia de senales UKUSA"....Echelon supervisa y controla aproximademinete ciento veinte satélites em todo el mundo"(Jonhson, 2004, pag.187)

Esse sistema parece ser assim muito poderoso na captação de comunicações mesmo entre os diversos governos e empresas, de modo que os países que dele desfrutam - como é o caso dos Estados Unidos, que de fato o controla conforme suas necessidades - gozam de uma posição de vantagem

⁵⁸ A esse respeito, veja-se: "Os EUA possuem mais de 400 dos cerca de 900 satélites ativos em órbita, cujas atividades comerciais adicionaram US\$123 bilhões à economia mundial em 2007. As Forças Armadas os usam com vistas às comunicações essenciais: inteligência, vigilância, reconhecimento (ISR) e navegação. Utilizam satélites militares e infra-estrutura de comunicação dos satélites civis. Os militares possuem no mínimo 83 satélites, mas controlam muitos outros para fins de navegação e observação terrestres. Os meios espaciais aperfeiçoam as forças militares sendo atualmente essenciais à operações eficazes de combate. Ao mesmo tempo, tornam-se cada vez mais vulneráveis à ataques, como demonstrado pelo sucesso do teste de míssil antissatélite (ASAT) da China em 2007. O aumento simultâneo da necessidade e vulnerabilidade desses meios levaram a Comissão Espacial de 2001 a advertir sobre possível "Pearl Harbor" espacial - um aviso que confirmou a crença daqueles que procuram aumentar a militarização, incluindo armas espaciais para garantir a segurança da nação. Desde então, muitos alegam que a implantação dessas armas, na melhor das hipóteses, levará à corrida armamentista espacial desestabilizadora e, na pior das hipóteses, resultará em contaminação catastrófica de regiões espaciais de grande utilidade . Major Scott A. Weston, USAF;Análise da Guerra Espacial.in:

<http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2009/2tri09/weston.htm>

incomensurável para defender seus mais amplos interesses no cenário mundial. Com efeito, os EUA parecem ter utilizado esse sistema para, segundo informa Johnson,

Existen algunas pruebas de que Estados Unidos há utilizado alguna informacion obtenida de forma ilegal a traves de Echelon para asesorar sus negociadores em las conversaciones comerciales com el Japon, asi como para ayudar a Boeig a vender aviones a Arabi Saudi , em competêcia com La compania europea Airbus. Em enero de 1995 la CIA utilizo Echelon para seguir las gestiones britânicas que tenian por fin obtener um contrato para la construccion de una central eléctrica ...en India. Como resultado, Enron, General Electric y Bechtel lograran el ontrato".(Johnson, 2004, pag.187)

Esse fato teria ocasionado protestos formais dos governos da França e da Alemanha, além do Japão. Além disso, é evidente que um sistema como esse altera em profundidade as relações entre os países, já que eles passam a se relacionar de modo acentuadamente assimétrico. Ele seria, nesse sentido, mais um fator a causar a percepção de que os EUA agem de modo a desestabilizar as relações internacionais. Tampouco se pode falar em relações democráticas nesse campo. Ou, mais concretamente, um país ou um Estado que usa e mantém um sistema semelhante seguramente está negando sua estrutura política ou sua prática tradicionalmente democráticas, possibilitando o consequente desmonte da vida democrática nele, ou, como foi dito nesse trabalho, incentivando o fenômeno da des-democratização. Isso fica muito claro inclusive quando Johnson afirma que "*El personal militar y de inteligencia (...) lo gestiona com total secretismo (...) sin render cuentas de ningun tipo a los representantes de aquellos que dice proteger*" (pag.188)

Como se pode notar, esse aspecto do Estado Beligerante é de importância capital, não podendo de modo algum ser desprezado. Além disso, como já foi assinalado anteriormente, ele está profundamente ligado com o aparecimento de novas tecnologias de natureza militar,⁵⁹ que se torna um campo de expansão e de reprodução ampliada do complexo industrial-militar. Não deixa de ser revelador que os Estados Unidos decidiram recentemente não mais obedecer a qualquer tratado ou convenção que regulamente o uso do espaço, o que parece estar perfeitamente "de acordo com a recomendação da Comissão Espacial de 2001 de restringir o menos possível o uso da potência nacional no espaço". Aliás, convém ainda registrar a esse respeito as observações de um militar da USAF, o major Scott A. Weston, que em um artigo em que delineia o cenário de uma eventual guerra espacial afirma que as diretrizes espaciais dos EUA registram que o país "consideram capacidades espaciais inclusive segmentos de solo, de espaço e elos de apoio, vitais aos interesses nacionais." Em decorrência, argumenta que de acordo com tais diretrizes

59

"Os Estados Unidos irão: preservar seus direitos, capacidade e liberdade de ação no espaço; dissuadir ou desencorajar outros de impedir esses direitos ou de desenvolver capacidades com a intenção de fazê-lo; tomar as ações necessárias para proteger seus meios espaciais; reagir à interferência; e negar a adversários, se necessário, o uso de meios espaciais hostis aos interesses nacionais dos Estados Unidos". O ponto crucial, aqui, é constatar que os EUA não apóiam, explicitamente, o direito de outras nações de operar militarmente no espaço, reservando somente para si esse direito." Major Scott A. Weston, USAF; Análise da Guerra Espacial. In: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2009/2tri09/weston.htm>. Não deixa de ser sintomático nessa visão o emprego do termo "Guerra espacial". Tampouco deixa de o ser a referência a um sinistro "Pearl Harbour espacial".

"Os Estados Unidos irão preservar seus direitos, capacidades e liberdade de ação no espaço; dissuadir ou impedir outros de impedir esses direitos ou de desenvolver capacidades com a intenção de fazê-lo; tomar as ações necessárias para proteger sua capacidade espacial; reagir à interferência; e negar a adversários, se necessário, o uso de capacidades espaciais hostis aos interesses nacionais dos EUA." U.S. National Space Policy, 1-2.

O autor conclui afirmando que "negar capacidades espaciais hostis aos interesses nacionais dos EUA pode facilmente implicar em ação preventiva contra nações que estejam em fase de preparo para ataque aos meios espaciais" desse país.

As funções das bases militares, porém, não se restringem a isso. Elas também estão relacionadas diretamente com a questão do controle do acesso "à torneira mundial do petróleo," para falar com D. Harvey. Esse aspecto já foi parcialmente examinado no tocante ao Oriente Médio, contudo, ele também é pertinente em relação à Ásia Central, região em que a busca do controle dessa fonte de energia motivou a criação de novas bases. Na região do mar Cáspio, por exemplo, os EUA estão profundamente comprometidos com tal objetivo. Essa região é hoje marcada por forte tensão, já que ela envolve diretamente cinco países que dela fazem parte: A Rússia, o Irã, o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Turquemenistão. Esse fato deixa imediatamente transparente o motivo mais opaco - mas certamente o mais efetivo - das ameaças dos Estados Unidos ao Irã: ainda aqui, o conflito está relacionado com a questão do petróleo. Além disso, também deixa claros os motivos que levam a Rússia até hoje a fornecer urânio e apoio técnico-militar ao Irã.

A tentativa de controlar o petróleo da região é de extrema importância para os Estados Unidos porque

Essas reservas probadas, cujo valor oscila entre los três y los cinco bilionnes de dólares, podrian abastecer todas las necesidades de petróleo de Europa durante once anos. (.....)Es el ultimo grande yacimiento de crudo y gaz praticamente inexplorado Del mundo capaz de competir com el golfo Persico em el suministro de petróleo a Europa, este asiático y NorteAmerica. Posse, al parecer, el 6 por 100 de las reservas de petróleo probadas del planeta y el 40 por 100 de las de gaz.
(Johnson, 2004, pag.193)

As bases instaladas na região após o fim da Guerra Fria também apresentam outra finalidade: elas foram criadas para proteger os interesses locais dos grandes corporações capitalistas estadunidenses:

Todas las grandes empresas petroleras presentes na region - Chevron (ahora Chevron-Texaco), Union Oil Company of California (Unocal), Amoco (ahora Britrish Petroleum-Amoco), Exxon (ahora Exxon MObil) y unas poças más -intentaran sin mucho êxito obtener consesiones y cerrar contratos para los oleoductos com Azebayan, Kasajistan y Turkmenistan.La situacion solamente empezo a mejorar para estas empresas despues de que los norteamericanos comenzaran a coinbstruir um complejo de bases militares em ao menos quatro países disintos:Afganistan,Kirguistan, Pakistan y Urbekistan.(Johnson, 2004, pag.195)

Não deixa de ser interessante também de verificar como, nesse caso, o velho sistema de portas giratórias continua a funcionar, embora não recrutando apenas antigos militares, mas sobretudo antigos membros de alto escalão do governo, como H.Kissinger, B.Brzizinsky e Condolezza Rice. Entretanto, o decisivo aqui é mesmo o controle do Petróleo. Nessa perspectiva, talvez seja possível até mesmo verificar como o atentado de 11 de setembro

propiciou aos EUA situações bastante favoráveis para lograr a consumação de objetivos estratégicos almejados de há muito, mas que até aquele momento não puderam ser concretizados. Em outras palavras, a Guerra ao Afeganistão, iniciada logo após o atentado terrorista de 2001, foi muito mais decorrente da questão do petróleo do que do referido atentado:

Si la história hubiera saltado el de setiembre y os acontecimientos de ese día nunca hubieran sucedido , ES sumamente probable que Estados Unidos hubiera id a guerra contra Afganistan de todos modos, y mas o menos em las mismas fechas” (Johnson,2004, pag.198)

Se a expansão das bases militares após o fim da Guerra Fria é um impressionante sintoma da continuidade do Estado Beligerante, não o é menos o uso de certos tipos de armas por parte dos Estados Unidos, não apenas na Ásia, mas também na Europa, na região do Kosovo. De fato, o país parece apresentar larga tradição de uso de armas de destruição em massa, iniciada tanto com o uso da Bomba Atômica no final da segunda Guerra quanto com o de armas químicas e biológicas nessa mesma época. Além disso, também usou o Agente Laranja na Guerra do Vietnam. No Iraque e em Kosovo, novamente usou este tipo de arma, em todos os aspectos proibido por uma convenção da ONU, mas usou ainda uma munição que, por seu alto poder perfurante, libera urânio carregado de radioatividade, que, segundo algumas fontes, produziram baixas da ordem de 159 mil homens em um exercito composto por aproximadamente 696 mil homens.

Para concluir, não deixa de ser interessante a referência a outro sintoma evidente da consolidação do Estado Beligerante na atualidade: o crescimento de planejamentos de ações militares clandestinas em países e territórios estrangeiros, sempre com a finalidade de favorecer a conquista dos objetivos estadunidenses, que inclui até mesmo a desestabilização de

governos legitimamente eleitos. Tradicionalmente, a CIA era a agência encarregada de planejar e executar essas ações. Contudo, como o desenvolvimento do Estado Beligerante mina e enfraquece a vida democrática como um todo, essa tarefa foi retirada do âmbito de tal agência, pois enquanto órgão legalmente constituído ela estava obrigada a prestar contas ao Congresso, o que não é absolutamente interessante para tal sorte de Estado. Para desenvolver tais atividades foram criadas as chamadas Operações Especiais, que inclui as Forças Especiais. Elas agem em segredo e não estão sob controle direto de nenhum órgão do governo ou do Congresso, de modo que não precisam prestar contas de suas ações nem de seus gastos.

Bibliografia Principal

Cook, Fred J. O estado Militarista. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966. Tradução Fernando Castro Ferro.

Marcuse, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional. Rio de Janeiro, Zahar editores, quarta edição, 1973. Tradução Giasone Rebuá.

_____ Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In Tecnologia, Guerra e Fascismo, São Paulo, Ed UNESP, 1998, editado por Douglas Kellner.

_____ Perspectiva do socialismo na sociedade industrial avançada, - uma contribuição ao debate. In A grande recusa hoje. Petrópolis, Ed Vozes, 1999, pags. 47/56. Tradução Robespierre de Oliveira e Izabel Loureiro.

_____ Herbert Marcuse fala aos estudantes. In A grande recusa hoje. Petrópolis, Ed Vozes, 1999, pags. 57/70. Tradução Robespierre de Oliveira e Izabel Loureiro.

_____ A revolução em 1969. In A grande recusa hoje. Petrópolis, Ed Vozes, 1999, pags. 71/80. Tradução Robespierre de Oliveira e Izabel Loureiro.

_____ La agresividad em La sociedad contemporânea. Montevideo, Editorial Alfa, 1971.

_____ La ideologia de La muerte . In Ensaio sobre política cultura. Barcelona, Ed. Ariel, 1970.

_____ O fim da utopia. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969. Tradução Carlos Nelson Coutinho.

_____ Prefácio político, 1966. In Eros e Civilização. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968. Tradução Álvaro Cabral.

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEM, G. Estado de Exceção. São Paulo. Boitempo, 2004.
- ALI, Tariq. A nova face do império. Os conflitos mundiais do século XXI em entrevista a David Barsamian. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006
- AMIM, Samir. La mundializacion Del capital. Madrid, Campo de Ideas, 2004
- _____. Mas Allá Del capitalismo senil. Por um siglo XXI no norteamericano. Barcelona, Paidós, 2005
- ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, ED Vozes, 1997
- _____. O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo, Ed Unesp-Contraponto, 1996.
- _____. e BEVERLY, Silver. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro, Ed UFRJ-Contraponto, 2001
- ASSMAN, Hugo, editor. A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis, ED Vozes, 1979
- AYERBE, Luís Fernando. Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia. São Paulo, Ed Unesp, 2002.
- _____. Ordem, poder e conflito no século XXI. Esse nosso mundo é possível. São Paulo, Ed Unesp, 2006.
- BANDEIRA, L.A. Moniz. Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro, Ed Civilização Brasileira, 2006
- BARBER, Benjamin. El império del medo: guerra, terrorismo y democracia. Barcelona, Ed Paidós, 2003.
- BECK, Ulrich. Liberdade ou capitalismo? São Paulo, Ed Unesp, 2003
- _____. Poder y contrapoder en La era global. Barcelona, Paidós, 2005.
- _____. La mirada cosmopolita, o La guerra en La paz. Barcelona, Paidós, 2006.

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

BORRADORI, Giovanna. Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida. Rio de Janeiro, Ed Jorge Zahar, 2004.

BRZEZINSKI, Zbigniew. Entre duas eras: America, laboratório do mundo. Rio de Janeiro, Ed Artenova, 1971.

_____ El dilema de EEUU dominacion global o liderazgo global? Barcelona, Paidós, 2005.

CHOMSKY, Noan. Rumo a uma nova guerra fria. Rio de Janeiro, Ed Record, 2007.

_____ O império americano. Hegemonia ou sobrevivência? Rio de Janeiro, Ed campus, 2004.

_____ Estados fallidos. El abuso Del poder y El ataque a La democracia. Barcelona, Ediciones B, 2007.

_____ Piratas e imperadores: antigos e modernos. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

_____ y ACHCAR, Gilbert. Estados peligrosos. Oriente Médio y La política exterior estadounidense. Barcelona, Paidós, 2007.

_____ Ambições imperiais. O mundo pós 11/9 entrevista a David Barsamian. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.

DUPAS, Gilberto. Atores e poderes na nova ordem global. SãoPaulo, Ed. UNesp. 2005.

FIORI, J. L. (Org.) O poder Americano. Petrópolis, RJ. Vozes, 2004

FRANCO, Renato. Tecnologia Cultura e Política: notas sobre a obra de W. Benjamin. In: PUCCI, B., ALMEIDA, J., LASTÓRIA, L. C. N. (Org.) Experiência formativa e emancipação. São Paulo, Nanquim, 2009

FRANCO, Renato. Tecnologia e cultura na época da globalização. In: ZUIN, A. A. S., PUCCI, B., OLIVEIRA, N. R., (Org.) Ensaio Frankfortiano. São Paulo. Editora Cortez, 2004

FRACHON, Alain y VERNET, Daniel. La América mesianica. Los orígenes del conservadurismo y las guerras del presente. Barcelona, Paidós, 2006.

FUKUYAMA, Francis. América en La encrucijada. Democracia, poder y herencia neoconservadora. Barcelona, Paidós, 2007

Gibson, James N. *Armas nucleares dos Estados Unidos - uma história ilustrada*. Atglen, Pensilvânia: Schiffer Ltd., 1996, ISBN 0-7643-0063-6.

GUIDDENS, Anthony. Política, Sociologia e Teoria Social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo, Ed UNESP, 1998.

_____ O Estado Nação e a violência. São Paulo, Edusp, 2001.

_____ e WILL Hutton. No limite da racionalidade. Convivendo com o capitalismo. Rio de Janeiro, ED Recorde, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. IV, Rio de Janeiro, ED Civilização Brasileira, 2001.

HARDT, M. e NEGRI, A. Multidão. Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro, Ed Record, 2005.

_____ Império. Rio de Janeiro, Ed Record, 2001.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

_____ A condição pós-moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

HOBBSBAW, Eric. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

_____ A era dos impérios: 1875-1914. São Paulo, Ed Paz e Terra, 2006.

_____ O novo século. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

- HERTSGAARD, M. La sombra Del aguila. Por qué Estados Unidos suscita ódios y pasiones em todo mundo? Barcelona, ED Paidós, 2006.
- HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro, Objetiva, 1996
- HUNTINGTON, Samuel. Quiénes somos? Los desafios a La identidad nacional estadounidense. Barcelona, ED Paidós, 2004.
- IGNATIEFF, M. El nuevo império americano. La reconstrucion nacional em Bosnia, Kosovo y Afeganistan. Paidós. Barcelona. 2006
- _____.Guerra Virtual. Más Allá de Kosovo. Barcelona, Paidós., 2005
- IRIBANE, M. La inteligência imperial. Raíces intelectuales e implicâncias políticas de La Doctrina Bush. Buenos Aires, Educa. 2007.
- JOHNSON, Chalmers. Las amenazas del imperio. Militarismo, secretismo y El fin de La republica. Barcelona, Critica, 2004.
- LENS Sidney. A fabricação do Império Americano Rio de Janeiro, Ed civilização Brasileira, 2006
- MACCIOCCI, MariaAntonieta. A favor de Gramsci. Rio de janeiro, Paz e Terra, 176
- MAGDOFF, Harry. A era do Imperialismo. São Paulo, Hucitec, 1978.
- MANN, Michael.El impérioincoherente.Estados Unidos y El nuevo ordem internacional.Barcelona, Paidós, 2004
- MICKELETHWAIT, John W. Adrian. Una nacionconservadora. El poder de La derecha em los Estados Unidos. Buenod Aires,Debate,2007.
- NEVINS, Allan. Histórico de los Estados Unidos. Biografia de um pueblo libre. México, Cia geral de Ediciones, 1972.
- PERKINS, Dexter.A época de Roosevelt.1932 a 1945. Rio de Janeiro, Ed O Cruzeiro, 1967.
- RAMONET, Ignácio. Geopolítica do caos. Petrópolis, Ed Vozes, 1999.

ROSZAK, Theodore. Alerta Mundo!El nuevo imperialismo norteamericano. Barcelona, Kairós, 2004

SENNET, Richard. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro, Redord, 2006.

SYRETT, Harold (org). Documentos Históricos dos Estados Unidos.São Paulo, Cultrix, 1980.

SWEEZY, Paul e MAGDOFF,Harry. A crise do capitalismo americano. São Paulo, Zahar, 1982.

_____ e BARAN, Paul. EL capitalismo monopolista. Barcelona, Ed Siglo Veinteuno,1979.

TODD, Emanuel. Depois do império. A decomposição do sistema americano.Rio de janeiro,Record,2002.

VESSELER, Rolf. La guerra como negócio.Barcelona, Grupo Editorial Norma,2006.

WALLERSTEIN, Emanuel. O eclínio do poer americano. Rio de janeiro, Contraponto, 2004.

WALZER, M. Reflexiones sobre La guerra. Barcelona, Paidós, 2005.

_____Guerras justas e injustas. Barcelona, Paidós,2006.

